





UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Prof. Dr. Marco Antonio Zago *Reitor*

Prof. Dr. Vahan Agopyan *Vice-reitor*



INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS

Prof.^a Dr.^a Maria Angela Faggin Pereira Leite *Diretora*

Prof.^a Dr.^a Marina de Mello e Souza *Vice-diretora*



REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS

ISSN 0020-3874

número 58, 2014 jan./jun.

COMISSÃO EDITORIAL

Denilson Lopes Silva (UFRJ) Rio de Janeiro, BR
Gustavo Alejandro Sorá (UNC) Córdoba, AR
Jaime Tadeu Oliva (IEB-USP) São Paulo, BR
Paulo Teixeira Iumatti (IEB-USP) São Paulo, BR
Pedro Meira Monteiro (Princeton U.) Princeton, EUA
Randal Johnson (UCLA) Los Angeles, EUA
Walter Garcia (IEB-USP) São Paulo, BR

Editores Responsáveis

Jaime Tadeu Oliva (IEB-USP)
Walter Garcia (IEB-USP)

Editor Adjunto

Paulo Teixeira Iumatti (IEB-USP)

Dossiê O Brasil no período Lula - organização

Jaime Tadeu Oliva (IEB-USP)

Colaboração

Alexandre de Freitas Barbosa (IEB-USP)

Produção

Aline Khoury

Assistentes editoriais

Fernanda Rodrigues Rossi
José Hermes Martins Pereira
Lia Marques (estagiária)

Equipe de apoio

Regina Mayumi Aga

Editoração eletrônica

Iris Fabrin Sototuka (estagiária)

Colaboraram neste número

Ana Paula Cavalcanti Simioni (IEB-USP)
Flávia Camargo Toni (IEB-USP)
Ana Maria Naito Horiuchi (preparação de texto)
Fernando Toledo (trad. língua alemã)
Luiz H. Mello (preparação em língua inglesa)
Luciana Araújo (preparação de texto)
Bruno José Pereira, Juliana Dourado, Lydia M.
Cintra, Suellen Freitas, Vinicius S. Almeida, Wipsley
M. dos Santos (revisão)

Projeto gráfico

Homem de Melo & Troia Design

Impressão:

Distribuição:

Editora 54
R. Hungria, 592 | 01455-000 São Paulo SP
(11) 3816 6777 | vendas@editora54.com.br

CONSELHO CONSULTIVO

Adrián Gorelik

Universidade Nacional de Quilmes, Bernal, AR

Barbara Weinstein

Universidade de Nova Iorque, Nova Iorque, EUA

Carlos Augusto Calil

Universidade de São Paulo, São Paulo, BR

Carlos Sandroni

Universidade Federal de Pernambuco, Recife, BR

Ettore Finazzi-Agrò

Universidade de Roma La Sapienza, Roma, IT

Fernanda Arêas Peixoto

Universidade de São Paulo, São Paulo, BR

Heloisa Maria Murgel Starling

Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, BR

João Cezar de Castro Rocha

Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, BR

Jorge Coli

Universidade Estadual de Campinas, Campinas, BR

Luiz Felipe de Alencastro

Universidade de Paris-Sorbonne, Paris, FR

Manuel Villaverde Cabral

Universidade de Lisboa, Lisboa, PT

Maria Cecilia França Lourenço

Universidade de São Paulo, São Paulo, BR

Maria Lígia Coelho Prado

Universidade de São Paulo, São Paulo, BR

Maria Lucia Bastos Kern

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul,
Porto Alegre, BR

Peter Burke

Emmanuel College Cambridge, Cambridge, RU

Regina Zilberman

Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, BR

Ricardo Augusto Benzaquen de Araújo

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, BR

Rodolfo Nogueira Coelho de Souza

Universidade de São Paulo, São Paulo, BR

Sergio Miceli

Universidade de São Paulo, São Paulo, BR

Walnice Nogueira Galvão

Universidade de São Paulo, São Paulo, BR

Instituto de Estudos Brasileiros
Edifício Brasiliana, Praça do Relógio Solar, 342
Cidade Universitária
05508-050, São Paulo - SP, Brasil
(11) 5091 1149
www.ieb.usp.br



SUMÁRIO

II Editorial

ARTIGOS

17 **A periferia como obra: modernidades excêntricas a re-arranjos Luso-tropicalistas**

ROBERTO VECCHI

35 **Esquerdas, política e cultura no Brasil (1950-1970): um balanço historiográfico**

MARCOS NAPOLITANO

51 **Curral de reses, curral de almas: introdução à urbanização dos “Certoens” das capitanias do Norte (séculos XVII-XIX)**

ESDRAS ARRAES

79 **“Chicago” no Brasil: a importância da redescoberta da cidade e da “raça”**

FRANK ECKARDT

105 **Da relevância pública dos espaços livres: um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras**

EUGENIO FERNANDES QUEIROGA

DOSSIÊ O BRASIL NO PERÍODO LULA

135 **“Era Lula”, “desenvolvimentismo” e as desigualdades estruturais**

ALEXANDRE DE FREITAS BARBOSA

137 **Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula**

LIA CALABRE

157 **A Era Lula/Tamborzão: política e sonoridade**

GUILLERMO CACERES, LUCAS FERRARI E CARLOS PALOMBINI

209 **Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento**

CRISTINA HELENA ALMEIDA DE CARVALHO

245 **Cidades na era Lula: o lento abandono dos processos participativos**

FERNANDO LUIZ LARA

- 263 **A Era Lula e sua questão econômica principal:**
crescimento, mercado interno e distribuição de renda
ANDRÉ M. BIANCARELLI

RESENHAS

- 291 **Pemedebismo renitente**
ROBERTO PEREIRA SILVA
- 299 **Borracha, gás e tiro: impressões sobre *Cidades rebeldes***
CHRISTIAN GILIO TI

DOCUMENTAÇÃO

- 313 **David Vygódski: modernismo e política no Brasil e na**
União Soviética
BRUNO BARRETTO GOMIDE
- 323 **Vanguardas documentadas: o concretismo de**
Theon Spanudis
BÁRBARA SESCO CARNEIRO

NOTÍCIAS

- 331 **IEB produz série “Galáxias”, sobre como pensar o Brasil**
hoje, em parceria com o SESC TV
- 333 **Notícias do Serviço Educativo do IEB-USP**

ERRATA

- 343 **Errata - Número 57**

TABLE OF CONTENTS

11 Editorial

ARTICLES

17 **Periphery as a Work: Eccentric Modernities and Lusophone-Tropical Rearrangements**

ROBERTO VECCHI

35 **Politics and Culture in the Brazilian Left: a Historiographical Balance**

MARCOS NAPOLITANO

51 **Cattle's Corral, Soul's Corral: Introduction to Urbanization of the "Certoens" of the North Captaincies (17th – 19th centuries)**

ESDRAS ARRAES

79 **"Chicago" in Brazil: The Rediscovered Importance of the City and "Race"**

FRANK ECKARDT

105 **About Public Importance of the Open Spaces: the Case of Brazilian Metropolises and Brazilian Capitals**

EUGENIO FERNANDES QUEIROGA

DOSSIER BRAZIL IN LULA'S AGE

135 **"Lula's age", "developmentalism" and the structural inequalities**

ALEXANDRE DE FREITAS BARBOSA

137 **Cultural Policy in Democratic Times: The Lula Age**

LIA CALABRE

157 **The Age of Lula/Tamborção: Politics and Sonority**

GUILLERMO CACERES, LUCAS FERRARI E CARLOS PALOMBINI

209 **Higher Education Policy in the Lula Government: Expansion and Funding**

CRISTINA HELENA ALMEIDA DE CARVALHO

245 **Cities in Lula's Era: The Slow Death of Participatory Processes**

FERNANDO LUIZ LARA

- 263** **Lula's Era and its Main Economic Question:
Growth, Domestic Market and Income Distribution**
ANDRÉ M. BIANCARELLI

BOOK REVIEWS

- 291** **The Resistent Pemedebismo**
ROBERTO PEREIRA SILVA
- 299** **Baton, Burners and Shots: Impressions of
Cidades Rebeldes'**
CHRISTIAN GILIONI

DOCUMENTS

- 313** **David Vygódski: modernism and politics in Brazil and in
the Soviet Union**
BRUNO BARRETTO GOMIDE
- 323** **Documented Vanguard: Concretism of Theon Spanudis**
BÁRBARA SESCO CARNEIRO

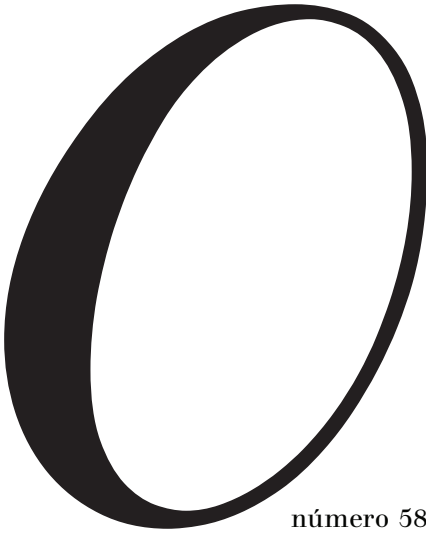
NEWS

- 331** **IEB produces audiovisual series 'Galaxia' to discuss
comtemporary Brazil, in partnership with SESC TV**
- 333** **News from Serviço Educativo do IEB-USP**

ERRATUM

- 343** **Erratum - Number 57**





número 58 da Revista do IEB manifesta, mais uma vez, a proposta multidisciplinar dessa publicação, cuja linha editorial projeta a própria vocação do instituto, que organiza nessa chave as suas atividades acadêmicas – curadoria de acervos, pesquisas e cursos de graduação e pós-graduação; o Brasil enquanto tema polariza essas atividades, assim como o teor geral dos diversos números da RIEB ao longo de sua história.

Certamente os artigos da Revista podem ser lidos numa chave disciplinar, mas a trama interdisciplinar que eles suscitam resulta numa dimensão da leitura que nos parece bastante produtiva. Nesse número, particularmente, essa trama resultou de uma estratégia editorial que procurou destacar uma reflexão diversificada sobre o Brasil contemporâneo, daí o convite para que o volume seja apreciado no seu conjunto. Não é sem propósito o apelo, pois nos parece hora de avaliarmos o provável prejuízo que há na crescente fragmentação e descaracterização das revistas acadêmicas, algo facilitado pelos novos suportes de publicação e pelos consequentes mecanismos de busca.

Como resultado dos novos parâmetros implementados na Revista do IEB, esse número traz um conjunto mais amplo de artigos. São dez artigos somados a duas resenhas, duas publicações de documentos e algumas notícias do IEB. Nesses termos, esse volume é bem substancioso.

Podemos dividir os artigos em dois conjuntos. O primeiro traz uma seleção de cinco textos cuja origem é bastante *sui generis*, reunindo colaboradores de diversas formações e pertencentes a várias instituições nacionais e internacionais.

A despeito da ausência, nessa primeira parte, de uma orientação temática, o conjunto conta com três artigos que discutem a questão urbana no Brasil. O artigo de Esdras Arraes (USP) investe na história de

uma situação regional do processo de urbanização brasileiro no período entre os séculos XVII ao XIX, especificamente nas zonas interiorizadas que compõe o atual nordeste brasileiro. O Brasil urbano contemporâneo inspira os outros dois artigos. Eugenio Fernandes Queiroga (USP) nos traz uma contribuição para debatermos parâmetros que são fundamentais para vida, mas que são subestimados: a importância dos espaços livres no interior das metrópoles brasileiras para a constituição dos espaços públicos, e por consequência de uma vida pública mais relevante. Por sua vez, o sociólogo urbano Frank Eckardt (Universidade Bauhaus, Weimar-Alemanha) nos surpreende com uma enfática defesa do legado da chamada Escola de Chicago de Robert E. Park nos estudos urbanos brasileiros. Essa produção destacava o racismo como um ingrediente importante na constituição da desigualdade brasileira e, embora atacada na época de sua publicação, ainda seria estimulante para os estudos das cidades brasileiras contemporâneas.

As outras duas contribuições a esse conjunto correspondem a textos de reflexão no âmbito da crítica cultural. O artigo de Roberto Vecchi (Universidade de Bolonha, Itália) discute as recentes elaborações a respeito do conceito de periferia, diante da persistência da ideologia do luso-tropicalismo em suas formulações. Para ele, é necessário manter a crítica alerta contra esses dispositivos ideológicos ocultos na teoria pós-colonial. Já o historiador Marcos Napolitano (USP) pretende um balanço crítico da trajetória da arte engajada de esquerda no Brasil, entre 1950 e 1970. Seu objetivo central é analisar as lacunas e contradições da análise historiográfica provocadas pela excessiva dependência desta em relação à memória produzida pelos sujeitos históricos em disputa nesse campo.

O segundo conjunto de artigos compõe um dossiê orientado pelos editores, interessados, nesse caso, em expor nas páginas da revista as tensões sociais (e suas possíveis interpretações) do Brasil contemporâneo. O dossiê se intitula “O Brasil no período Lula”. A abordagem adotada foi a da verticalização temática trabalhada por especialistas das áreas da cultura, da música, da economia, da educação e da questão urbana. Evidentemente que esse estilo de abordagem não é o único possível e tem várias limitações. No entanto o tema do dossiê é preferencialmente tratado junto à opinião pública, e mesmo no mundo acadêmico, como certa totalidade. E nesse caso (nessa escala de abordagem), nem sempre as visões sobre ruptura ou continuidade em relação ao cenário social anterior são claras. Interessante notar, nesse aspecto, o contraste com as interpretações temáticas, que com mais desembaraço notam as permanências e as mudanças de rumo.

Os artigos do dossiê “O Brasil no período Lula” respondem diferentemente sobre a existência ou não de mudanças estruturais no país. Contudo, respondem com segurança. O texto de Lia Calabre (FCRB) faz um balanço das políticas culturais durante os dois mandatos do Presidente Lula (2005-2010) e enfatiza a implementação de parâmetros de política cultural mais democráticos e participativos que alcançaram o patamar mais elevado que o país conheceu nessa área. Portanto, ela responde positivamente à tese de mudanças estruturais nesse período. Por outro lado, Carlos Palombini (UFMG), Guillermo Caceres (UFC) e Lucas Ferrari (UFMG), ao associarem o desenvolvimento e a morfologia de três bases rítmicas características de três décadas sucessivas do funk carioca a eventos políticos, percebem no comprometimento do primeiro presidente petista com a militarização da segurança pública um dado de regressão, ou de persistência, de posturas repressivas em relação às classes populares e à sua cultura. Com a mesma frustração crítica, Fernando Lara (Universidade do Texas, EUA), já ressoando em seu texto as surpreendentes manifestações populares de junho de 2013, afirma que as cidades brasileiras não estão melhores que há dez anos, apesar das ressalvas sobre outras áreas de atuação do governo. Principalmente, o artigo lamenta certa regressão no impulso democrático para a vida das cidades, bem recepcionada pelo estado anteriormente e desestimulada no período tratado, marcado pela maior participação dos cidadãos nas decisões.

O artigo de Cristina Helena Almeida de Carvalho (UnB) trata de maneira favorável uma das dimensões da política educacional, a saber: a expansão e o financiamento da educação superior com o presidente Lula à frente do executivo. Para ela, a política educacional consubstanciou-se na combinação de crescimento intensivo e extensivo acompanhado do acréscimo de recursos ao segmento federal. E houve nesse sentido uma ruptura (no mínimo uma aceleração) em relação a políticas anteriores. Finalmente, o artigo de André Martins Biancarelli (Unicamp) procura contrapor-se à crítica dominante sobre o agravamento nas condições econômicas no Brasil nos anos de 2012 e 2013, que ele reputa em parte como alarmismo injustificável, sem deixar de notar o contraste com o otimismo reinante até o final do governo Lula. Para ele, os pilares principais da questão econômica sob esse governo que são o crescimento, o desenvolvimento do mercado interno e a justiça social são parâmetros que ainda devem balizar as discussões nessa área, pois já desempenharam um papel relevante na história recente do país.

Está aí a controvérsia entre os especialistas das diversas áreas e entre essa visão temática e verticalizada e o que costuma predominar

nas interpretações de caráter mais abrangente. Está aí desenhado, nesse dossiê, um ângulo interessante da complexidade do Brasil contemporâneo que merece mais do que ser exposto, já ser objeto de uma discussão. É o que faz, abrindo a seção, Alexandre Barbosa (IEB), no provocativo texto “Era Lula”, “Desenvolvimentismo” e *Desigualdades Estruturais*.

Na seção *Resenhas*, duas obras que direta ou indiretamente tratam das manifestações populares de junho de 2013 são objeto de análise. Na resenha de Roberto Pereira Silva (Unifal), o trabalho de Marcos Nobre *Imobilismo em movimento* é tratado como repertório para o entendimento de certa renitência na vida política brasileira, que nos leva a uma tão falada crise de representatividade. E vinculado mais estreitamente às manifestações populares de 2013, o livro coletivo *Cidades Rebeldes* é avaliado segundo esse foco, por Christian Gilioti (USP).

Em *Documentação*, Bruno Gomide (USP) revela uma inesperada aproximação entre um escritor russo, David Vygotski, e os modernistas brasileiros, a partir de uma crítica sobre Literatura Brasileira descoberta em seus arquivos pessoais. Igualmente com base em arquivos pessoais, Bárbara Carneiro (USP) traz um levantamento do Fundo Theon Spanudis no Arquivo do IEB, revelando os desafios de se lidar com uma documentação sobre múltiplos assuntos – da psicanálise à arte contemporânea – e escrita em diversas línguas.

Reiterando o convite para um proveito maior da trama interdisciplinar que esse número proporciona, esperamos que ela suscite ao leitor uma boa leitura.

Jaime Oliva, Paulo Iumatti e Walter Garcia
Editores

ARTIGOS

A periferia como obra modernidades excêntricas a re-arranjos Luso-tropicalistas

Roberto Vecchi¹

Resumo

A acumulação teórica das últimas décadas sobre as “periferias” atualizou o conceito clássico, que hoje é chave para repensar as morfologias complexas do moderno. Com tal conceito, esboça-se, aqui, o perfil do colonialismo português, baseado historicamente numa paradoxal “força débil” que alimenta uma mitologia de excepcionalismo. Assim, um discurso moderno periférico pode se articular no plano internacional a narrativas falsas. Tal dispositivo ideológico, presente na ideologia do Luso-tropicalismo – constituído no Brasil por Gilberto Freyre, e reciclado pela metrópole – mostra um aspecto encoberto nas teorias pós-coloniais. Ao não se cuidar de uma particular ética do discurso, formulações acrílicas pós-coloniais podem se converter em álibi colonial alimentando a imaginação de uma colonização necessária. Portanto, a teoria pós-colonial deve manter um elo estreito com a dimensão meta-crítica do discurso.

Palavras chave

Periferias modernas, colonialismo português, excepcionalismo e Luso-tropicalismo, ética do discurso pós-colonial, pós-colonialismo situado.

Recebido em 4 de novembro de 2013

Aprovado em 22 de abril de 2014

VECCHI, Roberto. A periferia como obra: modernidades excêntricas a re-arranjos Luso-tropicalistas. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 58, p. 17-34, jun. 2014.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p17-34>

¹ Universidade de Bolonha (Unibo, Bolonha, Itália)

Periphery as a Work Eccentric Modernities and Lusophone- -Tropical Rearrangements

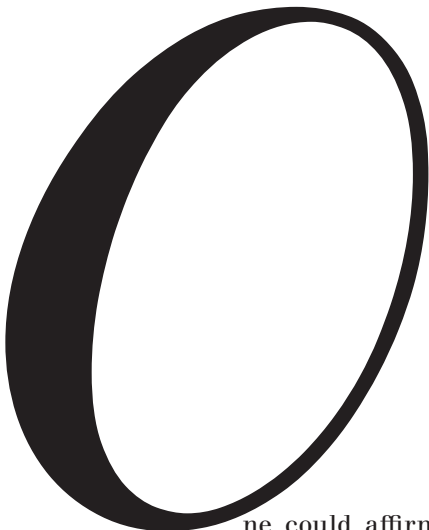
Roberto Vecchi

Abstract

The last decade theoretical accumulation on peripheries has turned this concept into a fundamental tool to approach contemporaneity. It has become an effective key to rethink the complex morphology of modernities, in particular when the modernization processes don't seem completely to entail the diversities of the generated modern forms. After a synoptic genealogy of peripheral thoughts, inscribed in the synthetic categorial circle of Periferic, the concept key is adopted to draft the very particular profile of Portuguese colonialism, historically grounded on a paradoxical "weak force" that fed a mythology of exceptionalism of the Portuguese Overseas case. In this sense, a modern peripheral discourse may become an international work of articulation of fake forms and narratives. Such a rethorical and ideological device, defined by the ideology of Luso-Tropicalism - set up in Brazil, that is in an ex-colony with the decisive contribution of Gilberto Freyre, but after recycled by the contemporary metropolis, Portugal and the Salazarian regime, in order to justify the maintenance of the African colonies - shows a crucial but hidden aspect and risk of the postcolonial theories. If it isn't assumed with a particular ethics of discourse care, uncritical postcolonial arguments may be turned as a exceptional colonial alibi to feed the imagination of a necessary colonial relation. Therefore, postcolonial theory has to keep a very strict link to the metacritical dimension of the discourse.

Keywords

Modern peripheries, Portuguese Colonialism, Exceptionalism and Luso-Tropicalism, Postcolonial, Ethics of the discourse, Lusophone Postcolonialism.



“The future was today”²
Beatriz Sarlo

one could affirm that there is always a sort of ontological problem when we talk about modern periphery³. But what is actually the object we refer to? Linguistically, it is a composed name, a hendiadys, an oxymoron, or should we think of it rather as a conceptual set, doomed to an inexorable dispersion of sense?

Difficulties arise when we deal with complex concepts and we make efforts to inscribe them in a conceptual history (in the modes of the *Begriffsgeschichte*): in these cases, we always encounter phantoms or shadows conditioning (distorting or adjusting) the possibility of interpretation, making an indirect reference to certain thoughts formulated by Slavoj Žižek on the working of political signifiers⁴.

So we may begin our discussion trying to grasp, as much as we can, some phantom rags that, even outside a regime of presence, we “feel” as if they were pressing behind the forms of peripheral modernities.

Among the many fragments - my phantoms, actually - I take into account some authors, following Beatriz Sarlo’s suggestion included in a work we all certainly take into consideration when dealing with peripheral modernity. Sarlo says that “any book comes out as a desire of another book, as an impulse to copy, to robbery, to contradiction, as envy and immeasurable trust”. There are a couple of books I really appreciate on the subject of our discussion: the first is the one I have already quoted

2 SARLO, Beatriz. *Una modernidad periférica: Buenos Aires 1920 y 1930*. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1988, p. 29.

3 The present article was originated by the inaugural lecture that I delivered at the II Lisbon Summer School for the Study of Culture entitled *Peripheral Modernities*, in July 2012. I am grateful to Isabel Capeloa Gil for the friendly invitation to the event and for all the stimulus on the issue deriving from her generous discussion.

4 ŽIŽEK, Slavoj. *The Sublime Object of Ideology*. London-New York: Verso, 1989.

in the epigraph by Beatriz Sarlo, *Una modernidad periférica Buenos Aires 1920-1930*, and the other one is the book defined as essential in the sense above mentioned in Sarlo's essay, that is *All That's Solid Melts into Air. The Experience of Modernity* by Marshall Berman, in particular the chapter on "St. Petersburg: the Modernism of the Underdevelopment"⁵, one of the most read and discussed book in Latina America and especially in Brazil, during the period of redemocratization.

So which are the shadows covering my view of modern peripherals? First, I'd like to highlight the heterogeneity of the concept, that partly justifies the lexical restriction of its multiple interpretation (a multiplicity that maybe can turn itself into the vitality of the concept). What is relevant for me about modern peripheries is that they always entail a constellation of other objects, such as modernization or, if we prefer, Modernism.

There is always an image of a world system, a world economy or transnational capitalism supporting the existence of hybrid peripheries. Even if the triad is structured by some implied relationships, the object keeps a substantial autonomy. For this reason, it seems important to me to try to catch the modernizing process implied by peripheral modernity and how modernist techniques ideologize modernity and its entailed processes (naturalizing them as processes, as Althusser points out⁶). The link established between periphery and modernity sketches out what I would call the "Periferic", a common entity that composes just a part or even the entire peripheral or semiperipheral dimension. Of course, there are strong and irreducible differences between the two concepts, but, at the same time, the heterogeneous nature of their form provides common edges that, in my opinion, turn to be helpful to rethink them in a combined mode.

The double bibliographic spectre fluttering over this vision is today an unpopular (though maintaining in my view its great importance) concept, particularly developed by Leon Trotsky: the idea of an "uneven and combined development". Using this tool, Trotsky approaches the analysis of Russian Revolution providing a model for the interpretation of universal history and, particularly, the functioning of Imperialism and the imperial relation, redefining the forces between the dominator and the dominated:

5 BERMAN, Marshall. *L'esperienza della modernità*. Italian translation. Bologna: Il Mulino, 1985, chapter IV.

6 ALTHUSSER, Louis. *Sull'ideologia*. Italian translation. Bari: Dedalo Libri, 1976, p. 37.

The backward country [...] not infrequently debases the achievements borrowed from outside in the process of adapting them to its own more primitive culture. In this the very process of assimilation acquires a self-contradictory character. Thus the introduction of certain elements of Western technique and training, above all military and industrial, under Peter I, led to a strengthening of serfdom as the fundamental form of labour organisation. European armament and European loans – both indubitable products of a higher culture – led to a strengthening of czarism, which delayed in its turn the development of the country.⁷

Such a “privilege of historic backwardness”, as it is defined with the usual duality, leads us to another critical stage, represented by Ernst Bloch. In another quite famous article written in 1932, and published as part of *Erbschaft dieser Zeit* (1935), “Non-synchronism and the Obligation to Its Dialectics”, Bloch, in a rather famous *incipit*, observes: “Not all people exist in the same Now. They do so only externally, by virtue of the fact that they may all be seen today. But that does not mean that they are living at the same time with others”.⁸ Even if Bloch marginally refers to peripheries (“We called the nonsynchronous differentness warped, and its rebellion, as a much older substance, peripheral”⁹) Franco Moretti, in *Modern Epic. The World System from Goethe to Garcia Márquez* (in Italian: *Opere mondo*), assumes Bloch’s notion of the “contemporaneity-of-non contemporaneous” (translated sometimes as non-synchronism), in order to define the specific nature of the space he calls semi-peripheries. In this sense, non-contemporaneity would be connected, as Moretti asserts, with a specific position inside the World system, unknown to the relatively more homogeneous nations of the centre; this is typical of semi-peripheries, where, on the contrary, development is combined¹⁰.

Thus, we realize, even if through other perspectives, that there is more than a single analogy between such a vision and Wallerstein’s interpretation of the World system. That would be the feature of the *opere*

7 TROTSKY, Leon. *The History of the Russian Revolution*, English translation. London: Pluto Press, 1977, p. 26 and 27.

8 BLOCH, Ernst. Nonsynchronism and the Obligation to Its Dialectics. *New German Critique*, n. 11, 1977, p. 22.

9 *Ibid.*, p. 34.

10 MORETTI, Franco. *Opere mondo*. Saggio sulla forma epica dal Faust a Cent’anni di solitudine. Torino: Einaudi, 1994, p. 47.

mondo (world works), where the geographic reference is not the nation-state but a larger space, a continent or the whole world system.

This theoretical background shows the complex temporalities that configure modern peripheral. Much more than the heterogeneous well-known structure of the modern time (since peripheries are an outcome of modernity), “Periferic” may be conceived as a multiple space in which non-contemporaneities are merged in an indissoluble way. We can analyse this form if we want to have at least an impression – or an image – of the modernizing processes producing it.

We could ask ourselves whether such a morphology of modern peripheries, with their hybrid temporal and material composition, is something peculiar of a certain kind of space or if it constitutes a universal trace of the peripheral condition. In this sense, the proposal to amalgamate, through modern peripheral concepts, the dimension of “Periferic” with different kinds of such a space, would lead us to incline for the second element of the disjunctive sentence.

Thanks to the contributions by Sarlo and Berman, it becomes more evident that what characterizes modern peripheral condition is the cultural dimension of this composed conceptual phenomenon (just to use one more double definition).

There is, as we know, an open discussion on the limits and the potentials from a cultural point of view, in the adoption of a world system view. Some people contest the strictness of the cultural reflection in Wallerstein’s interpretation. Wallerstein himself considers that the confusion existing about the multiple meanings of the term culture is a consequence of the world system itself, of its logic of working as an ideological battlefield¹¹.

It may be useful here, as we will talk about Portugal and its “colonial empire” or “*ultramar*”, to outline a brief summary of the conceptual imaginations of its peripheral or semiperipheral condition. I am referring to some elements of the best, contemporary “Portuguese thought”, where we can find some conceptual arrangements showing the complexity of modern peripheral figures, in relation, not only to materiality or economy, but also to the cultural dimension. Eduardo Lourenço’s canonical concept related to Portugal, the “hyperidentity”¹², about the asymmetry between being and representation of the Atlantic

11 WALLERSTEIN, Immanuel. La cultura come campo di battaglia ideologico del sistema-mondo moderno. In: _____. *Alla scoperta del sistema mondo*. Roma: manifestolibri, 2003, p. 294 and 302.

12 LOURENÇO, Eduardo. Portugal - Identidade e imagem. In: _____. *Nós e a Europa ou as duas razões*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990, p. 22.

Portuguese “complex”, connected with the imperial experience, is surely a crucial issue. At the same time, Boaventura de Sousa Santos’ idea of a Portuguese “State-as-the imagination-of-the-centre”¹³, during the ten-year process of the Portuguese admission in the European Community, has been recently converted by Margarida Calafate Ribeiro in another important interpretative tool to decipher, in a postcolonial framework, the Portuguese expansion over the seas, as the “Empire as the imagination-of-the-centre”¹⁴. Critical devices, beyond their singular interpretative potentials, highlight that the form, if rethought through its huge cultural entailment, as in the case of modern periphery, is as important as the relation that implies. This is another emerging shadow, not in a game of presences or absences, but dealing with the heterogeneous nature of the “Periferic”. The great crucial fact arising from the game played by the relation in peripheral dimension is in my opinion the essential contribution of Antonio Gramsci, who concentrated in the idea of the South (of Italy, the Italian *Meridione*) a great part of its sharp intuition on peripheries.

Actually, Gramsci contrasts the geometric logic with the logic inscribed in the history of spatial concepts (Gramsci’s “metaphorology” directly communicates with the space, based on a lexicon such as “ground”, “territory”, “blocks”, “regions”). In this way, he promotes a reconfiguration of the idea of the South, in particular with other “South(s)”, in a plural, conceptual sense, not in a metaphoric unitarian hypostasis, such as the Italian *Meridione*. Since 1929, Gramsci wrote about the so-called *Mistero di Napoli* (the “Mystery of Naples”), moving from a previous Goethe’s impression, and wondering why such an industrious and active city like Naples was not productive, but only preoccupied for satisfying the needs of the productive classes. The intimate device that the Italian philosopher perceives in Naples, allows us to interpret the Mystery through the relations of force and power, in particular in what he defined the *Quistione meridionale* (“the Southern Question”).

What is impressive in the conceptual reflection about the South (or periphery, in the sense we are mentioning) is its operating analogy with another key category of Gramsci’s thought, that is the subaltern. First of all because Subalternity, like the South, is inter-subjective (starting from the proper Latin etymology), besides arising from a relationship,

13 SANTOS, Boaventura de Sousa. O Estado, as Relações Salariais e o Bem-estar Social na Semiperiferia: o Caso Português”. In: _____. (ed.). *Portugal um Retrato Singular*. Porto: Afrontamento, 1993, p. 20.

14 RIBEIRO, Margarida Calafate. *Uma História de Regressos: Império, Guerra colonial e Pós-Colonialismo*. Porto: Edições Afrontamento, 2004, p. 15.

and, therefore, South and Subaltern, not only in Gramsci's thought, are defined in the context of an organic reflection on power and its spatial projections. In this sense, the case of the Italian *Mezzogiorno* may become, as the Subaltern Studies still maintain, a minimum field to deconstruct more complex and global apparatuses such as Empire or colonialism.

The text of the *Quaderno n.1* (1929) about the "Mystery of Naples"¹⁵ captures the importance of the connection always implied by the South, as the most of its interpretative power should be a consequence of an apparently invisible fold that, on the contrary, reveals itself to be substantial. Significantly, the note is referred to "Americanism", which reflects a radical view, with lights and shadows, of the USA modernizing process, in particular the importance of the deep cultural effects determined by the industrial growth in Northern America and the peculiarity of its forms. Much of the content of the "Mystery of Naples", which the philosopher rewrites in the *Quaderno n.22* (1934) was already present in a more ambitious project (later interrupted and left incomplete, because of the prison) *Alcuni temi della quistione meridionale*, written in 1926.

Endorsing Gramsci's reflection on the South, Edward Said (in *Culture and Imperialism*) defines the relationship between Naples and Turin, north and south, as what he calls the "Gobetti's factor"¹⁶, that is the possibility of establishing an axis between the Northern proletariat and the Southern peasants. As a matter of fact, Said assumes Gramsci's sharp analysis on the South as one of the most relevant points of a geographic and territorial reflection on culture. In fact, in *Culture and Imperialism*, the famous musical metaphor of the counterpoint for the cultural archive, something that comes out from the combination of the metropolitan archive with colonial archives and creates alternative and polyphonic narrations¹⁷ derives from the Gramscian reflection. This is another confirmation of the relational feature of the modern peripheral condition, which, in a certain way, helps to go beyond the simple morphological aspect.

Referring to peripheral conditions, it is important - but at the same time problematic, as I will try to show - to configure the peripheral or semiperipheral conditions of Portugal and its imperial experience.

15 GRAMSCI, Antonio. Quaderno I (XVI) 1929-1939. In: _____. *Quaderni del Carcere*, Gerratana V. (ed.), Torino: Einaudi, 1975, v. I, p. 70.

16 SAID, Edward. *Cultura e imperialismo*. Letteratura e consenso nel progetto coloniale dell'Occidente. Italian translation. Roma: Gamberetti, 1998, p. 75.

17 Ibid., p. 76.

This has to do with a very well-known topic (we can just remember Boaventura de Sousa Santos' analysis of the semiperipheral, intermediate condition of the Atlantic country, following Wallerstein's lesson on the specificity of Portuguese colonialism and postcolonialism), but, in a certain way, the wider circle we define as "Periferic" can clarify some points of the discussion.

What complicates the issue is that we are dealing with a mixture of historic facts, cultural and imagined narratives, central or peripheral fantasies and mythological phantoms - imaginary realms of a past never fully possessed; all this creates an extremely complex and uncatchable configuration of Portuguese modern peripheral.

We might say that the recourse to psychoanalytical theory is not only a functional metaphor as it was in the seventies, during the problematic crisis that definitely converted Portugal from an Atlantic country to a European one (see e.g. Eduardo Lourenço); it is rather useful in the sense Francesco Orlando reads *Il Gattopardo* ("The Leopard") in *L'intimità e la storia*, using a post-Freudian equipment (e.g. Matte Blanco). Thus, it is possible to see a specific periphery like Sicily as an antonomasia of the universal peripheral condition *tout court*, as if Sicily and Portugal had in common a "Periferic" basis, keeping analogical links that allow the combination between the particular and the universal¹⁸.

So, we are approaching what we could name, recalling Gramsci, the "mystery" of Portugal as a peripheral location, a chain of the South (in a plural sense) leading to complications, if we assume a conventional colonial relation. The issue could be summarized in the baroque figure of metropolis, which, for particular conditions, may be interpreted in certain historical periods as "*a colony of its colony*", quoting Almeida Garrett's famous observation on the paradoxical correlation of forces between Portugal and Brazil at the time of the Lusophone Brazilian Empire, at the early 19th century¹⁹.

Modern peripheral features, not only residual, characterize Portuguese ontology since its beginnings (that national mythologies transformed into "origins"): it is significant to observe that the consciousness of the South is somehow associated to a radical revision of the Portuguese ontology, in its complex dialectics between Atlantic and Europe, where Europe emerges as a predominating force on the sea

18 ORLANDO, Francesco, *L'intimità e la storia*. Lettura del Gattopardo. Torino: Einaudi, 1998, p. 121 and 122.

19 GARRETT, João Baptista da Silva Leitão Almeida. *Portugal na balança da Europa*. Do que tem sido e do que ora lhe convém ser na nova ordem de coisas do mundo civilizado. Lisboa: Horizonte, 2005, p. 65.

and Portugal regains its marginal, extreme status of a European country turned out to be a weak and vulnerable Atlantic dispersion. An example of this is the dualism depicted by Eduardo Lourenço when he refers to the conflict, in the case of Portugal, between an ontological strength and an ontic weakness characterizing Portugal history as a whole²⁰.

So, if the Southern consciousness comes out more of a relationship or an articulation with the north than a spatial location, speaking of the geographic and historical case of Portugal, the Southern consciousness is configured not in a theoretical, but in a practical and historical way, as a clash of power intensities, a complex dialectics or, it would be better to say, tensions between different poles (north and south, centre and periphery, etc.). Therefore, it's an intellectual process that "produces" the South, as a declension of a hybrid, modern and simultaneously late condition.

Such a feature can be explained by the complexity of the location of Portugal, within, at least, a double geography. The awareness that a reterritorialization of Portugal was not something to be postponed occurs, beyond the emergence of Europe, in the transit between the 19th and the 20th centuries. The turning point of such a process may be located still in the 20th century, when the discussion on modernities places the country and the national culture in what can be defined sociologically as a semi-periphery.

In the folds of a "particular" modernity – and someone might say, with some risks, "specific" – representations of Portugal are fed by a fantasy of the centre which is anyway inadequate to hide all the evidences of an immanent peripheral co-presence. Modern European colonial topographies are based on more tortuous, eccentric figures in the Portuguese case.

For these reasons, the triad modernization, modernities and modernism has a proper function in 20th century Portugal, at least until the fracture of the full European inscription and the end of any imperial temptation (after the Carnations Revolution in 1974 and the decolonization in 1975).

In this context, we assist to an apparent resistance to Modernity, used as a flag to claim an historic exceptionalism, at the same time accumulated and comparative, in what could be seen as the centre (only partial, actually), but promoting a parallel, doubled modernity. This is made by controlling modernizing processes through the adoption

20 LOURENÇO, Eduardo, *op. cit.*, p. 19.

of modernist techniques outside, in the so – called colonial space, highlighting more and more the mixed form of modern peripheries.

So, we can ask what remains of a spatially localized periphery when the dominant agency of the regime alters the relations of force in the above mentioned triad. An identitarian self-portrait work is at stake in a context like that. Modernist and vanguard signs are recycled for the production of a peripheral self-represented location²¹.

Beyond the configuration of modern periphery as a form and relation, it is important to add how a periphery may be the result – that is, the work of a production, or a process, particularly when the tensions between material and cultural conditions are deeply sharp and are involved in a permanent redefinition of the peripheral and the Southern inscription, as well as in an intensity of powers.

I would like to use a couple of images as circumstantial evidences, not really full analytical objects, but useful as turning points for the following reflection.

The first image is Kinaxixi municipal market in Luanda, a “modernist” work erected in the fifties and planned by the Angolan Portuguese architect Vasco Vieira da Costa, pulled down in 2008 in order to construct a new six-floor mall. The demolition, which was considered in Portugal a tragedy for the modern Portuguese architectonic history, provoked a debate on cultural heritage, architectural memory, and colonial relations. To whom belonged Kinaxixi Market, as a cultural heritage, to the former colonizer or the former colonized? Why an example of Portuguese modern architecture is destroyed in the name of economic market values or as a consequence of an old and overcome postcolonial resentment?

The second case is quoted in a classical and fundamental essay *Raízes do Brasil* (1936), by Sérgio Buarque de Holanda, on national formation (and previously, as an embryo, in an article, “*Corpo e alma do Brasil*” (“Body and Soul of Brazil”, 1935)). The text mentions a strong image of what can be assumed as an interpretative figure of Portuguese colonial experience, in this case localized in South America: referring to the singular modernity of Brazil, after a deep and still active influence of the Portuguese colonization, he observes that today we are still “a periphery without a centre”.²²

21 In such a perspective cfr APPADURAI, Arjun. *Modernity at Large*. Cultural Dimensions of Globalization. Minneapolis-London: University of Minnesota Press, 1996, p. 179 and 180.

22 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 18. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984, p. 131.

The double image (Kinaxixi and an absolute periphery) helps us to understand a little better what is at stake with Portugal and a diaspora overseas going on for ages, that is the configuration of a peculiar modern peripheral setting: the dislocation in the periphery of a Modernity otherwise fought in the metropolis (a metropolis marked by another peripheral situation) and the production of a quite absolute periphery (to which any central reference is taken away, as well as any constitutive inter-subjective relation). It is a sort of huge fetish of the “Periferic” that perfectly interprets one of the most famous Salazarist propaganda slogans “*orgulhosamente só*” (“proudly alone”).

After the World War II, when the international community started to claim the dissolution of the European Empires, a peripheral mythopoeia has been articulated with a very functional symbolic economy. The long duration strategy of Portugal drastically changed directions. Starting from the constitutional revision in 1951, all the imperial possessions were converted, using an ingenious rhetorical device and a revisionist and integrational discourse, considering the exceptionalism of the civilizing Portuguese expansion over the seas. As it is well-known, Empire became *Ultramar* (“Overseas”), Colonies turned to be Overseas Provinces, Colonialism is translated as *Integracionism* and so on. In this way, the Portuguese empire, which had developed in the previous decades, between 1930 and 1945, as a mystic achievement of the providential “destiny” of the Atlantic country to dominate other worlds, to be naturally and ontologically colonizer, claims its peripheral condition outside the modern European imperialisms, configuring itself as a large periphery without a centre, where peripheries reached a more advanced stage of development in comparison with their metropolis.

This comes along with a coincident production of a self-image as a peripheral margin of Modernity. Such a new rearrangement is based apparently on a singular genealogy, mixing peripheral modernities with proper and modern techniques of assemblage. The Brazilian reflection on national formation, around the thirties of the 20th century, concentrated, in particular, on the anthropologist Gilberto Freyre’s thought, enhancing for the first time the importance of the black slaves in the construction of the hybrid, mixed race, Brazilian identity. At first, such a vision was rejected and considered as dangerous by the Salazarist regime, because of the importance given to race mixing (*miscigenação*). In the fifties, the same regime assumed this external (peripheral) thought to highlight that Portuguese history in this perspective must be reformulated not as a colonial narration but, on the contrary, as an early civilizing project founded on a precocious modern “humanitarian” universalism,

assuming the features at this stage of what is renamed, as a specificity, “Luso-tropicalism”.

Similarly, a dose of unrealism can be noted in the resurgence of this Luso-Tropicalist, nostalgic view regarding the Imperial experience of Portugal outside Europe. According to this revisionist theory of the colonial experience, from the point of view of colonial violence, Portugal practised a much more friendly (“cordially”) type of colonialism within the borders of its empire. This conviction contributed to the formation of a rather widespread stereotype regarding the existence of a colonial model specific to the Portuguese empire, in which the conditions were created for a progressive alliance between the colonizer and the colonized (Brazil is the alleged example of this).

This model is very different in nature compared with the one that went on in other colonial contexts, for example within the context of British “regulatory” colonialism. Even this re-interpretation suffers, as it happens when the Imperial narration is at stake, from a substantial manipulation of the relationship between *factum* and *factum*, between history and myth. This is absolutely indecipherable in the Portuguese case, because it overlooks a substantial detail which the most attentive postcolonial studies have readily pointed out: the “subordinate” colonialism practised by countries such as Portugal is not at all weaker, as it may be claimed; on the contrary, it is more intense and complex because the colonialism practised by a semiperipheral country reproduces both the direct colonialism of the metropolis on the colony, as well as parts of the indirect colonialism which the metropolis is subjected to by other centres²⁵.

The lusophone-tropicalist rearrangements, taken as a revision of Portuguese colonial narrative, are a quite intriguing object of study. First of all, for the modality through which a modern periphery is carried out as an artificial but historically active locality, typical of any act of colonization, transforming space and times in places and histories. It is also an effective work whose construction provides metacritical elements to discuss how a theoretical postcolonial framework can operate in critical discourses. This is a problematic ideological device which influences most of the representations taking into account Portuguese colonial past.

The labyrinth in which the work is executed is quite eccentric; however, it’s not a casual and planned eccentricity, but rather a modern discourse rooted in the old colony (Brazil) for national aims, in particular to fulfill the process of national formation. This is done a couple of decades

25 SANTOS, Boaventura de Sousa, op. cit., p. 247.

after by the old colonizer (Portugal) to justify its colonial past as another kind of project in comparison to the other European colonialisms.

The appropriation of Freyre's reflection (with Freyre's availability) is really functional for supporting the isolation of the claim for a specific peripheral condition. It is important to notice that this reassumption happens with a modern symbolic work of rearrangement and articulation of another location. It deals with articulated techniques of assemblage, quotation, rewriting, reusing, that turn the work into a modernist act, even if not aesthetically finalized, at least from a formal point of view. As Berman shows, "the Modernism of the underdevelopment is destined to found itself on fantasies and dreams of modernity, feeding itself with a contemporary familiarity and struggling with mirages and phantoms".²⁴

The most interesting element comes out when we consider the temporalities and the ideological content, entailed by the production of such a work. A postcolonial material, belonging to a remote colonial past, is recycled to set on and confirm the ongoing strong vitality of colonialism, which is, in its turn, redefined not as colonial but as civilizational, shifting from a historical plane to a cultural one. In this sense, periphery works in symmetry with the material of the colonial project, with the force of this ideological rearticulation, disguised as scientific tendency as in Gilberto Freyre's contribution. The critic was invited to carry out a wide trip "*em terras de Portugal*" ("in Portuguese lands"²⁵) to see a colonial system originated by the historical weakness of the Portuguese colonial project.

The praise for the Portuguese plastic tendency to hybridism and race mixing, distancing itself from the critical position and the censorship of other colonial empires in condemning the practice of mixed race marriages, incorporates a visible fact within Portuguese colonial experience and its pseudo-specificity.

What draws our attention is the consistence between the work and the act of this artificial interpretative product. It is like an assemblage of the main line of force combining a modernization movement, a reshaping of the past by fixing a proper paradigm of colonialism and criticizing alternative modernities. The equipment, through which such a reformulation turns to be possible, derives from the modernist arsenal, and everything is put together with a wide consciousness of

24 BERMAN, Marshall, op. cit., p. 285.

25 Cf. FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas*. Introdução a uma possível lusotropicalologia, acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, da África e do Atlântico. Recife-São Paulo: Fundação Gilberto Freyre - É Realizações Editora, 2010.

the functioning of this new revisionist narration. Past postcolonial and nationalist Brazil is the main ingredient of contemporary colonial Portugal.

How does peripheral modernity at stake facilitate the new amalgam corresponding to an alternative semantic strategy? Heterogeneous composition, and in particular the possibility to handle some parts of the peripheral form, disconnecting the peripheral from any other relational centre, is what provides the main tools for the cultural operation on fragile memories and not yet historicized colonial past. But the consciousness of the work of periphery is quite sharp and visible.

The complex cultural act based on a careful use of the symbolic economy carried out by the regime, in the presence of a skeptical international community, is not at all extemporary, but founded in a longstanding effort to invest symbolically in the construction of an imaginary empire. The work is based on a double reterritorializing exercise of power, ex-scribing (it should be said, using partially the term defined by Jean Luc Nancy and in the sense of a cultural sovereignty) from a Brazilian postcolonial history, a reviewed colonial past and in-scribing it in Africa as a new Portuguese Brazil (since the times of “*Setembrismo*” and Sá da Bandeira). This actively interposes an investment in the verbal aspect, that is, showing the long duration of a present tense (a historical present tense).

In this sense, it is perfectly consistent the affirmation of the 1961 Minister of Colonies, Adriano Moreira: “We want to emphasize in front of the national community the national decision to go on with the politics of multiracial integration, without which there will not be peace and civilization in black Africa [...] a politics whose benefits are documented by the major country of the future, that is Brazil”.²⁶

There are many elements in Moreira’s sentence that need to be examined. The first is very evident and is the rhetoric device that makes Brazil an antonomasia of the periphery founded by Portugal. In a certain way, it is a common exercise in literary criticism, in particular in the Freudian outline (as Francesco Orlando shows with *Il Gattopardo*); at the same time, the antonomasia is used not towards a generalization, as we could expect, but in search of a specificity to be established and thus working in a complex mode, shifting the general for the particular and naturalizing the artificial effect.

26 (incomplete) apud RIBEIRO, Margarida Calafate. op. cit., p. 160. Quoted in RIBEIRO, Margarida Calafate. op. cit., p. 160.

As a matter of fact, we have many slight shifting movements that shape Luso-tropicalism, through a form that has semantic effects. The other macroscopic case is, as it emerges from Moreira's quotation, the Luso-tropicalism appearing as a fake epistemology and an effective ideology (not a reality, but "a desire or a destiny"²⁷). This turns exceptions (in the sense of characterizing features of a certain fact) into examples (whose functioning is, according to Agamben, quite symmetric, even if uneven²⁸) and produces an apparently original (in all the sense) colonial paradigm as a work. And the work is executed through a sophisticated rhetoric and a symbolic technology and is based on a reuse of the heterogeneity of forms rooted in peripheries.

What I'd like to underline in this reflection is that it is risky to build up a discourse on peripheries only starting from its morphology, from its mixed form, because even unintentionally we might generate an aura of the peripheral condition, celebrating an extraordinary regime of uniqueness. In the Portuguese case, a contagious uniqueness produces other ("lusophone") forms of "uniquenesses" (in the plural), if the paradoxical (that is modern) definition can be admitted.

Which are the main semantic consequences deriving from the production of a peripheral discourse on the luso-tropical artificial "specificity"?

Among the main ones, I'd say that the first is a warning on an ethics of discourse concerning postcolonial studies. The luso-tropicalism produced through an apparently scientific theory of the tropics adopted by Salazarist regime, is a colonial device of a postcolonial discourse, but it keeps working as a postcolonial possibility of interpretation about Portugal and the "seas". This is the reason why it is so easy to fall in its traps, even involuntarily. There is a sort of automatic distortion in the intention of saying when we deal with Portuguese Empire and colonial experience. It seems that describing any context of Portuguese colonialism, because of the project's weakness and the exiguity of the historical force, we are always compelled to identify some differences that form a specificity. Uncritical praise of peripheries or modern peripheral or the peripheric may breed such effect, even indirectly or unintentionally. It is the case of the big names among postcolonial

27 CASTELO, Cláudia. O modo português de estar no mundo. In: _____. *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1935-1961)*. Porto: Afrontamento, 1998.

28 AGAMBEN, Giorgio. *Homo sacer. Il potere sovrano e la nuda vita*. Torino: Einaudi, 1995, p. 27. And on this topic see VECCHI, Roberto. *Exceção atlântica*. Pensar a literatura da guerra colonial. Porto: Afrontamento, 2010, p.184.

Portuguese critiques, which occupy important positions, but are not completely immune from Luso-tropicalist traces.

This potential threat that can affect any “situated” discourse (which, in the act of situating, implies the risk of diverging or being exposed to an ideological drift) provokes the necessity to rethink peripheries from other points of view, not only morphologically.

In fact, if a production of peripheries as a work through a proper cunning articulation is feasible, as we can see it is very important to watch this process because of the reification, that is the shifting from a use value to another consumption value, related to an ideological reconfiguration of the work, hiding the way it is produced. In a certain perspective, anyway, the transfer of terms of the problem from the historical horizon to a material, morphological or linguistic one, determines several conditions of study and reflection on it. Otherwise, it would keep alive a phantasmatic essence.

In this way, we can consider that modern peripheral elements impose a wider angle of critical agency in case we want to avoid negative semantic effects exemplified by Luso-tropicalism. We have to assume peripheries with all their dense background, with the quality of a form but also with their supplementary relational and processual entailments.

Mosaicism, composition, articulation - all the modern techniques we can use when we handle hybrid and accumulated fragments of the peripheral dimension - can convert peripheral materials in a rigid hegemonic discourse without any user’s assent.

In conclusion, we can draw some clear advice from the connection between modern peripheries and luso-tropicalist rearrangements.

Such a perspective provides a materialistic mode (dealing with linguistic and rhetorical planes) to approach ideological issues, in particular, as in the imperial Salazarist case, the attempt is to naturalize an ideological reformulation of past colonial experience.

Another consequence of this option is the relevance we can ascribe to the task of the ethical subjectivity in the construction of a scientific discourse, in particular handling fragments of divergent modernities in accordance to which the definition of the rules of the assembly is essential to produce one or another postcolonial narratives, as it occurs in many other cases of problematic contemporary representations such as testimony or translation. The risks of revisionist narration, as luso-tropicalism shows, are many and it is important for the interpreter to activate strategies where his ethical engagement is exposed and visible and not concealed or distorted.

Finally, the vision that comes out, from this reconstruction of periphery as a modern, symbolical and rhetorical, problematic work, is that the common – which is not the eccentric – of colonial and postcolonial rearrangements may be found in the violent nature of the colonial relation (the opposite of luso-tropical cordiality); something that narratives can hide or euphemize for specific ideological aims and approaches.

The deconstruction of artificial specificity, derived from peripheral modernities and related to the modern expansion of dominating centres, may not only unmask the social and ideological production of eccentric peripheral auras, but may clearly show what could be seen as “unique”, on the contrary is the same, deep and hidden heart of an old but modern violence, reusing and misusing remnants of other times and probably forever lost voices and histories.

About the author:

Roberto Vecchi

Associate Professor in Portuguese and Brazilian Literature at the Faculty of Foreign Literatures and Languages of the University of Bologna.

E-mail: roberto.vecchi@unibo.it

Esquerdas, política e cultura no Brasil (1950-1970) um balanço historiográfico

Marcos Napolitano¹

Resumo

Este artigo propõe um balanço crítico da trajetória da arte engajada de esquerda no Brasil, entre 1950 e 1970, com base nos debates bibliográficos consolidados e nas revisões historiográficas mais recentes. O foco da análise recai sobre a trajetória da cultura nacional-popular e sobre as proposições estéticas desenvolvidas por artistas militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que passaram a sofrer uma grande crítica no final dos anos 1960 por outras correntes de esquerda. A partir dessa perspectiva central, analiso as lacunas e contradições no âmbito da análise historiográfica provocadas pela excessiva dependência desta em relação à memória produzida pelos sujeitos históricos em disputa.

Palavras-chave

Arte e política, Brasil: história cultural, Nacional-popular: Brasil.

Recebido em 31 de julho de 2013

Aprovado em 14 de março de 2014

NAPOLITANO, Marcos. Esquerdas, política e cultura no Brasil (1950-1970): um balanço historiográfico.

Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, n. 58, p. 35-50, jun. 2014.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p35-50>

¹ Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

Politics and Culture in the Brazilian Left a Historiographical Balance

Marcos Napolitano

Abstract

This article offers a critical assessment of the trajectory of committed left art in Brazil between end of the 1950's and end of the 1970's, based on established bibliographic debates and more recent historiographical revisions. The focus is on the trajectory of the national-popular culture and the aesthetic propositions developed by artists linked to the Brazilian Communist Party (PCB), which suffered a major criticism from the late 1960's by other left currents. From this central perspective, we analyze tensions and contradictions within the established historiography on Brazilian left culture, caused by its excessive tribute to the memory produced by historical protagonists involved in cultural struggles in the 1960's and 1970's.

Keywords

Art and politics, Brazil: cultural history, National-popular: Brazil.



relação entre as esquerdas e a cultura, incluindo-se nesse campo a produção artística, constitui-se em um campo quase inesgotável de questões e debates teóricos e políticos. Com a estruturação dos grandes partidos e organizações ligadas ao movimento operário na Europa, no último quarto do século XIX, antigos problemas e debates, motivados pela Revolução Francesa e pelo uso da cultura em situações revolucionárias, ganharam nova densidade, gerando debates intensos que envolveram grandes líderes políticos e intelectuais militantes como Plekhanov, Lênin, Trotsky, Lukács, Gramsci, Brecht, entre outros. Após a Revolução Russa, os “problemas culturais” ou o “*front cultural*”, para utilizar as expressões caras aos marxistas, configuraram um debate bastante sofisticado, sobretudo entre os anos 1920 e 1930². Após a II Guerra, o chamado “marxismo ocidental”, a começar pela Escola de Frankfurt, tomou a questão cultural como um eixo central de suas reflexões sobre as sociedades capitalistas avançadas, caminhando para uma revisão crítica das relações entre cultura e revolução ao longo da segunda metade do século XX. Em certa medida, tanto o capitalismo avançado e sua poderosa indústria cultural, como os efeitos da traumática relação da União Soviética stalinista com o campo artístico-cultural, constituíram-se nos problemas centrais a serem debatidos e criticados, apontando-se para outra relação possível entre engajamento político e ação cultural.

2 LUNN, Eugene. *Marxismo y Modernismo: un estudio historico de Lukács, Brecht, Benjamin y Adorno*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1986. Para uma síntese das categorias e conceitos derivados desse debate, bem como sua aplicabilidade na pesquisa histórica, ver NAPOLITANO, Marcos. A relação entre arte e política: uma introdução teórico-metodológica. *Temáticas*, Revista de Pós-graduação em Sociologia/Unicamp, Campinas, v. 37-38, p. 25-56, 2011.

Esse breve introito ao tema central não tem a pretensão de, sequer, esboçar o mapa do grande debate sobre a cultura e as artes no campo marxista ou na tradição maior das esquerdas. O que pretendo aqui é sublinhar os problemas centrais que, em certa medida e sob outras circunstâncias históricas, serão vivenciados pela esquerda brasileira, particularmente a esquerda comunista, durante o segundo pós-guerra. Em linhas gerais, os eixos centrais configurados no debate da esquerda marxista europeia também estarão presentes no ambiente cultural brasileiro, muitas vezes sem a densidade teórica que marcava o contexto europeu, mas sempre configurados de maneira dramática e dilemática, reveladora da rica historicidade do período, marcada pela afirmação de uma política de massas voltada para a superação do subdesenvolvimento histórico. Os temas são os seguintes: os limites entre reflexão e crítica intelectual militante; as tensões entre arte e propaganda; o lugar da cultura no conjunto da chamada “superestrutura” da sociedade; o papel da arte para a construção de uma consciência revolucionária e progressista; a relação entre o artista e o intelectual com o Partido (questão esta particularmente complexa no caso dos Partidos Comunistas altamente centralizados e burocratizados).

Reconheço que o amplo leque das esquerdas e o problema do engajamento vão muito além da tradição marxista-leninista e da esfera de influência dos partidos comunistas construídos sob a influência soviética³. Entretanto, devido aos limites e à natureza deste texto, tentarei analisar a ação cultural das esquerdas a partir de um recorte mais preciso, centrado no protagonismo dos artistas e intelectuais filiados ou atraídos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB)⁴. A meu ver, a exposição e a análise dos eventos ligados à vida cultural pecebista podem articular problemáticas mais amplas para pensar a vida cultural brasileira, tais como o modernismo, o folclorismo⁵, o nacionalismo e o

3 SARTRE, Jean Paul. *O que é literatura?* 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1993.

4 Para um panorama crítico da produção cultural pecebista ver NAPOLITANO, Marcos; MOTTA, Rodrigo Patto S.; CZAJKA, Rodrigo (orgs.). *Comunistas Brasileiros: cultura política e produção cultural*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. É preciso lembrar que o grau de militância e organicidade do artista com o Partido poderia variar conforme o caso, havendo desde simpatizantes que frequentavam células até filiados que ocupavam cargos na estrutura formal do Partido.

5 O folclorismo, movimento de promoção e estudos do folclore protagonizado por intelectuais, atraiu grande número de importantes intelectuais brasileiros desde o fim do século XIX. A partir dos anos 1930, ganhou peso na própria burocracia cultural do Estado, transformando-se em movimento intelectual nos anos 1940. A chave folclorista começou a entrar em declínio, durante os anos 1960, com a afirmação de uma sociologia da cultura mais afinada com métodos críticos de pesquisa acadêmica e científica. Nesse momento a noção de cultura popular passou a

frentismo cultural. Esses temas nos fornecem uma pauta fundamental de reflexão sobre o problema da “cultura brasileira”, suas formações, faturas, circuitos e impasses.

Desde os anos 1930, ao menos, os comunistas brasileiros desenvolveram forte atuação na área artística e cultural. A dita “literatura regionalista” ou “literatura social” brasileiras contaram com escritores comunistas ou simpatizantes como seus principais representantes. Jorge Amado, Graciliano Ramos, Patrícia Galvão, Carlos Drummond de Andrade, José Lins do Rego, entre outros, filiados ou simpatizantes do Partido, desenvolveram boa parte dos seus escritos tentando articular a representação dos dilemas históricos brasileiros e as mazelas sociais do país, com o imperativo do engajamento cultural estimulado pelos influxos que vinham da União Soviética. Também estava presente o diálogo com o modernismo e seu ativismo artístico e cultural na construção de um novo Brasil, a partir do revigoração do “povoação” e das próprias elites culturais que deveriam conduzir o Brasil a uma nova etapa histórica. No caso dos comunistas, obviamente, tratava-se idealmente da construção de uma contra-elite capaz de expandir a consciência revolucionária das massas e de conduzir a revolução.

Ao longo dos anos 1930, sob signos ideológicos e políticos cruzados e conflitantes, a esquerda e a direita compartilhavam da missão de delinear uma nova e genuína “brasilidade”⁶. Além desse legado, que será fundamental para a compreensão da ação cultural das esquerdas após-1945, a década de 1930 também foi importante para a percepção dos dilemas e dificuldades na “figuração do outro” no campo artístico e cultural⁷. Neste caso, a assimetria de classes ganhava contornos ainda mais dramáticos para o artista de esquerda, agravada pelo abismo educacional que separava intelectuais letrados e trabalhadores que deveriam constituir o seu público idealizado (operariado e campesinato). Esse problema, adensado por outras conjunturas e situações históricas, perpassará a ação cultural das esquerdas também no segundo pós-guerra. Outro elemento importante do engajamento artístico e intelectual dos anos 1930 para a

ser tratada de outra maneira, como parte da reflexão sociológica ou antropológica. Apesar dessa crítica, o material dito folclórico continuou atraindo muitos artistas, inclusive os de esquerda. Ver VILHENA, Rodolfo. *Projeto e missão: O movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte; Editora FGV, 1997.

- 6 RIDENTI, Marcelo. *A brasilidade revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. Para uma visão da ação dos intelectuais e artistas comunistas nos anos 1930, ver também PALAMARTCHUK, Ana Paula. Intelectuais, esquerda e cultura no Brasil dos anos 1930. In: ROXO, Marco; SACRAMENTO, Igor (orgs.). *Intelectuais partidos: Os comunistas e as mídias no Brasil*. Rio de Janeiro: E-Papers/FAPERJ, 2012, p. 45-72.

- 7 BUENO, Luis. *Uma história do Romance de 30*. São Paulo: Edusp, 2009.

compreensão da esquerda do pós-guerra foi a construção de tipos literários que terão longa vida nas artes engajadas brasileiras. Jorge Amado, nesse sentido, criou modelos de personagens que chegarão ao cinema nos anos 1950, como, por exemplo, o malandro solidário ao operário de *Rio, 40 graus* (de Nelson Pereira dos Santos, 1954). Seus protótipos de vilões e heróis também chegarão à teledramaturgia, sobretudo pela mão de outro baiano comunista, Dias Gomes⁸. Mas a linhagem de tipos populares que marcarão as canções, o teatro e o cinema engajado dos anos 1950 a 1970 não é tributária apenas dos escritores de esquerda dos anos 1930. A direita nacionalista também consolidou “tipos humanos brasileiros” sob a égide do folclorismo. Órgão do DIP estado-novista, a revista *Cultura Política* em sua seção de folclore, sob a responsabilidade de Basílio Guimarães, disseminará personagens idealizados que povoarão as canções de protesto, os filmes e as peças engajadas nos anos 1960, tais como o *pescador* e o *vaqueiro*. Nesse ponto reside um dos grandes debates historiográficos sobre a cultura de esquerda no Brasil: seria uma mera apropriação progressista do nacionalismo da direita autoritária dos anos 1930 ou, já nessa década, a esquerda seria uma das vertentes de construção da “brasilidade”⁹?

O fato é que o nacionalismo, em um amálgama que por vezes confunde as heranças simbólicas da direita e da esquerda, marcou o debate cultural e a produção artística ligada de alguma maneira ao PCB. Com a consagração da expressão “nacional-popular” em meados dos anos 1950, um novo projeto parecia se afirmar na política e na cultura, fazendo com que comunistas e trabalhistas convergissem em vários pontos, esboçando um projeto global de mudanças para o Brasil¹⁰. Esse projeto ganhou corpo no final dos anos 1950 e fez com que, paulatinamente, os temas da reforma e da revolução - debate caro às esquerdas marxistas - ficassem

8 Para uma síntese da trajetória de Dias Gomes, ver SACRAMENTO, Igor. Dias Gomes e a intelectualidade comunista nas modernizações midiáticas: rádio e televisão (1944-1979). In: ROXO, Marco; SACRAMENTO, Igor (orgs.). op. cit., p. 325-360. A teledramaturgia comunista também foi analisada, em sentido mais amplo, dentro da linhagem do realismo crítico por CARDENUTO, Reinaldo. A sobrevida da dramaturgia comunista na televisão dos anos 1970. O percurso de um realismo crítico em negociação. In: NAPOLITANO, Marcos; MOTTA, Rodrigo Patto S.; CZAJKA, Rodrigo (orgs.). op. cit. p. 85-106.

9 RIDENTI, Marcelo. op.cit. Ridenti revisa a crítica cultural dos anos 1980, que via na esquerda nacionalista uma extensão do nacionalismo conservador, defendendo a tese de que o nacionalismo de esquerda cumpriu outro papel histórico e tinha uma linhagem histórica e intelectual própria.

10 FERREIRA, Jorge. *Jango: uma biografia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

embaralhados¹¹. Esta convergência, alicerçada em um nacionalismo crítico e seletivo (portanto, diferente do nacionalismo integrador da direita), é fundamental para entendermos a chamada “hegemonia cultural da esquerda” entre 1958 e 1968, possibilitando a construção de um frentismo cultural que marcará época na cultura brasileira. Não é por acaso que o interesse em Lukács ganhou novo alento nas publicações do partido, no final dos anos 1950, como teórico do realismo e do frentismo cultural, bases da ação cultural do PCB daquele momento¹². Esse novo frentismo parecia superar os limites impostos pelo realismo socialista, vivenciado como doutrina partidária no PCB entre 1947 e 1954¹³. Diga-se que, a rigor, esse foi o único período em que o Partido tentou desenvolver uma efetiva e sistemática política cultural orgânica¹⁴. O realismo socialista proposto pelo braço direito de Stalin, Andrei Jdanov, no final dos anos 1940, tinha uma série de preceitos estético-ideológicos rigorosamente definidos. Entre eles podemos citar a busca da comunicabilidade da obra, a ênfase em conteúdos temáticos e dramáticos simplistas, a fusão entre cultura popular e formas da “herança cultural burguesa”, o culto ao “herói positivo” e modelar que pudesse dar exemplos de ação revolucionária sem maiores hesitações. No Brasil, sua maior expressão se deu na publicação da coleção “Romances do Povo” e no debate sobre a música erudita de caráter nacionalista¹⁵.

Apesar de certo dirigismo partidário, e das “patrulhas ideológicas” que sempre marcaram o PCB na área cultural, após 1955 não se pode falar, rigorosamente, em uma política cultural ampla, coerente e orgânica por parte da direção partidária pecebista. Por outro lado, muitos artistas e intelectuais tentarão constituir um núcleo duro de ação e direção cultural, como atesta, por exemplo, a ação do chamado “Comitê Cultural da Guanabara” a partir do final dos anos 1950.

A rigor, a produção artística efetiva dos comunistas, mesmo nos tempos duros do realismo socialista, estava além dos estreitos limites do

-
- 11 SEGATTO, José A. *Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.
 - 12 FREDERICO, Celso. A presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade. In: MORAES, João Quartim (org.). *História do Marxismo no Brasil: influxos teóricos*. Campinas: Editora Unicamp, 2001, v. 2, p. 185-222.
 - 13 MORAES, Denis. *O imaginário vigiado*. A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
 - 14 RUBIM, Antonio Canelas. *Partido comunista brasileiro: política e produção cultural*. 1987. 415 p. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1987.
 - 15 EGG, André. *O debate no campo do nacionalismo musical no Brasil (anos 1940 e 1950): o compositor Guerra Peixe*. 2004, 243 p. Dissertação (Mestrado em História) - Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2004.

ждановismo, a sua versão mais autoritária. Se houve um movimento nas artes plásticas (por exemplo, Clubes de Gravura) e na música erudita constrangido por esta doutrina, no cinema ou na música popular, por outro lado, os artistas comunistas dialogavam com outras influências que julgavam ser mais pertinentes na busca da comunicação com as massas, como o melodrama e as chanchadas, e com o samba. Cinema e música popular estavam menos afeitos ao folclorismo estilizado do realismo socialista e mais próximos das influências do mercado e do gosto das massas urbanas brasileiras. Filmes como *Agulha no palheiro* (de Alex Viany, 1952) ou *Tudo azul* (de Moacyr Fenelon, 1951) são exemplos desses diálogos improváveis¹⁶ e mesmo no primeiro Nelson Pereira dos Santos, esses elementos estarão presentes.

O surgimento do Centro Popular de Cultura da UNE, em 1962 (já esboçado um ano antes no Rio de Janeiro), modificará o quadro de produção cultural e afirmará a “hegemonia cultural” dos comunistas na área cultural. Diga-se que o CPC não era inteiramente formado por jovens militantes comunistas, mas é inegável que a presença de nomes importantes da área cultural do Partido, como Leon Hirszman, Carlos Lyra e Oduvaldo Vianna Filho (posteriormente Ferreira Gullar), deu o tom da entidade. O Teatro de Arena de São Paulo, em parte egresso do Teatro Paulista do Estudante (este, sim, composto por jovens comunistas), também foi outro núcleo importante de afirmação cultural e artística realizada em nome do Partido. Se o CPC, inicialmente, era pautado pela busca de um *agitprop* eficaz em tempos de mobilização popular, buscando uma linguagem mais direta e imediata com as massas, o Arena em sua primeira fase (antes de Augusto Boal, diga-se) era marcado pela expressão do grande drama popular, base do “desentorpecimento da consciência alienada”, como escrevera Gianfrancesco Guarnieri em 1958.

O famoso “Anteprojeto de Manifesto do CPC”, escrito por Carlos Estevam Martins, nunca passou exatamente disto: de um anteprojeto. Tomado como sinônimo da produção cultural da entidade sem maiores mediações, em críticas posteriores¹⁷, o manifesto foi responsável mais por gerar debates e polêmicas internas do que por alinhar os artistas e intelectuais em torno da utopia da “arte popular revolucionária”, definida nos termos do manifesto como propositalmente tosca no plano estético e acessível às massas. Novas abordagens historiográficas vêm revelando o

16 NAPOLITANO, Marcos. Suicidas e Foliões: chanchada, carnavalização e realismo no filme *Tudo azul* (Moacyr Fenelon, 1951). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v.26, n. 51, p. 135-153, jan.-jun. 2013.

17 CHAUI, Marilena. *Seminários*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

grande debate interno que se seguiu ao manifesto, opondo os dramaturgos e cineastas que gravitavam em torno do CPC na busca de dirigismo intelectual e estético¹⁸. Os primeiros não recusavam o profissionalismo e o drama burguês bem feito como possibilidades de expressão teatral, os segundos não abriam mão do diálogo com as vanguardas cinematográficas em nome da comunicabilidade. Portanto, o manifesto deve ser visto dentro da sua historicidade e de seus limites como documento histórico, e não como expressão inequívoca da arte cepecista. A pluralidade estética no interior do cepecismo e dos seus herdeiros vai além dos termos reducionistas do seu manifesto e também dos próprios discursos dos artistas, em muitos casos, só perceptível na análise das obras. O realismo (mesclado à incorporação da cultura popular) será efetivamente uma das marcas da dramaturgia comunista, cuja linhagem cepecista será continuada pelo Grupo Opinião e frequentemente irá se opor ao teatro da agressão representado pelo Oficina a partir de 1967. A linhagem brechtiana do Arena pós-Boal (c. 1964) completará a tríade de variantes dramatúrgicas daquele momento. A riqueza desta cena está muito além da oposição forma *versus* conteúdo ou pesquisa estética *versus* engajamento político. Em todos os três grupos estas polaridades, vividas como dilemas vivos da criação artística, estarão presentes. Esta questão deve reorientar os olhares historiográficos sobre não apenas a cena teatral, mas sobre todas as manifestações culturais engajadas daquele contexto brasileiro.

Nos anos 1960, o teatro, a música popular e o cinema serão linguagens privilegiadas da ação cultural da esquerda comunista. Mais que meros veículos de ideias políticas, as peças, filmes e canções serão espaços de criação e de pesquisa estética, mesmo sob o signo do nacional popular, de certo convencionalismo estético e do realismo (dramatúrgico). Quero com isso reafirmar o risco de reiterarmos os termos do debate estético-ideológico produzido pelos protagonistas críticos da arte engajada da época, que opôs o pretensão conservadorismo estético do nacional-popular (de influência comunista) às vanguardas formalistas e cosmopolitas¹⁹. Daí é um passo para uma pretensa oposição forma-conteúdo para pensar o debate artístico e cultural dos anos 1960. No Brasil, a dicotomia entre nacional-

18 GARCIA, Miliandre. *Do teatro popular à canção engajada: Carlos Lyra e o CPC da UNE*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

19 Um exemplo da força dos argumentos dos protagonistas que se transformaram em formas valorativas de analisar o debate pode ser visto no livro organizado por Augusto de Campos, *O balanço da bossa*. O livro foi originalmente publicado em 1968, como parte da defesa da arte de vanguarda contra o nacionalismo e o folclorismo. O que era uma crítica pontual, válida para certos artistas, transformou-se em base para a desqualificação mecanicista à corrente nacional-popular como um todo, desconsiderando suas variáveis internas.

popular e vanguardas que se consideravam herdeiras do modernismo antropofágico - como o Concretismo e o Tropicalismo - deve ser vista com muito cuidado, pois os modernismos brasileiros foram também formuladores de projetos nacional-populares para a cultura. Nesse sentido, o famoso conceito gramsciano que compreende a articulação entre o “dialetal-folclórico” e o “cosmopolita-burguês” é limitado para a compreensão do caso brasileiro, até porque o nacional-popular da nossa esquerda não passara por Gramsci, autor que terá sua entrada no Brasil efetivamente a partir de 1968. Sendo assim, problemas herdados do modernismo, em sua dupla expressão nacionalista e vanguardista, estarão presentes em muitos artistas que a memória social situa em campo oposto das artes engajadas, como Edu Lobo, Caetano Veloso, Hélio Oiticica e Ferreira Gullar. Nem o núcleo nacional-popular *per se* rejeitava a pesquisa estética, nem a vanguarda deixou de pensar (criticamente) a nação-povo. Esta deveria ser a premissa das pesquisas históricas que desejam ir além dos quadros impostos pelos protagonistas.

O golpe militar de 1964 trouxe novas questões para o campo artístico e cultural da esquerda. Visto como um regime anticultural desde os primeiros tempos do novo regime, esboçou-se uma frente cultural que teve como protagonistas importantes vários artistas comunistas, como os membros do Grupo Opinião, os cineastas mais identificados com o Partido (Nelson Pereira, Gustavo Dahl e Leon Hirszman) ou músicos populares significativos, (Sérgio Ricardo e Carlos Lyra). Esse frentismo cultural contou com o apoio de outras correntes ideológicas, como os próprios liberais, incluindo muitos que até apoiaram o golpe, mas se afastaram do regime que se construiu²⁰. Já na segunda metade dos anos 1960, o frentismo cultural passou a ser problematizado por criadores engajados sob outros valores e conceitos de revolução ou crítica cultural, como Glauber Rocha, José Celso ou mesmo Caetano Veloso (bem como os tropicalistas). Para esta nova vanguarda, o nacional-popular de esquerda fora tragado pelo mercado e pelo conservadorismo estético que, ao fim e ao cabo, alimentava o conservadorismo político. A “grande família comunista” começava a se

20 O papel de intelectuais liberais, como Alceu Amoroso Lima, na crítica cultural ao regime militar muitas vezes passa despercebido. Uma parcela significativa dos empresários da cultura e da mídia, até por razões mercadológicas, também deram abrigo à arte engajada de esquerda entre os anos 1960 e 1970, sobretudo no setor televisual, impresso e teatral. NAPOLITANO, Marcos. *Coração civil*. Arte, resistência e lutas culturais durante o regime militar brasileiro. 2011. 374 p. Tese (Livre Docência em História do Brasil Independente) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

dissolver, tanto na política e quanto na cultura²¹. Mas podemos afirmar que o frentismo cultural defendido pelo PCB terá algum vigor até o final dos anos 1970 e que suas implicações, realizações e vicissitudes já começam a ser estudadas pela historiografia²².

No debate cultural afirmado ainda nos anos 1970, o nacional-popular de esquerda, bem como a ação cultural do Partido Comunista que o afixava, foi visto como expressão sem lastro histórico a partir da nova conjuntura imposta pelo golpe militar, posto que um dos seus pilares centrais – o contato direto entre artistas engajados e organizações populares – fora cortado pelos militares mesmo antes do AI-5. A ruptura do circuito esboçado no período do CPC teria circunscrito a arte de esquerda, bem como os seus debates culturais, a um “circuito fechado” de comunicação entre intelectuais. Quando muito haveria uma comunicação entre intelectuais e sua base social, a classe média, que se encaminhava para a diluição no mercado e sua consequente neutralização política²³. Outros autores que estabeleceram diretrizes de análise da cultura dos anos 1960 procuram valorizar justamente o papel das vanguardas formalistas, como a Tropicália, como tomadas de consciência crítica e dessacralizadora desse processo histórico²⁴. Esta linhagem crítica influenciou a historiografia do período, apagando muitas vezes as tensões e contradições próprias das lutas culturais.

Entretanto, a tese do “circuito fechado” ou da “falsa consciência” da arte de esquerda pós-Golpe, notadamente aquela defendida pelos comunistas do PCB, devem ser revisadas por novas pesquisas históricas e balizas teóricas. Se estas figurações forem tomadas como absolutas, a cena (e o debate) cultural da época pode ser vítima de uma simplificação. Não que os autores citados sejam simplistas em sua pertinente crítica à arte engajada comunista e nacional-popular. Ao contrário, suas análises são instigantes, bem referenciadas e profundas. Mas é importante não reduzir os dilemas e impasses da produção artístico-cultural da esquerda dos anos 1950 e 1960 a um processo linear e monolítico de absorção pelo mercado

21 RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

22 HERMETO, Miriam. ‘Olha a Gota que falta’: um evento no campo artístico-cultural brasileiro. 2010. 440 f., 41 il. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2010.

23 SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política. 1964-1969. In _____. *Cultura e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

24 HOLLANDA, H. B. Impressões de viagem. CPC, *Vanguarda e desbunde*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981; FAVARETTO, Celso. *Tropicália: alegoria, alegria*. Cotia: Ateliê Editorial, 1995; XAVIER, Ismail. *Alegorias do subdesenvolvimento*. Cinema Novo, Tropicalismo e Cinema Marginal. São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

e de sua conseqüente neutralização enquanto projeto de ação cultural crítica. Se for verdade que a vertente comunista, sobretudo, aderiu ao grande mercado da cultura nos anos 1970, cujo grande paradigma é a ida em massa dos dramaturgos e atores comunistas para a Rede Globo, esse processo não esteve isento de conflitos, dissensos e variáveis internas, inclusive no plano estético. A ocupação desse espaço de atuação deve ser analisada de acordo com o setor específico do mercado, mais ou menos marcado pela presença das grandes corporações, nacionais ou multinacionais, ou pelo grau do processo de criação mais ou menos capitalizado e industrializado. Também deve ser levado em conta que a “ida ao mercado” por parte dos artistas de esquerda, particularmente os comunistas, não significou a imposição de um estilo único de expressão. Por exemplo, os produtos audiovisuais de Dias Gomes e de Vianinha na Rede Globo eram bem diferentes entre si, ainda que se pautassem pela matriz nacional-popular e pelo realismo crítico. O mesmo poderia ser dito sobre os filmes de Leon Hirszman e de Nelson Pereira dos Santos, cineastas marcados pela trajetória em diálogo com as posições do PCB. Desconsiderar esta riqueza de caminhos e opções da arte engajada nos anos 1970, mesmo dentro da matriz nacional-popular, é passar uma borracha na história como experiência plural e indeterminada em nome de um movimento linear pré-determinado pelos males de origem - a “ida ao mercado”.²⁵

Um exemplo desse processo histórico-cultural complexo é a música popular. A MPB, em grande parte um tipo de canção formulada sob a égide do nacional-popular na era dos Festivais da canção, foi fundamental na formação da moderna indústria fonográfica brasileira, bem como formatou o gosto musical da classe média escolarizada²⁶. A afirmação pode soar exagerada e contrária à memória heroica que se formou em torno da sigla, mas basta um exame do papel dos artistas de MPB na formação de um catálogo estável para as gravadoras, possibilitando faturamento no longo prazo, o que as canções e artistas da “faixa comercial” não possibilitavam. Além disso, os LPs de MPB possuíam alto valor agregado, mobilizavam o que havia de melhor em termos de estúdios, músicos e técnicos, permitindo a fidelização de um público de bom poder aquisitivo em torno de artistas referenciais da “resistência cultural”, como o próprio Chico Buarque, um excelente vendedor de discos nos anos 1960 e 1970. Esta constatação

25 Para uma visão de correntes engajadas, além do PCB, que recusaram a “ida ao mercado” ou tentaram criar espaços alternativos ao *mainstream* do consumo cultural no Brasil dos anos 1970, ver NAPOLITANO, Marcos, op. cit., 2011.

26 NAPOLITANO, Marcos. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001.

não diminuí a importância da MPB como epicentro de uma educação sentimental e cívica (talvez mais do que propriamente “revolucionária”) no seio de uma esfera pública cerceada pelo regime militar. O teatro também deve ser analisado com mais cuidado pelos historiadores. O drama realista, tão defendido pelos comunistas nos anos 1970, como antídoto contra a fuga das plateias e a crise do teatro brasileiro, não pode ser reduzido a um conjunto de peças lineares e simplistas ou que teriam caído na armadilha catártica do “drama burguês”. Os clássicos *Gota D'Água* (de Chico Buarque e Paulo Pontes), *Grito Parado no Ar* (de Gianfrancesco Guarnieri) e *Rasga Coração* (de Oduvaldo Vianna Filho), por exemplo, são obras identificadas com esta corrente e atestam a complexidade das questões veiculadas pela arte de esquerda, já no contexto da resistência cultural durante o AI-5. Se esses campos artísticos e suas obras exemplares são permeadas por uma sensibilidade nacional-popular que frequentemente descambava para o populismo e para as idealizações do “povo” como herói da história, essas questões devem ser vistas como parte dos dilemas enfrentados pelos artistas, cuja tentativa de “superação” conheceu vários caminhos dignos de análise cuidadosa que já tem autores referenciais²⁷. Sua presença, estruturante no gosto médio chancelado pelo mercado, deve ser analisada sem que o juízo de valor imposto pelos debates de época – “engajados caretas” contra “vanguardistas desbundados” – obscureça as contradições mais profundas ou as eventuais faturas que representaram para a consciência social e para o desgaste político da ditadura.

A partir do final dos anos 1970, o nacional-popular foi duramente criticado pela nova esquerda, frequentemente confundido com o valor estético-ideológico central do PCB das décadas anteriores. Portanto, criticar o nacional-popular significava criticar a velha esquerda, abrindo caminho para novas formulações e propostas partidárias e ideológicas. Nesta revisão crítica, o nacionalismo de direita e de esquerda foram, propositalmente, embaralhados, comparados e criticados como mistificações dos conflitos sociais mais profundos²⁸. Ambos seriam dissolventes de uma verdadeira consciência classista e revolucionária, embora os comunistas até pensassem o contrário, o que criou um descompasso entre a “consciência cultural” e a “consciência social” que vitimara não somente as massas, mas também o intelectual que se pensava revolucionário²⁹.

27 PATRIOTA, Rosângela. *A crítica de um teatro crítico*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007; _____. *Vianinha - um dramaturgo lançado no coração de seu tempo*. São Paulo: Hucitec, 1999; GARCIA, Miliandre. Políticas culturais no regime militar: a gestão de Orlando Miranda no SNT e os paradoxos da hegemonia cultural de esquerda (1974-1979). In: NAPOLITANO, Marcos; CZAJKA, Rodrigo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). op. cit., p. 131-150.

28 CHAUI, Marilena. op. cit.

29 MOTA, Carlos G. *Ideologia da cultura brasileira*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1998.

Esse debate tem um pano de fundo histórico preciso e delimitado. As questões que explodiriam no final dos anos 1970, em meio a uma crise interna das esquerdas, foram motivadas pelo novo protagonismo do movimento operário e pelo projeto daí surgido, o Partido dos Trabalhadores. As disputas com as esquerdas comunistas e trabalhistas, ambas vistas como limitadas pelo nacionalismo policlassista derrotado em 1964, eram o motor da revisão também na área cultural e marcaram a crise tanto do frentismo político, como do frentismo cultural contra a ditadura. Os esforços intelectuais da nova esquerda engrossaram a crítica de algumas correntes contraculturais que no final dos anos 1960 já criticavam o nacional popular, como o Tropicalismo musical e teatral³⁰. Ao lado das vanguardas, um novo mote era utilizado para criticar a ação (e a herança) cultural dos comunistas: a “cultura popular”. Esta era vista como tendo uma natureza comunitária que não poderia ser diluída no nacionalismo, ainda que em sua vertente progressista, nem tutelada pelos intelectuais partidarizados. Além disso, a cultura popular não deveria ser confundida com a indústria cultural massificada, lugar de ação cultural sistemática dos comunistas desde o final dos anos 1960. Assim, a pretensa “hegemonia cultural da esquerda”³¹ parecia ter chegado ao seu limite histórico, ao ser questionada pelas novas correntes de esquerda, diluída no mercado e incorporada em parte pela política cultural do regime militar após a emergência da “Política Nacional de Cultura”, em 1975³².

Na minha perspectiva, a revisão do nacional-popular como eixo da produção cultural engajada, notadamente a comunista, não pode desconsiderar as críticas pertinentes e sagazes tanto das correntes de vanguarda do final dos anos 1960, como as feitas pela nova esquerda dos anos 1980. Portanto, obviamente, não se trata de recuperar a positividade ou as qualidades estéticas esquecidas da produção cultural comunista sob o signo do nacional-popular. Apenas julgo necessário que a pesquisa

30 NAPOLITANO, Marcos; VILLACA, Mariana Martins. Tropicalismo: As Relíquias do Brasil em Debate. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 55, 1998. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881998000100003>

31 SCHWARZ, Roberto. op. cit.

32 MICELE, Sérgio. *Estado e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Difel, 1984. Esclarecemos que esta incorporação foi seletiva. Em primeiro lugar, o ponto de encontro era o nacionalismo, a defesa dos valores culturais tradicionais ameaçados por um processo de modernização cultural e social sem limites. Embora tivessem visão diferenciada da cultura no processo histórico e político, esquerda e direita desconfiavam do “internacional-popular” patrocinado pelo mercado. Por outro lado, a Política Nacional de Cultura reconheceu que o regime carecia de intelectuais e artistas mais orgânicos e passou a estimular e patrocinar obras realizadas pelos artistas de esquerda, sobretudo no cinema e no teatro, desde que evitassem a crítica direta ao regime e aos seus governantes.

histórica faça jus à complexidade da cena cultural do segundo pós-guerra no Brasil e, particularmente, do período que se seguiu ao golpe militar, no qual as contradições desta corrente saltaram à vista. A historiografia deve valorizar a historicidade e a experiência plural dos protagonistas e das múltiplas significações dos produtos culturais e artísticos gerados durante o período. Para tal, os paradigmas de análise construídos pelos protagonistas, e suas memórias, devem ser tomados como parte do objeto de análise, mas não como evidências inquestionáveis. O fato de não “fazer a revolução”, como se dizia à época, não pode ser tomado como medida de análise da cultura engajada de esquerda, sob o risco de fazer entrar pela porta dos fundos o tão criticado determinismo da esfera política, ou econômica, sobre a cultura. Na chave inversa, a autonomia heróica que a crítica cultural das vanguardas e da nova esquerda se revestiu para questionar a corrente nacional-popular também deve ser tomada como problema histórico e não como um dado inquestionável a partir do qual se pensa a história da cultura. Quando o foco da análise recai em uma ou outra perspectiva, sem maiores mediações, simplifica-se a análise de uma época bastante peculiar na história brasileira, na qual as fronteiras entre o cultural e o político foram diluídas e a artes se afirmaram como sintomas de uma experiência social marcada pela voragem da modernização e da crise das “utopias”. A cultura e artes engajadas não foram o reflexo desse processo, mas o caleidoscópio pelo qual ele foi, muitas vezes de forma sagaz, vislumbrado e compreendido³⁵.

35 Esta trajetória da cultura de esquerda entre os anos 1960 e 1970 teve amplas significações para a história cultural brasileira como um todo, pautando igualmente a forma pela qual o regime militar passou a ser memorizado pela sociedade. Ao perder a batalha cultural junto às classes médias escolarizadas, o regime não conseguiu se legitimar entre os principais formadores de opinião e produtores simbólicos, perdendo a batalha da memória. Esta talvez seja a grande fatura política da arte engajada no Brasil, ainda que permeada por contradições e ambiguidades. Ver ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O golpe de 1964 e o regime militar*. São Carlos: EDUFSCar, 2006. p. 81-91.

Sobre o autor

Marcos Napolitano

Livre-docente do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. E-mail: napoli@usp.br

Trabalho realizado com o apoio do CNPq.

Curral de reses, curral de almas introdução à urbanização dos “Certoens” das capitanias do Norte (séculos XVII-XIX)

Esdras Arraes¹

Resumo

Analisar como ocorreu a paulatina estruturação das redes urbanas (eclesiástica e civil) dos sertões das capitanias do Norte é o objetivo deste ensaio. Com foco nas zonas interiorizadas dos atuais estados que compõem a região Nordeste do Brasil, propõe-se a descortinar a política de urbanização de Portugal através da institucionalização de núcleos urbanos, estrategicamente locados no território, para o favorecimento do Estado luso e Igreja Católica, unidos ao longo do colonialismo por acordos papais de benefícios mútuos. “Curral de reses” busca esclarecer como a pecuária extensiva constituiu o elemento principal para o povoamento e posse das terras sertanejas. Sem o gado não seria possível o surgimento do “curral de almas”, isto é, de assentamentos humanos que viriam a configurar o sistema urbano dos sertões nordestinos.

Palavras-chave

Colonialismo, pecuária, rede urbana, sertão nordestino, urbanização.

Recebido em 10 de janeiro de 2013

Aprovado em 14 de março de 2013

ARRAES, Esdras. Curral de reses, curral de almas: introdução à urbanização dos 'Certoens' das capitanias do Norte (século XVII-XIX). *Revista do Instituto de Estudo Brasileiros*, Brasil, n. 58, p. 51-77, jun. 2014.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p51-77>

¹ Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

Cattle's Corral, Soul's Corral

Introduction to Urbanization of the "Certoens" of the North Captaincies (17th – 19th centuries)

Esdras Arraes

Abstract

Analyze occurred as the gradual structuring of urban networks (civil and ecclesiastical) of the hinterlands of North captaincies is the purpose of this essay. Focusing on areas of current internalized states that comprise the Northeast region of Brazil, aims to uncover the urbanization policy of Portugal through the institutionalization of human settlements, strategically leased territory, for favoring the Portuguese State and the Catholic Church, the united over colonialism by papal agreements of mutual benefits. "Cattle corral" seeks to clarify how the ranching was the main element for settlement and land tenure hinterland. Without ranching would not be possible the emergence of the parishes, villages and cities, in other words, "Soul's corral".

Keywords

Colonialism, ranching, urban networks, northeastern backlands, urbanization.



ma carta geográfica de Giacomo Gastaldi, possivelmente elaborada na segunda metade dos Quinhentos, representa o território interiorano da colônia americana de Portugal com a qualificação de “Terra non descoberta”. As dúvidas acerca daquela parte desconhecida seriam parcialmente desmistificadas a partir de notícias trazidas por sertanistas e aventureiros, que para lá rumaram em busca do El Dorado ou índios para escravização nas zonas litorâneas. Algumas dessas investidas foram animadas pelas autoridades coloniais, como aquela patrocinada por Thomé de Sousa, em 1551, em atenção às ordens de d. João III².

Dessa maneira, o incógnito e místico gravitaram o imaginário dos conquistadores, fazendo com que o português arranhasse a costa como caranguejo, segundo a metáfora de frei Vicente de Salvador³. Ao serem criados os primeiros assentamentos humanos da colônia, notamos sua prevalência junto à linha da praia: São Luís, Filipeia (atual João Pessoa), Olinda e Salvador foram as sentinelas dos confins dos domínios lusitanos, além de protagonizar as entradas de homens auxiliados por indígenas domesticados – os línguas – cujos fluxos tornaram-se basilares à estruturação de uma teia de caminhos a unir o interior ao mar, dando condições ao progressivo surgimento dos primeiros focos de povoamento dos “Certoens” das capitanias do Norte.

2 BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O feudo: a Casa da Torre de Dias d'Ávila – da conquista dos sertões à independência do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 127.

3 SALVADOR, frei Vicente de. *História do Brasil: 1500-1627*. 7ª ed. São Paulo: Edusp, 1982, p. 152.

Não bastava somente conhecer e devassar o território, seria necessário fixar o homem *de facto* ao chão, executar umas das primeiras prerrogativas registradas nos autos reais: povoar a terra e florescê-la com povoações para o benefício comum dos povos. E foi a pecuária extensiva que agiu como *leitmotiv* na estruturação da rede urbana sertaneja. Graças ao gado, os sertões das capitanias que compuseram, grosso modo, o Nordeste colonial, entraram nos planos e estratégias geopolíticas da monarquia portuguesa.

Curral de reses

Algumas décadas antes do desenvolvimento do caminho real do gado⁴, que uniria, por terra, as urbes de São Luís do Maranhão e Salvador, um grupo de homens, associados e residentes no recôncavo da Bahia⁵, solicitaram ao governo da capitania de Pernambuco, por volta de 1684, uma vasta sesmaria localizada entre o rio São Francisco e o atual estado do Piauí, para criar gados soltos, extensivamente. As reses logo se adaptaram ao lugar, enquanto não ocorressem os longos períodos de estiagem, provocando a redução de até 12,5% das boiadas criadas e tangidas para comercialização no litoral⁶. Sérgio Buarque de Holanda, por seu turno, listou dois fatores positivos ao povoamento do sertão: o relevo formado por peneplanícies e os barreiros salinos encontrados ao longo do médio rio São Francisco⁷.

Isto posto, o conhecimento e a efetiva ocupação da região foram os elementos que mais se beneficiaram da economia pastoril. De fato, a ocupação do interior nordestino foi determinada pela necessidade de prover a área açucareira de animais para o trabalho nos engenhos e

4 AHU_ACL_CU_016, cx. 3, d. 217. As referências indicadas segundo a sigla AHU dizem respeito às fontes primárias manuscritas encontradas no Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal, que foram digitalizadas pelo Projeto Resgate Barão do Rio Branco. Agradeço a Cátedra Jaime Cortesão por ter me concedido o acesso aos CD's do projeto.

5 Esses grandes possuidores de terras eram a família Dias D'Ávila (a Casa da Torre), os Guedes de Brito (Casa da Ponte), Francisco Barboza Leão, Bernardo Pereira Gago, Domingos Afonso Mafrense (alinhado depois de Sertão), Francisco de Souza Fagundes, Bernardo Vieyra Ravasco. Ver AHU_ACL_CU_009, cx. 33, d. 3345. Por questões de método de pesquisa, usamos os nomes dos atores seguindo a grafia encontrada nos manuscritos setecentistas.

6 BRAGA, Renato. Um capítulo esquecido da economia pastoril do Nordeste. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1947, t. LXI, p. 149-152.

7 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960, v. II, t. I, p. 221.

alimento para a população ali residente⁸. Por isso, Capistrano de Abreu apontou dois polos de arremetida para o *hinterland*: os sertões de dentro e de fora. O primeiro elaborado pelos baianos, percorrendo as margens dos rios Itapicuru, Rãs, Vaza-Barris, Sergipe, Real, São Francisco, Canindé e Piauí para atingir as áreas interioranas dos atuais estados da Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Piauí e Maranhão⁹. O sertão de fora é obra pernambucana. Partindo de Olinda/Recife, os sertanistas seguiam paralelamente à linha da praia até atingir os sertões do Ceará, passando pelas capitânicas da Paraíba e Rio Grande¹⁰.

Já no início do século XVIII, os “Certoens” do Norte eram percorridos por inúmeras boiadas e, portanto, tratava-se da especificidade econômica daquela parte da colônia. Tal realidade foi apontada pelo jesuíta Antonil, quando relatou a existência de oitocentos currais nas margens sanfranciscanas do lado pernambucano e quinhentos da parte baiana. Ou melhor,

assim como há currais nos territórios da Bahia e de Pernambuco, e de outras capitânicas, de duzentas, trezentas, quatrocentas, quinhentas, oitocentas e mil cabeças, assim a fazenda a quem pertencem tantos currais que chegam a ter 6 mil, 8 mil, 10 mil, 15 mil e mais de 20 mil cabeças de gado, donde se tiram cada ano muitas boiadas, conforme os tempos são mais ou menos favoráveis à parição e multiplicação do mesmo gado, e aos pastos assim nos sítios como também nos caminhos.¹¹

Currais e fazendas de gado entram, portanto, neste quebra-cabeça da posse e uso de terras sertanejas. A fundação de herdades e, *a posteriori*, de núcleos urbanos, cumpriram os ideais da política colonizadora de Portugal, principalmente a partir da última década dos Seiscentos, no reinado de d. Pedro II, quando a Coroa buscou conter os avanços fundiários dos mandatários do sertão:

8 ANDRADE, Manuel Correia de. *O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste*. 2ª ed. Recife: SUDENE, 1979.

9 ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800*. 7ª ed. São Paulo: Publifólia, 2000, p. 150-160.

10 ABREU, Capistrano de, op. cit., p. 150-160.

11 ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia/Edusp, 1982, p. 96. (Coleção Reconquista do Brasil).

ainda poderá ser maiz util com o intento q' tem de povoarem aquellas terraz, reduzindoas a Collonias, e Povoações, sendo este o meyo não só de se segurarem aquelles Certoens com estas defenças, mas tambem o de poder lucrar grandez conviniências a fazenda de V. Mag.^{de} nos dizimos que se podem tirar da Cultura dellaz que pella sua excellência, e fertilidade prometem a mayor abundância de frutos¹²

Analisando certos manuscritos, com datas entre 1699-1755, perceberemos que o esforço da Metrópole lusitana – com o intuito de diminuir o poderio dos grandes fazendeiros e distribuir equitativamente as sesmarias, segundo a dimensão legal pré-determinada pelas Ordenações do Reino – alcançou consideráveis resultados. Através da carta régia de 20 de janeiro de 1699, d. Pedro II (ao saber do parco povoamento do território) ordenou que sesmarias devolutas fossem concedidas aos desejosos de cultivá-las, mediante o pagamento do foro¹³. Além do mais, surge, no intervalo de tempo citado, um grande número de fazendas de criar que salpicaram o território, muitas delas fundadas ao longo de caminhos terrestres, outras nas ribeiras dos rios.

Sobre esses aspectos, um bom exemplo a ser mencionado é o caso da capitania de São José do Piauí. Em 1697, o padre Miguel de Carvalho foi encaminhado pelo bispo de Pernambuco, d. Francisco de Lima, ao sertão de sua diocese, para averiguar a região a fim de instalar duas novas freguesias, derivadas da imensa paróquia de Cabrobó, cuja extensão ultrapassava as 400 léguas¹⁴. Na sua *Dezcrição do Certão do Peauhy remetido ao Ilmo. e Rm. Sr. Frei Francisco de Lima*, o cura relacionou 129 fazendas de gado, onde residiam 441 moradores entre brancos, índios, negros e mestiços¹⁵. Já em 1772, ao observamos o relatório do ouvidor Antônio José de Moraes Durão, o Piauí esteve povoado com 579 estâncias de gado, distribuídas nos termos da cidade de Oeiras e das vilas de Parnaguá, Jerumenha, Valença do Piauí, Marvão, Campo Maior e Parnaíba¹⁶.

Contemporâneo aos dados informados pelo ouvidor Durão foi o censo desenvolvido, em 1774, pelo governador de Pernambuco, Jozé Cezar de Menezes. A autoridade pernambucana nos deixa a par da existência de 2.363 fazendas de gado erguidas por todo o território da

12 ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Nacional, 1938, p. 349-350.

13 AHU_ACL_CU_015, cx. 18, d. 1771.

14 AHU_ACL_CU_015, cx. 17, d. 1732.

15 ENNES, Ernesto. *As guerras nos Palmares*, op. cit., p. 370-387.

16 AHU_ACL_CU_016, cx. 12, d. 684.

capitania e suas sufragâneas (Ceará, Rio Grande, Paraíba e Alagoas)¹⁷. Ao analisarmos a Tabela 01, consideramos que teve razão o capitão-mor da Paraíba, João da Maia da Gama, ao declarar a d. João V, que “hachase os certoens desta capitania muy povoada de [...] fazendas, e gados”.¹⁸

FAZENDAS DA CAPITANIA DE PERNAMBUCO E SUAS ANEXAS, 1774	
CAPITANIA DO CEARÁ GRANDE	
Ribeira	Fazendas
Ribeira do Ceará	93
Ribeira do Aracaru	325
Ribeira do Jaguaribe	240
Ribeira do Icó	314
TOTAL	962
CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE	
Ribeira	Fazendas
Ribeira do Norte	28
Ribeira do Assu	96
Ribeira do Apodi	54
Ribeira do Seridó	70
Ribeira so sul	35
TOTAL	283
CAPITANIA DA PARAÍBA	
Freguesias	Fazendas
Taipu	99
Pilar	01
Iacocá	-
Alandra	-
Barra da Traição	-
Cariris	87
Mamanguape	75
Pombal	560
Campina	47

17 Idéia da população da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas, extensão das suas Costas, Rios, e Povoaçãoens notáveis, Agricultura, numero de Engenhos, Contractos, e Rendimentos Reaes, augmento que este tem sido & desde o anno de 1774, em que tomou posse do Governo das mesmas Capitánias o Governador e Capitam General Jozé Cezar de Menezes. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 1918, v. XL.

18 AHU_ACL_CU_014, cx. 4, d. 310.

TOTAL	869
CAPITANIA DE PERNAMBUCO	
Freguesias	Fazendas
Taquara	-
Alhandra	-
Goyana	-
També	-
Tejucopapo	-
Itamaracá	-
Iguaraçu	-
Limoeiro	-
Tracunhaém	-
Bom Jardim	-
Maranguape	-
São Pedro Mártir	-
Sé de Olinda	-
Vargem	-
Jaboatão	-
São Lourenço	-
Luz	-
Santo Antônio	-
Ararobá	25
Simbres	-
Águas Belas	-
Cabrobó	60
Bezerros	88
Tacaratu	60
Pilão Arcado	35
São Frei Pedro Gonçalves	-
Moribeca	-
Cabo	01
Ipojuca	01
Escada	-
Porto Calvo	-
Camargibe	-
São Bento	-
Unna	-
Meirim	-
Alagoas	-

São Miguel	32
Alagia do Norte	-
Atalaia	08
Poxim	14
Penedo	80
Porto Real	-
Nossa senhora do Ó	114
São Francisco da Barra do Rio Grande	Sem informação
São Romão	Sem informação
Aldeia de índios da Assumpção	Sem informação
Vila de Santa Maria	Sem informação
TOTAL	518

Tabela 01: Fazendas da Capitania de Pernambuco, 1774. Elaborada pelo autor segundo informações da “Idéia da população da Capitania de Pernambuco, e das suas annexas...”. In: Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro. Ano 1918, v. XL. p. 5-116.

O predomínio da pecuária abrangeu os sertões de todas as capitânicas que compuseram o Nordeste colonial, se assim o podemos classificar. No Piauí, “o principal rendimento da Fazenda Real [...] consiste nos dízimos dos gados vacuns e cavallares, genero cujo consumo sendo dependente da indigência em que estavam as capitânicas circunvezinhas”.¹⁹ Semelhante a situação do Ceará, como expôs o Conselho Ultramarino:

neste país tão vasto estando hoje povoado porque só a Ribeira do Jagoaribe estão mais de tresentas rossas e currais (...) e tanta gente q' cada ves se vay augmentando mas em razão dos grandes lucros que se tirão dos muitos bois e cavallos que se crião e mandão para as Minnas²⁰

“Os bens dos sertanejos potiguares, identificados pelos edis da câmara de Natal, eram ‘gado vacuns q’ se crião nestes Certoens”.²¹ Referindo-se à freguesia de Bezerras, locada na capitania de Pernambuco, Jozé Cezar de Menezes mencionou que os moradores da paróquia vivem “de crear gados, outros de alguma lavoura que plantão nos brejos,

19 AHU_ACL_CU_016, cx. 11, d. 635.

20 AHU_ACL_CU_CEARÁ, cx. 1, d. 67.

21 AHU_ACL_CU_018, cx. 2, d. 140.

e de curtir couros e sollas; a conduta [sic.] destes gados he para a cidade da Bahia, onde fica mais proximo”.²²

Luís Vilhena informou, em 1802, ao príncipe regente, d. João VI, que para o termo da vila de Penedo (AL) transitavam gado, “de que seo districto ha de duzentas a cincoenta fazendas, entre grandes e pequenas”.²³ Para Salvador, vinham manadas da vila da Jacobina, pois “abundão os dittos sertões de gado, cujas estradas livres de gentio e beneficiados podem fazer hum extenso commercio com a comarca e com a capital, sendo aquella tão desprovida de gado”.²⁴

Em Pastos Bons, região meridional do Maranhão, devido à demanda de boas pastagens e água de rios perenes, o major Francisco de Paula Ribeiro comentou:

A natureza de uns e outros terrenos, excessivamente prodiga na sua vegetação, é que talvez adquiriu para todo este districto o nome de Pastos Bons! Os seus campos nutridores, o seu ar commodo, preciosas águas, grande fertilidade seguida ao mais pequeno cultivo e a sua nunca interrompida verdura, são circumstancias que fazem com que este paiz seja o mais abundante e delicioso: por isso mesmo é que elle chama dos sertões das outras capitancias confinantes os negociantes de gado, que d’alli transportam para manutenção e povoação dos seus infecundos campos e criação das vacas e novilhas²⁵

É interessante destacar que as transações comerciais provenientes da pecuária orbitaram em outra escala: abrangeram o ultramar, aportando no Reino. Em Pernambuco e Paraíba, o segundo produto que mais pesou na balança das exportações eram derivados do boi. Em carta aos representantes do Estado e Negócios Ultramarinos, os edis da câmara de Olinda atestaram que os “donativos com que aqueles povos servem de

22 *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1918, v. XL, p. 38.

23 VILHENA, Luiz dos Santos. *Recopilação de noticias soteropolitanas e brasílicas*, Salvador, 1802, v. 1, p. 10s. Manuscrito disponível em <<http://www.bndigital.bn.br>>. Acesso em set. 2015.

24 *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 1912, v. XXXIV, p. 112.

25 Descrição do território de Pastos Bons, nos sertões do Maranhão. Propriedades dos seus terrenos, suas produções, character dos seus habitantes colonos, e estados actual dos seus estabelecimentos: pelo major Francisco de Paula Ribeiro (1819). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1849, p. 44.

presente a Vossa Magestade que seja servido ordenar que se satisfaçam gêneros como açúcar e sola que são os que servem ao comércio”.²⁶ Do porto do Recife saíam para Portugal entre sete a oito embarcações por ano, carregadas de couro²⁷.

No porto da vila de Aracati, o frei capuchinho, Aníbal de Gênova, em sua missão ambulante de 1762, notou o comércio de carne e couro daquele núcleo urbano. Ali, o religioso testemunhou que era “lugar de muito comércio. Consistia na sua principal riqueza na criação, embarcando anualmente grandes boiadas para Pernambuco. Via-se também frequentado por muitos marchantes baianos”.²⁸ O capuchinho ainda cita que o porto de Aracati interagiu com outros centros da colônia (Recife, Salvador e Rio de Janeiro) e da América. A cidade de Buenos Aires, por exemplo, esteve subsidiada de produtos da pecuária nordestina²⁹.

O criatório começou a declinar no fim do século XVIII e início dos Oitocentos. O primeiro motivo dizia respeito às secas apelidadas de três setes (1777, 1778, 1779) responsável pela mortandade do gado. O segundo justifica-se pela ascensão, ante o mercado nacional e, depois, internacional, das charqueadas do Sul, cuja fórmula de produção da carne, segundo Valdelice Girão, foi emigrada do Ceará com seus especialistas³⁰. Vilhena presenciou esse câmbio de pólo monopolista:

Era muito considerável o commercio que esta Praça tinha com a Capitania do Ceará, e Parnahiba, em carnes salgadas, seccas, courama e algum algodão, este porém se transferio para o Rio Grande de S. Pedro do Sul, depois que as secas extremosas consumirão todos os gados naquellas paragens; de forma que por acaso aparece hoje na Bahia alguma pequena embarcação do Ceará, ou Parnahiba, com carne e couros; visto que em Pernambuco achão prompta sahida a todos os seus gêneros e effectos³¹

O decréscimo econômico pode ser visto na ocupação dos habitantes da capitania da Paraíba do Norte em 1798, quando foram elencados

26 GOULART, José Alípio. *Brasil do boi e do couro*. 2 vol. (O couro). Rio de Janeiro: Edições GRD, 1966, p. 25.

27 VILHENA, Luiz dos Santos, op. cit., p. 26.

28 PRIMEIRO, P. Fr. Fidelis M. de. *Capuchinhos em Terra de Santa Cruz nos séculos XVII, XVIII e XIX*. São Paulo: Martins, 1942, p. 191.

29 Idem, ibidem.

30 GIRÃO, Valdelice. As charqueadas. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza, 1996, t. CX, p. 160.

31 VILHENA, Luiz dos Santos, op. cit., p. 342.

apenas 174 criadores de gado³². Diminuição da exportação também ocorreu nos sertões dos Pastos Bons (MA). Segundo o relatório do major Francisco de Paula Ribeiro, de 1815, a freguesia de São Bento dos Pastos Bons atrofiou sua negociação com a Bahia e São Luís, pela alta dos preços e pouca compra dos animais³³.

Mesmo com a crise sofrida, as reses mobilizaram os funcionários da Coroa, as câmaras das vilas, autoridades religiosas, fazendeiros, roceiros, vaqueiros, tangedores, índios e escravos. Os fluxos do gado e sua participação na economia interna colonial romperam as fronteiras entre capitanias, deram uma nova territorialidade ao Brasil, extrapolando a virtualidade do Tratado de Tordesilhas³⁴. Dentro dessa órbita comercial, política e social foi instituída, *a priori*, uma rede eclesiástica de aldeamentos missionários e freguesias, localizados estrategicamente no território e cumprindo funções hierárquicas definidas pela Igreja Católica e Estado português, umbilicalmente ligados por acordos de benefícios mútuos³⁵. Em seguida, quando a criação de gado se estabeleceu no âmbito do mercado interno, a monarquia lusitana preocupou-se em implantar práticas urbanizadoras que incidiram sobre o espaço³⁶, por isso, formou-se nos “Certoens” do Norte um sistema urbano composto por dezenas de vilas e uma cidade, criando estreitas relações entre o território e o ultramar.

Curral de almas

Na portada da igreja matriz da atual cidade de Oeiras do Piauí, edificada em 1733, nos deparamos com a frase em latim: *Hoc est domus Domini*³⁷, que traduzida para o português teríamos: “esta é a casa do Senhor”.³⁸ Ao longo do colonialismo, os templos católicos agregaram ao seu redor, num processo lento, as moradias dos fiéis comprometidos com os ritos da cristandade. Por extensão, o pequeno assentamento humano

32 AHU_ACL_CU_016, cx. 14, d. 2510.

33 *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, op. cit., p. 51.

34 ARINOS, Afonso. *Síntese da história econômica do Brasil*. Salvador: UFBA, 1958, p. 56.

35 MARX, Murillo. *Cidade no Brasil: terra de quem?* São Paulo: Edusp/ Nobel, 1991, p. 11.

36 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil: 1500-1720*. São Paulo: Pioneira/ Edusp, 1968, p. 200.

37 A oração completa é *Hoc est domus Domini firmiter Edificata Anno Domini 1733*.

38 CARVALHO Jr., Dagoberto Ferreira de. *Passeio a Oeiras*. 6ª ed. Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 2010, p. 75-79.

que se formava fazia parte da “casa do Senhor”, a congregar os dispersos pelo sertão à “sombra da cruz”.

Atualmente, muito se tem divulgado o papel da religião na estruturação da rede urbana brasileira. Murillo Marx foi um dos primeiros a debater o tema na academia³⁹. Marx percebeu que a união entre Igreja Católica e Estado português teve séria repercussão sobre o chão e paisagem de nossos núcleos urbanos coloniais, desde os mais próximos da costa atlântica até aos mais interioranos. Dessa maneira, e seguindo os conceitos de Marx, consideraremos nesta parte, em linhas gerais, como as autoridades coloniais (civis e eclesiásticas), através de medidas bem orquestradas, estimularam a fixação do homem sertanejo e do nativo (os tapuias) em um sistema urbano com elementos posicionados estrategicamente no território.

Para concretizar seus ideais de conquista e assegurar as desconhecidas áreas interioranas, era dever da monarquia e, de reboque, dos seus funcionários eclesiásticos e civis “se empregar na conversam das Almas, [...], para augmentar a Religiam Catholica e dilatar a Doutrina Evangelica n’estas Conquista”.⁴⁰ Com efeito, a Coroa lusa patrocinou a fundação de aldeamentos missionários espalhados em pontos nevralgicos do território sertanejo. É interessante destacar que, muitos desses lugares de índios foram instalados em zonas de intenso conflito fundiário, como as margens médias do rio São Francisco; no sertão do Assu da capitania do Rio Grande; na ribeira do rio Jaguaribe (Ceará) e no sertão baiano, nas proximidades da atual cidade de Jacobina. A busca pelo sossego, diante dos atritos elaborados entre nativos e colonizadores, e a dilatação dos confins dos domínios lusitanos estiveram, por assim dizer, no bojo do estabelecimento das reduções religiosas.

Entre as “religiões” destacaram-se os capuchinhos, jesuítas e oratorianos. Os oratorianos, também chamados de congregados ou recoletas, fundaram poucas reduções de silvícolas⁴¹, embora algumas tenham sido, já no século XVII, convertidas em paróquias e depois em

39 MARX, Murillo, op. cit.

40 *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*. Informação geral da capitania de Pernambuco. (1906). Rio de Janeiro: Oficinas de Artes Graphicas da Bibliotheca Nacional, 1908, v. XXVIII, p. 381.

41 A Junta das Missões, por volta de 1684, designou os padres do Oratório de São Felipe Nery para quatro reduções: Ipojuca, Carnijó, Limoeiro e Arorobá. Cf. AHU_ACL_CU_015, cx. 15, d. 1320. Em nossa dissertação de mestrado, defendida em 2012 na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo, nos alongamos mais sobre a ação catequética dos oratorianos no sertão pernambucano. ARRAES, Damião Esdras Araújo. *Curral de reses, curral de almas: urbanização do sertão nordestino entre os séculos XVII e XIX*. 2012. 504 p. il. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e

vilas. O papel desses aldeamentos foi primordial ao programa expansionista das fronteiras coloniais, portanto, averiguar a precisa localização dessas comunidades indígenas e sua atuação dentro da conjuntura política de Portugal revelam interessantes pistas sobre a urbanização do interior das capitanias do Norte.

A atividade capuchinha iniciou em 1612 com a fundação da cidade de São Luís do Maranhão. Os frades franceses Ivo de Evreux, Claude D'abbeville, Arsensino de Paris e Ambrósio de Amiens doutrinaram os nativos residentes nas cercanias da ilha de São Luís⁴². Seu trabalho missionário fora muito bem relatado pelas narrativas de fr. Claude D'abbeville, que nos deixou sua *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*⁴³. No entanto, após a expulsão dos franceses pelos portugueses das terras maranhenses, em 1615, temos um enorme vácuo temporal acerca da propagação da fé pelos barbadinhos. Tal hiato seria parcialmente preenchido com a fundação, na vila do Recife, do hospício de Nossa Senhora da Penha de França. E de lá partiram, a partir de 1670, todos os seus missionários para o território administrado pelo então governo pernambucano⁴⁴. Cerca de oito aldeamentos capuchinhos se estabeleceram nos sertões da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará: Piancó, Miranda, Missão Velha, Missão Nova, Araripe, Apodi, Mipibu e Corima⁴⁵.

No início do século XVIII, os capuchinhos locados na Prefeitura da Bahia foram designados essencialmente para as margens médias do rio São Francisco, lugar de intensas fainas entre grandes fazendeiros de gado e os indígenas locais. Para conter tais conflitos e os saques às herdades, a ideia de converter os silvícolas para o controle da área resultou na fundação de dez comunidades de índios: Irapoá, São Félix, Pambu, Vargem, Araxá, Rodelas, São Pedro, Vacapará, Paracatuba e Rio de Contas⁴⁶. Dessas dezoito reduções administradas pelos barbadinhos três receberam o foro de vila após a homologação dos Diretórios dos Índios (1758), instrumento legal elaborado pela política reformista do marquês de Pombal: a missão do Miranda tornou-se, em 1764, a vila Real do Crato (CE); Mipibu recebeu o título de vila em 1761, passando a se chamar São José do Mipibu; e a

Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012.

42 PRIMERIO, P. fr. Fidelis M. de., op. cit., 1942, p. 25.

43 CLAUDE, D'abbeville. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. São Paulo: Martins, 1945.

44 PRIMERIO, P. fr. Fidelis M. de., op. cit., p. 56.

45 Idem, ibidem, p. 170-171.

46 Idem, ibidem, p. 152.

missão da capitania do Rio Grande do Norte, Apodi, converteu-se em Portalegre, criada em 1762.

A obra missioneira da Companhia de Jesus – largamente difundida por Serafim Leite em sua clássica obra *História da Companhia de Jesus no Brasil*⁴⁷ – estendeu-se desde o Maranhão até a Bahia. Nos rincões do Nordeste, os inacianos fundaram aldeamentos missioneiros a favorecer, em meados dos Seiscentos, o conhecimento de áreas antes tidas como incógnitas. De maneira sucinta, as principais reduções jesuíticas que participaram na estruturação da rede civil de vilas, a nosso ver, foram: Aldeias Altas no Maranhão; a missão da Ibiapaba no Ceará, onde reuniu mais de cinco mil almas⁴⁸; e as reduções da capitania da Bahia de Geru, Canabrava, Sacos dos Morcegos e Natuba, que receberam o *status* de vila, em 1758, e as novas designações, respectivamente, de Tomar do Geru, Pombal, Mirandela e Soure. Além dessas, outras comunidades de índios foram criadas na litigiosa área do médio rio São Francisco e nas proximidades do litoral.

Desses aglomerados sertanejos fundados pela Companhia de Jesus, sem dúvida devemos destacar a redução da Ibiapada, localizada na capitania do Ceará em uma área fronteiriça com a capitania do Piauí. As primeiras pregações do Evangelho ocorridas ali datam do final do século XVII. No entanto, foram frustradas, tanto pela falta e precariedade dos caminhos, como pela belicosidade dos índios: sabemos que o padre Francisco Pinto foi martirizado e morto pelos nativos da região. Entretanto, na opinião de Serafim Leite⁴⁹, o período de estabilização da redução ocorreu a partir de 1691 (sob a tutela espiritual e temporal do padre Ascenso Gago) até 1759, ano da deportação dos jesuítas das colônias portuguesas. Ao longo dessas décadas, fora construída uma igreja resistente às intempéries do meio e planejado aglomerado humano muito semelhante a outras reduções da Companhia localizadas ao sul da América, como por exemplo, a conhecida missão de São Miguel, hoje patrimônio da humanidade.

Segundo as diretrizes de Gago, a missão da Ibiapaba adquiriu forma retangular, tendo ao centro uma grande praça para convívio, sociabilidade e doutrinação dos neófitos. Foram agrupadas distintas etnias em três bairros previamente zoneados: “o Principal D. Jacobo de Souza para a parte do nascente, com todos os seus vassallos; o principal

47 LEITE, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. 10 v. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1938-1950.

48 AHU_ACL_CU_CEARÁ, cx. 6, d. 416.

49 LEITE, Serafim, op. cit., t. III, p. 3.

Salvador Saraiva, com os seus, para a parte do poente; e para a parte do sul, fechando a quadra da Aldeia, o Principal D. Simão Taminhombá, com seus vassalos”.⁵⁰

Em 1759, os inacianos foram considerados inimigos do Estado português e expulsos de suas colônias. A administração eclesiástica de suas missões havia sido transferida para os clérigos do Hábito de São Pedro, como ordenaram os documentos oficiais expedidos para os representantes da monarquia em diferentes capitanias⁵¹. D. Francisco Xavier Aranha, governador da diocese de Pernambuco, elevou a redução da Ibiapaba em freguesia “para que daqui em diante fique do padroado e proteção Real”.⁵² Já em 1759, seguindo a cronologia de promoções urbanas adquiridas pela missão da Ibiapaba, o núcleo de índios é convertido em município com seu pelourinho e casa de câmara e cadeia, recebendo a nomeação de Vila Viçosa Real.

Esquematizamos a localização das missões religiosas, com suas respectivas ordens, através da Figura 1 e, portanto, algumas considerações podem ser elencadas: a primeira diz respeito a maior concentração de aldeamentos nas proximidades da praia. Seguindo para o interior do Nordeste, perceberemos que as reduções missioneiras foram pontuais e distantes léguas e léguas uma das outras, o que confere dispersão à urbanização daquele território, se considerarmos esta específica rede urbana. Em áreas de litígio, como as margens médias do rio São Francisco, também chamada de sertão dos Rodelas, encontramos povoações mais adensadas entre si; contudo essa realidade constitui-se um fato único, diante das centenas de comunidades que “salpicaram” o território criadas para a conversão do indígena sertanejo.

Enquanto o sertão das capitanias do Norte era paulatinamente povoado por imensos currais e fazendas de gado, quase que paralelamente os aldeamentos missioneiros surgiram para pacificação e doutrinação dos Tapuias. A Coroa via com bons olhos essa simbiose entre “reses” e “almas”. De fato, seriam elementos indispensáveis para seus planos geopolíticos de avanço territorial, para o Oeste. No entanto, esses ideais seriam alcançados através da oficialização de determinados

50 LEITE, Serafim, op. cit., t. III, p. 63-64.

51 Cf. Carta do arcebispo da Bahia para Thomé Joaquim da C. Corte Real, em que se refere especialmente à reforma dos jesuítas e aos provimentos das vigararias do sertão em padres do Hábito de S. Pedro. In: AHU_ACL_CU_BAHIA, cx. 22, d. 4115 (documentos avulsos).

52 Ordem para a criação das Villas e Vigararias de Índios. Arquivo da matriz de Viçosa, livro de registro n. 2. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, 1929-1930, p. 344-349.

núcleos urbanos já existentes, ou melhor, a Metrópole lusa deveria reconhecer oficialmente certas povoações, em um primeiro instante, por criar freguesias, depois, se fosse do seu interesse, elevar certas aglomerações ao foro de vila.

As paróquias, chamadas metaforicamente de “as chaves do sertão” pelo padre oratoriano João Duarte da Costa⁵⁵, haviam sido estabelecidas, segundo Murillo Marx, por toda a colônia com o intuito de cumprir o âmbito:

Não era somente o acesso garantido então à desejada e necessária assistência religiosa que se obtinha, mas também o reconhecimento da comunidade de fato e de direito perante a Igreja oficial, portanto perante o próprio Estado. Não era apenas o acesso ao batismo mais próximo, ao casamento mais fácil, ao amparo dos enfermos, aos sacramentos na morte, mas também a garantia do registro de nascimento, de matrimônio, de óbito, registro oficial, com todas as implicações jurídicas e sociais. [...] era também o usufruto da formalidade civil com todo o direito e a segurança que pudesse propiciar⁵⁴

Temos notícia de freguesias instituídas no interior nordestino no final do século XVII, entre essas: Nossa Senhora da Conceição do Cabrobó (criada por volta de 1675)⁵⁵; Santo Antônio da Jacobina (1677); Nossa Senhora da Montanha de Arorobá (1692), antes havia sido missão religiosa dos padres oratorianos; Nossa Senhora da Vitória (1697), futura cidade pombalina de Oeiras do Piauí; e São Francisco da Barra do Rio Grande do Sul (1697). Os critérios considerados pelas autoridades envolveram tanto o remédio para problemas de cunho espiritual quanto temporal. Em miúdos, priorizaram a fixação do homem em sólidas povoações, reduzir o poder fundiário dos mandatários do sertão, a redução das injustiças praticadas entre os moradores e aumento dos rendimentos da fazenda Real, adquiridos por intermédio dos dízimos. De fato, a Coroa procurou reunir a “população dispersa pelos campos” para submetê-la a

53 LIMA, Ebon. As missões oratorianas no Brasil: informação sobre as missões oratorianas no Nordeste. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: IHGB, n. 523. abr./jun., 1979. p. 69-118.

54 MARX, Murillo, op. cit., p. 18-19.

55 Entre parêntesis a provável data de fundação da paróquia.

seu controle religioso, fiscal, político e administrativo⁵⁶. Assim nos deixa a par o bispo de Pernambuco, d. Francisco de Lima, ao recomendar, em 1697, o desmembramento da gigantesca paróquia de Cabrobó em duas novas: Nossa Senhora da Vitória e São Francisco da Barra do Rio Grande do Sul:

e que daqui por diante, ainda poderá ser maiz util com o intento q' tem de povoarem aquellas terraz, reduziondoas a Collonias, e Povoações, sendo este o meyo, não só de se segurarem aquelles Certoens com estas defenças, mas tambem o de poder lucrar grandez conviniências a fazenda de V. Mag.^{de} nos dizimos que se podem tirar da Cultura dellaz[...] e porque V. Mag.^{de} está obrigado a concorrer com todos os meynos para que os seuz Vassallos tenham o pasto espiritual por mayores que sejam as distanciaz em que vivão [...] como por não haver modo de justiça naquellas partes; que será rezão se ordene que de sinco em sinco legoas, haia[sic.] um Juiz ordinário com a jurisdição de tirar devaças, tomar as denunciações, e querellaz que nos delictos que aly se fizerem e remetellas por treslado ao Ouvidor geral de Pernambuco, ou ao Ouvidor da Comarca da Bahia⁵⁷

O número de paróquias sertanejas, criadas ao longo do reinado de d. João V, aumentou consideravelmente. No total, foram estabelecidas 27 sedes⁵⁸ de igrejas matrizes no interior do Nordeste, como clara resposta à política urbanizadora joanina. Outra alusão, acerca deste

56 REIS FILHO, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500/1720)*. 2ª ed. São Paulo: Pini, 2000, p. 112.

57 ENNES, Ernesto, op. cit., p. 349-351.

58 **Capitania do Maranhão**: Nossa Senhora da Conceição e São José das Aldeias Altas (1741) e São Bento das Balças dos Pastos Bons (1741); **Capitania do Piauí**: Santo Antônio do Surubim (1723); Nossa Senhora do Carmo de Pircuruca (1723); Nossa Senhora do Livramento do Parnaguá (1723); Santo Antônio do Gurguéia (1723); Nossa Senhora da Conceição dos Oroazes (1740); Nossa Senhora do Desterro (1742); **Capitania do Ceará**: Nossa Senhora do Rosário das Russas (1713); Nossa Senhora da Espectação do Icó (1715)*; São José dos Cariris Novos (1746); Nossa Senhora da Conceição do Riacho do Sangue (1748); Santa Cruz do Aracati (1748); Nossa Senhora da Cruz dos Milagres (1748); **Capitania do Rio Grande**: São João Batista do Açú (1726); Gloriosa Sant'Ana do Seridó (1748); **Capitania da Paraíba**: Nossa Senhora dos Milagres da Ribeira do Cariri (1750); **Capitania de Pernambuco**: Bom Jesus dos Aflitos (1734); **Capitania das Alagoas**: Nossa Senhora do Ó do rio São Francisco (1714); **Capitania de Sergipe Del Rey**: Nossa Senhora do Campo do Rio Real (1718); **Capitania da Bahia**: Santo Antônio do Pambu (1714); Nossa Senhora do Nazaré de Itapicuru de Cima (1718); São João Batista do Jeremoabo (1718); Santíssimo Sacramento do Rio de Contas (1718); São José da Barra do Sento Sé (1719); Livra-

salto numérico, deve-se à publicação, em 1707, por d. Sebastião Monteiro da Vide, das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*⁵⁹, normas rigorosas, atentas à uniformidade dogmática, clareza dos ritos e à dilação da fé católica em lugares povoados, como ordenou o título 687, do livro quarto: “e se edifique [a sede da paróquia] em lugar povoado, onde estiver o maior numero de fregueses”.⁶⁰

Já no reinado de d. José I, com apoio direto do conde de Oeiras (futuro marquês de Pombal), verificamos que a rede eclesiástica de freguesias alcançou consideráveis índices [ver Figura 2]. Muito se deve às reformas políticas e sociais pombalinas para essa multiplicação de igrejas matrizes nos sertões do Norte. Pois, como consequência das leis de liberdade ao indígena (6 e 7 de junho de 1755 e o alvará de 8 de maio de 1758) e, principalmente, o Diretório dos Índios, dezenas de aldeamentos missionários, espalhados por todas as partes da colônia, foram convertidos, *a priori*, em lugar de índios com o título de paróquia. Na capitania do Ceará, por exemplo, o bispo de Pernambuco, d. Francisco Xavier Aranha, recomendou para aquelas missões religiosas que não haviam sido transformadas em vilas, “sejam por nós erectas em Vigarias [sic.] que fazemos interinamente servir por clérigos seculares, até segunda resolução”.⁶¹

Ao contrário do que ocorreu com os períodos joanino e pombalino, durante a administração real de d. Maria I e d. João VI averiguamos uma redução na quantidade de freguesias fundadas no sertão nordestino. Entre 1777-1808 foram instituídas treze paróquias, enquanto que doze sedes de igrejas matrizes surgiram após a chegada da família real ao Brasil e o fim do antigo regime colonial (1822). Para entendermos o porquê dessa diminuição de índices, com nítida repercussão na urbanização daquele território, recorreremos a Riolando Azzi quando nos aponta que, a partir da segunda metade do século XVIII, a subordinação do clero aos direitos reais se tornou mais patente⁶².

mento de Nossa Senhora do Rio de Contas (1724); Santo Antônio do Urubu de Cima (1748). Entre parêntesis a data de fundação; já em asterisco a data é imprecisa.

59 VIDE, Sebastião Monteiro da. *Constituições primeiras do arcebispado da Bahia, feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo d. Sebastião Monteiro da Vide*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

60 Idem, *ibidem*, p. 252.

61 *Ordem para a criação das Villas e Vigararias de Índios*, op. cit., p. 346.

62 AZZI, Riolando. A instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: HORNAERT, Eduardo. *História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo (primeira época, Período Colonial)*. 5ª ed. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2008, p. 181.

A pecuária e povoações com a qualificação de freguesia atraíram o colono português (principalmente das províncias do Minho, Trás os Montes e Douro) ao interior, região onde seria mais fácil encontrar uma fatia de terra devoluta ou ainda por descobrir. O crescimento demográfico provocou uma série de problemas sociais: assaltos às fazendas de gado, litígio entre famílias rivais, assassinatos, apropriação indevida das sesmarias de outrem, entre outros aspectos. A demanda por justiça tornou-se a base para a formatação da rede civil de vilas nos rincões do Nordeste. Fato observado desde a criação da primeira municipalidade (Mocha, 1711) até o final do colonialismo (1822).

Entre as primeiras vilas criadas – Mocha (1711)⁶³; Jacobina (1722); Livramento de Nossa Senhora do Rio de Contas (1724); Inhambupe (1727); Água Fria (1727); Itapicuru (1727) e Icó (1736); Rio de Contas (1745) e Urubu (1748) –, a boa administração da justiça, para sossego e “quietação dos povos”, foi assunto largamente pautado nas correspondências entre as autoridades da colônia e os funcionários da monarquia, locados no Conselho Ultramarino. A paróquia piauiense de Nossa Senhora da Vitória recebeu o *status* de vila em 1711, instalada somente em 1717, passando a ser chamada de vila da Mocha, em homenagem ao riacho que serpenteia o seu espaço urbano. Para a instituição de Mocha, d. João V ordenou o ouvidor geral do Maranhão, Euzébyo Capelli, que “no lugar aonde está a Igreja matriz crieis huma Villa com Senado da Câmara [...] para se administrar a justiça, e se evitarem os delictos que nella se cometem por falta de castigos”.⁶⁴ Idem para a vila do Icó, fundada em 1736 na capitania do Ceará:

O ouvidor geral da capitania do Ceará Pedro Cardoso de Novaes Pereira me escreveo a carta de q' com esta remeto a copia para fazer presente a v. mag.^{de} a neceçidade q' ha de mandar criar de novo huma villa naquella capitania no lugar q' o chamão o Icó, aonde está a igreja matriz do districto, e não só me pairesse justo q' haja para a admenistração da justiça mas he perciso p.^a a quietassão dos povos, pella distancia de oitenta legoas q' fica a villa de Achirás, de q' he termo.⁶⁵

63 Entre parêntesis estão os anos de fundação das respectivas vilas.

64 O Livro grosso do Maranhão. *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Divisão de Obras Raras e Publicações, 1948, v. LXVII, 2ª parte, p. 104.

65 AHU_ACL_CU_015, cx. 48, d. 4254.

A dispersão dos núcleos urbanos sertanejos e os descômodos de viverem isolados, pois “quando lhes chegam os despachos vem tam tarde que não servindo para o remedeo das queixas trazem sempre a ruína”⁶⁶, foram alguns condicionantes incluídos na carta régia de 19 de junho de 1761, passada ao governador da recém criada capitania de São José do Piauí, no que diz respeito à concessão do título de vila às seis freguesias existentes naquele território. Contemporâneo à citada carta régia é a publicação, em 1758, do Diretório dos Índios. O reflexo dessa nova lei nos sertões do Nordeste se deu pela conversão de treze aldeamentos missioneiros em municipalidades, distribuídas desde o Maranhão até a capitania da Bahia. Nas novas vilas de índios, os congregados ficaram “subgeitos ao estabelecido sistema de viver, avillados, subordinados as Leis com seus legítimos principais, e superiores havendo em cada villa hum director, hum pároco Branco e Câmara composta de juízes ordinários, e Vereadores, em parte Índios, e em parte Brancos”.⁶⁷ Tal sistema de viver buscou homogeneizar a civilização dos nativos através da boa administração da justiça, agricultura, do comércio e do contato com portugueses. Ao invés de doutrinar os neófitos, como faziam os missionários, o ideal seria civilizá-los⁶⁸.

O ápice da urbanização dos “Certoens do Norte” ocorreu em 1761, com a elevação da vila da Mocha em cidade, agora chamada de Oeiras em homenagem a Sebastião José de Carvalho e Melo, o conde de Oeiras. O ato de fundar uma cidade na colônia não era tarefa simples, pois nem todas as vilas tinham suportes quantitativos e qualitativos para merecer o título. Portanto, o jogo de escolhas se concentrou nas mãos da Coroa e seus representantes diretos. Os debates entre as autoridades coloniais e ultramarinas nos dão interessantes pistas sobre quais questionamentos foram vigorados ou negados para a eleição da futura cidade.

Analisando a voo de pássaro a situação da vila da Mocha no contexto econômico e geopolítico da colônia, entenderemos alguns porquês de sua eleição. No final dos Seiscentos, o território eclesiástico da freguesia de Nossa Senhora da Vitória contou com 129 fazendas de gado distribuídas

66 AHU_ACL_CU_018, cx. 08, d. 463.

67 AHU_ACL_CU_014, cx. 41, d. 2853.

68 Para Maria Helena Flexor, civilizar os índios significava fazê-los vestirem-se, ter uma vida espiritual e temporal semelhante aos portugueses, bem como ter acesso ao comércio e agricultura. Isto equivale dizer, impor os valores dos brancos: vida sedentária, moral, ambição, acúmulo de bens, unidade familiar. Cf. FLEXOR, Maria Helena. *Os núcleos urbanos planejados do séculos XVIII*: Porto Seguro e São Paulo. Salvador: Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1989, p. 10.

ao longo dos rios Parnaíba, Canindé, Piauí, Itaim, entre outros⁶⁹. Com o avanço da pecuária no mercado colonial brasileiro, basicamente como fonte de abastecimento do litoral e das áreas mineradoras (aqui também se enquadram as minas do Goiás), o número das herdades aumentou, em 1730, para um total de quatrocentos exemplares⁷⁰. Entre os anos de 1752-1754 foram arrematados os dízimos referentes às paróquias do Piauí. Mocha depositou nos cofres da Fazenda Real o considerável montante de 52.900\$000 réis, desses cerca de 7.127\$000 réis derivaram do gado criado em seu termo⁷¹.

Em 1758, os funcionários do rei definiram os contornos territoriais da capitania de São José do Piauí. Para a sua implantação, o secretário da Marinha e Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, e o capitão general do Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, notaram a importância do Piauí para a “subsistencia da Bahia e Pernambuco e ao muito que importa nas presentes circunstancias fortificarnos nos centros dos Certoens do Brazil depois que se manifestou que por elles pretendiam arruinar e dominar aquelle estado os Religiosos Jesuítas”.⁷² Abastecimento e vigilância aos domínios fundiários dos inácianos localizados no Piauí (sequestrados de fato após a completa extradição da Companhia de Jesus do Brasil, em 1759) corroboraram às iniciativas dos administradores coloniais para a instalação da capitania. O centro de poder e controle das diversas instâncias do Piauí estaria em Mocha, ou melhor, em Oeiras [Figura 3].

Assim como ocorreu com a rede de freguesias, a quantidade de vilas criadas no sertão nordestino diminuiu entre o final da era pombalina (1777) e à chegada da família real ao Brasil (1808). Ao todo foram criados oito núcleos urbanos: quatro no Ceará, agora capitania independente e desmembrada da de Pernambuco, em 1799; uma vila no Rio Grande do Norte; duas na Paraíba e uma na Bahia. A toponímia das vilas eretas valorizou ou adulou a figura do monarca regente como centro da política e vida colonial: temos uma vila Nova da Rainha, vila Nova del Rey e vila Nova do Príncipe.

A criação de gado, como explanado anteriormente, sofreu uma séria queda de produção e comercialização a partir do final do século XVIII. Tal redução econômica resultou em uma série de debates entre as câmaras das vilas sertanejas a buscar melhorias ao comércio local e

69 ENNES, Ernesto, op. cit., p. 368.

70 MOTT, Luiz R. B. *Piauí colonial: população, economia, sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portella, 1985, p. 57.

71 AHU_ACL_CU_016, cx. 6, d. 388.

72 AHU_ACL_CU_016, cx. 5, d. 359.

regional. É o caso, por exemplo, do senado da cidade de Oeiras do Piauí que, desde meados do século XVIII e junto ao governo da capitania do Maranhão, cogitavam a mudança da capital para as margens do rio Parnaíba ou transferência direta do título de cidade para a comerciante vila de Parnaíba, localizada na foz do rio sobredito⁷⁵.

Levando em consideração a urbanização em uma escala maior, a das capitanias do Norte, entre 1808-1822 foram municipalizadas doze povoações: quatro na capitania do Maranhão; duas no Ceará; uma na Paraíba; três na capitania de Pernambuco e duas na capitania da Bahia. No Piauí nenhuma vila havia sido instituída desde 1761, sendo repercussão, quiçá, da nova realidade econômica daqueles sertões. A partir de 1813, segundo Joaquim Veríssimo Serrão, a Coroa desenvolveu cada vez mais a organização judicial no Brasil. Para isso aproveitou a criação simultânea de vilas, correspondendo aos pedidos das câmaras e ao sentir da população residente⁷⁴. Queria d. João VI que seus vassallos, através dos novos municípios, gozassem do sossego e bem público, resultantes da pronta e bem atendida administração da justiça⁷⁵. Assim, surgiram no interior do Nordeste os cargos de juiz de fora, em 1810 e 1811 respectivamente, para as vilas de Rio de Contas (BA) e Caxias das Aldeias Altas (MA). Na capitania de Pernambuco, a imensa comarca de Olinda foi desanexada em 1810, sendo oficializada a comarca do Sertão, com sede na recém-inaugurada vila de Flores do Pajeú⁷⁶.

Este breve panorama político, econômico, social e religioso tentou introduzir algumas questões da urbanização encerrada no interior das capitanias do Norte, lacunas existem e persistirão. Consideramos que não se tratou de um fenômeno simples, pelo contrário, a rede de relações e os fluxos fundamentados pelo gado elaboraram uma intrincada rede de caminhos, pousos e fazendas, viabilizando o mercado interno voltado ao abastecimento dos principais centros urbanos da colônia (São Luís, Recife, Olinda, Salvador, Rio de Janeiro e arraiais mineiros). A ascensão da teia paroquial, relativamente densa em certas partes da região, e dispersa em outras, oficializou o povoamento dos vastos sertões, sendo

75 AHU_ACL_CU_016, cx. 24, d. 1240.

74 SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal*. (A instauração do liberalismo: 1807 - 1832). Lisboa: Editora Verbo, 1983, v. VII, p. 167.

75 Idem, *ibidem*.

76 “Alvará com força de Lei, pelo qual Vossa Alteza Real ha por bem Crear a nova Comarca do Sertão de Pernambuco, desanexando da antiga algumas Villas, e Julgados; e erigir em Villas as Povoações do Pilão Arcado, e de Flores na Ribeira do Pajahú; na forma acima exposta”. Disponível em: <<http://archive.org>>. Acesso em: 21 set. 2012.

o preâmbulo da teia civil de vilas, cujas trocas entre si e com o território organizaram um sistema com funções hierárquicas determinadas no ultramar, nos governos das capitâneas e nas câmaras das vilas sertanejas.

Sobre o autor

Esdras Arraes

Arquiteto e urbanista, possui graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestrado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (USP). Atualmente, é doutorando na mesma instituição. E-mail: esdras_arraes@yahoo.com.br

Agradecimento

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pelo apoio concedido à realização dessa pesquisa.

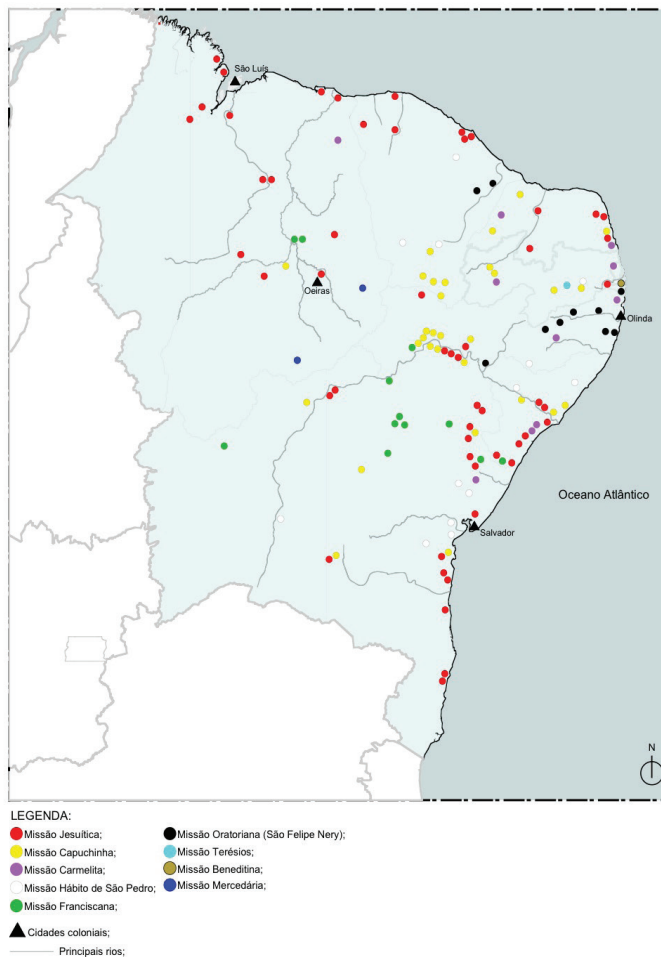


Figura 01: Aldeamentos missioneiros no Nordeste fundados entre 1549 – 1822. Desenho do autor sobre informações encontradas em ABREU, Caspistrano. Capítulos de história colonial, 1500 – 1800. 7 ed. São Paulo: Publifolha, 2000. p. 194 – 197; PACHECO DE OLIVEIRA, João [org.]. A presença indígena no Nordeste: processo de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. p. 690 – 707; e manuscritos encontrados no Projeto Resgate Barão do Rio Branco.

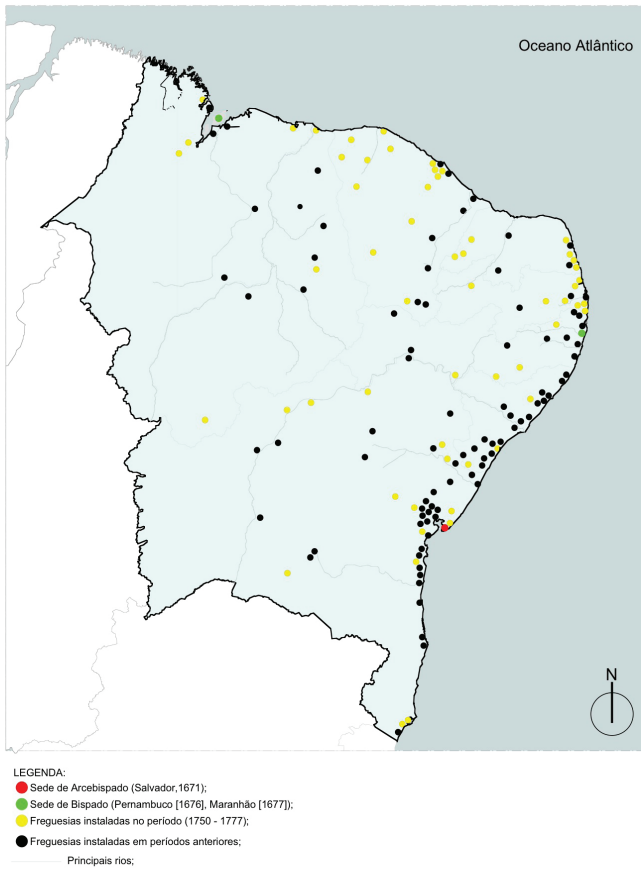


Figura 02: Freguesias instituídas no período pombalino, 1750 – 1777. Desenho do autor sobre informações encontradas nos manuscritos do Projeto Resgate Barão do Rio Branco e na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.



Figura 05: Cidade de Oeiras do Piauí. Foto do autor, 2010.

“Chicago” no Brasil

a importância da redescoberta da cidade e da “raça”

Frank Eckardt¹

Resumo

O desenvolvimento das cidades contemporâneas no Brasil levanta muitas questões conceituais para a sociologia urbana. A tradição conceitual da Escola de Chicago parece não ser aplicável, uma vez que sua elaboração de segregação se relaciona com a questão de raça. Assim, assumiu-se que as cidades brasileiras são diferentes. Neste artigo, o autor quer questionar essa perspectiva. Em primeiro lugar, será demonstrado que o legado da Escola de Chicago no Brasil tem mais a oferecer do que geralmente se aceita. Ele também pode ajudar a ver que as cidades brasileiras têm sido “produto” de um equívoco comum entre os estudiosos americanos e brasileiros sobre a sociologia urbana. Em segundo lugar, o artigo defende uma interpretação renovada da Escola de Chicago, no contexto dos debates contemporâneos no Brasil no que diz respeito tanto à questão da desigualdade racial e social quanto ao conceito de favela.

Palavras-chave

Escola de Chicago, sociologia urbana, relações raciais.

Recebido em 7 de novembro de 2013

Aprovado em 7 de abril de 2014

ECKARDT, Frank. “Chicago” no Brasil: a importância da redescoberta da cidade e da “raça”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 58, p. 79-103, jun. 2014.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p79-103>

¹ Universidade Bauhaus (Weimar, Alemanha).

“Chicago” in Brazil

The Rediscovered Importance of the City and “Race”

Frank Eckardt

Abstract

The development of contemporary cities in Brazil raises many conceptual questions for urban sociology. The lasting tradition of the Chicago School seems not to be applicable as it is based on the mayor assumption race related segregation. It has been assumed that therefore Brazilian cities are different. In this article, the author wants to question this perspective. Firstly, it will be demonstrated that the legacy of the Chicago School in Brazil had more to offer than generally accepted. It can also help to see that the Brazilian cities have been a “product” of a mutual misconception between American and Brazilian scholars about urban sociology. Secondly, the article argues for a renewed interpretation of the Chicago School against the background of contemporary debates in Brazil with regard to the issue of racial and social inequality and the concept of the favela.

Keywords

Chicago School, Urban Sociology, Race relations.



uidadosa, porém com uma abertura ainda pouco conhecida, a neutralidade brasileira em relação ao contexto que associa segregação étnica e social está sendo posta em questão. O lento reconhecimento da estrutura racista da desigualdade social também está se efetuando no discurso acadêmico. Ao que parece, o discurso atual vem sendo acompanhado de uma nova compreensão das ideias sobre espaço, “raça” e desigualdades sociais. Paralelamente, os trabalhos de Donald Pierson e Franklin Fraziers estão sendo redescobertos. Como membros da “Escola de Chicago”², ambos se ocuparam intensivamente da questão da integração dos negros e, ao seu modo, introduziram o célebre ciclo de relações raciais [“race relation cycle”] de Robert Park na sociologia brasileira. Em vista do atual debate social acerca do significado de “raça” e da crítica à redução das desigualdades sociais à sua dimensão espacial, formula-se a questão sobre como levar adiante a atualização das pesquisas prévias da Escola de Chicago no Brasil. Por essa razão, será feita, a seguir, uma interpretação dos trabalhos dos sociólogos de Chicago sobre os temas “raça” e cidade de forma geral e também sobre os específicos dedicados ao Brasil. Estes serão relacionados ao debate atual sobre o significado de ambos os conceitos aplicados à sociedade brasileira.

2 HENNIG, Eike. Chicago School. In: F. Eckhardt (org.). *Handbuch Stadtsoziologie*. Wiesbaden: Springer VS, p. 95-124, 2012.

Chicago no Brasil

Donald Pierson⁵ (1900-1995), um aluno de Robert Park, que fora então o diretor do Instituto de Sociologia [“Institute for Sociology”] de Chicago, foi o primeiro sociólogo americano a se ocupar do tema cidade e “raça” nos anos 1930⁴. Ele foi sucedido por Ruth Landes⁵ e E. Franklin Frazier, porém, ao contrário de Pierson, estes dois não foram reconhecidos por seus trabalhos. Robert Park motivou efusivamente os três pesquisadores a se ocuparem de forma intensiva com o Brasil. Primeiramente publicada em 1942 em inglês, posteriormente traduzida para o português em 1945, a obra de Pierson, *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial na Bahia* [*Negroes in Brazil: A Study of Race Contact at Bahia*], tornou-se rapidamente uma obra de referência. A partir daí, os pesquisadores americanos perceberam as diferenças nas condições de vida da população negra e as integraram em suas reflexões. Salvador foi, por diversos motivos, o local mais interessante no Brasil para os sociólogos de Chicago. A cidade, que por séculos foi a capital do país e local de chegada da maioria dos escravos trazidos da África, era também o lugar de uma discussão pró-reformas sobre a situação “afro-brasileira”.

Pierson pesquisou na Bahia durante dois anos (1935-37), tendo sua atenção voltada, sobretudo, ao contato entre negros e brancos [“white-black contact”]. Ele percebeu a Bahia como um estado no qual as diferenças étnicas e sociais fizeram surgir uma segregação muito explícita: um centro organizado nos moldes europeus que nitidamente se delimita dos povoados africanos que a cercam. Ele percebeu os contatos interétnicos sendo marcados pela acomodação e distribuição. Por isso, segundo Pierson, a situação na Bahia basicamente se revelou como diferente da encontrada nos estados do sul dos Estados Unidos, que por ele era vista como muito mais marcada por antagonismos (sob recomendação de Park, Pierson tinha conduzido estudos similares em Tennessee, e essas experiências o motivaram a realizar suas pesquisas no Brasil). Suas perspectivas, no entanto, não se compatibilizavam com as discussões acerca do significado da herança africana, conduzidas naquele momento pelos intelectuais predominantes no Brasil. Logo, ele percebeu preconceitos contra os negros entre os intelectuais e duvidou de sua vontade de lhes dar um tratamento de fato igualitário. Em sua avaliação geral da

5 PIERSON, Donald. *Negroes in Brazil: A Study of Race Contact at Bahia*. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

4 BACELAR, Jeferson. Donald Pierson e os brancos e pretos na Bahia. *Horizontes Antropológicos*, n. 7, p. 129-145, Porto Alegre, v. 5, 1997.

5 LANDES, Ruth. *City of Women*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1994.

situação da Bahia, Pierson concluiu que estruturas coloniais ainda eram determinantes e que uma aproximação e fusão cultural entre brancos e negros praticamente não se realizam. A cidade lhe parecia congelada no tempo e com pouco espaço para alterações sociais. A continuidade das estruturas coloniais era, para Pierson, a causa principal da ausência de inquietudes raciais. Em sua pesquisa revela-se claramente para ele os relacionamentos interétnicos, surpreendentemente harmônicos em comparação com os dos Estados Unidos, e as graves diferenças sociais entre brancos e “negros”. Cor [“color”] e classe são idênticos na Bahia. Para ele, a ausência de discriminação aberta permaneceu um fenômeno difícil de ser compreendido. Ao mesmo tempo, ele pôde constatar tanto as diferenças sociais entre os não-brancos quanto a recusa da religião e da cultura africana por parte das elites brancas. Apesar das análises cuidadosas de Pierson, manifestações explicitamente racistas foram registradas em seu livro. Por meio do discurso dominado de Gilberto Freyre⁶ sobre a harmonia racial brasileira, Pierson pode não ter estimado corretamente o significado do racismo.

Em sua observação final, ele apontou a “hierarquia étnica” e a passividade cultural como causadoras da enorme segregação social baiana. Dessa forma, Pierson pôde ser considerado de forma aceitável para os representantes da “Escola da Bahia”, sobretudo por Freyre e Arthur Ramos, que o apoiaram com um prefácio e uma recensão positiva. A ênfase à passividade tradicional pode ter soado intelectualmente como legado africano, e assim foi possível harmonizar com a narrativa explicativa dos pesquisadores da Escola da Bahia, a qual propalava que os problemas sociais da Bahia resultam da continuação do modo de vida africano e da ausência de seu reconhecimento no Brasil. O trabalho de Pierson também pode ser interpretado da mesma forma, ainda que ele tenha abordado a questão sob um viés diferente.

Ruth Landes e E. Franklin Frazier, diferentemente, se dedicaram explicitamente aos preconceitos raciais nos contatos entre brancos e negros, encontrando rejeição consistente e agressiva dos pesquisadores brasileiros da Escola da Bahia, que desqualificaram os dois sociólogos de Chicago como “visitantes”, entre outras denominações. Ruth Landes atraiu a fúria particular de Arthur Ramos ao analisar os contatos interétnicos com um olhar voltado às relações de gênero e ao se interessar particularmente pelos temas da maternidade e da homossexualidade. Landes estava também ciente de sua difícil situação: os resultados de seu trabalho contraditavam as opiniões predominantes

6 FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e senzala*. Recife: Imprensa Oficial, 1935.

entre os pesquisadores brasileiros da Escola da Bahia. Por isso, não se pode explicar como, por um lado, ela retrata em seu livro a presença de racismo de forma insistente e convincente, enquanto, por outro lado, ela atesta (depois de Pierson) na introdução de seu livro *City of Women* (1947, segunda edição de 1994), traduzido posteriormente como *A cidade das mulheres*, que não existiria nenhum racismo. Por exemplo, em suas exposições sobre a religião africana do Candomblé, fica claro que esta se adapta às circunstâncias do Brasil e não possui (de forma alguma) somente um significado social de “herança”. Para ela, o Candomblé é uma nova religião sob circunstâncias sociais modificadas. Landes, mais do que Pierson, observou e se envolveu com uma dinâmica cultural, não fixou os negros à sua identidade cultural e por isso não contribuiu para sua exotização⁷. De acordo com as observações de Landes, a capacidade de adaptação cultural se efetua de forma independente, sobretudo através dos papéis femininos assumidos por homens proscritos e dos papéis soberanos de liderança das mulheres na comunidade do Candomblé. Outros autores já haviam exposto situações como as mencionadas, situações essas que estão em oposição à distribuição patriarcal de papéis na sociedade brasileira. Mesmo assim, as declarações de Landes foram mal recebidas, tanto por ela ser estrangeira quanto por fazer questionamentos muito diretos, no estilo da Escola de Chicago. O trabalho de Landes caiu no esquecimento, enquanto o de Donald Pierson terminou sendo visto no Brasil como alinhado aos trabalhos de Gilberto Freyre. Pierson assumiu um papel importante na sociologia brasileira e também no desenvolvimento dessa disciplina em São Paulo, entre 1939 e 1955⁸. Entretanto, a redescoberta dos arquivos de Donald Pierson indica que ele reprovava a antropologia brasileira dominante, diferentemente do que a recepção de seu trabalho parecia indicar, restando somente a possibilidade de especular se haveria uma relação direta com o “desaparecimento” de seus trabalhos realizados nos anos de 1950⁹. O que pode realmente ser constatado é que as pesquisas conduzidas por Pierson despertaram pouco interesse, embora as condições de vida nas cidades brasileiras tenham sido examinadas pela primeira vez de forma intensivamente empírica

7 HEALEY, Mark. The Sweet Matriarchy of Bahia: Ruth Landes' Ethnography of Race and Gender. *Disposition*, Michigan, v. 23, n. 50, p. 87-116, 1998.

8 VILA NOVA, Sebastião. *Donald Pierson e a escola de Chicago na sociologia brasileira: entre humanistas e messiânicos*. Lisboa: Vega, 1998.

9 LIMA, Roberto. La historia en la basura: los archivos perdidos de Donald Pierson. *Desacatos*, México, n. 34, dez. 2010. Disponível em <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-92742010000300007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 maio 2014.

por meio dos estudos realizados por 22 pesquisadores em dez cidades, sob a sua supervisão.

Brasil em Chicago

E. Franklin Frazier também desenvolveu um interesse pelo Brasil precocemente e aprendeu português muito tempo antes de sua estadia no país. Tendo Robert Park como mentor, Frazier se doutorou pesquisando a situação da família negra [“Negro Family”]. Mais do que qualquer outro pesquisador da Escola de Chicago, Frazier tinha, desde cedo, simpatia pelas ideias socialistas e comprometimentos a favor dos direitos civis dos afro-americanos, fato que estimulou seus estudos posteriores¹⁰. Depois, Frazier viria a se tornar o primeiro presidente negro da Associação Americana de Sociologia (ASA) e durante sua vida se manteve vinculado ao tema da situação de vida dos negros [“blacks”] nos Estados Unidos, especialmente com o caso do declínio da família negra, ao qual ele recorre, em grande medida, aos conceitos básicos desenvolvidos por William I. Thomas de “isolamento social” e à definição de “situação”. Assim como muitos outros, ele elogiou o Brasil por sua harmonia racial, ao menos em suas declarações públicas ou políticas. Por um lado, este reconhecimento correspondeu a uma projeção muito difundida entre os afro-americanos, os quais utilizaram o bom exemplo brasileiro como auxílio na argumentação em prol de melhores relações raciais nos Estados Unidos. Por outro lado, essa postura de Frazier reflete a influência dos discursos brasileiros¹¹, cujos conceitos de “raça” e nação se desenvolveram em um espaço transnacional entre os Estados Unidos e o Brasil, que se firmou desde o século XIX sobre práticas culturais e orientadas ao consumo¹².

No entanto, salta aos olhos como Frazier se expressa de forma muito mais crítica sobre a situação brasileira nos seus textos acadêmicos. Ele se distancia também das declarações feitas por Pierson (como na recensão de seu *Branços e pretos na Bahia*) de que o racismo não desempenharia um papel decisivo no Brasil. Frazier descarta, de

10 EDWARDS, G. Franklin. *Black Sociologists: Historical and Contemporary Perspectives*. Chicago: University of Chicago Press, 1994; PLATT, Anthony M. E. *Franklin Frazier Reconsidered*. New Brunswick: Rutgers University Press, 1991.

11 HELLOWIG, David J. *African-American Reflections on Brazil's Racial Paradise*. Philadelphia: Temple University Press, 1992.

12 SEIGEL, Micol. *Uneven Encounters: Making Race and Nation in Brazil and the United States*. Durham: Duke University Press, 2009.

forma ainda mais radical que Landes, a ideia de que a situação atual em Salvador poderia ser explicada por meio das continuidades africanas. Em 1940, após quase um ano e meio de pesquisa de campo na Bahia, ele designou as referências remanescentes à cultura africana como folclore. Já que sua atenção sempre se destinou às estruturas familiares, ele se impressionou no Brasil com o fato de que as formas de organização familiar são bastante avançadas e que nenhum padrão de uma vida familiar africana pode ser encontrado. Ao contrário, as circunstâncias locais brasileiras são, para ele, decisivas para o desenvolvimento de uma estrutura diferenciada de relacionamento familiar. Por exemplo, a baixa taxa de casamentos de afro-brasileiros não reproduz qualquer tradição africana de convivência não-matrimonial, mas explica-se a partir dos altos custos de casamento decorrentes no Brasil. A infidelidade masculina não é alimentada pela continuidade da tradição poligâmica africana, mas resultado de um sistema patriarcal de relações de gênero na sociedade brasileira. A situação de vida das famílias afro-brasileiras, tal como Frazier a encontrou está, sobretudo, marcada pela pobreza.

Chicago e “raça”

Desde os anos 1920, o discurso sociológico sobre “raça” nos Estados Unidos foi marcado pelos trabalhos da Escola de Chicago, sobretudo pelo conceito de Robert Park dos processos de interação social. Com isso, deve-se frisar principalmente os processos, que, para Park e Burgess¹³, estão ligados a uma compreensão fundamental do conceito de sociedade e das Ciências Sociais. Competição, conflito, acomodação e assimilação foram consideradas como as fases nas quais o ciclo de relações raciais se dá. No desenvolvimento crítico desta perspectiva foi descartado o risco de uma aceção implícita que se deixa ler como uma teorização otimista do ideal americano do *melting pot* [“caldo cultural”], no qual as diferenças entre as raças acabam por se neutralizar. Para Park, é característico observar o processo de segregação em sua contrariedade:

The processes of segregation establish moral distances which make the city a mosaic of little worlds which touch but do not interpenetrate. This makes it possible for individuals to pass quickly and easily from one moral milieu to another, and encourages

13 PARK, Robert; BURGESS, Ernest W. *Introduction to the Science of Sociology*. Chicago: University of Chicago Press, 1921.

*the fascinating but dangerous experiment of living at the same time in several different contiguous, but otherwise widely separated, worlds [...] it tends to complicate social relationships and to produce new and divergent individual types.*¹⁴ (p. 40-41)

A esta altura, a Escola de Chicago já estava intensamente dedicada ao tema da “raça” e, neste aspecto, abria novos horizontes. Enquanto na era progressiva americana, anterior à Primeira Guerra Mundial, quando houve a presença de um forte ativismo social e de políticas reformistas, podia-se perguntar pela primeira vez se os Estados Unidos têm um problema racial, e W. E. B. DuBois conseguia assumir uma posição pró-reformista por meio de seu livro sobre o negro na Filadélfia [“Philadelphia Negro”], a Escola de Chicago operava em uma situação muito mais polarizada.

A grande migração interna dos afro-americanos para o norte deu um significado muito maior ao tema das relações raciais. Em toda parte houve reações defensivas, como em Detroit, onde a Ku Klux Klan levou 250 mil de seguidores às ruas. Em Chicago não houve somente uma segregação racial em instalações públicas, mas também uma segregação espacial de fato que levou a uma concentração de afro-americanos no chamado “Cinturão Negro” [“Black Belt”]. Os mundos do dia-a-dia eram rigorosamente separados, mesmo nas praias. Graves revoltas raciais aconteceram em julho de 1919, quando o adolescente negro Eugene Williams atravessou a nado a linha de segregação imaginária na praia e, sendo apedrejado pelos brancos, afogou-se. A polícia não interveio e não deteve o primeiro apedrejador identificado. Cinco dias de revolta violenta se sucedem, resultando em 23 negros mortos, 15 brancos mortos, 291 feridos e 537 presos¹⁵. No debate acerca das consequências políticas destas revoltas, a Escola de Chicago participou ativamente na criação do chamado “Coroner’s Report” (o relatório policial oficial) e na formulação de recomendações para o relatório da comissão Ilínois-Chicago sobre as relações raciais. Fica claro nas recomendações da Escola de Chicago que

14 “O processo de segregação estabelece distâncias morais que fazem da cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram. Isto possibilita os indivíduos a passar rápida e facilmente de um meio moral para o outro, e encoraja o experimento fascinante, porém perigoso, de viver ao mesmo tempo em diversos mundos contíguos, que caso contrário estariam largamente separados [...] Isto tende a complicar as relações sociais e a produzir tipos individuais novos e divergentes” (tradução nossa).

15 TUTTLE, William M. Jr. Race Riot Chicago in the Red Summer of 1919. New York: Atheneum, 1978.

os problemas das relações raciais não são vistos de maneira biológica, e sim como determinados por fatores socioeconômicos. As difíceis condições de vida dos negros são vistas como consequências da segregação, que, por sua vez, estão relacionadas com as desvantagens no sistema educacional, com as péssimas condições de trabalho e com a opinião pública negativa. Como se vê, as recomendações não se restringem aos fatores diretos da segregação (por exemplo, à melhoria das condições de moradia). Apontam também a necessidade de estímulos para melhorias da condição econômica da vida dos negros. Sendo este o caso, o ciclo de relações raciais de Parks não pode ser lido como se a Escola de Chicago considerasse a descrição das quatro fases (competição, conflito, acomodação e assimilação) como passos auto-operantes na adaptação interétnica. Nos termos de um darwinismo social, que outrora era muito comum, isto significa também que não há nenhuma seleção “natural” em si, apesar do conceito de “áreas naturais” [“natural areas”] ter sido escolhido para se tratar da titulação geográfica dos enclaves étnicos. O apoio (público) aos negros prejudicados, o pedido por tolerância e por uma recusa ao “orgulho racial” [“race pride”] não se alinha à interpretação sócio-darwinista da Escola de Chicago, e vai além de uma crítica “liberal” ao capitalismo como, por exemplo, atestou Dennis Smith¹⁶. Isto se vincula ao legado progressivo que se firmou em torno da figura de Robert Park, testemunhado pelo seu comprometimento em favor do defensor dos direitos civis Booker T. Washington e aos pontos de partida democráticos da filosofia pragmática, fonte das ideias fundadoras da Escola de Chicago. Por isso, o ciclo de relações raciais está sujeito a uma compreensão normativa e a uma expectativa por uma assimilação decorrente e não está baseado em uma processualidade (já) observável, como se pode ver, sobretudo, na tese de doutorado de Frazier em favor dos Cinturões Negros de Chicago. A compreensão da assimilação pela Escola de Chicago, como resultado final idealmente esperado do contato entre as “raças”, contém um processo permanente de intercâmbio e a construção de uma cultura comum:

a process of interpenetration and fusion in which persons of groups acquire the memories, sentiments, and attitudes of other persons or

16 SMITH, Dennis. *The Chicago School: a Liberal Critique of Capitalismo*. New York: St. Martin's Press, 1988.

*groups, and, by sharing their experience and history, are incorporated with them in a common cultural life.*¹⁷

Os trabalhos posteriores de R. H. Lee, sobre os chineses nos Estados Unidos, e de Louis Wirth, sobre o gueto judeu, retomam o ciclo de relações raciais de Robert Park e confirmam os achados de Frazier sobre os obstáculos estruturais que impossibilitaram o sucesso de tal assimilação. Com o conceito da assimilação, Park possibilitou o ato de identificar estes obstáculos e, assim, tornar visível também o racismo *avant la lettre* de tal forma que as barreiras construídas junto aos grupos sociais entraram no campo de visão (por exemplo, nos trabalhos de Gordon¹⁸). Com isto, a Escola de Chicago, como representante da “Sociology noir”¹⁹, se distanciou nitidamente de uma compreensão modernista-evolucionária de cultura, na qual tudo, por assim dizer, sempre se torna mais racional e melhor.

Tropicalismo brasileiro

Até o fim dos anos 1970, o conceito de “raça” possuía significados completamente diferentes nos Estados Unidos e no Brasil. Os Estados Unidos representavam o modo duplo de segregação que não permitia nenhuma fusão das construções raciais duais e na qual uma assimilação nos moldes concebidos pela Escola de Chicago não se efetuava. No entanto, o Brasil foi percebido como o país multirracial, no qual a categoria “raça” não tem fundamentalmente um significado. Uma reflexão crítica sobre esta autopercepção brasileira, como ela fora tematizada parcialmente por intermédio dos sociólogos de Chicago, foi levada adiante, sobretudo por Carl Degler²⁰. Junto com outros pesquisadores²¹,

17 “um processo de interpenetração e fusão, no qual as pessoas ou grupos adquirem as memórias, sentimentos e atitudes de outras pessoas ou grupos, e são incorporadas a eles em uma vida cultural comum ao compartilharem sua experiência e história.” PARK, Robert; BURGESS, Ernest W. op. cit., p. 360. (tradução nossa).

18 GORDON, Milton Myron. *Assimilation in American Life: the Role of Race, Religion, and National Origins*. New York: Oxford University Press, 1971.

19 SALERNO, Roger A. *Sociology noir: Studies at the University of Chicago in Loneliness, Marginality, and Deviance, 1915-1935*. Jefferson: McFarland, 2007.

20 DEGLER, Carl. *Neither Black nor White: Slavery and Race Relations in Brazil and the United States*. Madison: University of Wisconsin Press, 1971.

21 Cf. SKIDMORE, Thomas A. Bi-racial USA vs. Multi-racial Brazil. Is the Contrast Still Valid?. *Journal of Latin American Studies*, Cambridge, v. 25, n. 2, p. 385-386, 1993. DOI: <http://dx.doi.org/10.1017/s0022216x0004705>; SUNDIATA, Ibrahim K. Late Twentieth-Century Patterns of Race Relations in Brazil and United States.

ele constatou a existência de uma espécie de convergência entre ambos os países. De forma simplificada, pôde-se perceber que a democracia racial [“racial democracy”] brasileira estava se tornando menos importante, caminhando em direção à rígida constelação bipolar dos moldes de segregação dos Estados Unidos. Sob uma perspectiva histórica, antes da constatação dessa convergência, os pesquisadores dos dois países perceberam muitas similaridades. Uma reavaliação da autopercepção romantizada da tolerância racial brasileira, no entanto, ainda era muito recente, tanto no debate público quanto no acadêmico. As ambivalências expressas por Donald Pierson em relação a este tema, assim como sua distância da exotização dos afro-brasileiros, estão agora desaparecendo gradualmente na observação de seu trabalho. Ele é considerado importante para a sociologia brasileira, por ter introduzido princípios sistemáticos e metódicos nas Ciências Sociais modernas do país.

A continuidade da autoimagem do Brasil como uma democracia multirracial [“multiracialdemocracy”] é estabelecida, à primeira vista, pela ausência de revoltas raciais, como as ocorridas nos Estados Unidos. Entretanto, torna-se inexplicável o motivo da existência de tal harmonia racial, embora as diferenças sócio-estruturais não sejam inferiores àquelas dos Estados Unidos, no que diz respeito a uma segregação social. De acordo com o índice de Gini, o Brasil e os Estados Unidos são considerados mundialmente como os dois países cujas desigualdades sociais apontam para as maiores diferenças entre ricos e pobres. Este fato se relaciona de forma inerente com as categorias étnicas²². Por este motivo, a preservação de uma suposta tolerância brasileira é uma perspectiva problemática que julga as relações raciais de forma seletiva a partir das ausências de manifestações de conflito e deixando de buscar outras formas manifestas ou latentes de comunicação. A avaliação crítica do processo coletivo que fez surgir essa percepção seletiva é ausente, fazendo com que a percepção da dimensão étnica da desigualdade social não seja explorada. A esse respeito, a problematização da definição brasileira de nação e de peculiaridade brasileira é crucial. Assim como

Phylon, Atlanta, v. 48, n. 1, p. 62-76, 1987. DOI: <http://dx.doi.org/10.2307/275002>; WINANT, Howard. *Racial Conditions: Politics, Theory, Comparisons*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994. DOI: <http://dx.doi.org/10.2307/275002>; PENHALOPES, Vanha. What Next? On Race and Assimilation in the United States and in Brazil. *Journal of Black Studies*, v. 26, n. 6, p. 809-826, 1996. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/002195479602600609>

²² YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo v. 32, n. 110, p. 288-323, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0101-66282012000200005>

para as outras “comunidades imaginadas” [“imagined communities”]²³, o surgimento de uma autoimagem nacional brasileira pode ser creditado à construção de mitos de origem. A avaliação da colonização portuguesa como baseada em uma mescla das diferentes “raças” foi fundamental para a autoimagem do Brasil. De todo modo, embora houvesse argumentos a favor de um esforço, no mínimo retórico, dos colonizadores de não quererem impor uma segregação rígida devido ao baixo número de portugueses, essas posições vêm perdendo força frente à realidade histórica da escravidão, como foi recuperado por Mary Karasch²⁴ a exemplo do Rio de Janeiro. A argumentação da democracia multirracial omite a escravidão de forma considerável e refere-se aos mamelucos, cafuzos ou mulatos. Os últimos caracterizam indivíduos provenientes de origens miscigenadas (europeia, indígena, negra). Entretanto, a enorme maioria dos mulatos também estava escravizada, apesar de um grande número de escravos libertados também pertencer a este grupo. Em algumas cidades, principalmente em Salvador e no Rio de Janeiro, eles se tornaram a maioria numérica, sobretudo devido a uma taxa de natalidade mais alta. Mesmo que alguns artistas mulatos conseguissem certa mobilidade social nos centros urbanos, eles estavam sistematicamente excluídos de possibilidades de ascensão social, e as carreiras no setor público não lhes estavam disponíveis. As estruturas feudais continuavam a existir fora das cidades, e nas áreas rurais os escravos libertados ainda permaneciam dependentes do patronato da elite branca. A liberdade dos mulatos, somente relativa, estava classificada em um esquema de valorização segundo o qual os mulatos eram recompensados como indivíduos multirraciais quando se orientavam pelos padrões dos brancos e estigmatizados quando seguiam as normas “negras”. Como consequência, os mulatos sempre se engajavam contra a discriminação, caso eles próprios fossem afetados e se vissem equiparados aos negros. Desta forma surgiu um sistema de hegemonia branca que tornou mecanismos formalizados de segregação e discriminação invisíveis ou desnecessários. A invisibilidade desta hierarquia de raças se acentuou quando uma “crioulização” cultural das elites brancas foi aprovada. Isto significava que, diferentemente das colônias francesas e em seus Estados sucessores, o *savoir vivre* foi mantido como norma cultural. Não houve esforços em cultivar particularmente o português. Pelo contrário, houve uma assimilação

23 ANDERSON, Benedict R. O’G. *Imagined Communities: Reflections on the Origins and Spread of Nationalism*. London: Verso, 1985.

24 KARASCH, Mary. *Slave Life in Rio de Janeiro, 1808-1850*. Princeton: Princeton University Press, 1987.

de formas de expressão africanas que se deu na dança, música, língua, culinária, festividades, conhecimento medicinal, arquitetura, forma de trabalho e na cultura visual, de modo que o domínio da cultura não pôde servir muito para criar conflitos simbólicos e para tematizar desigualdades sociais. Entretanto, esta “crioulização” hegemônica não foi reconhecida por Gilberto Freyre em seus trabalhos antropológicos. Intelectualmente, até o século XX, existia a crença de que a “crioulização” serviria finalmente para que a raça branca se impusesse a longo prazo. Somente quando a crença em uma superioridade da civilização branca foi abalada pela barbaridade da Primeira Guerra Mundial, uma revalorização da cultura indígena – primeiramente na arte – se estabeleceu no Brasil, seguida também pela cultura africana. No âmbito político, a argumentação de Freyre contribuiu involuntariamente para o programa da ditadura de Vargas, que de início bajulava e incorporava o movimento negro surgido, mas que depois o proibiu, como todos os outros movimentos políticos. Uma brasilidade deveria ser criada com o Estado Novo de Vargas, na qual os conflitos raciais e discriminações racialmente motivadas não teriam espaço, pois seriam prejudiciais para a honra nacional. As organizações negras foram conseqüentemente proibidas, pois elas se referiam a filiações e programáticas raciais explícitas. Em vez disso, o regime conseguiu popularizar um discurso nacional que prometia um amplo progresso para todos²⁵.

Somente nos últimos anos se começou uma reavaliação intelectual da influência de Freyre sobre o desenvolvimento de uma imagem “tropical” brasileira²⁶. Com o conceito do “tropicalismo”, seu trabalho etnográfico dos anos 1930 é reescrito, pois parte da perspectiva de que a colonização portuguesa, sob as condições tropicais, era dependente da cooperação igualitária com os não-europeus e isso teria se resultado em uma ordem racial [“race order”] corrente e culturalmente ancorada. A escravidão era, a seu ver, essencialmente mais funcional e “amigável” do que nos Estados Unidos. No entanto, ele reforça, sobretudo, a importância de entender o comportamento dos afro-brasileiros e dos indígenas

25 WILLIAMS, Daryle. *Culture Wars in Brazil: the First Vargas Regime; 1930-1945*. Durham: Duke University Press, 2001.

26 Cf. LARSEN, Neil. Race, Periphery, Reification: Speculations on “Hybridity” in Light of Gilberto Freyre’s Casa-Grande & Senzala. *Cultural Critique*, Minniapolis, v. 1, p. 1-27, 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1353/cul.2011.0025>; AVELAR, Idelber. Cenas dizíveis e indizíveis: Raça e sexualidade em Gilberto Freyre. *Luso-Brazilian Review*, Madison, v. 49, n. 1, p.168-187, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1555/lbr.2012.0020>; PALLARES-BURKE, Maria Lúcia G. Gilberto Freyre and Brazilian Self-perception. In: BETHENCOURT, Francisco (org.). *Racism and Ethnic Relations in the Portuguese-speaking World*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p.115-132.

com base em suas tradições culturais, advogando assim em prol de um apoio e reconhecimento da “raça” afro-brasileira. O Brasil, contudo, se constitui para ele como uma “meta-raça”, na qual todas as diferentes raças estão armazenadas. Freyre manifestou em seus trabalhos um discurso que era mais desejo do que realidade e que até hoje reproduz a narrativa dominante, explicando de forma intelectual o fato que a ordem racial existente mais justifica do que critica²⁷.

A brasilidade ambivalente

Nas décadas que se sucederam à fundamentação da compreensão tropical de “raça”, nação e cultura brasileira, a imagem da coexistência harmônica dos diferentes grupos raciais se tornou um componente integrado da autorrepresentação do Brasil, assim como em sua representação e comercialização externa. Tendo o samba, a capoeira e o Candomblé como pilares básicos de uma identidade particular brasileira e de uma ênfase de suas raízes africanas, a destematização das desigualdades sociais entre os grupos sociais foi intensificada e globalizada como imagem do Brasil. O Estado exerce aqui um papel ativo ao disponibilizar apoio financeiro parcialmente direto para esta construção cultural, por meio da qual as tradições são mantidas e sobrevivem. Em especial, o apoio às escolas de samba foi criado como uma forma de controle social. Ainda que a articulação política em torno das desigualdades sócio-estruturais não fosse mais proibida após o fim da Era Vargas (até a ditadura militar), elas foram socialmente marginalizadas. A oposição política também se prendeu mais ou menos à perspectiva de que, em princípio, trata-se de um problema de falta de reconhecimento cultural da cultura e tradição afro-brasileira. Por este motivo, apoiando-se em movimentos políticos comparáveis nos Estados Unidos e em outras partes da América do Sul, insistiu-se que a consciência das tradições africanas e, dessa maneira, a autoconsciência dos descendentes da escravidão devem ser fortalecidas. Enquanto o tema racismo inicialmente ficou fora das discussões em razão da predominância da narrativa da brasilidade e da ilusão de uma inclusão multirracial, a ideia da brasilidade revelou-se depois tão integradora que ela pôde também definir ações e críticas dos protestos

27 SILVA, Denise Ferreira da. Revisiting Racial Democracy: Race and National Identity in Brazilian Thought. *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 157-170, 1989.

afro-brasileiros como parte do patriotismo brasileiro²⁸. Durante os governos (Lula e Dilma Rousseff) do Partido dos Trabalhadores (PT), foram introduzidas abordagens programáticas, retomando ideias e políticas já discutidas internacionalmente, que podem ser entendidas como ações afirmativas e têm como objetivo um apoio especial aos afro-brasileiros. Mas a ideologia da democracia racial, de uma maneira geral, não é atingida ou posta em questão por meio desses apoios adicionais. Isto diz respeito também aos ativistas da sociedade civil afro-brasileira. Como resultado, a construção social da brasilidade [multirracial] sobreviveu assim a todas as contestações. O efeito destes programas pró afro-brasileiros pode ser visto como ambivalente. Ainda que se chegue a encontros possíveis em instituições de ensino e de cultura nas grandes cidades brasileiras, estes encontros se dão sempre baseados em atribuições que cimentam a identidade do afro-brasileiro²⁹.

Mesmo assim, desde os anos 1960 vem se delineando uma modificação latente na autodescrição do Brasil no que diz respeito às relações raciais. O contraste entre negros e brancos nos Estados Unidos não pôde continuar se mantendo devido ao impressionante movimento em prol dos direitos civis. As diferenças entre brancos e negros foram, desde então, atribuídas a diferenças culturais ou de *status* social, porém o tema “raça” permaneceu fora de discussão. A autoimagem da harmonia racial sofreu seus primeiros rompimentos também por meio das pesquisas da Escola de São Paulo, com Florestan Fernandes³⁰. Em seus trabalhos ficou claro que o racismo é uma dificuldade indiscutível para a população negra e que uma continuidade da escravidão se estende. Apesar disso (e apesar da teorização marxista), juntamente com os membros da Escola da Bahia, eles compartilham o otimismo de que, pouco a pouco, as diferenças sociais irão se atenuar em razão do progresso social. A libertação dos afro-brasileiros foi vista como parte da luta de classes. Apesar de ter sido impossível discutir relações sociais durante a ditadura militar (1964 a 1985), as tradições afro-brasileiras começaram a ser reinterpretadas nesta época. Os grupos carnavalescos, o Olodum, as escolas de samba e a Umbanda passam a ser entendidos como propostas de identidade além da democracia racial e utilizados em parte pelo Movimento Negro Unificado (MNU), que se posicionou de forma crítica a favor da

28 DAVIS, Darien. *Avoiding the Dark: Race and the Forging of National Culture in Modern Brazil*. Aldershot: Ashgate, 1999.

29 CICALO, André. *Urban Encounters: Affirmative Action and Black Identities in Brazil*. New York: Palgrave Macmillan, 2012.

30 FERNANDES, F. *A integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: Ática, 1978. 2 v.

cultura afro-brasileira. No discurso acadêmico, com os dados usados do Censo (PNAD) desde 1976, foi expresso que o fator “raça” é, em si, muito mais significativo do que até então tinha sido percebido nas discussões sobre as desigualdades sociais. As diferenças raciais se tornaram visíveis principalmente na distribuição de renda, no exercício profissional, no sistema de saúde e de educação. Por exemplo, quase todas empregadas domésticas são negras. De forma considerável, os negros são mais afetados pela mortalidade infantil, correm mais riscos de serem presos e têm apenas uma chance pequena de frequentar uma universidade. A partir destas análises estatísticas ficou também claro que o abismo entre brancos e não-brancos é o determinante. Todavia, as diferenças entre os mulatos e os negros não se revela tão grande⁵¹. Embora haja vantagens que os mulatos individuais podem alcançar no Brasil, nos anos 1980 desenvolveu-se a percepção de que eles devem se entender socioeconomicamente mais como negros, pois a promessa da gradual aproximação da posição privilegiada dos brancos não foi mantida⁵². Segue-se uma politização ativa por meio de organizações afro-brasileiras da sociedade civil após o retorno do Brasil à democracia, sem que ocorresse um movimento da população negra contra o racismo. Mesmo assim, pode-se dizer que, a partir dos anos 1990, o tema racismo entrou em pauta em diversas instituições, como na Igreja Católica e nos partidos políticos. Pesquisas mostram que no momento a enorme maioria dos brancos também está convencida da existência do racismo. A empatia com os discriminados levou a uma considerável onda de identificação nos anos 1990 com a autocategorização de “pardos”, que terminologicamente permite às pessoas uma escolha referente à sua identificação além da de “preto”. Nos seguintes levantamentos do censo, a proporção daqueles que se classificam nesta definição aberta de “negro” vem aumentando. Consequentemente, os “morenos”, que ganham financeiramente mais, agrupam-se aos brancos⁵³. O Brasil está assim realizando uma forma de dualização das raças. Embora os resultados do censo não apoiem esta interpretação, o presidente Lula afirmou que a maioria dos brasileiros seria negra. A discussão atual parece estar marcada por uma coexistência

51 HASENBALG, Carlos Alfredo. *Estrutura social, mobilidade e raça*. São Paulo: Vértice, 1988.

52 TURNER, J. Michael Brown into Black: Changing Racial Attitudes of Afro-Brazilian University Students. In: FONTAINE, Pierre-Michel (Org.). *Race, Classe and Power in Brazil*. Los Angeles: UCLA, 1985, p.75-94.

53 LOVEMAN, Mara; MUNIZ, Jeronimo O.; BAILEY, Stanley R. Brazil in Black and White? Race Categories, the Censos, and the Study of Inequality. *Ethnic and Racial Studies*, London, v. 35, n. 8, p. 1466-1484, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/01419870.2011.607503>

de essencialismos tropicais ainda existentes e por suposições otimistas acerca de uma democracia racial de fato alcançável de um lado, e por outro, por concepções de identidade mais correntes e multirraciais, e por um afro-brasilianismo estratégico. Por isso, a exemplo dos programas de ação afirmativa, a tentativa de reduzir a pluralidade de identidades a dualismos negros-brancos por meio de programas públicos se apresenta como sendo problemática: “*The Brazilian state is attempting top ut the genie back in the bottle – to unmix its mixed race population for targeted intervention*”.³⁴ A consequência é a preservação de fato da ordem racial e da continuidade da invisibilidade do racismo.

Salvador hoje

Mesmo após os estudos antropológicos da Escola da Bahia na década de 1930, Salvador era vista como uma cidade que parecia incorporar a harmonia racial brasileira de forma paradigmática. Pesquisas da Unesco, que explicariam o sucesso da democracia racial brasileira, reproduziram o mito da mistura da cidade que fez surgir uma grande harmonia. O achado se apoiava, entre outros, na observação de que as elites estavam misturadas nas igrejas, nos negócios e nas instituições educacionais dos “homens de cor” [“coloured people”]. Os pesquisadores da Unesco viram a convivência religiosa como importante aspecto da integração. Pesquisas seguintes se concentraram na integração econômica e relativizaram o achado da “mistura” de maneira considerável. Tratando-se de proprietários comerciais, os negros somente puderam ocupar nos negócios posições de liderança nas quais eles preservam a tradição familiar. Sua situação econômica é, portanto, pouco consolidada. Uma classe média negra, tal como Frazier intensamente discutira para o caso dos Estados Unidos, foi dada como não-existente. Para a Igreja Católica, somente uma minoria ainda se qualificava para uma posição de liderança. Nos trabalhos etnográficos de Doreen Gordon³⁵, no entanto, fica claro que a estratificação social e étnica é consideravelmente mais heterogênea do que aquela que poderia ser descrita com as

34 “O Estado brasileiro está tentando colocar o gênio de volta na garrafa, desmiscigenar sua população miscigenada para uma intervenção orientada”. BAILEY, Stanley R. Unmixing for Race Making in Brazil. *The American journal of sociology*, Chicago, v. 114, n. 3, p. 577-614, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1086/592859> (tradução nossa).

35 GORDON, Doreen. Religion, “Race” and Emerging Middle Classed in Salvador, Brazil. *Canadian Journal of Development Studies*, Burnaby, v. 34, n. 2, p. 221-235, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/02255189.2013.794131>

categorias de análises disponíveis. Gordon usa a metáfora “dos capitais” de Pierre Bourdieu para conseguir um olhar aprofundado nas diferentes esferas da vida da cidade. Conforme a tendência nacional, ela também pôde constatar uma autotransformação reforçada na categoria “negro”. Doreen Gordon atribui a identificação intensificada afro-brasileira aos movimentos bem-sucedidos, desde os anos 1980, à aceitação crescente pelo Estado de formas de expressão culturais dos negros, aos esforços políticos multiplicados em superar as diferenças raciais e à demanda global e turística por produtos culturais afro-brasileiros. Interessante é que ela também pôde observar que os membros mais jovens da família frequentemente cobram dos pais tal identificação e ligando-a também a uma compreensão politizada. No entanto, a integração religiosa se dá hoje menos por meio da Igreja Católica, e mais pelo reconhecimento da tradição do Candomblé. Quando Ruth Landes visitou um templo de Candomblé, precisou se dirigir a Gantois, uma região de difícil acesso, onde o local das cerimônias, uma pobre construção de madeira, esperava por ela. Atualmente há templos de Candomblé localizados em regiões centrais e visíveis de longe, como na Federação. Estética, filosofia, simbologia e pessoas da religião Candomblé podem ser encontradas claramente em espaços públicos. Além disso, esta religião redescoberta exerce uma influência considerável sobre outras esferas urbanas, como por exemplo, sobre o sistema educacional³⁶. Na análise de Gordon trata-se de ganhos de distinção que podem ser obtidos por meio do capital simbólico e que são usados, sobretudo, pela classe média negra emergente. Porém, o relacionamento com a cultura afro-brasileira em geral é altamente ambivalente e frágil: a classe média deve se esforçar para não se aproximar sequer de uma possível exploração. Por isso são realizados rituais que devem garantir a autenticidade da religião do Candomblé. Isto inclui a comercialização turística, que deve contribuir para o ritual da conservação do “verdadeiro” Candomblé, como por exemplo, por meio de longas viagens a templos remotos, dificilmente podendo se afirmar de que se trata de um sistema simbólico desta religião, cujo significado se alimenta da referência à vida cotidiana das pessoas. Conforme as auto-avaliações dos aproximados 3 milhões de habitantes da cidade, cerca de 80% são pretos ou negros e somente 0,5% se reconhece como partidário do Candomblé. Mesmo adicionando-se números não oficiais extraídos, por exemplo, da dupla identificação religiosa com o Candomblé e o Catolicismo, trata-se de uma tradição religiosa de pouca importância para a

36 SELKA, Stephen. *Religion and the Politics of Ethnic Identity in Bahia, Brazil*. Gainesville: University Press of Florida, 2007.

maioria dos afro-brasileiros, ainda que a religião seja novamente respeitada. Um fator crucial para esta questão deve ser a orientação de grandes grupos de pessoas às igrejas evangélicas livres: diferentes estudos apontaram que uma ascensão social está ligada aos evangélicos, assim como uma mudança para estas igrejas livres já simboliza uma mobilidade social que se encontra em realização. Os discursos sobre “raça” também não são irrelevantes aqui. As formas de culto, aparentemente muito parecidas com as norte-americanas, falam a língua da Igreja Batista e dos progressivos movimentos por reformas sociais. Referências a Martin Luther King têm um papel importante, principalmente no Movimento Evangélico Progressista: uma retórica explicitamente antirracista e também projetos concretos as tornaram compatíveis para segmentos do Movimento Negro. De uma maneira geral, com isso alcançou-se a condição de um papel político a essas igrejas na sociedade brasileira. Atualmente, igrejas evangélicas livres ocupam muito claramente a função de crítica social e seus representantes têm (e tiveram) função até nos níveis mais altos da Câmara dos Deputados, tal como a presidência da Comissão Nacional de Ética. A posição crítica e progressista destas igrejas se desdobrou com base no posicionamento antirracista originário, e não de outra vertente crítica que é genericamente social, que mais tem propagado opiniões regressivas e repressivas do que liberais, como por exemplo, em relação ao direito ao aborto. Pode-se estudar isto em Salvador no Instituto Mídia Étnica³⁷, que representa uma união evangélica bem-sucedida de jovens empresários negros que introduzem suas reuniões com discursos sobre Malcolm X e o ativista brasileiro Abdias do Nascimento. Seguem sua argumentação sobre a necessidade das igrejas evangélicas terem um papel especial para uma sociedade urbana mais harmônica e igualitária.

A evangelização como veículo e expressão de uma nova classe média em Salvador remete ao fato de que a pluralização das condições sociais de vida nas cidades brasileiras está mais avançada do que o discurso pró-negro, afirmativamente dual, exprime na discussão atual sobre as relações raciais. Por sua vez, isto não significa que as diferenças sociais entre as “raças” se desenvolvem basicamente de forma diferente: os “pretos” mais pobres mal aproveitam do surgimento social de uma classe média negra. No caso de Salvador, pode-se ainda afirmar que a revitalização financiada pelo Estado do centro da cidade – que agora se tornou pôster global do exotismo afro-brasileiro – trouxe enormes desvantagens. Nos anos 1970, quando o significado das tradições

37 GORDON, Doreen. op. cit., p. 231.

afro-brasileiras para a população negra estava se perdendo, elas foram preservadas artificialmente pelo prefeito Antônio Carlos Magalhães para o fomento do turismo. A cidade foi redefinida para ser um “museu vivo”.⁵⁸ A população antes residente foi forçada a se exilar. O nome “Pelourinho” – outrora a denominação para o lugar no qual os escravos eram publicamente açoitados – foi estabelecido com finalidade publicitária para uma área caracterizada arquitetonicamente por um conjunto de construções portuguesas da época colonial. Os esforços iniciais de “revitalização”, no entanto, foram menos bem-sucedidos e somente quando a Unesco declarou a região como patrimônio cultural mundial, as verbas estatais puderam chegar ao projeto. Entretanto, do orçamento de 45 milhões de dólares, nenhuma parcela considerável foi destinada aos moradores que foram transferidos. A transferência só pôde ser realizada, no final das contas, com uso brutal de violência do Estado⁵⁹. Com esse modelo de política urbana, Salvador leva adiante o estabelecimento e a essencialização da cultura afro-brasileira, o que representa a continuidade dos modelos de referência neocolonialistas. Isto se impõe na cultura de serviços turísticos, onde, por exemplo, vendedores ambulantes são forçados a vestir trajes tradicionais, ou quando uma pressão de pares é exercida sobre a Escola Olodum, outrora progressivamente orientada. O contraste entre a admiração cultural e a degradação econômica não é colocado em questão, e sim musealizado por meio de um centro urbano inteiro.

O caso da favela

O significado afirmativo que é dado à tradição afro-brasileira nada mudou fundamentalmente na ordem racial. No entanto, a diferenciação social prevaleceu, causando em parte uma considerável mobilidade social que levou a um movimento de desprendimento de uma classe média negra que se defende sobretudo do baixo *status* social dos “pretos”. Desta forma, os protestos públicos de junho de 2013 foram protagonizados em especial por uma classe média que primeiramente se posicionou contra o aumento do preço das passagens do transporte público, o que afetava a todos, mas que logo depois fez exigências que desfavoreciam a classe baixa negra. O exemplo mais proeminente é a exigência da diminuição

58 ROMO, Anadella A. *Brazil's Living Museum: Race, Reform, and Tradition in Bahia*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2010.

59 BUTLER, Kim. Afterword: Ginga Baiana – The Politics of Race, Class, Culture, and Power in Salvador, Bahia. In: KRAAY, Henrid (org.). *Afro-Brazilian Culture and Politics: Bahia 1790's to 1990's*. London: Sharpe, 1998, p. 158-176.

da maioria penal para delinquentes juvenis, fato que repercutiria, sobretudo, nas famílias negras mais pobres⁴⁰.

A forma atual de relações raciais fundamenta um essencialismo que se constitui, acima de tudo, de uma forma espacial. Enquanto a construção afirmativa do espaço negro brasileiro acompanha uma apreciação cultural da tradição afro-brasileira, a construção da favela sobrevive em suas sombras negativas. Assim como o centro da Bahia, a favela é também vista como uma realidade espacial estática que também é tratada como um museu⁴¹ e exposta de uma forma pacificada e estética⁴². O comum aos discursos públicos sobre ambas as tipologias espaciais (Pelourinho e favelas) é o não questionamento do contexto de desigualdade social com sua hierarquia social subsistente. Tudo isso é visto como manifestações fenotípicas, permanecendo sem questionamento o significado do racismo estrutural. Tal como na construção da tradição afro-brasileira, um significado de origem é atribuído à favela. De acordo com esse pensamento, a favela é em grande parte descrita como uma área residencial central com uma concentração de habitantes mais pobres⁴³. Entretanto, no decorrer dos últimos 30 anos, o conceito não está mais atrelado a esta descrição de uma região urbana central pobre e agora é aplicado a segmentos espaciais bem mais amplos das cidades brasileiras. É de saltar aos olhos que o Rio de Janeiro, principalmente, continua como formador dessa imagem e que muitos estudos ainda se refiram às mesmas favelas. A preocupação política de muitas organizações civis de favelas visa corrigir essa imagem estereotipada e visa também exprimir a diversidade das condições de vida existentes. A imagem atual predominante no Brasil é consideravelmente definida pelas construções midiáticas e mentais que pouco se relacionam, atual e historicamente, com a realidade diversificada das áreas urbanas assim denominadas⁴⁴.

40 [N.E.] O autor faz referência ao caráter conservador de segmentos sociais que ingressaram nessas manifestações alguns dias após as primeiras manifestações. Não eram os mesmos que originalmente reivindicavam por transportes coletivos mais baratos e melhores.

41 FREIRE-MEDEIROS, Bianca. Favela como patrimônio da cidade?: reflexões e polêmicas acerca de dois museus. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n. 38, p.49-67, 2006.

42 FRISCH, Thomas. Glimpses of Another World: The Favela as a Tourist Attraction. *Tourism geographies*, v. 14, n. 2, p. 320-339, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/14616688.2011.609999>

43 PERLMAN, Janice E. *Favela: Four Decades of Living on the Edge in Rio de Janeiro*. New York: Oxford University Press, 2010.

44 VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

Até agora, a favela era o único caminho para a população negra participar politicamente da formação da cidade e da sociedade. Ao contrário dos Estados Unidos, onde os afro-americanos puderam se estabelecer primeiramente de forma política por meio do movimento dos direitos civis, a favela era, até a chegada do PT ao governo federal, a única instância de participação política⁴⁵. Isto agora se modificou, porém a fixação na favela se mantém. O foco político e social sobre a favela está relacionado com o fato de que as políticas da classe média são feitas a partir da problematização da favela, problematização essa que apresenta respostas sobre a maneira de lidar com a desigualdade social e as consequências daí resultantes. A ideia americana de condomínios fechados [“gated communities”] foi parcialmente importada de forma direta, porém a filosofia de vigilância se dirige para a parte de “fora” (Favela), que precisa ser cercada e vigiada, e não protege, como nos Estados Unidos, a parte de “dentro” das regiões de classes médias da cidade⁴⁶. A consequência da territorialização da questão social acarreta na criação de um discurso que impossibilita associações de natureza verbal, programática ou conceitual com a discriminação estrutural subsistente. Com o discurso da favela, são fixados espaços que podem ser interpretados de formas diferentes, mas cuja estatística não pode ser colocada em discussão. A ordem racista da cidade como tal não é mais visível na fragmentação; em vez disso, a consciência e o agir político podem se ocupar com a estigmatização e suas consequências. Pode-se pacificar uma favela, embelezá-la, desenvolvê-la, representá-la etc., porém tudo isso só é posto em prática, de modo geral, quando a noção e a geografia imaginária-material da ordem urbana não são prejudicadas. Robin E. Sheriff ⁴⁷, por exemplo, constatou em suas entrevistas com moradores do Morro do Sangue Bom, a segunda maior favela do Rio de Janeiro, que a discussão sobre a fixação espacial em um local e uma vizinhança ocupa os entrevistados de tal forma que os temas racismo e discriminação se tornaram pouco discutidos ou desaparecem em um discurso pragmático, no qual situações problemáticas individuais devem ser abrandadas.

45 SANTOS OLIVEIRA, Ney dos. Favelas and Ghettos: Race and Class in Rio de Janeiro and New York City. *Latin American perspectives*, v. 23, n. 4, 1996, p.71-89. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/0094582x9602300406>

46 VARGAS, João H. Costa. When a Favela Dared to Become a Gated Community: The Politics of Race. *Latin American perspectives*, v. 149, n. 33, 2006, p.49-81. DOI: <http://dx.doi.org/10.1177/0094582x06289892>

47 SHERIFF, Robin E. *Dreaming equality: Color, Race, and Racism in Urban Brazil*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2001.

Resumo

Sonho e realidade em relação à democracia racial se esvanecem no discurso brasileiro. O desfavorecimento estrutural de pessoas de pele negra está sendo ocultado por meio de uma percepção seletiva que acompanha a falta de conflito no convívio diário das “raças”. Mas o olhar de fora, em potencial, está salvo de tal bloqueio perceptivo. Num ambiente intelectual difícil, os sociólogos da Escola de Chicago tentaram problematizar isso, em certa medida, com seus primeiros trabalhos sobre Salvador. Donald Pierson conseguiu equilibrar sua percepção e a narrativa acadêmico-pública brasileira de tal forma que seu trabalho repercutiu em São Paulo. No entanto, percepções brasileiras e americanas a respeito das relações raciais se comunicaram de uma forma distorcida e pouco puderam se beneficiar de conhecimentos mútuos. Enquanto Franklin Frazier desde cedo se ocupava com o fenômeno da burguesia negra [“Black bourgeoisie”], a tematização desta nova classe média brasileira ainda é problemática. Frazier viu a nova classe média negra de maneira crítica, pois ela exigia demasiada liderança [“leadership”] e se orientava à alta sociedade [“high society”]⁴⁸. Embora exista de fato uma heterogeneização da composição étnica nas duas sociedades, é especialmente difícil para o Brasil encontrar um vocabulário para sua grande diversidade, que não somente preste reconhecimento a esta nova classe média que luta por influência, como também problematize as desigualdades sociais existentes. Formalmente, os últimos governos progressivos com os programas de ação afirmativa, tal como nos Estados Unidos, reagiram à ordem racial. Contudo, o programa destas políticas é o fundamento de uma compreensão individualista de mobilidade social que hoje avalia o significado de “raça” de forma diferente, porém não o suspende em sua função classificatória nos campos sociais brasileiros. A privilegição da camada branca pós-europeia não é tematizada. A essencialização das diferenças raciais perdura, sobretudo com a espacialização da questão social, na qual a geografia social legitima programas políticos de ação por meio de uma reinterpretação discursiva das favelas como locais de criminalidade e pobreza, além de definir as prioridades sociopolíticas de maneira que os moradores das favelas possam esperar por uma melhora nos ambientes imediatos de vida, sem, contudo revogar sua fixação espacial.

48 TEELE, James E. E. *Franklin and Black bourgeoisie*. Columbia: University of Missouri Press, 2002.

Tal como antes, podem ser encontradas poucas discussões que se ocupem criticamente com a própria autopercepção em relação à ordem racial. A leitura renovada da Escola de Chicago poderia ajudar a questionar a tradição da discursividade tropical e a desconstruir o mito histórico da democracia racial. A atual fragmentação das cidades brasileiras, que paradoxalmente coincide com uma diversidade étnica mais forte, poderia ser compreendida por meio da concepção de segregação e assimilação de Park e Burgess. A investigação das dinâmicas urbanas atuais no Brasil, empregando as concepções da Escola de Chicago sobre as relações entre grupos sociais distintos, poderia oferecer a possibilidade de conduzir um exame empírico das nossas próprias percepções, para enfim descobrirmos o quão longe estamos, em cada cidade, da realização do sonho da “democracia racial” brasileira.

Sobre o autor:

Frank Eckardt

Professor de sociologia urbana na Universidade Bauhaus, Weimar, Alemanha.
E-mail: frank.eckardt@uni-weimer.de

Da relevância pública dos espaços livres um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras

Eugenio Fernandes Queiroga¹

Resumo

Os espaços livres possuem enorme importância para as cidades – em que pese serem frequentemente mal tratados pelos agentes públicos e privados – sejam como espaços do cotidiano, como lugar de convivência nas mais diversas escalas, como locus preferencial das manifestações políticas e de tantas outras práticas sociais. Os espaços livres, privados ou públicos, são os principais elementos capazes de prestar serviços ambientais no meio urbano. Discorre-se aqui sobre a relevância pública dos espaços livres de capitais e metrópoles brasileiras na contemporaneidade. Apresentam-se conceitos que não apenas permitam melhor compreensão do tema, mas que também podem ser úteis para a produção de políticas públicas efetivamente interessadas na melhoria da qualidade do espaço urbano de cidades e metrópoles brasileiras.

Palavras-chave

Espaços livres, dimensões públicas do espaço, esfera pública, metrópoles brasileiras, capitais brasileiras.

Recebido em 11 de julho de 2013

Aprovado em 18 de novembro de 2013

QUEIROGA, Eugenio. Da relevância pública dos espaços livres: um estudo sobre metrópoles e capitais brasileiras. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 58, p. 105-132, jun. 2014.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p105-132>

¹ Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).

About Public Importance of the Open Spaces the Case of Brazilian Metropolises and Brazilian Capitals

Eugenio Fernandes Queiroga

Abstract

The open spaces have enormous importance for cities – even though they are often treated badly by public and private actors – they are spaces of everyday life, places of coexistence in several scales, preferred locus of political demonstrations and many other social practices. Open spaces, private or public, are the main elements that can provide environmental services in urban areas. It discusses the public importance of open spaces of Brazilian capitals and Brazilian metropolises nowadays. The paper presents concepts that not only allow better understanding of the subject and may be useful for the production of public policies really interested in improving the quality of urban spaces in cities and metropolises in Brazil.

Keywords

Open spaces, public dimensions of space, public sphere, Brazilian metropolises, Brazilian capitals.



Introdução

Este artigo foi escrito no inverno de 2013, ao mesmo tempo que eclodiram manifestações (mais ou menos) populares em inúmeras cidades do país², por motivações das mais diversas, contraditoriamente contidas e propiciadas pelos anos de crescimento econômico, do emprego formal, do poder aquisitivo das classes trabalhadoras e da melhoria na distribuição de renda havida entre 2003 e 2011. Esse processo ocorreu, no entanto, sem alteração substancial da baixa qualidade de serviços públicos de saúde, educação, transportes, segurança pública, etc.

O calor das ruas, das discussões atravessando as esferas de vida do cotidiano, embora sirva de motivação indireta a este trabalho, não foi o objeto inicial das reflexões e proposições aqui apresentadas. O tema das relações entre esfera pública e espaços livres nas cidades brasileiras vem interessando ao autor desde sua atuação profissional nos anos 1980, projetando praças e outros espaços livres públicos, até suas teses de doutorado e de livre-docência, defendidas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em 2002 e 2012, respectivamente.

Não foram poucos os pesquisadores que acreditaram existir forte declínio da vida pública ao verificar a existência da valorização da esfera de vida privada, de forma contrária às hoje (quase) evidentes relações potenciais entre esfera pública, espaço livre público e uso comunicativo da internet. A influência de autores norte-americanos³ se fez por vezes sem considerar as óbvias diferenças entre a realidade (sub)urbana dos Estados Unidos e a urbanização brasileira.

2 Somente no dia 20 de junho de 2013, houve manifestações em 388 cidades brasileiras, incluindo 22 capitais, mais de um milhão e meio de pessoas foram às ruas.

3 Dentre eles, o mais citado é sempre Richard Sennett. Cf. SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

O avanço dos condomínios residenciais e de loteamentos fechados na urbanização contemporânea brasileira enfraquece, sem dúvida, as formas tradicionais de apropriação de praças e ruas na escala de vizinhança, porém, até o presente, não impactou severamente as atividades de lazer e convívio públicos em parques e outros espaços livres na escala das cidades e metrópoles. Pelo contrário, o projeto temático realizado pelo Lab QUAPÁ (FAU-USP), sobre sistemas de espaços livres e esfera pública contemporânea em importantes cidades do país, constatou forte demanda e uso crescente de parques, de orlas de corpos d'água tratadas para uso público e demais espaços similares, bem como de calçadas e espaços predominantemente ocupados por pedestres em áreas centrais tradicionais ou novas centralidades⁴. A intensa apropriação de tais espaços traz complexidade à polêmica questão sobre a vida pública nas grandes e médias cidades brasileiras.

As formas de comunicação pela internet também não retiraram o povo brasileiro das ruas, praças e esplanadas mais simbólicas nos eventos públicos de maior dimensão. Verifica-se potencial interação entre determinadas apropriações de espaços físicos de propriedade pública e o suporte telemático para comunicação, organização, difusão e debate de alguns dos eventos mais significativos da esfera pública realizados a partir da crise econômica de 2008, não só no Brasil como nos três países da América do Norte, em diversas localidades da Europa, América do Sul, Norte da África e Oriente Médio⁵.

O viver em público se transforma, mas longe de significar a morte da esfera pública, observa-se maior diversidade da vida em público (esfera pública geral)⁶, que potencializa, dentro dela, a esfera pública em sentido estrito, arendtiano⁷, ou, como denomina Habermas⁸, a esfera pública política.

4 O projeto temático intitulado “Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil” teve como estudos de caso 18 capitais e 7 cidades interioranas, com atenção para a escala metropolitana, sobretudo em São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Campinas e Vitória.

5 Jürgen Habermas em obras muito anteriores ao movimento Occupy e à Primavera Árabe já anunciava a importância potencial dos novos meios telemáticos para a esfera pública. Cf. HABERMAS, Jürgen. *A constelação pós-nacional: ensaios políticos* [1998]. São Paulo: Littera Mundi, 2001.

6 QUEIROGA, Eugenio. *Dimensões públicas do espaço contemporâneo: resistências e transformações de territórios, paisagens e lugares urbanos brasileiros*. 2012. 284 p. Tese (Livre-docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

7 ARENDT, Hannah. *A condição humana*, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

8 HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

Pesquisas anteriores elaboradas e publicadas pela Rede Nacional de Pesquisa QUAPÁ-SEL⁹ forneceram suficientes dados e interpretações que permitem a afirmação dos parágrafos acima sobre a realidade vivida em capitais e metrópoles brasileiras¹⁰. No presente artigo se discutem aspectos da relevância pública dos espaços livres dessas cidades e metrópoles, abarcando inclusive os espaços livres privados e os espaços de acessibilidade restrita, dado o interesse público que apresentam, ainda que não se prestem para manifestações da esfera pública.

Este artigo não se faria, portanto, sem a intensa interlocução acadêmica do autor com os demais membros da Rede QUAPÁ-SEL e em especial com os colegas do Lab QUAPÁ, as incorreções são, evidentemente, de responsabilidade única do autor.

Sistemas de espaços livres: notas conceituais para a ação

Para Milton Santos¹¹ o espaço é entendido como um híbrido entre materialidade e sociedade, forma e conteúdo, fixos e fluxos, sistema de objetos e sistema de ações. O espaço é, portanto, instância social. Mais do que atentar para a dialética no espaço, impõe-se compreender a dialética do espaço.

-
- 9 A Rede Nacional de Pesquisa QUAPÁ-SEL se constituiu sob a coordenação do Lab QUAPÁ da FAU-USP (coordenado pelo Dr. Silvio Macedo) para a realização de projetos temáticos sobre sistemas de espaços livres nas cidades brasileiras (projetos QUAPÁ-SEL), contando com pesquisadores de todas as macrorregiões do país e com o apoio de diversos órgãos de fomento, CNPq, FAPESP, FAPERJ, FAPEMIG e outras. Entre as publicações com resultados mais coletivos destacam-se: CAMPOS, Ana et al (Org.). *Quadro dos sistemas de espaços livres nas cidades brasileiras*. São Paulo: FAU-USP, 2012. TÂNGARI, Vera; ANDRADE, Rubens de; SCHLEE, Mônica (Org.). *Sistema de espaços livres: o cotidiano, apropriações e ausências*. Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/Pós-graduação em Arquitetura, 2009. *Paisagem e ambiente: ensaios*, São Paulo, n. 26, 2009.
 - 10 Este artigo toma como base de suas reflexões as capitais e metrópoles brasileiras investigadas pelos projetos QUAPÁ-SEL, coordenados pelo Lab QUAPÁ entre 2006 e 2012, quais sejam: Rio Branco, Manaus, Belém, Palmas, São Luís, Fortaleza, Natal, Recife, Maceió, Salvador, Vitória, Belo Horizonte, São Paulo, Campinas, Curitiba, Maringá, Florianópolis, Porto Alegre, Campo Grande e Brasília. Além dessas cidades a Rede QUAPÁ-SEL investigou, entre 2006 e 2013, as seguintes cidades médias que não são objeto direto de análise desse artigo: Campina Grande (PB), Uberlândia, Uberaba, Ribeirão Preto, São Carlos, Sorocaba e Santa Maria (RS).
 - 11 SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

Miranda Magnoli, em sua tese de livre-docência¹², buscou afirmar o “espaço livre” como o objeto do paisagismo, indo além do jardim, do projeto com vegetação e da escala urbana. Nesse sentido, definiu *espaço livre* como espaço livre de edificações, ou livre de urbanização, ou seja, todo espaço descoberto, urbano ou não, vegetado ou não, público ou privado. Para um dado recorte escalar, propõe-se que o estudo mais geral dos sistemas de espaços livres deva ir além dos espaços vegetados e dos espaços públicos, envolvendo todos os espaços livres do referido recorte.

Segundo Morin¹⁵, o conceito de sistema exprime ao mesmo tempo unidade, multiplicidade, totalidade, diversidade, organização e complexidade. Um sistema é um objeto complexo, suficientemente aberto, pois estabelece relações com outros sistemas, e suficientemente fechado, caso contrário não se constituiria como tal. Um sistema implica elementos inter-relacionáveis, tais relações constituem uma organização e uma estrutura relativamente estável que caracteriza o objeto complexo (o todo sistêmico). Um sistema é sempre um processo, está sempre em movimento, diante da dinâmica de suas relações internas e externas. Um sistema é sempre um “sistema de sistemas”, tem-se, portanto, subsistemas (contidos pelo sistema em questão) e suprassistemas que abrangem o sistema estudado.

Propõe-se entender o sistema de espaços livres (SEL) urbanos como os elementos e as relações que organizam e estruturam o conjunto de todos os espaços livres de um determinado recorte urbano – da escala intraurbana à regional. O SEL urbano contém todos os espaços livres urbanos existentes num determinado recorte escalar, independentemente de sua dimensão, qualificação estética, funcional e fundiária. A noção de sistema de espaços livres vincula-se às suas dimensões funcionais e organizacionais. Os espaços livres públicos apresentam, via de regra, maior conexão física, a começar pelos espaços livres que integram o sistema viário (um subsistema do sistema de espaços livres), tal sistema apresenta, também, forte papel conector dos demais espaços livres, ligando praças, parques, praias, etc.

Tem-se, portanto, que toda cidade possui um SEL, na medida em que, no mínimo, qualquer cidade apresenta um sistema viário, mesmo que não haja nenhum espaço livre com vegetação (como nas pequenas cidades medievais europeias ou nas medinas das cidades árabes do mediterrâneo).

12 MAGNOLI, Miranda. *Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana*. 1982. 116 p. Tese (Livre-docência em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

15 MORIN, E. *O método 1: a natureza da natureza*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

A produção de tal sistema ocorre *pari passu* à produção da cidade, envolvendo ações do poder público e da iniciativa privada. O SEL urbano está, portanto, em constante processo de transformação e adequação às contraditórias demandas da sociedade, segundo a correlação de forças que se processa entre os agentes sociais – instituições, empresas, classes e grupos sociais – que produzem e se apropriam diferentemente dos espaços urbanos, inclusive do SEL.

A conexão física, verificada no sistema viário, é apenas uma das inúmeras relações entre os espaços livres. A contribuição ambiental das áreas permeáveis e vegetadas de uma cidade, por exemplo, se constitui em importante serviço ambiental urbano, permitindo lê-las como um sistema de espaços livres de interesse ambiental (um subsistema do sistema de espaços livres) ainda que tais áreas não estejam necessariamente conectadas fisicamente. As relações de complementaridade dos papéis funcionais, entre espaços livres de uso privado e espaços de uso público, por exemplo, impõe considerar tais espaços de maneira sistêmica.

Afirmar que toda cidade possui um sistema de espaços livres não significa dizer que ele apresenta desempenho ambiental ou social satisfatório, mas sim reconhecer que o SEL urbano é fundamental na própria existência da cidade, pois:

- é básico para os fluxos da vida cotidiana e da economia urbana;
- é fundamental na constituição da paisagem urbana, dado que é um subsistema da forma urbana¹⁴, integrando, portanto, a cidade, sua história e memórias;
- participa da constituição da esfera de vida pública (geral e política) e da esfera de vida privada.

O melhor ou pior atendimento do SEL às demandas cotidianas da sociedade vai depender das disponibilidades de recursos, dos padrões culturais existentes e das decisões políticas que dirigem os processos de qualificação ou desqualificação de tais sistemas, de acordo com o embate dos diversos agentes sociais.

O conceito de sistema de espaços livres proposto contém e amplia o conceito usual de “áreas verdes”, utilizado com frequência no país.

14 A forma urbana é constituída pela inter-relação entre os espaços livres e os espaços edificados sobre o suporte biofísico.

Combate-se as noções reducionistas dos espaços livres que deixam de lado as características fundamentais do espaço urbano, como a complexidade e a diversidade das formas de apropriação e apreensão social.

A vegetação apresenta papel fundamental nas capitais e metrópoles brasileiras, é um importante elemento para a drenagem urbana, para a manutenção de microclimas mais agradáveis e como fator simbólico e de embelezamento urbano. No entanto compreende-se, também, a importância de espaços não vegetados para inúmeras práticas sociais: das feiras às festas populares, das manifestações políticas à valorização de determinadas paisagens e patrimônios culturais.

Questiona-se o modelo hegemônico de espaços livres e verdes contínuos, advindo de conceitos modernistas e/ou norte-americanos de valorização do subúrbio. Propõe-se uma ideia mais abrangente, não há tipo único ou ideal de sistema, cada lugar urbano possui características específicas de formação histórica e de relacionamento com o suporte biofísico.

A valorização das “conexões verdes”, por vezes reduzida à arborização de calçadas, torna-se elemento para a qualificação do ambiente urbano, pautando trabalhos acadêmicos, planos e projetos municipais cuja base teórica é questionável para o meio urbano, se adotadas como único princípio de qualificação do SEL urbano. Corredores ecológicos são elementos que podem contribuir para a qualidade de vida urbana, mas não são os únicos a serem estimulados quando se deseja melhorar o desempenho dos SELs urbanos para a vida cotidiana. Sistemas de drenagem pluvial que tirem partido de espaços livres para infiltração, sistemas de mobilidade de menor impacto na paisagem e no ambiente, bem como a criação de espaços adequados para a circulação de pedestres e para o convívio público devem pautar, também, as análises e as propostas de qualificação de SELs urbanos.

Em geral, falta no país a compreensão da natureza sistêmica dos espaços livres urbanos. Observa-se forte separação tanto no planejamento como na gestão dos seus subsistemas, tais como o sistema viário e o sistema de áreas verdes. Os planos e as ações na área de transporte pouco atentam para a qualidade dos espaços viários enquanto espaços de convívio público ou para o potencial papel na mitigação de enchentes, por exemplo; bem como os ainda raros planos de sistemas de áreas verdes pouco consideram as propriedades particulares que apresentam áreas vegetadas. Planos e projetos capazes de compreender e propor sistemas de espaços livres mais integrados e abrangentes podem, sem dúvida, otimizar o desempenho dos sistemas de espaços livres pré-existent. A ausência de tais peças propositivas não significa a inexistência

dos sistemas de espaços livres urbanos, mas revelam a, quase sempre, frágil estrutura de planejamento e gestão das grandes e médias cidades brasileiras no que tange à qualificação dos espaços livres urbanos para seus cidadãos.

Questões sobre o (sub)sistema de espaços livres públicos das cidades brasileiras

Os espaços livres públicos são bens de propriedade pública, com diferentes graus de acessibilidade e de apropriação. No Brasil, o Código Civil¹⁵ define as propriedades públicas como:

- bens de uso comum do povo: espaços de apropriação pública por excelência (a rua, a praça, o parque urbano, a praia, etc);
- bens de uso especial: destinados a atividades específicas (escolas públicas, postos de saúde, paços municipais, entre tantos outros exemplos);
- bens dominicais ou domaniais: os próprios de qualquer ente público passíveis de desafetação.

O sistema de espaços livres públicos constitui o principal subsistema de espaços livres voltados à esfera de vida pública (geral e política), notadamente os bens de uso comum do povo. Na urbanização contemporânea brasileira, empreendimentos privados de grandes proporções por vezes assumem o papel de provimento de espaços livres formalmente qualificados, no entanto, via de regra, apresentam acessibilidade muito reduzida e altamente controlada, enfraquecendo a esfera de vida pública geral, sobretudo na escala de vizinhança. Tais empreendimentos vêm se realizando não apenas nas grandes metrópoles, mas também em cidades médias.

No Brasil, os sistemas viários urbanos constituem, geralmente, a maior parcela de espaços livres públicos urbanos construídos. Desde 1979, as legislações referentes ao parcelamento do solo, incidentes nos municípios brasileiros, exigem que 35% da área da gleba seja destinada

15 BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4771.htm>. Acesso em: 17 mar. 2012.

às áreas públicas, sendo que 20% ou mais acaba por se constituir em espaços do sistema viário, restando aos “espaços livres de uso público”¹⁶ (praças, parques e congêneres) parcelas em torno dos 10% da área da gleba¹⁷. Esses percentuais revelam quão expressiva é a porção da área dos sistemas viários dentro do sistema de espaços livres públicos.

A circulação de automóveis é o que pauta o projeto da imensa maioria das vias brasileiras, desde a segunda metade do século XX, quando a indústria automobilística impôs à cultura, e em particular à cultura urbanística praticada no país, o automóvel como meio de locomoção privilegiado no território, sinônimo de *status* e de modernidade. Não faltam críticas e ações contrárias a essa posição que, no entanto, permanece hegemônica até, pelo menos, a primeira década do século XXI.

O alargamento viário nas principais cidades do país se realiza desde os anos 1900, em detrimento do seu entorno e das características do suporte biofísico. No princípio, as avenidas eram projetadas com amplas calçadas e com controle de gabarito das edificações lindeiras, desenhando-se a paisagem urbana em moldes “europeus”. Com o advento das vias expressas, desde os anos 1960, cidades grandes e médias começam a implantar avenidas onde o pedestre é substituído por gramados. No início do século XXI, mesmo com o avanço das questões ambientais, algumas dessas vias ainda sofrem alargamentos retirando jardins já residuais, restam automóveis, caminhões e motocicletas que disputam cada centímetro do asfalto¹⁸.

É do senso comum “reduzir” o conceito de rua a seu leito carroçável, como se o passeio público – a calçada – fosse uma categoria à parte. São inúmeros os proprietários de lotes que pouco se importam

16 “Espaços livres de uso público” é a expressão utilizada na Lei Federal nº 6.766/79 para designar todos os espaços destinados ao convívio e lazer públicos. Em várias municipalidades, tais espaços são denominados correntemente de “sistemas de lazer”, expressão bastante empobrecedora do que sejam tais espaços, provável influência do urbanismo moderno e sua simplificação redutora das funções urbanas em habitar, trabalhar, recrear e circular.

17 A Lei nº 9.785/99, que revisou a legislação federal sobre parcelamento do solo, facultou aos municípios estipular os percentuais de espaços públicos, típica ação neoliberal do governo federal da época. Felizmente, a cultura criada pela lei 6.766/79 já havia se estabelecido e quase sempre os 35% foram mantidos, ou mesmo ampliados, como no caso paulistano em que se exigem 40% de espaços públicos, sendo 15% para os espaços livres de uso público.

18 Na cidade de São Paulo, em 2010, os congestionamentos atingiam marcas entre 70 a 250 km de extensão. A velocidade média nas suas principais vias expressas, em situações cotidianas de congestionamento, não chega a 10 km/h, muito menos que uma bicicleta em velocidade de passeio (25km/h). Nos grandes congestionamentos, a velocidade média equivale ao andar de uma galinha.

com a mobilidade longitudinal das calçadas. Passeios de boas dimensões, arborizados, que permitam a circulação de pedestres, portadores ou não de necessidades especiais, deveriam ser regra básica para as municipalidades brasileiras, sobretudo na faixa intertropical. Infelizmente, tais condições são exceção em nosso quadro urbano.



Figura 1: Maringá e sua reconhecida arborização viária. Foto: Maria Helena Preto, 2009.

Com o crescimento dos conflitos funcionais entre veículos e pedestres, surgiram no país, durante os anos 1970, as primeiras ruas centrais destinadas exclusivamente ao uso dos pedestres, também denominados calçadões¹⁹. Da pioneira “Rua das Flores” de Curitiba, até 2012, inúmeras vias foram fechadas à circulação de veículos nas mais diversas cidades: desde pequenos municípios até as grandes metrópoles. Os calçadões brasileiros se prestam para diversos fins que vão além do mero circular e acessar: são lugares de comércio, até de serviço, áreas de estar e convívio públicos, de manifestações, enriquecendo, na maioria das vezes, a esfera pública.

19 Vale lembrar que o “calçadão” mais “antigo” e conhecido do país, o “Calçadão de Copacabana” (1970), projeto de Roberto Burle Marx, não se enquadra no tipo citado acima, uma vez que não se trata de via exclusiva para pedestres, mas de calçada bastante larga, daí o aumentativo, situada em avenida à beira-mar – Av. Atlântica – com várias faixas para veículos motorizados e uma ciclovia implantada nos anos 1990.



Figura 2: Apropriações do calçadão pelo comércio popular em Rio Branco, lugar de compras e de convívio. Foto do autor, 2011.

Praças, parques, jardins e similares formam a estrutura oficial do sistema de espaços livres públicos de convívio e lazer das cidades brasileiras, ou simplesmente denominado “sistema de lazer” por inúmeras municipalidades.

Desde a Lei nº 6766/79, impõe-se a todos os novos loteamentos urbanos do país a obrigação de serem reservados “espaços livres de uso público”. Antes disso, as legislações de parcelamento do solo estabelecidas pelos municípios (quando existentes) apresentavam, em regra, exigências menores quanto à destinação de espaços livres para convívio e lazer. Em 1989, a Lei Federal nº 7.803 impôs também às áreas urbanas as Áreas de Preservação Permanente (APPs) discriminadas no Código Florestal²⁰ e até então “observadas” apenas no meio rural. Com a aplicação paulatina, ainda que parcial, do Código Florestal nas áreas urbanas, finalmente taludes estreitos junto aos cursos d’água deixaram de ser doados como parte integrante dos sistemas de lazer, ao menos nos municípios que apresentam algum zelo no processo de aprovação de loteamentos.

20 BRASIL. Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal, op. cit., acesso em: 17 mar. 2012; _____. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a vegetação nativa [...]. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Artigo 4º. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_05/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm>. Acesso em: 10 jun. 2012.

As áreas não implantadas dos sistemas de lazer e as APPs fluviais constituem espaço potencial para desvio de função, sejam elas ocupadas por favelas ou até por equipamentos públicos comunitários. A noção de que espaços livres públicos são espaços vazios, desocupados, passíveis de ocupação não é algo novo nem prática extinta. O *Plano Diretor* do Município de São Paulo (Lei nº 7.688/71) em vigor até 1988, discorria, em seus artigos 44 e 45, sobre as taxas de ocupação máxima de edifícios públicos em “áreas verdes”, o que foi utilizado para edifícios públicos de natureza estranha às áreas de uso comum do povo, como creches e escolas de educação infantil.

A valorização da temática ambiental e das atividades físicas neste início de século vem favorecendo a implantação de parques em todas as regiões do país. Rio Branco na primeira década do século XXI, por exemplo, criou proporcionalmente mais parques lineares do que São Paulo. Vitória implementou mais parques do que Campinas, mesmo tendo população equivalente a um terço da cidade paulista. Até cidades muito pequenas, entre 10 e 15 mil habitantes, inseridas perifericamente em regiões metropolitanas, como Holambra e Engenheiro Coelho, na Região Metropolitana de Campinas, possuem parques. Os investimentos públicos para a implantação e manutenção de parques não são simplesmente função do tamanho das cidades ou de seus orçamentos públicos, mas são, antes de tudo, decisões políticas.

Há uma pluralidade de outros espaços livres voltados ao convívio e lazer que enriquecem os sistemas de espaços livres públicos das capitais e metrópoles brasileiras: praias urbanas, mirantes, pátios, recantos, bosques, jardins temáticos (zoológicos, botânicos, etc.), centros esportivos, piscinas públicas, campos de futebol em diferentes graus de (in) formalidade. Sobre esses últimos, alguns são tratados paisagisticamente, outros são produzidos pelos próprios moradores da circunvizinhança, revelando a importância do convívio e do lazer público para aquelas populações. Em algumas cidades, como Campinas e Recife²¹, foram realizadas pesquisas sobre os campos de futebol “informais”, revelando sua expressão quantitativa e qualitativa para a vida pública. No caso de Maceió, observou-se, em 2009, que havia mais “campos de pelada” do que praças efetivamente implantadas pela Prefeitura Municipal²².

21 Para Campinas, cf. QUEIROGA, Eugenio. *A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a razão comunicativa*. 2001. 351p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Capítulo 6. Para Recife, cf. RIBEIRO, Ana Rita et al. *Espaços livres do Recife*. Recife: Prefeitura do Recife, 2000.

22 Conforme se aferiu em Oficina de Pesquisa QUAPÁ-SEL realizada em Maceió em 2008.



Figura 5: Campinhos de futebol na periferia de Maceió. Importantes espaços da esfera pública geral. Foto: Acervo QUAPÁ (FAU-USP), 2007.

Mais valioso que o exercício exaustivo de tipificação é o reconhecimento da natureza híbrida de inúmeros espaços públicos do sistema de convívio e lazer brasileiro. Entre os principais estão as praças-jardim, normalmente designadas oficialmente como praças, mas que, por seu excessivo ajardinamento, impedem que se realizem manifestações públicas de maior porte, sendo pouco apropriadas à esfera pública política. Por outro lado, se propôs distinguir as praças-jardim das praças ajardinadas²⁵; estas apresentam ajardinamento que não impede sua caracterização enquanto praças, possuindo superfícies pisoteáveis e

25 QUEIROGA, Eugenio. op. cit. Capítulo. 1.

suficientemente amplas para receberem ações da esfera pública política. Diante da maior parte do país situar-se na faixa intertropical, a praça ajardinada, com intensa arborização, se constitui em espaço público adequado às apropriações públicas, permitindo a permanência da população mesmo em horários de sol a pino e temperaturas externas superiores a 30° C.

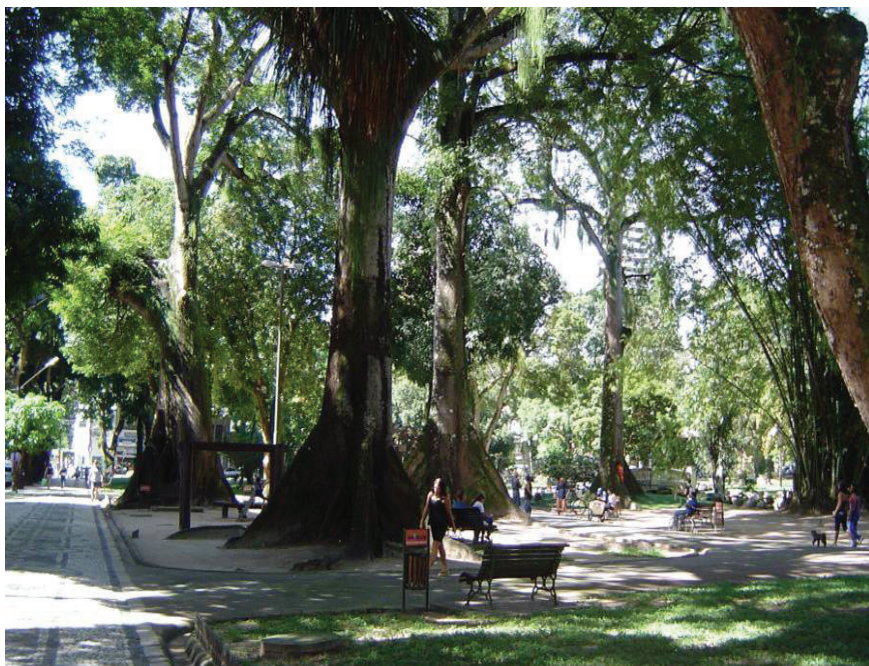


Figura 4: Praça Batista Campos em Belém, uma das mais belas praças-jardim do país. Foto do autor, 2007.

Parques e praias recebem cada vez mais pessoas para a prática de atividades físicas, o mesmo acontecendo em ruas e canteiros centrais de algumas avenidas que são utilizadas para caminhar, correr e andar de bicicleta. Esses canteiros centrais, originalmente integrantes exclusivos do sistema de circulação, são agora híbridos, pois participam do sistema de convívio e lazer. Basta uma calçada contínua, em meio aos gramados e à arborização viária para propiciar caminhadas e corridas. Da observação dessa apropriação, surgiram espaços públicos mais equipados, verdadeiros parques lineares envolvidos por circulação veicular. É o caso de determinadas avenidas de São Paulo, do Parque Linear de Jaguariúna (projeto de mais de cinco quilômetros que aproveita, sobretudo, canteiros centrais preexistentes de avenidas arteriais),

do Eixo Ambiental²⁴ implantado em avenida de Curitiba, entre outros. São “parques – canteiro central de avenidas” deste início de século XXI, híbridos bastante equipados, nisso muito distintos das *parkways* propostas originalmente por Olmsted no século XIX.

Esses e outros espaços híbridos, tão comumente encontrados em cidades brasileiras, revelam boa estratégia de aproveitamento de recursos. Espaços meio-praças, meio-parques, meio-jardins, meio-canteiros, meio-avenidas, viabilizam a apropriação pública para convívio, lazer e atividades físicas. Melhor seria não precisar de todos eles, se as cidades contassem com produção de tecidos urbanos nos quais espaços mais adequados para as atividades públicas fossem previamente designados, desenhados, implantados e mantidos; na sua ausência, vale não deixar escapar a oportunidade de adequação de espaços não previstos para parques e similares.

Se, por um lado, a urbanização brasileira apresenta crescente fragmentação, por outro, com o aumento da mobilidade, eventos públicos – culturais e políticos – podem se estabelecer com maior frequência e liberdade em espaços livres, previstos ou não para esse fim, a partir da ação de diferentes agentes sociais, sejam partidos, entidades de classe ou mesmo grupos sociais independentes. Tais situações são comuns nos espaços públicos centrais, nos centros expandidos, em seus parques mais importantes, mas também nas periferias pobres das metrópoles e das capitais.

A materialidade integrante do espaço pode ou não potencializar a esfera pública, porém jamais determiná-la. A vida em público pode ser diminuída, por exemplo, ao se permitir o fechamento de uma rua, de um bairro, de uma favela, ou não se investindo na qualidade e distribuição de espaços livres de diferentes tipos e escalas. Para ampliar a esfera pública política é importante, entre outros aspectos, qualificar os espaços da esfera pública geral. Na medida em que se potencializa a vida em público, apresentam-se com maior clareza os conflitos, possibilita-se o estabelecimento da razão comunicativa²⁵ enquanto razão pública, portanto, política.

Se a vida privada e social tem nos espaços edificados seu maior abrigo, a vida pública tem seu maior suporte físico-material para ocorrer nos espaços livres públicos, são eles os espaços de maior acessibilidade, de maior capacidade para receber a diversidade, a pluralidade e

24. O canteiro central da Av. Arthur Bernardes, em Curitiba, foi denominado “Eixo Ambiental”. O leito carroçável foi diminuído e realizou-se parque linear em seu canteiro central.

25. HABERMAS, Jürgen. *The Theory of Communicative Action*. Boston: Beacon Press, 1987. 2v. v. 2. *Lifeworld and System: a Critique of Functionalist Reason*.

o imprevisto, características de uma esfera pública mais rica. Evidentemente os espaços livres públicos não se constituem no único suporte para a esfera pública, a *internet* e outros meios de comunicação também são elementos com crescente importância para a esfera pública. Observa-se não uma oposição entre tais meios – materiais e virtuais –, mas o estabelecimento de relações sistêmicas entre eles, permitindo compreender a esfera pública como um sistema de ações que se realiza a partir de um sistema de objetos espaciais concretos e de meios virtuais, constitutivos de um sistema de símbolos e valores culturais. Muito antes das manifestações públicas do outono/inverno brasileiro de 2013 ou da “primavera árabe”, Milton Santos²⁶ já anunciara a possibilidade do início do que denominou como “período popular da história”, alertando para a importância da “docilidade” da atual base tecnológica de informação e comunicação (passível de ser empregada por quem não detém o capital) como ferramenta potencial para a organização de eventos sociais e culturais populares, “por uma outra globalização”.

Nem todos os espaços livres públicos se prestam para a esfera pública, em sentido geral ou político, o que não significa dizer que não possuem relevância pública. Bens de uso especial, por sua natureza específica, não apresentam acesso irrestrito, exatamente para garantir sua função social pública. Uma quadra poliesportiva de escola pública, por exemplo, tem no público estudantil ali matriculado sua destinação preferencial, com acesso restrito e controlado. Bem verdade que, em situações específicas, a referida quadra pode receber público mais heterogêneo.

Não se confunde o espaço público com o espaço de livre acesso. Somente os bens públicos de uso comum do povo são, por sua natureza, propriedades de livre acesso público, ainda assim, podendo seu uso estar sujeito a normas e restrições estabelecidas pela gestão por ele responsável.

São inúmeros os espaços livres que se enquadram na categoria de bem público de uso especial. Discorre-se abaixo sobre alguns deles, de alta relevância pública, mas que muito se prejudicariam caso apresentassem alta apropriação pela população:

- a) as Estações Ecológicas e as Reservas Biológicas são as Unidades de Proteção Integral (UPIs) mais restritivas ao acesso público previstas no Sistema Nacional de Unidades

26 SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

de Conservação (SNUC)²⁷. Nessas unidades de conservação, a visitação pública é proibida, salvo aquela com objetivo educacional (respeitado o que dispuser seu regulamento e plano de manejo). Mesmo o acesso para a pesquisa científica depende de autorização prévia e está sujeito a condições e restrições estabelecidas em regulamento e pela administração da unidade. É o interesse público pela proteção de rico e frágil patrimônio ambiental que justifica a quase exclusão da população em tais áreas;

- b) espaços livres públicos dos sistemas ferroviários, portuários e aeroportuários: vias férreas e suas faixas de domínio, pátios de manobras, inclusive metroviários; espaços livres das estações, de portos e aeroportos. Diferentemente das vias públicas, esses espaços, por sua natureza operacional, necessitam maior controle e restrição de acesso, motivo pelo qual são bens de uso especial;
- c) espaços livres públicos associados às infraestruturas urbanas e regionais: estações de tratamento de águas e de esgoto, estações de rebaixamento de voltagem, faixas de domínio de linhas de alta-tensão e de dutos de empresas públicas (gasodutos, oleodutos, etc.), os aterros sanitários, dentre outros. Alguns espaços não podem receber visitação pública por apresentarem risco de vida para o visitante; no entanto, faixas de domínio de gasodutos, oleodutos, etc., se bem projetadas e geridas podem integrar o sistema de espaços livres de uso público, recebendo tratamento vegetal adequado que não comprometa o sistema dutoviário, eventuais ciclovias, pistas de passeio, caminhada, etc.

Espaços públicos híbridos, entre o edificado e o livre, entre o uso especial e o uso comum do povo, surgem para os mais diversos fins. Em 1976, por exemplo, Campinas inaugurou seu Centro de Convivência Cultural, projeto de Fábio Penteadó, que não apenas atendeu à demanda original – um teatro municipal –, como propôs conjunto de espaços simultaneamente abertos (com arquibancadas e palco central) e abrigados (o

27 BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e IV da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras Providências. Brasília: Presidência da República. Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm>. Acesso em: 6 set. 2011.

teatro, espaços de exposições e galerias) sob as arquibancadas fragmentadas por espaços livres de tamanhos diversos. O inusitado projeto foi instalado sobre uma praça-jardim que, antes disso, no século XIX, foi um Passeio Público. Por sua complexidade morfológica e de usos, onde se imbricam os espaços edificados e livres, não se pode caracterizar isoladamente nem a Praça (bem de uso comum do povo) nem o Centro de Convivência (bem de uso especial por dentro, mas de uso comum do povo por fora); dessa forma, tem-se uma unidade complexa, um espaço híbrido²⁸.



Figura 5: Vista aérea do Centro de Convivência de Campinas implantado sobre a Praça Imprensa Fluminense. Foto do autor, 2008.

Para um plano do sistema de espaços livres é importante considerar todos os espaços livres, inclusive os bens públicos de uso especial. Isso permite relacionar diferentes políticas públicas – educação, saúde, cultura, drenagem urbana, transportes, etc. – com as políticas voltadas aos sistemas de convívio, lazer e conservação ambiental. A visão sistêmica e dialética propicia leitura e compreensão maior das potencialidades dos espaços livres, evitando-se as limitações de visões compartimentadas (lazer, viário, habitação, saneamento ambiental, etc.).

Citam-se dois exemplos de boas iniciativas de gestões públicas nesse sentido:

²⁸ Infelizmente, a gestão pública, entre 2005 e 2012, fechou o livre acesso às arquibancadas, acessadas apenas em eventos programados. Solução muito empobrecedora diante de alguns usos indevidos que ocorriam no lugar.

- diante da escassez de espaços livres no tecido urbano do município, um dos mais densos do país, o Programa “Uma Fruta no Quintal” de Diadema (SP), coordenado pelo arquiteto e paisagista Raul Pereira entre 1995 e 1996, envolveu atividades integradas em todas as escolas da cidade. Mais do que doar uma muda de árvore frutífera para cada aluno, também se realizaram projetos participativos de qualificação dos espaços livres das escolas e discussões sobre o quadro ambiental cotidiano com apoio de atividades artísticas, contribuindo para a construção crítica de jovem cidadania por ações concretas²⁹;

- Em Rio Branco (AC), a Secretaria de Estado de Habitação e Interesse Social vem promovendo, de 1999 (ao menos) até 2011, ações integradas de habitação³⁰, saneamento ambiental e implementação de parques lineares adequadamente equipados, com córregos saneados, ciclovias e forte apropriação pela população. Vale destacar que os projetos dos parques lineares na capital acreana não respeitam integralmente as APPs fluviais, enquanto faixas a serem florestadas conforme o estipulado pelo Código Florestal, nem atendem à Resolução CONAMA nº 369/2006 que permite discretos percentuais para apropriação de tais áreas como espaços de lazer público. Tais parques priorizam a apropriação pública, lançando mão de gramados, passeios, ciclovias, espaços de estar, de práticas esportivas, quiosques de tacacá, iluminação noturna adequada e áreas arborizadas que não obstruem a visão dos seus usuários, garantindo, inclusive, a segurança do uso noturno dos referidos parques.

29 PEREIRA, Raul. *O sentido da paisagem e a paisagem consentida: projetos participativos na produção do espaço livre público*. 2006. 203 p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002. Capítulo 5.

30 Vale lembrar as principais críticas a esses programas habitacionais: a remoção de famílias das áreas fluviais e a baixa qualidade dos conjuntos habitacionais produzidos.

Dimensões públicas dos espaços livres privados

Os espaços livres privados constituem boa parte dos espaços livres das cidades brasileiras, apresentando importância no sistema de espaços livres urbanos, sobretudo pelo aspecto de complementaridade funcional, mas também contribuindo em aspectos ambientais – da escala do lote à das metrópoles. São quintais, jardins, estacionamentos de centros comerciais ou de logística, pátios fabris, vias de acesso de condomínios, são também lotes e glebas urbanas desocupadas, com diferentes graus de cobertura vegetal. Nesses locais, ocorre importante parcela da vida cotidiana, do trabalho doméstico ao corporativo, das festas familiares ao lazer em clubes, etc.

Em diversas cidades brasileiras os espaços livres privados apresentam área maior do que a dos espaços livres públicos (excluindo-se o sistema viário), no entanto sua fragmentação e as restrições ao acesso não permitem caracterizar seu conjunto total como um sistema. Ser parte de um sistema maior (dos espaços livres urbanos) não garante que o conjunto dos espaços livres privados seja suficientemente integrado para constituir um sistema em si. Não se pode falar, por exemplo, em um sistema de espaços livres privados de lazer que abarque todos os espaços livres privados capazes de atender a essa função, pois não há relação (sob esse aspecto) entre os quintais privados de uma cidade. Também é incorreto afirmar que os espaços livres privados que prestam algum serviço ambiental constituiriam um sistema (autônomo) de espaços livres privados de conservação ambiental, embora, sem dúvida, eles sejam parte integrante do sistema de espaços livres de conservação ambiental geral, que inclui os espaços de propriedade pública e privada.

Na escala intraurbana, os espaços livres em condomínios residenciais horizontais fechados são exemplo de sistema de espaços livres privados de lazer e mobilidade, envolvendo relações funcionais da escala unifamiliar à condominial. Por sua vez, alguns loteamentos fechados mais recentes, diante do avanço da legislação ambiental, respeitam tais leis e apresentam sistemas de espaços livres adequados no tocante às questões de conservação ambiental. Esses microssistemas de espaços livres, contudo, empobrecem a esfera pública na escala de seus respectivos entornos, enfraquecem o uso público de vias de acesso às áreas onde tais condomínios e loteamentos fechados deixam de ser exceção e passam a ser majoritários no tecido urbano. São espaços segregados,

excludentes, socialmente homogêneos, ainda que entre seus apelos de venda incluam o viver junto à natureza, a biodiversidade e a vida comunitária segura⁵¹.

Os espaços livres privados afetam o ambiente e a paisagem urbana, possuindo, portanto, relevância pública. Dessa maneira, espaços livres privados são importantes não apenas por serem o “outro lado da moeda”, mas também por sua contribuição (maior ou menor) ao “mesmo lado”, da dimensão pública da cidade. Seu papel ambiental varia para cada forma do tecido urbano e para cada suporte biofísico específico, evidentemente os espaços permeáveis, vegetados e arborizados prestam maiores serviços ambientais às cidades.

A natureza, enquanto objeto de interesse público, deve ser tema da esfera pública, deve ser entendida como objeto político, social, sem que sua complexidade sirva de pretexto para tornar-se assunto exclusivo de ciências específicas, nem apenas das ciências, mas pertinente a todos, crianças, jovens e adultos brasileiros, sem empobrecimento de sua complexidade, sem tabus ou mitos como o da “natureza intocada”.⁵²

A *Constituição* brasileira garante a propriedade privada desde que esta atenda sua função social⁵³. No meio rural, isso significa propriedade produtiva, respeitados (muito em tese) o que determina o *Código Florestal*. No meio urbano, quem determinaria a função social da propriedade seria o plano diretor. Como vários planos diretores são ainda produzidos como discursos ideológicos⁵⁴ para não serem de fato implementados, pouco se legisla efetivamente sobre a função social da propriedade urbana.

É possível compreender a dimensão pública da natureza enquanto uma das funções sociais da propriedade, seja privada ou pública. Não se trata aqui de sobrepor ao social uma natureza idealizada, virgem,

51 Embora seja crescente o número de condomínios e loteamentos fechados em muitas cidades médias e metrópoles brasileiras, não se observou, contudo, nas vinte cidades pesquisadas (dezoito capitais), nas cinco macrorregiões do país, a redução do uso público nos principais espaços livres de caráter urbano ou metropolitano, indicando que a dimensão pública de tais espaços urbanos continua apresentando forte interesse público para as sociedades locais.

52 DIEGUES, Antônio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada* [1994]. 6. ed. São Paulo: NUPAUB, 2008.

53 BRASIL. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Texto Consolidado até a Emenda Constitucional n. 68 de 21 de dezembro de 2011. Brasília: Senado Federal, 2011. Art. 5º, XII e XIII. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/com1988/CON1988_21.12.2011/index.shtm>. Acesso em: 21 mar. 2012.

54 VILLAÇA, Flávio. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli (Org.). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999. p. 169-243.

primeira, mas de uma natureza segunda, onde o trabalho humano é reconhecido, assim como os processos naturais (biofísicoquímicos). A existência da propriedade privada não pode estar acima do interesse público; as ações privadas sobre a propriedade tem (ou deveriam ter) como limite o interesse público, conforme preconiza nossa *Constituição*⁵⁵.

É preciso envolver os espaços livres privados nas proposições sobre o ambiente urbano e sobre os sistemas de espaços livres. Os processos naturais no urbano⁵⁶ são decorrentes da interação entre condicionantes externos e locais. No âmbito local, os espaços livres urbanos, independentemente de serem privados ou públicos, podem apresentar importante papel nos diversos processos ambientais⁵⁷, em função de suas características físicas, formais, de distribuição e de suas conexões.

Nas metrópoles e capitais brasileiras mais dinâmicas, os espaços livres privados situados em lotes de ocupação horizontal apresentam clara tendência de crescente ocupação. Essas cidades vêm perdendo milhares ou milhões de metros quadrados de espaços livres intralote ao longo das últimas décadas. As legislações municipais, ao estabelecerem, desde os anos 1970, taxas de ocupação média de 50% para tais lotes, são bastante inócuas diante do descumprimento generalizado, sobretudo por parte de proprietários de residências unifamiliares.

Sob o ponto de vista da apropriação pública, existem situações nas quais os espaços livres privados se prestam para a vida em público, várias são as situações de apropriação pública de espaços livres privados, desde a ocupação informal de terrenos baldios com campinhos de futebol até as “praças corporativas” estrategicamente concebidas como valorização imobiliária e/ou da imagem empresarial.

Os parques temáticos privados cobram taxas de ingresso por vezes bastante seletivas, mas nem por isso deixam de apresentar acesso público a certos estratos de renda. Não é a “tarifagem” que distingue a apropriação pública da privada, um zoológico público (bem de uso especial) pode cobrar ingressos, assim como uma estrada (bem de uso comum do povo) pode ser “pedagiada”. Espaços culturais privados de acesso público são raros no país. Merece destaque, em relação ao tema deste artigo, o Instituto Cultural Inhotim, situado no município de Brumadinho, região metropolitana

55 BRASIL. *Constituição* (1988). op. cit. Art. 5º, XXIII, XXIV, art. 156, § 1º, 170, III, art. 182, art. 184, *caput*, art. 185 e art. 185. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_21.12.2011/index.shtml>. Acesso em: 21 mar. 2012.

56 SPIRN, Anne. *O jardim de granito: a natureza no desenho da cidade*. São Paulo: Edusp, 1995.

57 Principais contribuições ambientais: drenagem pluvial, amenização microclimática, mitigação de poluição e biodiversidade local.

de Belo Horizonte. O local abriga uma riquíssima coleção particular de arte contemporânea – instalações e obras de grandes dimensões, bem como exposições temporárias e espaços para outras atividades culturais e educacionais. Os pavilhões se distribuem em meio a extensos jardins e fragmentos de mata, criando um dos únicos jardins botânicos privados do país aberto ao público, com a maior coleção de palmeiras, num projeto de altíssimo nível e de excelente manutenção. Inhotim é, portanto, espaço privado de alto interesse público.



Figura 6: Pavilhão de Adriana Varejão em Inhotim. Foto do autor, 2009.

Sistemas de espaços livres: complexidades e contradições

Os espaços livres urbanos, diferentemente dos espaços edificados, formam um sistema, um objeto complexo. Afastando-se das determinações legais, de seu raciocínio classificatório e “separatista”, observa-se forte hibridismo entre espaços livres que integram oficialmente um ou outro subsistema de espaços livres (viário, de lazer, de conservação ambiental, etc.), na prática a maioria dos espaços livres urbanos desempenha mais de um papel.

A questão ambiental não pode ser concebida como um sistema de espaços livres à parte, menos ainda ser reduzida aos sistemas de unidades de conservação, mesmo se acrescidos dos demais espaços legalmente protegidos em âmbito federal (APPs), ou pelos zoneamentos ambientais estaduais e municipais (ZPAMs, ZCAs, etc.). Os diferentes espaços vegetados ou mesmo apenas permeáveis (dunas móveis, por exemplo) desempenham papéis ambientais. Não se pode desconsiderar uma rotatória gramada, uma rua arborizada, sequer um teto jardim. Como tais espaços apresentam diferentes propensões a continuar com seus atributos ambientais, trata-se de um sistema bastante dinâmico, pondo em xeque posturas ambientalista fundadas em legislações proibitivas, restritivas a ocupações e usos. É necessário estimular ações ambientalmente adequadas e processos participativos de gestão do território, não tratando isoladamente a questão ambiental.

A presença de arborização em praças, parques e congêneres, associada à permeabilidade do solo, já desempenha papel ambiental. Por outro lado, muitas unidades de conservação apresentam áreas que se prestam ao lazer público, bem como várias APPs que se prestam ao convívio público. No meio urbano das capitais e metrópoles brasileiras, os subsistemas de espaços de convívio e lazer e o subsistema de espaços de conservação são efetivamente indissociáveis, ainda que existam espaços livres que pertençam isoladamente a um ou a outro subsistema, mesmo que as políticas públicas em geral não se dêem conta disso.

Em virtude das áreas ocupadas por favelas, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) baixou a resolução n° 369/2006 que estabelece percentuais máximos específicos passíveis de edificação, impermeabilização ou ajardinamento de APPs urbanas quando voltadas ao interesse social (habitação de interesse social) ou utilidade pública (parques, por exemplo). Considera-se tal resolução um avanço ao reconhecer distinções entre as APPs em meio urbano e em meio rural; entretanto, ainda há o que se aperfeiçoar no que diz respeito às APPs para fins de utilidade pública. O percentual estabelecido para as áreas não florestadas (20%) é baixo para vários casos, notadamente onde há carência de espaços para convívio e lazer. Nessas áreas seria preferível um parque linear iluminado a um simples corredor florestal fragmentando o tecido urbano. Desnecessário discorrer sobre os perigos que significam densas florestas lineares no cotidiano noturno de trabalhadores e estudantes em áreas periféricas. É fundamental reconhecer as especificidades da urbanização brasileira, suas contradições e conflitos, mais que idealizar situações de proteção da natureza geradas em culturas exógenas, como a da América anglo-saxônica.

Mesmo lá a legislação de proteção florestal aos cursos d'água no meio urbano não é, via de regra, tão rígida quanto aqui.

No item anterior, discorreu-se sobre dimensões públicas dos espaços livres privados. De forma análoga, observam-se várias apropriações privadas de espaços livres públicos. Algumas dessas situações fortalecem a vida pública, como a presença de atividade comercial em ruas, praças e parques, desde que não prejudiquem as demais atividades próprias de tais espaços (circulação, convívio, fruição da paisagem, etc.). Há, no entanto, apropriações que ferem claramente o direito de ir e vir, como no caso dos loteamentos fechados e do fechamento de ruas e bairros, sejam estes ocupados por estratos de renda média e alta, ou devido ao “toque de recolher” imposto pelo crime organizado a comunidades de baixa renda.

Várias praças, sobretudo em áreas não centrais, só apresentam movimento em decorrência da existência de algum estabelecimento comercial. É ele que motiva o convívio público. Feiras podem caracterizar a dinâmica de ruas, praças, bairros e até mesmo de algumas cidades brasileiras, se configuram não só como espaços de trabalho, renda, lucro e consumo (domínio das necessidades), mas também de encontros, convívio, cultura e vida pública (domínio da liberdade).



Figura 7: Praça Ópera Guarani, no centro de Campinas, a instalação de um terminal de ônibus estimulou a fixação de ambulantes em um camelódromo. Espaço de intensa e diversificada apropriação pública. Foto do autor, 2005.

O comércio informal em maior escala pode propiciar fraudes fiscais de certa relevância, envolvendo redes de comércio ilegal, não raro

com participação de lojistas legalmente estabelecidos. Os camelôs, aliás, deixam de perambular e se fixam em solo público, cobrando alto valor pelo “ponto comercial”. A presença “fixa” dos camelôs nas vias públicas pode dificultar a circulação de pedestres, assim como bancas de jornal e similares chegam a se constituir em barreiras aos transeuntes nas calçadas mais estreitas, e não são poucas as calçadas que não passam de metro e meio, sobretudo nas áreas de urbanização realizadas até as primeiras décadas do século XX.

O espaço é um híbrido em movimento, mesmo quando sua materialidade apresenta maior permanência no tempo. Entre os espaços urbanos, são os espaços livres os que mais facilmente podem acolher mudanças. Essa característica dos espaços livres permite evidenciar aspectos da dialética socioespacial por meio da qual contradições e conflitos, presença e ausência, riqueza e pobreza, força e fragilidade, violência e solidariedade são manifestações acolhidas o tempo todo pelos espaços livres urbanos, notadamente os de maior apropriação pública.

O atravessamento dos processos sociais sobre os sistemas de espaços livres inclui dinâmicas capazes de transformar espaços públicos que se “privatizam”, assim como, por outro lado, espaços privados ou propriedades públicas destinadas a usos bastante específicos que fortemente se “publicizam”. Não se trata de desafetações ou desapropriações fundiárias, mas da dinâmica das apropriações sociais de tais espaços ao longo do tempo.

Os sistemas de espaços livres urbanos exemplificam as contradições entre o espaço concebido, o percebido e o vivido³⁸. O espaço proposto pelos técnicos (espaço concebido) idealiza sua futura apropriação, por vezes de maneira equivocada. O espaço livre vivido se transforma, transgredindo planos inicialmente estabelecidos pelo Estado e pelos agentes imobiliários.

Não cabe apenas reconhecer a crítica lefèbvriana sobre a ação do Estado, seus planejadores e urbanistas. As relações estruturais entre Estado, capital e trabalho não são fixas, são estabelecidas em processo dialético, o futuro não está dado. É importante estimular processos participativos de projeto e gestão dos sistemas de espaços livres, de sorte que se propiciarão espaços mais adequados aos usos desejados pelas pessoas. Não se trata apenas de atender às demandas, mas de constituir uma razão pública comunicativa³⁹ a partir da discussão e conscientização

38 LEFÈBVRE, Henri. *The production of space*. 2. ed. Malden, MA: Blackwell, 2009.

39 HABERMAS, Jürgen. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

sobre a relevância pública do espaço, do reconhecimento de direitos e deveres individuais e sociais sobre espaços das cidades e metrópoles. Um processo participativo assim estabelecido permite o reconhecimento da alteridade, da troca de saberes e da construção coletiva de conhecimento novo. Potencializa-se uma pedagogia do espaço público, crítica, participativa, política e cidadã. O dissenso e o consenso se constituirão dialeticamente em tal processo, certamente enriquecendo a esfera pública política.

Dessa maneira, não apenas no futuro distante, mas também no presente urbano brasileiro, se potencializa o imprevisto, ação não planejada pelos atores hegemônicos – fundamental para o exercício criativo da cidadania – nos espaços livres de acesso público, campo fértil para ações do cotidiano, bem como para as mais diversas manifestações culturais e políticas. Os espaços livres não se prestam apenas para as funções, usos e apropriações comentados, eles vão além, “são uma reserva de imaginação”⁴⁰ e isso, efetivamente, não é pouco.

Sobre o autor:

Eugenio Fernandes Queiroga

Professor Associado do Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. - Nível 2. E-mail: queiroga@usp.br

40 BARTALINI, Vladimir. Sistemas de espaços livres. Entrevista concedida em 14 out. 2010 ao Lab QUAPÁ. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo.

DOSSIÊ O BRASIL NO PERÍODO LULA

“Era Lula”, “Desenvolvimentismo” e as desigualdades estruturais

O dossiê “O Brasil do Período Lula”, do presente número da Revista do IEB, promove um debate interdisciplinar – que vai da cultura para a economia passando pelas políticas públicas – sobre os dilemas do Brasil contemporâneo. Inicialmente, a ideia, seguida por vários dos autores, consistia em problematizar a “Era Lula”. Uma opção pela neutralidade levou à mudança do título.

Mas a questão mantém-se em aberto. Pode-se falar de uma “Era Lula”, no mesmo sentido em que houve uma “Era Vargas” e não teria havido uma “Era FHC”? Não se trata de preferência ideológica ou política. O objetivo é olhar o presente com distanciamento histórico, como se já passado fosse.

Parte-se da hipótese de que o governo Lula teria redefinido as contradições da sociedade brasileira, trazendo assim uma inflexão histórica, diferentemente do ocorrido nos anos 1990. Por inflexão, sugere-se um novo compasso na evolução das estruturas sociais, políticas e econômicas, cujo sentido não está dado *a priori*, pois depende do mosaico de possibilidades do presente na sua lenta transformação em futuro.

A Era Lula, encarada sob este prisma, não se refere apenas ao governo Lula, mas a um conjunto de movimentos por ele detonados, os quais geraram ações e reações por parte da sociedade, e vice-versa. Tampouco se sugere – tal como na repetida frase, hoje anedótica, “nunca antes na história deste país” – que o Brasil tenha se libertado do passivo colonial, da dependência e do subdesenvolvimento.

Ao contrário, tais conceitos, geralmente vistos como antiquados, se operacionalizados para o novo contexto, poderiam revelar um potencial analítico mais poderoso do que o contido nas análises tópicas e unidimensionais sobre a precariedade do sistema político, a suposta uniformização cultural e a tão propalada ascensão da nova classe média, para citar apenas alguns exemplos.

Cabe enfatizar, ainda, que a Era Lula se ergue sobre a herança deixada pelo período FHC. Ao invés de qualificá-la como “maldita”, como o fazem muitos petistas, não há como negar a dupla relação de ruptura e continuidade entre os dois governos. Os futuros historiadores irão esmiuçar os termos dessa relação dialética nos vários âmbitos da vida nacional, o que agora parece difícil em virtude da simultaneidade de transformações ocorridas, algumas das quais apenas aparentemente incoerentes entre si.

Para além do juízo que se faça do personagem e de seu governo, é no plano das suas contradições que se move a sociedade brasileira, independentemente dos resultados eleitorais da disputa presidencial em 2014.

Quais são elas? Um filme em câmera lenta nos ajuda a visualizá-las. O país da retomada do crescimento econômico, hoje em desaceleração, com agravamento dos problemas de infraestrutura; dos avanços sociais em termos de redução da desigualdade de renda e de ampliação do acesso a algumas políticas públicas; do maior protagonismo do país no cenário internacional, arvorando-se o presidente inclusive à condição de “pai dos pobres” global; do enrijecimento do debate político a partir de uma aliança de poder que vai da direita à esquerda com todos os matizes intermediários; do operário que cede aos apelos da bancada ruralista e usa um boné do MST; da crescente cooptação dos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que estes veem algumas de suas bandeiras serem transformadas em políticas concretas; do slogan “país rico é país sem pobreza”, tão do agrado da alta finança; da ofensiva da mídia, que ataca o presidente operário, cerceando o seu raio de ação; e, finalmente, das recentes manifestações, que revelam o abismo entre as conquistas do governo e as desigualdades estruturais em termos de acesso às políticas sociais, no seu sentido amplo, e aos direitos de cidadania.

Era Lula por significar um ponto de não-retorno. O desenvolvimento – com a superação das contradições – não está dado de antemão, pois a regressão também é possível. Mas regressão nos termos colocados por esse período da vida nacional em que as aspirações coletivas chegaram ao seu ápice, mais pelo que falta fazer do que pelo que foi feito.

“Desenvolvimentismo”, outro termo que perpassa os textos que compõem o dossiê. Por um lado, ressaltando as transformações estruturais vivenciadas no período; por outro, mostrando a sua limitação a um restrito enfoque economicista, encarando o social como aumento do poder de consumo, sem esquadriñar as tensões urbanas do Brasil contemporâneo. Que o termo seja pronunciado parece, em si mesmo, já um avanço. Que não se consiga delimitar a agenda do desenvolvimento de modo a abarcar uma nova utopia civilizatória, tanto por parte dos defensores quanto de seus críticos, revela a distância com relação a uma nova perspectiva desenvolvimentista sem aspas. Apesar da sua insuficiência, o simples fato de que uma palavrinha do nosso passado volte a povoar o nosso presente é também característica da Era Lula.

Enfim, o Brasil da segunda década do século XXI é bastante diferente do Brasil da última década do século XX. Sim, as desigualdades estruturais estão aí, em alguns aspectos, atenuadas, em outros, acentuadas. A pedra continua no meio do caminho. Será possível removê-la?

Alexandre de Freitas Barbosa
*Professor de História Econômica e Economia Brasileira do
IEB/USP*

Política Cultural em tempos de democracia a Era Lula

Lia Calabre¹

Resumo

A proposta deste artigo é a de fazer um balanço das políticas culturais durante a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Alguns parâmetros contemporâneos de política cultural democrática e participativa começaram a ser colocados em prática, no Brasil nesse período. Inicialmente será apresentada uma rápida reconstituição das políticas culturais no Brasil, com ênfase especial no período posterior à criação do Ministério da Cultura (1985). Seguida de uma análise das gestões dos ministros Gilberto Gil e Juca Ferreira.

Palavras-chave

Políticas culturais, Governo Lula, Ministério da Cultura.

Recebido em 24 de outubro de 2013

Aprovado em 3 de dezembro de 2013

CALABRE, Lia. Política Cultural em tempos de democracia: a Era Lula. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 58, p.137-156, jun. 2014.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p137-156>

¹ Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB, Rio de Janeiro, RJ, Brasil).

Cultural Policy in Democratic Times

The Lula Age

Lia Calabre

Abstract

The purpose of this article is to summarize the cultural policies during the administration of President Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Some contemporary parameters of democratic and participatory cultural policy began to be put into practice in Brazil during this period. It will initially be presented a rapid reconstitution of cultural policies in Brazil, with special emphasis on the period after the establishment of the Ministry of Culture (1985), followed by an analysis of the Ministers Gilberto Gil and Juca Ferreira managements.

Keywords

Cultural policies; Lula Administration, Ministry of Culture.

Dáí que a política cultural deste ministério, a política cultural do governo Lula, a partir deste momento, deste instante, passa a ser vista como parte do projeto geral de construção de uma nova hegemonia em nosso país. Como parte do projeto geral de construção de uma nação realmente democrática, plural e tolerante. Como parte e essência da construção de um Brasil de todos.

(Ministro Gilberto Gil, discurso de posse em 2 de janeiro de 2003)



proposta deste artigo é a de fazer um balanço das políticas culturais durante a gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). No Brasil, definir política cultural como um campo no qual devem atuar o poder público e os mais diversos setores da sociedade civil, há alguns anos, era falar de um modelo ideal, quase utópico. A história das políticas culturais no Brasil, até a chegada do século XXI, teve seus pontos altos, contraditoriamente, nos períodos de governos autoritários. Tal conjuntura não atende aos preceitos do conceito de políticas culturais que foi construído, internacionalmente, a partir da década de 1970, tendo por base ações conjuntas e partilha de poder decisório entre Estado e sociedade civil. Esses parâmetros contemporâneos de uma política cultural democrática e participativa começam a ser colocados em prática, no Brasil, no início do governo do presidente Lula, em 2003. Foram oito anos de gestão, com muitos acertos e também com muitos problemas, mas que, sem dúvida, marcaram positivamente a história das políticas culturais no Brasil. Pois, como afirma a filósofa Marilena Chaui, em uma sociedade:

[...] polarizada por carências profundas e privilégios cristalizados, propor uma política cultural supõe decisões mais amplas, definição clara de prioridades, planejamento rigoroso dos recursos. [...] Numa perspectiva democrática, as prioridades são claras; trata-se de garantir direitos existentes, criar novos direitos e desmontar privilégios.²

2 CHAUI, Marilena. *Cidadania cultural: O direito à cultura*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. p.65.

Com o objetivo de analisar o processo de transformação ocorrido entre os anos de 2003 e 2010, inicialmente será apresentada uma rápida reconstituição das políticas culturais no Brasil, com ênfase especial no período que se segue à criação do Ministério da Cultura (1985). Tal estratégia nos permitirá fazer, a seguir, uma melhor avaliação das ações, programas e políticas implementadas no governo do presidente Lula, no qual estiveram no comando da pasta da Cultura o ministro Gilberto Gil (2003-2008) e o ministro Juca Ferreira (2008-2010).

Desvio no tempo

A maioria dos estudiosos sobre políticas culturais no Brasil concorda que os dois principais momentos, nos quais é possível identificar a elaboração e a implementação de políticas culturais, foram o governo de Getúlio Vargas, em especial na gestão do Ministro Gustavo Capanema (1934-1945), e ditadura civil-militar, mais especialmente na década de 1970³.

Ao longo da década de 1970, a área da cultura foi sendo fortalecida com a criação de novas instituições, como a Funarte. A área da cultura ainda estava vinculada à educação, compondo o Ministério da Educação e Cultura (MEC)⁴, mas já havia alcançado um lugar de destaque dentro da pasta e ganhou uma secretaria específica, o que permitia ao Secretário de Cultura mais autonomia. Em 1985, foi criado o Ministério da Cultura. Era um projeto de Tancredo Neves (que faleceu) e foi colocado em prática por José Sarney, o primeiro presidente civil depois de mais de duas décadas de ditadura. A reformulação, que para alguns poucos⁵ parecia ser uma possibilidade de fortalecimento institucional, para a área se mostrou desastrosa, pois ao se separar da educação, a cultura deixou de acessar e partilhar muitos dos recursos da área, ou seja, perdeu tanto em

3 Para mais informações, ver: CALABRE, Lia. *Políticas culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: FGV, 2009. Ver também RUBIM, Antônio A. C. *Políticas Culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios*. In: _____.; BARBALHO, A. (orgs.). *Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, p. 11-56, 2007; e BARBALHO, A. *Políticas Culturais no Brasil: identidade e diversidade sem diferença*. ed. cit., p. 37-60.

4 Que guarda o C de cultura ainda hoje, apesar de ser exclusivo da Educação.

5 A avaliação dos técnicos da área é que essa era uma decisão precipitada, se a cultura havia obtido um destaque dentro do Ministério da Educação e Cultura, dificilmente tal quadro se manteria com um ministério exclusivo. Ver: BOTELHO, Isaura. *Romance de Formação: Funarte e Política Cultural – 1976-1990*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2000. p. 215.

orçamento, como em *status* político. Em 1981, Aloísio Magalhães, que era o Secretário de Cultura, declarou em uma entrevista que

no momento seria prematuro pensar na criação de um Ministério da Cultura porque, agora, ele seria forçosamente um ministério fraco, não só do ponto de vista financeiro mas do próprio ponto de vista conceitual.⁶

O Ministério da Cultura (MinC) foi criado com um orçamento insignificante, que mal mantinha funcionando a estrutura interna e as instituições a ele vinculadas ficaram com o novo ministério alguns conselhos (Conselhos Federal de Cultural, Conselhos Nacional de Direito Autoral e o Conselho Nacional de Cinema); autarquias (Empresa Brasileira de Filmes S/A – Embrafilme) e fundações ligadas à área da cultura (Fundação Nacional de Arte – Funarte, Fundação Nacional Pró-Memória, Fundação Casa de Rui Barbosa e Fundação Joaquim Nabuco⁷).

Dentro dessa conjuntura de escassez de recursos, presenciamos a criação da primeira lei de incentivo fiscal, a Lei nº 7.505, de 2 de julho de 1986, que ficou conhecida como Lei Sarney. Os mecanismos de funcionamento da lei sofreram intensas críticas durante seu curto período de vigência, mas não podemos negar que o fluxo de recursos gerados por ela contribuiu para dinamizar o campo da produção cultural, em especial nos grandes centros urbanos. O Ministério foi extinto logo no início de 1990, já no governo Collor, sendo substituído por uma secretaria, e os órgãos a ele vinculados, na maioria, foram agrupados em dois grandes institutos: o Instituto Brasileiro de Arte e Cultura (IBAC) e o Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural (IBPC); e a Lei Sarney extinta.

Em novembro de 1991, a Lei nº 8.313, reformula e reedita o uso de recursos incentivados para a cultura. Tem início a era da Lei Rouanet, que sofreu algumas regulamentações posteriores e que, 22 anos depois de sua criação, encontra-se em plena vigência.

Durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, o uso de Lei Rouanet foi consolidado. O governo federal investiu largamente no *slogan* “Cultura é um bom negócio”. Foram oito anos de governo de inspiração neoliberal, trabalhando pela construção de um Estado mínimo e repassando para a iniciativa privada, através da Lei Rouanet, o poder de decisão sobre o financiamento e apoio da produção cultural

6 MAGALHÃES, Aloísio. *E Triunfo?* A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Roberto Marinho, 1977. p.148-149.

7 Que logo foi transferida novamente para o Ministério da Educação.

do país. Foi com esse quadro, de um Ministério da Cultura voltado para a administração dos mecanismos da Lei de Incentivo, que o governo Lula se deparou.

Os primeiros anos da gestão Lula

A problemática do redimensionamento do lugar da cultura dentro da área das políticas públicas era uma questão que já estava presente no documento “A imaginação a serviço do Brasil” parte integrante do programa de governo da campanha presidencial de Lula em 2002 que tinha como subtítulo: “Programa de políticas públicas de cultura”. O Programa dialogava com documentos e estudos internacionais nos quais a cultura é considerada como um direito básico, propondo que as políticas culturais devem estar voltadas para o desenvolvimento e o fortalecimento da democracia.

Para ocupar a pasta da Cultura, o presidente Lula convidou o cantor e compositor Gilberto Gil. O desafio que estava inicialmente posto, segundo o próprio ministro em seu discurso de posse, era o de “tirar o Ministério da Cultura da distância em que ele se encontra, hoje, do dia a dia dos brasileiros” e fazendo com que ele passe estar “[...] presente em todos os cantos recantos de nosso país”.⁸

Logo de início é proposta uma reformulação na estrutura do próprio MinC. As secretarias passam a ser organizadas sob a lógica da implementação de políticas, substituindo a estrutura anterior que estava voltada para as atividades e finalidades da lei de incentivo. Assim, ao invés de uma secretaria da música e artes cênicas, do livro, etc., foram criadas as secretarias de: Articulação Institucional; Políticas Culturais; Programas e Projetos Culturais (que mudou de nome algumas vezes); Identidade e Diversidade Cultural; Fomento e Incentivo Culturais (que cuida da Lei de Incentivo), sendo mantida a de Audiovisual: A reformulação ministerial foi aprovada em 12 de agosto de 2003, através do Decreto nº 4.805. A ideia era de que as atividades finalísticas tais como o patrimônio, as artes, o livro fossem tratadas pelas instituições vinculadas ao MinC com atuação nas respectivas áreas (como o Iphan, a Funarte e a Biblioteca Nacional). Aloisio Magalhães, um dos nomes que

8 Discurso de Gilberto Gil. In: ALMEIDA, Armando et al (orgs.). *Cultura pela palavra*: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos ministros da Cultura (2003-2010) Gilberto Gil e Juca Ferreira. Rio de Janeiro: Versal, 2013. p. 239.

se destacaram na área da gestão da cultura, no início da década de 1980, já nos alertava para o fato de que:

Parece paradoxal. Mas, para conseguirmos melhorar nossa situação, é preciso aumentar a complexidade do sistema. Diante da carência que nós temos muito grande, de métodos, de recursos humanos, de recursos financeiros, é preciso crescer e, crescendo, aumentando a complexidade disso, ter, como compensação, uma sólida frente, uma presença muito mais maciça e muito mais constante, na conquista de espaço, nas conquistas de espaços pertinentes e da competência do bem cultural.⁹

Um ponto em pauta, logo no início da gestão do ministro Gil, era o da reformulação da Lei de Incentivo, que deveria ser substituída por uma mais adequada à nova realidade nacional. Para discutir e buscar subsídios para a reformulação da Lei Rouanet foram realizados os seminários “Cultura para todos”, que percorreu parte do país, sendo realizados nos seguintes estados: Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pernambuco e Pará. Integram as atividades dos seminários encontros setorializados com secretários de cultura estaduais e municipais; investidores privados e fundações, investidores estatais; e pessoas físicas (artistas e produtores em especial). Os participantes tinham como tarefa responder a duas questões: 1) Quais são os principais entraves para o acesso ao financiamento público federal da cultura (Lei Rouanet e Lei do Audiovisual)?; e 2) Quais os mecanismos que devem ser adotados para garantir a transparência e a descentralização do financiamento público da cultura? Os seminários ocorreram em 2003 e a primeira e grande contribuição deles foi a de abrir canais de diálogos entre o MinC e os mais variados atores sociais que atuam no campo da cultura. O Ministério, nessa primeira série de encontros, foi a localidades nas quais nunca havia estado, criou uma rede de novos interlocutores, além de optar por um sistema de escuta pública como o caminho para construção de novas políticas culturais. Além disso, a partir da análise das respostas obtidas nas consultas, a avaliação geral foi a de que o mecanismo necessitava ser reformulado sim, porém, havia uma série de problemas que poderiam ser solucionados, a curto prazo, através de portarias ministeriais, da divulgação mais sistemática da lei e da capacitação de produtores e de gestores nas mais diversas regiões do país – fato que gerou a elaboração

9 MAGALHÃES, Aloisio. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*. Brasília, Ano 11, n. 42, 1981. p. 45

de programas de capacitação realizados pela Secretaria de Fomento à Cultura. Outra constatação feita a partir dos diálogos foi a de que, apesar das várias críticas existentes¹⁰, o mecanismo cumpria um papel fundamental em determinadas áreas da produção cultural e regiões do país, apontando para a necessidade de que o projeto de reformulação fosse realizado de maneira que não paralisasse os processos em curso¹¹.

Na esfera da construção e elaboração de novas políticas, a Secretaria de Políticas Culturais (SPC) iniciou um importante diálogo com os órgãos de pesquisa federais, em especial com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), no sentido de propor a produção e sistematização das informações sobre o campo da cultura. As informações deveriam permitir um conhecimento mais efetivo sobre a realidade e a potência do campo da cultura, base fundamental para um processo de elaboração de novas políticas. Também foi retomada a discussão sobre a importância da mensuração da contribuição da cultura na formação do produto interno bruto, como estratégia de fortalecimento político do próprio campo. Com essa finalidade, o MinC vem trabalhando, desde então, com o IBGE na direção da construção de uma Conta Satélite da Cultura¹².

É interessante ressaltar que a preocupação com a produção e sistematização de informações sobre as próprias ações do MinC eram praticamente inexistentes até então. A base de informações dos projetos da Lei Rouanet, por exemplo, era pouco mais que um programa de cadastro de processos, cujos relatórios gerados formavam uma série histórica parcial, pois as formas de registro de informações tiveram sua lógica alterada algumas vezes, não havendo uma preocupação mais efetiva com a questão. A discussão sobre a necessidade da produção de informações sobre o campo da cultura, em geral, e da gestão pública, em especial, para a criação de programas e políticas culturais na esfera pública não é nova. Várias tentativas de levar a questão adiante, promovendo ações efetivas,

10 As críticas são referentes ao caráter historicamente concentrador do uso da lei de incentivo, seja por proponentes do eixo Rio-São Paulo (nas capitais desses estados), seja pelo fato de que um pequeno grupo de proponentes e áreas artísticas específicas detém parte significativa dos recursos.

11 Para mais informações ver: CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil do século XXI: cenários e desafios. In: COSTA, Frederico Lustosa da (org.). *Política e gestão cultural: perspectiva Brasil e França*. Salvador: Edufba, 2013. p. 40.

12 A conta satélite de cultura é uma sistematização das informações sobre as atividades econômicas relacionadas aos bens e serviços culturais. A partir das informações coletadas poderá ser elaborado um cálculo sobre o peso da área da cultura na constituição do Produto Interno Bruto (PIB). O IBGE é o órgão responsável pela construção das contas satélites das diversas áreas (como a da saúde, por exemplo).

sofreram processos de descontinuidade e de baixo grau de investimento. Essa foi, por exemplo, uma das problemáticas frequentemente abordadas pelo Conselho Federal de Cultura (1966-1990). Já naquele momento havia a consciência de que para se alcançar a eficiência e a eficácia na elaboração de políticas para a área da cultura – como para qualquer outra área de política pública – é primordial a existência de informações sobre o campo. Existiam propostas de realização de pesquisas e de formação de sistemas setoriais. Essa problemática também esteve presente na gestão do ministro Celso Furtado em 1986, e, fazendo uma digressão temporal, podemos mesmo remontar ao período da gestão de Mário de Andrade, na década de 1950, no Departamento de Cultura da Cidade de São Paulo, onde a questão da produção de informações estava presente no discurso e na prática do órgão.

A partir de 2003, vários estudos e análises sobre as diferentes áreas de atuação do Ministério foram produzidas e publicadas pelo Ipea por solicitação da Secretaria de Políticas Culturais (SPC)¹³. Também nesse momento que foram retomados vários esforços no sentido de mapear e compreender o campo da economia da cultura. Os primeiros esforços nesse sentido haviam sido envidados na gestão do economista e ministro da Cultura Celso Furtado, quando foram encomendados à Fundação João Pinheiro estudos sobre algo que era uma grande novidade: a economia da cultura.

Ao longo dos anos de 2004 e de 2005¹⁴, foram realizados vários encontros entre membros do Ministério da Cultura e do IBGE, dos quais resultaram diversos produtos e ações, como promoção de seminários e reuniões com técnicos de outros países (em especial da França e da Colômbia), a formação de um grupo de trabalho no IBGE para extrair das pesquisas existentes informações, que sistematizadas, passam a compor as publicações do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (do IBGE). Um dos trabalhos que se destacou nessa parceria entre o MinC e o IBGE foi a publicação de um suplemento de cultura na Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic), que foi a campo em 2005 e teve seu lançamento em 2006. A Munic é uma pesquisa anual realizada pelo IBGE desde a década de 1990, que abrange todos os municípios brasileiros, contendo grupos de módulos diferenciados de questões sobre a gestão pública municipal a cada ano e são repetidas periodicamente.

13 Nos anos seguintes, o Ipea produziu análises e pesquisas para as diversas secretarias do Ministério. Parte desse trabalho pode ser encontrados nos volumes 2 e 3, dos *Cadernos de Políticas Culturais*, publicados pelo MinC e organizados por Frederico A. Barbosa da Silva (pesquisador do Ipea responsável pelas análises).

14 O Ministério da Cultura assinou um acordo de parceria com o IBGE em 17 de dezembro de 2004.

A pesquisa já havia levantado algumas informações sobre a área da cultura como, por exemplo, os dados sobre a existência de equipamentos culturais e meios de comunicação, que constam nas publicações de 1999, 2001 e 2005.

O suplemento de cultura da Munic foi composto por 14 blocos de questões, levantando informações variadas da gestão pública desde a estrutura do órgão gestor, passando por instrumentos de gestão (leis, conselhos, etc.), mapeando ações, projetos, atividades, equipamentos, entre outras. Enfim, a publicação apresenta uma gama variada de informações fundamentais tanto para a elaboração de políticas de alcance nacional, quanto para o início da estruturação do Sistema Nacional de Cultura, que estava a cargo da Secretaria de Articulação Institucional (SAI).

Antes de passarmos para as ações da SAI, gostaria de reforçar a importância da realização da pesquisa pelo IBGE, tanto para a esfera da gestão pública de cultura, quanto para a ampliação dos estudos acadêmicos sobre a área. As informações contidas nas publicações têm sido largamente utilizadas em trabalhos acadêmicos. O suplemento nos revela, por exemplo, ainda que de maneira indireta, a matriz autoritária e a visão unidirecional que formavam a concepção que parte significativa dos gestores municipais possuía sobre políticas culturais, no momento em que foi a campo. Havia no suplemento uma questão específica sobre a existência, ou não, de políticas culturais locais para a qual 57,9% dos municípios respondeu positivamente. Entretanto, quando se percorre alguns dos outros itens da pesquisa, tais como o da existência de leis, conselhos, fundos, ações, etc., verifica-se que os índices apresentados são extremamente baixos, fato que leva aos pesquisadores e estudiosos perguntarem-se sobre qual será o conceito de políticas culturais com o qual tais gestores municipais dialogaram efetivamente. É muito provável que a noção de política cultural vigente não fosse nem mesmo aquela que constava do próprio instrumento de coleta de informações, que nos informa que:

Política cultural é a ação do poder público ancorada em operações, princípios e procedimentos administrativos e orçamentários. Esta política é orientada para melhorar a qualidade de vida da população através de atividades culturais, artísticas, sociais e recreativas, proporcionando à mesma o acesso aos bens culturais. Trata-se de uma ação voltada para todo o município e não para alguns segmentos da sociedade.¹⁵

15 IBGE. Pesquisa de Informações Básicas Municipais – Gestão Pública – *Suplemento de Cultura 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Formulário de coleta.

As informações levantadas pelo suplemento de cultura do IBGE reforçaram a percepção corrente sobre a necessidade do aprimoramento da formação profissional e da estruturação do campo da gestão pública de cultura. Pode-se inferir, até então, uma significativa ausência de preocupação, por parte de muitos dos que ocupam os cargos da gestão pública de cultura, na elaboração de pesquisas e diagnósticos sobre a área. A formação desse novo profissional foi um desafio primordial que estava posto para a Secretaria de Articulação Institucional, que tinha a construção de um Sistema Nacional de Cultura (SNC) como principal meta. O desenho do SNC foi concebido com base em alguns elementos fundamentais, dentre os quais destaco dois: as conferências e os planos de cultura.

Ao longo do ano de 2005, o Ministério da Cultura organizou as diversas etapas preparatórias da 1ª Conferência Nacional de Cultura que ocorreu em dezembro do mesmo ano. Formalmente, ela também foi uma das etapas do processo de elaboração do Plano Nacional de Cultura¹⁶. Foi a primeira vez que o governo reuniu os mais variados setores da sociedade para realizar uma ampla discussão sobre políticas culturais. A Conferência é um mecanismo participativo, de consulta pública e, nesse caso, tinha como principal atribuição recolher sugestões para a elaboração das diretrizes básicas de um plano nacional na área da cultura.

O momento preparatório da Conferência teve por base dois tipos específicos de ação: a realização dos seminários setoriais “Construindo o Plano Nacional de Cultura” (organizado diretamente pelo MinC) e as conferências municipais, estaduais e intermunicipais. Com o objetivo de subsidiar as discussões e a elaboração de propostas de diretrizes para o Plano Nacional de Cultura, foram indicados cinco eixos de discussão: 1) Gestão Pública e Cultura; 2) Cultura é Direito e Cidadania; 3) Economia da Cultura; 4) Patrimônio Cultural; e 5) Comunicação é Cultura. Os seminários setoriais foram organizados com a parceria da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Vereadores, com o apoio do chamado Sistema S e das administrações municipais das cinco cidades que foram escolhidas para sediá-los¹⁷. A organização das conferências municipais e estaduais é uma atribuição dos governos locais. Foram realizadas 19 conferências estaduais e 1.197 conferências municipais. O Ministério

16 O Plano Nacional de Cultura foi instituído através da Emenda Constitucional nº 48 de 1º de agosto de 2005.

17 Os parceiros do MinC na realização dos seminários setoriais foram: o Sistema CNI/Senai/Sesi, o Sistema CNC/Sesc/Senac, a OEI e a Unesco, as prefeituras e alguns dos governos estaduais onde os seminários foram realizados. As cidades que sediaram foram Londrina, Juiz de Fora, Petrolina, Juazeiro, Manaus e Cuiabá.

estimou que o processo de realização da I Conferência Nacional de Cultura envolveu 53 mil pessoas em todo o país¹⁸.

O Plano Nacional de Cultura (PNC), segundo o previsto na Emenda Constitucional que o instituiu, deve conduzir à: I) defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II) produção, promoção e difusão de bens culturais; III) formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV) democratização do acesso aos bens da cultura; e V) valorização da diversidade étnica e regional. Ele é o documento base a partir do qual o governo federal deverá pautar, nos próximos dez anos, o direcionamento das ações públicas de cultura. Um plano é uma espécie de “carta de navegação” e, como tal, algumas vezes necessita ser ajustado ao “longo da viagem”. Para isso, há a previsão de uma etapa de avaliação intermediária sobre o cumprimento das metas ao final dos primeiros quatro anos. A construção do PNC foi um processo de longa duração, que ocupou parte dos dois mandatos do Presidente Lula e deve ser analisado como um grande exercício de democracia participativa. Em dezembro de 2010, o PNC foi finalmente aprovado, sendo composto por cinco capítulos, nos quais se distribuem 14 diretrizes, 36 estratégias e 275 ações com vigência decenal. A execução do PNC é acompanhada a partir de 53 metas estabelecidas com base no conjunto das diretrizes, estratégias e ações previstas no documento.

Neste contexto, temos ainda o início dos esforços para a construção legal do Sistema Nacional de Cultura, com o objetivo de criar um arcabouço institucional mínimo que colabore para a estruturação e consolidação de políticas culturais democráticas, corroborando para a formação de uma sociedade mais justa e menos desigual. A ideia do sistema (seguindo o desenho de outros sistemas setoriais já existentes) é fornecer uma maior institucionalidade para a área, com a exigência da existência de um órgão gestor de cultura, por exemplo, e, ao mesmo tempo, buscando facilitar o diálogo e a execução de ações compartilhadas entre os diferentes níveis de governo, através de repasses entre fundos de cultura. Há ainda o estímulo efetivo para a adoção de uma prática de gestão pública mais democrática e participativa na medida que estabelece a realização de conferências e a criação de um conselho de política cultural paritário e deliberativo, como elementos fundamentais para a participação no Sistema¹⁹.

18 Para mais informações, ver: BRASIL, Ministério da Cultura. *1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006*. Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura. Brasília: MinC/Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura, 2007.

19 A lei do Sistema Nacional de Cultura somente foi aprovada em 2012.

Ainda dentro da análise desses primeiros anos de governo, devemos apontar as inovações de duas outras secretarias, que definiram como seu público alvo segmentos da população que, em sua maioria, não haviam sido objeto de ações, programas e políticas culturais durante as gestões anteriores. A primeira delas foi a Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural (SID), que colocou em prática uma série de ações variadas para as culturas populares, ciganas, indígenas, idosos, LGBT e saúde, enfim, apoiou projetos variados a partir de mecanismos diferenciados de fomento. É também importante salientar que a SID e a Secretaria de Políticas Culturais cumpriram um papel fundamental, junto ao Ministério das Relações Exteriores, no processo de construção da Convenção da Diversidade Cultural da Unesco. O Brasil teve uma atuação destacada durante todo o processo de construção e aprovação do documento internacional. Trabalho que foi desdobrado internamente tendo como principal estratégia a realização de seminários por todo o país para divulgar os princípios da Convenção.

Um programa que adquiriu uma dimensão destacada logo nos primeiros tempos do governo de Lula foi o Programa Cultura Viva, criado em 2004 por meio da Portaria Ministerial nº 156, sob a responsabilidade da Secretaria de Programas e Projetos Culturais (SPPC) posteriormente transformada em Secretaria da Cidadania Cultural (SCC). O Programa tem como principais objetivos: ampliar e garantir acesso aos meios de fruição, produção e difusão cultural; potencializar energias sociais e culturais, dando vazão à dinâmica própria das comunidades, entre outros. A base do Programa são os Pontos de Cultura, mas há outras ações que o compõe. Em 2007, quando o Ipea realizou a primeira pesquisa sobre o programa, havia 526 pontos de cultura conveniados em todas as regiões do país (em 2010 esse número já ultrapassava as 2.500 unidades). Os Pontos de Cultura estão hoje presentes em todos os estados do país e, em sua maioria, através dos convênios entre o governo federal e os governos estaduais. Segundo Frederico Barbosa:

No Brasil existem movimentos sociais e culturais expressivos. Há espaços alternativos, mercados culturais localizados e dinâmicos que em nada se assemelham aos das grandes indústrias culturais. Essa dinâmica cultural passou a ser reconhecida nas políticas culturais brasileiras de forma significativa nos últimos

anos e o Programa Arte, Cultura e Cidadania – Cultura Viva teve importante papel no reconhecimento do Brasil profundo.²⁰

Também na direção da ampliação do espectro de atores atendidos pelas políticas públicas de cultura, foram construídos novos projetos e programas pela Secretaria do Audiovisual (SAV). O incentivo à criação de cineclubes e espaços alternativos de exibição de conteúdo audiovisual, a distribuição de conteúdos para esses novos espaços e o fomento de festivais contribuem para minimizar o problema da escassez de salas de cinema por todo o país. A SAV, através de parcerias, criou projetos inovadores como o “Revelando os Brasis”, um projeto dirigido aos moradores de municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, que tem como principal objetivo promover processos de inclusão e formação audiovisuais. A cada edição se realiza um concurso que seleciona 40 histórias (reais ou ficcionais) que deverão ser transformadas em vídeos digitais com até 15 minutos de duração. A ideia do projeto nasceu na Secretaria do Audiovisual, em 2004, integrando um conjunto maior de ações que visavam à democratização do acesso aos meios de produção audiovisual, foi executado através de parceiras com o apoio do MinC²¹. Esse conjunto de projetos, ações, programas e políticas que foram apresentados teve sua criação logo na primeira metade da gestão Lula e não constitui uma lista exaustiva do que foi proposto e realizado, mas consideramos uma amostra significativa que permite uma compreensão do conjunto. O processo que vai da elaboração à implementação efetiva dos mesmos é longo, não linear e, muitas vezes, enfrenta resistências e problemas de natureza diversa. Muitas das inovações propostas só obtiveram efetividade no segundo mandato do presidente Lula e outras ainda ultrapassaram esse período.

Algumas reflexões sobre a conjuntura

Ao sair do campo da análise das ações individualizadas, é interessante lançar um olhar mais abrangente sobre o contexto em estudo, a partir de uma estratégia analítica que também tenha por base algumas questões mais conceituais (ou de princípios) que impactaram no processo

20 IPEA. *Cultura Viva: as práticas de pontos e pontões*. Ipea/Coordenação de Cultura. Brasília: Ipea, 2011. p. 17.

21 Mais informações ver: CALABRE, Lia. Revelando os Brasis: o projeto. *Políticas Culturais em Revista*, Salvador, v. 4, n.2, jan. 2012. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/5598>>. Acesso em: 23 maio 2014.

efetivo de implementação política. A primeira delas está assentada no fato de que os programas e ações foram criados tendo na base teórica um conceito de cultura ampliado, que busca compreender e ativar elementos do que se chamou de a “tridimensionalidade da cultura”, com as dimensões simbólica, cidadã e econômica, definidas pelo MinC, como:

A dimensão simbólica é aquela do “cultivo” (na raiz da palavra cultura) das infinitas possibilidades de criação expressas nas práticas sociais, nos modos de vida e nas visões do mundo. [...] A dimensão cidadã consiste no reconhecimento do acesso à cultura como um direito, bem como da sua importância para a qualidade de vida e a autoestima de cada um. [...] Na dimensão econômica, inscreve-se o potencial da cultura como vetor de desenvolvimento. Trata-se de dar asas a uma importante fonte geradora de trabalho e renda, que tem muito a contribuir para o crescimento da economia brasileira.²²

As iniciativas que foram construídas ao longo dos oito anos, aqui em estudo, mantinham um estreito diálogo com a noção de tridimensionalidade da cultura. Ainda que possamos afirmar que os objetivos propostos para as respectivas dimensões não tenham sido completamente alcançados em muitos dos programas, estas estiveram todo o tempo presentes no campo discursivo. O Ministério fez uso do “capital simbólico” (no sentido atribuído por Bourdieu) contido na noção de tridimensionalidade, realizando ações que resultaram em efetivos avanços no campo da estruturação de políticas culturais em bases mais democráticas, participativas, abrangentes e cidadãs. Entram para a pauta de discussão política de uma maneira mais efetiva as problemáticas dos direitos culturais, da cidadania cultural e da economia da cultura.

Uma segunda questão que se destaca no cenário analisado é a de que as discussões presentes no processo de elaboração das ações tinham como princípio pensar as políticas públicas de cultura com base em novos desenhos de gestão. Dentro de um novo modelo de gestão democrática, temos a chamada administração pública societal que, segundo Ana Paula Paes de Paula, tem por principal característica a organização dos serviços de maneira descentralizada e participativa, com desenhos de gestão partilhada fundamentada na manutenção das responsabilidades. Para alguns estudiosos, tal sistema foi sendo gradativamente aplicado

22 BRASIL, Ministério da Cultura. *Cultura em três dimensões*. Material informativo: as políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010. Brasília: MinC, 2010. p. 8.

no país nas diversas áreas do governo ao longo do período da gestão Lula. Na visão da autora, esse modelo de gestão não possuiu fórmulas pré-determinadas, pois são construídas a partir das realidades locais, informadas por uma nova filosofia, se afastando dos modelos burocráticos ou gerenciais²³. Para a efetiva implementação e fortalecimento desse novo modelo, o governo necessitaria criar, ou ampliar, canais e instrumentos que propiciem uma participação mais efetiva da sociedade no processo decisório, tais como a realização de fóruns, de conferências, de plebiscitos, ou a criação de câmaras e conselhos, ou seja, um modelo teórico bem próximo do que foi aplicado ao longo das gestões de Gil e Juca no Ministério da Cultura.

Uma terceira concepção teórica abordada de forma inovadora, ou diferenciada, foi a da diversidade cultural. Como afirma Hamilton Faria “vivemos um momento de expressão da diversidade, vozes antes ausentes do mundo público passam a se manifestar e desejam um lugar ao sol no sistema decisório”.²⁴ Uma das pautas do conjunto das discussões de políticas públicas de cultura, nos dois mandatos do presidente Lula, foi a da criação de instrumentos que garantam os direitos culturais, a promoção e a proteção da diversidade cultural. Entre os compromissos assumidos pelos países signatários da Convenção da Diversidade, e o Brasil é um deles, estão os de “proteger e promover a diversidade das expressões culturais”; “criar condições para que as culturas floresçam e interajam livremente em benefício mútuo”; “encorajar o diálogo entre culturas”. Tais compromissos colocam na ordem do dia uma questão fundamental: o conhecimento das práticas culturais do país por parte dos gestores públicos (fato que não se restringe aos resultados obtidos através da coleta de dados estatísticos, por exemplo). Em verdade: “como considerar realizada a inclusão social se os valores, comportamentos, modos de vida, imaginários, raízes, práticas e heranças culturais, manifestações, fabulações e celebrações da maioria da população são desconhecidos das gestões?”²⁵, questionam os pesquisadores Altair Moreira e Hamilton Faria ao tratarem das questões dos governos municipais, que, teoricamente, deveriam ser os detentores de um conhecimento mais aprofundado da realidade sob sua responsabilidade administrativa.

23 PAULA, Ana Paula Paes de. *Por uma nova gestão pública*. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p. 153-171.

24 FARIA, Hamilton. Conselhos de cultura: novos e antigos desafios da cidadania cultural. In: RUBIM, A. Albino; TAIANE, Fernandes; RUBIM, Iuri (orgs.). *Políticas culturais, democracia e conselhos de cultura*. Salvador: Edufba, 2010. p. 280.

25 MOREIRA, Altair José; FARIA, Hamilton. Cultura e governança: um olhar transversal de futuro para o município. In: _____. et al (orgs.). *Você quer um bom conselho? Conselhos municipais de cultura e cidadania cultural*. São Paulo: Instituto Pólis, 2005. p. 12

Além das questões teóricas e conceituais acima elencadas, uma outra problemática que merece destaque é a territorialização das políticas públicas. Em um país de dimensões continentais como o Brasil, de imensa diversidade geográfica e cultural, sem dúvida, é impensável a sustentação de projetos e programas uniformes direcionados a todo o país, ou mesmo às macrorregiões. Tal afirmativa que é válida para as mais diversas áreas da política pública, no caso da cultura merece um destaque ainda mais especial. Os cuidados com a implementação de projetos padronizados nacionalmente devem ser redobrados, pois existem questões e problemas que devem ser atacados nacionalmente, mas não necessariamente através de ações uniformes. A preocupação com a distribuição desigual de recursos financeiros e humanos pelo conjunto do país também esteve na pauta das ações do MinC nas gestões Gil e Juca; nas conferências nacionais de cultura, as questões regionais ficaram mais evidentes.

Ao traçarmos um mapa do acesso aos recursos financeiros, materiais e até mesmo humanos no campo da cultura no país, vemos reproduzido um quadro de desigualdades muito similar ao de outras áreas, com uma forte concentração de recursos no sudeste, mas, em especial, em algumas regiões dos grandes centros urbanos em detrimento de outras, ou seja, há um complexo emaranhado de centros e periferias de centros. Por isso é tão importante que o processo de territorialização das políticas na área da cultura dialogue com outras políticas setoriais, sem perder suas especificidades, que esteja atento a uma série de variáveis já mapeadas por outras áreas e que, se levadas em consideração, podem contribuir para uma alteração no mapa das desigualdades vigente no país.

Dialogando com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal como um todo, o MinC lançou o programa Mais Cultura que foi apresentado, em algumas oportunidades, como o embrião do Sistema Nacional de Cultura, na medida que estabelecia convênios e parcerias com os governos estaduais e municipais para repasse de recursos em um processo de estadualização dos programas e das políticas. O Programa era gerido pela Secretaria de Articulação Institucional, criando uma espécie de coordenação central de uma série de programas, ações e projetos implementados por outras secretarias. Entretanto, é importante ressaltar que os projetos viabilizados através do programa Mais Cultura, como afirma Frederico Barbosa, “apenas se conectam de forma significativa com a ideia de sistema, como exercício do sistema, e não como arcabouço global, com o ideal normativo de arquitetura institucional”.²⁶

26 SILVA, Frederico A. Barbosa. O Programa Mais Cultura, o Fundo Nacional de Cultura e o Sistema Nacional de Cultura. In: _____. et al (orgs.) *As políticas públicas*

Reflexões complementares

Buscando compor um quadro sintético da gestão do MinC entre 2003 e 2010, podemos afirmar que os primeiros quatro anos foram marcados por um conjunto de proposições de programas, políticas e ações que alçaram o Ministério a um patamar de importância e destaque na cena política nacional que não havia sido alcançado até então. O órgão ganhou espaço na mídia nacional, sem dúvida muito alicerçado no capital simbólico do Ministro Gilberto Gil. Foram feitas proposições inovadoras e provocações criativas. Por outro lado, esse conjunto de propostas inovadoras veio igualmente acompanhado por um conjunto de desafios a serem vencidos para que o primeiro pudesse ganhar efetividade. A maior parte delas vinha acompanhada pela necessidade de alterações na cultura política vigente, de reformulação de alguns instrumentos de gestão, e mesmo, de alguns princípios de aplicação das políticas. O ritmo da implementação das inovações foi sendo freado ao longo da segunda metade do período analisado. Algumas ações estruturantes como a implantação do Sistema Nacional de Cultura, a aprovação do Plano Nacional de Cultura, a reformulação da lei de direitos autorais, a reformulação da lei de incentivo à cultura e a construção do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais eram alguns dos pilares de sustentação de um novo projeto político para a área. Destes, somente o Plano Nacional de Cultura se tornou realidade dentro da gestão, ainda que somente no final de 2010.

Podemos afirmar que entre 2007 e 2010, falando de maneira mais metafórica, uma série de novas portas foram abertas sem que as anteriores fossem fechadas, ou melhor, sem que as inovações propostas tivessem obtido algum grau de efetividade. Isto significa dizer que novos intentos surgiam, novos campos de diálogo eram abertos, novas parcerias foram sugeridas, ampliando as dificuldades de efetivação já evidentes. Sem dúvida o Ministério ousou, ampliou a complexidade da pasta, alargou seu campo de ação, intensificou os debates sobre a cultura colocando-a no campo das políticas públicas, mas várias lacunas ficaram igualmente abertas. O presidente Lula, em diversas oportunidades, expressou a importância da pasta da cultura, mas o Ministério não conseguiu alcançar o simbólico 1% do orçamento para a cultura.

A perda do que se costuma denominar “tempo político”, no qual os debates estão mais intensos e a problemática em questão sustenta um capital político significativo, coloca em risco a efetividade dos projetos

e suas narrativas: o estranho caso entre o Mais Cultura e o Sistema Nacional de Cultura. Brasília: Ipea, 2011. p. 217.

em seus princípios originais. No caso das ações promovidas pelo MinC, uma série de novos atores políticos foram ativados ao longo dos dois mandatos, criando a expectativa da efetividade da implantação de novos modelos de gestão das políticas culturais. Uma ruptura dos processos em curso coloca em risco a credibilidade e efetividade do caráter participativo e democrático que foi sendo proposto. Ainda que não possamos trabalhar com o que poderia ter sido, não podemos deixar de lamentar a demora na concretização de propostas, políticas, programas e ações que surgiram nos primeiros anos da gestão Gil. Várias destas foram herdadas pela gestão que teve início no governo da presidenta Dilma sem que fossem acompanhadas pelos princípios inspiradores e justificativos das mesmas

Sobre a autora:

Lia Calabre

Pesquisadora e chefe do setor de políticas culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa, desde 2012. Doutora em história pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Autora de livros e artigos sobre políticas culturais, tais como *Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI* (Ed. FGV, 2009) e *Políticas Culturais no Brasil: história e contemporaneidade* (BNB, 2010). E-mail: liacalabre@rb.gov.br

A Era Lula/Tamborzão política e sonoridade

Guillermo Caceres¹

Lucas Ferrari²

Carlos Palombini³

Resumo

Uma série de episódios que mostram o comprometimento do primeiro presidente petista com a militarização da segurança pública serve de pano de fundo para um estudo da origem, do desenvolvimento e da morfologia de três bases rítmicas características de três décadas sucessivas do Funk Carioca: o *Volt Mix* (anos 1990), o Tamborzão (primeira década dos anos 2000) e o *Beatbox* (anos 2010). Entrevistas, transcrições e espectrogramas indicam sincronismos entre transformações da sonoridade e eventos políticos. À medida que se cerceiam os bailes, a base desocupa sucessivamente o agudo (primeira década dos anos 2000) e o grave (anos 2010) para encolher-se no centro. O início e o fim do segundo mandato, marcados pela Chacina do Pan (2007) e pela invasão dos Complexos da Penha e do Alemão (2010), delimitam uma era de ouro do Proibidão.

Palavras-chave

Funk carioca, baile funk, volt mix, tamborzão, beatbox.

Recebido em 12 de novembro de 2013

Aprovado em 12 de março de 2014

CACERES, Guillermo; FERRARI, Lucas; PALOMBINI, Carlos. A Era Lula/Tamborzão: política e sonoridade.

Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 58, p.157-207, jun. 2014.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p157-207>

1 Universidade Federal do Ceará (UFC, Sobral, CE, Brasil)

2 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil)

3 Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, Belo Horizonte, MG, Brasil)

The Age of Lula/Tamborzão Politics and Sonority

Guillermo Caceres

Lucas Ferrari

Carlos Palombini

Abstract

A series of episodes that show president Luiz Inácio Lula da Silva's commitment to the militarization of public security provides the backdrop for a study of the origin, development and morphology of three beats (*bases*) that characterize, each, one decade of Funk Carioca: Volt Mix (1990s), *Tamborzão* (the years 2000-2009) and Beatbox (from 2010 onwards). Interviews, transcriptions and spectrograms indicate synchronisms between political events and changes in sonority. As the dances (*bailes*) become outlawed, the beat retreats successively from the high (years 2000-2009) and low (2010 to date) edges of the spectrum to concentrate in the medium. Marked by the Pan American Games Massacre of 2007 and by occupation of the Penha and Alemão complexes of favelas in 2010, the beginning and the end of Luiz Inácio Lula da Silva's second term in office delimit a golden age of Forbidden Funk (*Proibidão*).

Keywords

Funk carioca, baile funk, volt mix, tamborzão, beatbox.

Nunca como neste momento, quando é a própria vida que se vai, se falou tanto em civilização e cultura. E há um estranho paralelismo entre esse esboroamento generalizado da vida que está na base da desmoralização atual e a preocupação com uma cultura que nunca coincidiu com a vida e é feita para reger a vida. (Antonin Artaud, 1938)⁴

Aqui veio a polícia, veio a UPP, veio o teleférico, agora tem que vim escola, tem que vim creche, tem que vim cultura... (Luiz Inácio Lula da Silva, 2010)⁵

A fome de significado e valorização é mais funda e mais radical que a fome física. A cooptação pelo crime é mais que uma operação meramente contábil. Não se trata apenas de saber quem dá mais, mas qual a natureza daquilo que se recebe e que função o bem visado pode cumprir, no imaginário e no mundo afetivo dos jovens guerreiros. (Luís Eduardo Soares, 2007)⁶

-
- 4 ARTAUD, Antonin. Préface: le théâtre et la culture. In: _____. *Le Théâtre et son double*. Paris: Gallimard, 1938. Trad. Teixeira Coelho; _____. Prefácio: o teatro e a cultura. In: _____. *O teatro e seu duplo*. São Paulo: Martins Fontes, p. 1-8, 1993, p. 1.
 - 5 SILVA, Luiz Inácio Lula da. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita ao Complexo do Alemão. Biblioteca da Presidência da República, Brasília, 21 dez. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/JSp5p4>>. Acesso em: 10 ago. 2013. Transcrito conforme gravação apresentada no telejornal da Rede Record, 21 dez. 2010. Disponível em: <http://youtu.be/l6Q2d_JqMmU>. Acesso em: 19 ago. 2013.
 - 6 SOARES, Luís Eduardo; GUINDANI, Miriam. A violência do Estado e da sociedade no Brasil contemporâneo. *Nueva Sociedad: Democracia y política en América Latina*, Buenos Aires, n. 208, mar.-abr. 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/ExEt5G>>. Acesso em: 10 ago. 2013.



Em meu fim está meu começo

m aparência incongruentes no que diz respeito à questão da segurança pública, dois discursos marcam o começo e o fim dos oito anos de Luiz Inácio Lula da Silva na presidência da República. Aos quatro meses do primeiro mandato, em Vitória, ele declara na companhia do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e do secretário nacional de segurança pública, Luís Eduardo Soares:

Hoje nós enfrentamos uma indústria, eu diria até multinacional, do crime organizado. Ele tem o seu braço na política, tem o seu braço na polícia, tem o seu braço no poder Judiciário, tem o seu braço nos empresários, tem o seu braço internacional. Então, é uma coisa muito poderosa que, de vez em quando, nós vemos na televisão: “Polícia consegue apreender a maior quantidade de cocaína já vista no Brasil”. Aí o que apresenta a televisão? Cinco ou seis “bagrinhos”. Para onde ia e de onde veio, quem vendeu e quem comprou a droga, não aparece. Aparecem os “bagrinhos”, ou seja, é sempre a mesma história.

E nós só vamos combater o crime organizado quando a gente resolver pegar quem compra e quem vende, e não apenas quem está no processo de intermediação, que muitas vezes são pobres coitados, induzidos para ganhar o pão de cada dia. Às vezes a gente pega e ouve na televisão o seguinte discurso: “Tem violência? Tem. Vamos cercar a favela. Tem droga? Tem. Vamos ocupar a favela”. Possivelmente, no dia em que a inteligência da Polícia for mais ousada e mais forte do que a força bruta, a gente não precise

invadir uma favela, mas, quem sabe, subir numa cobertura, numa das grandes capitais deste país, e pegar um verdadeiro culpado pelo narcotráfico.⁷

A onze dias do término do segundo mandato, no teleférico do Complexo do Alemão (uma obra do Programa de Aceleração do Crescimento), o presidente discursa em companhia do governador Sérgio Cabral e do prefeito Eduardo Paes:

Eu que assisti à ocupação do Morro do Alemão pela televisão me emocionei. Imagino você, governador Sérgio Cabral, o que sentiu quando viu, pela primeira vez, o povo assistindo à polícia entrar como amiga. O povo viu as Forças Armadas servindo ao brasileiro. Não para atacar ou bater no povo, mas para defendê-lo dos verdadeiros bandidos do país. Um dado concreto é o seguinte: o Complexo do Alemão não é mais bicho-papão. O Complexo do Alemão é na verdade um cenário de estação para que o povo possa viver com mais satisfação.⁸

Entre o início do primeiro mandato e o final do segundo, “um verdadeiro culpado pelo narcotráfico” é substituído pelos “verdadeiros

[N.A.] Exceto pelos fragmentos de Artaud, em epígrafe, e de Benjamin, em epílogo, os textos em línguas estrangeiras são dados em nossas traduções. As transcrições musicais em notação tradicional são de Lucas Ferrari. As análises de espectro foram realizadas por Carlos Palombini no programa Acousmographie. Guillermo Caceres identificou os *samples* individuais e reconstituiu a base Tamborzão numa bateria eletrônica idêntica àquela usada pelo DJ Luciano Oliveira, além de ter participado das análises de produções musicais. As entrevistas aparecem em transcrições livres a partir de gravações dos depoimentos orais, em sua maior parte disponíveis nos endereços fornecidos.

- 7 SILVA, Luiz Inácio Lula da. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de Protocolo de Intenções e Repasse de Recursos da União para o Espírito Santo, para a área da segurança pública. Biblioteca da Presidência da República, Brasília, 22 abr. 2003, p. 4-5. Disponível em: <<http://goo.gl/xba851>>. Acesso em: 10 ago. 2013.
- 8 SILVA, Luiz Inácio Lula da. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita ao Complexo do Alemão. Biblioteca da Presidência da República, Brasília, 21 dez. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/RSjfUF>>. Acesso em: 10 ago. 2013. O excerto citado não consta no texto, mas foi divulgado na imprensa. ABDALA, Vitor. Para Lula, Complexo do Alemão não é mais “bicho-papão”. *Agência Brasil*, Brasília, 21 dez. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/mSkhXB>>. Acesso em: 10 ago. 2013. A frase final não aparece nem na versão da Biblioteca da Presidência da República, nem na matéria de Abdala, mas foi registrada pela *Globo News*. Disponível em: <<http://youtu.be/zC9uZSDPaPg>>. Acesso em: 19 maio 2014.

bandidos do país”, cujo domicílio já não é “uma cobertura, numa das grandes capitais deste país”, mas o Complexo do Alemão.

Neste artigo expomos uma seleção de episódios que marcam a militarização da segurança pública durante o primeiro e o segundo mandatos, discorremos sobre as bases rítmicas que caracterizam três épocas da música funk carioca, e constatamos sincronismos entre fatos políticos e transformações da sonoridade.

Plano Nacional de Segurança Pública

Em fevereiro de 2002, o presidente do Instituto Cidadania e pré-candidato à presidência da República pelo Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva, apresenta, no Palácio do Congresso, o Plano Nacional de Segurança Pública, elaborado por Antonio Carlos Biscaia, Benedito Mariano, Roberto Aguiar e Luís Eduardo Soares durante mais de um ano de trabalho conjunto no Instituto. Através de consultas a gestores, pesquisadores, especialistas e profissionais de diferentes disciplinas e instituições, e a lideranças da sociedade em todas as partes do país, o Plano incorporava experiências bem sucedidas no Brasil e no estrangeiro. Ele repelia jargões ideológicos, assumia posição não-partidária e almejava contribuir para a construção de um consenso mínimo na suposição de que segurança pública fosse matéria, não de governo, mas de Estado, e se situasse acima de querelas político-partidárias. Ao sagrar-se candidato, Luiz Inácio Lula da Silva o integra a seu Programa de Governo. Eleito, designa Luiz Eduardo Soares para a Secretaria Nacional de Segurança Pública, com o objetivo de criar as condições necessárias para implementá-lo em seis etapas: 1) construção de um consenso entre os governadores; 2) desconstitucionalização das polícias⁹ e normatização do Sistema Único de Segurança Pública (Susp); 3) instalação, em cada estado, de Gabinetes de Gestão Integrada da Segurança Pública, braço operacional do Susp; 4) negociação com o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento em vista de um aporte, por sete anos, de três bilhões e meio de dólares a juros subsidiados; 5) envio ao Congresso Nacional da emenda da desconstitucionalização das polícias e, como matéria infraconstitucional, da normatização do Susp;

9 Referência ao Art. 144 da Constituição, no qual se definem organização, funções e jurisdições das polícias. CONSTITUINTE, Assembleia Nacional. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <<http://goo.gl/QSSau8>>. Acesso em: 18 ago. 2013.

6) convocação dos 27 governadores para a celebração do Pacto pela Paz¹⁰. Os governadores dispõem-se a colaborar e assinam a carta de intenções, mas o presidente não confirma a participação do governo. Soares explica em retrospecto:

Se o presidente tivesse convocado os governadores para a celebração do Pacto, completaríamos as etapas quatro e cinco quase automaticamente sem maiores traumas – a despeito de dificuldades naturais, mas certamente superáveis, considerando-se a força política então do presidente, além da liderança dos governadores. O presidente reviu sua adesão ao Plano e desistiu de prosseguir no caminho previsto porque percebeu – na interlocução com a instância que, à época, se denominava “núcleo duro do governo” – que fazê-lo implicaria assumir o protagonismo maior da reforma institucional da segurança pública no país, ou seja, implicaria assumir a responsabilidade pela segurança perante a opinião pública. E isso o exporia a riscos políticos, pois a responsabilidade por cada problema, em cada esquina, de cada cidade, lhe seria imputada. O desgaste seria inevitável, uma vez que os efeitos práticos de uma reorganização institucional só se fariam sentir a longo prazo.¹¹

Em outubro de 2003 o secretário deixa a secretaria – e com ela, o governo e o partido – num escândalo político com características de intriga palaciana, alardeada nos jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *O Dia*, *Correio Braziliense* e *Zero Hora*, bem como nas revistas *Época* e *Isto É*¹². Eis a trama¹³: funcionários do ministério da Justiça preparam

10 SOARES, Luiz Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 77-97, dez. 2007, p. 87-88. Disponível em: <<http://goo.gl/OKEL7g>>. Acesso em: 11 ago. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s0105-40142007000300006>

11 Idem, p. 88.

12 Para uma lista de matérias jornalísticas, ver BARROSO, Edson Wagner de Sousa; MEDEIROS, Silvana Canuto. Representação contra Luís Eduardo Soares junto ao excelentíssimo senhor presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, deputado José Genoíno. Brasília, s.d. Disponível em: <<http://goo.gl/RsjQOZ>> e <<http://goo.gl/MTf9GF>>. Acesso em: 11 ago. 2015. Ver também MELILO J. & ASSOCIADOS. Representação contra Luís Eduardo Soares junto ao excelentíssimo senhor doutor juiz de Direito da Vara Criminal da circunscrição judiciária de Brasília. Brasília, 19 nov. 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/MUfK5X>> e <<http://goo.gl/WnMxMI>>. Acesso em: 11 ago. 2015.

13 Cf. MEIRELLES, Andrei. Fogo cruzado na segurança. *Época*, São Paulo, n. 284, p. 42-43, 27 out. 2003. Disponível em: <<http://goo.gl/NQpJ9a>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

um dossiê contra o secretário; o dossiê chega à Casa Civil; que o transmite ao ministro da Justiça; que quer demitir o secretário; o comando do partido opõe-se; *O Globo* publica o dossiê em 21 de outubro; o presidente do partido informa ao secretário que a situação é insustentável; o secretário renuncia. E denuncia: o dossiê foi elaborado, com consulta a documentos internos confidenciais, por dois policiais civis petistas que ele mesmo trouxera para a Secretaria¹⁴. O ministro afirma que a saída do secretário não acarretará mudança na segurança pública¹⁵. Anos depois, Soares o desmente:

O plano do primeiro mandato do presidente Lula não foi implementado. O governo federal preferiu não correr o risco do desgaste e não chamar para si a responsabilidade de liderar as grandes transformações estruturais assinaladas no plano. Fez o mesmo que criticara nos antecessores. Para desviar as atenções do recuo, lançou a Polícia Federal em operações espetaculares, levando a mídia a tiracolo. Como criticar o governo, na área da segurança, se a PF ocupava as manchetes com ações nunca vistas contra os ricos? Ante a pirotecnia que nem sempre se mostrou juridicamente sustentável, quem se lembrou de perguntar pela reforma da polícia, o Sistema Único de Segurança Pública, o piso salarial nacional, o controle da corrupção, da tortura e das execuções extrajudiciais?¹⁶

Força Nacional de Segurança Pública

Após a saída de Luiz Eduardo Soares, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, concebe a Força Nacional de Segurança Pública, criada pelo Decreto 5.289/2004, de 29 de novembro, da subchefia para assuntos jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, para atuar “em

Para uma análise linguística, ver KUWAE, Luiza Hiroko Yamada. *O papel da mídia na construção social do escândalo político*. 2006. 153 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/8OldJO>>. Acesso em: 7 maio 2014.

14 O jornal *O Dia* identificou e nomeou esses funcionários; ver CÉSAR, Arnaldo. Informe do Dia. *O Dia*, Rio de Janeiro, 29 out. 2003, p. 4, apud BARROSO, Edson W. de S.; MEDEIROS, Silvana C. op. cit.; e MELILLO J. & ASSOCIADOS. op. cit.

15 MEIRELLES, Andrei. op. cit., p. 43.

16 SOARES, Luiz Eduardo. Segurança Pública no Brasil, hoje: muitos sertões, poucas veredas. *O Estado de Minas*, Belo Horizonte, 18 set. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/gZ8m8v>>. Acesso em: 16 ago. 2013.

atividades destinadas à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (Art. 2º). Ela “poderá ser empregada em qualquer parte do território nacional, mediante solicitação expressa do respectivo Governador de Estado ou do Distrito Federal” (Art. 4º). Episódico e planejado, esse emprego será determinado pelo ministro de Estado da Justiça (Art. 4º, § 1). Seu contingente mobilizável

será composto por servidores que tenham recebido, do Ministério da Justiça, treinamento especial para atuação conjunta, integrantes das polícias federais e dos órgãos de segurança pública dos estados que tenham aderido ao programa de cooperação federativa. (Art. 4º, § 2)

Cláudio de Souza Neto¹⁷ apontou erros formais que colocariam em questão a constitucionalidade do Decreto 5.289, mas considerou-os sanados pela Lei 11.473, de 10 de maio de 2007. Para Souza Neto, se a Força Nacional afronta a interpretação taxativa¹⁸ – preponderante no Supremo Tribunal Federal – do Art. 144 da Constituição, é a interpretação que deve ser revista: a Força constituiria uma importante inovação institucional cooperativa e teria “o mérito de reduzir a pressão autoritária pela mobilização inconstitucional das Forças Armadas”.¹⁹ Para João Rodrigues Arruda, no entanto, trata-se de “mais um coelho tirado da cartola dos juristas de plantão”. Ele previu problemas. Por exemplo:

a regra inicial para fixação da competência é que o crime seja julgado no local em que foi praticado. No caso de crime cometido por integrante da Força Nacional, sendo o autor policial militar de estado diverso daquele em que foi praticado o crime, será ele julgado pela justiça militar do estado onde estava atuando?²⁰

Passados nove meses da publicação do Decreto 5.289, o novo secretário, Luiz Fernando Corrêa, anuncia que o projeto para os Jogos

17 SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. A segurança pública na Constituição Federal de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das políticas. *Atualidades jurídicas*, Brasília, n. 1, mar./abr. 2008, p. 47-48. Disponível em: <<http://goo.gl/sNtWa4>>. Acesso em: 15 ago. 2013.

18 É taxativo “tudo o que é determinado de *modo expresso*, ou de *modo restrito*, para que não se permita qualquer *ampliação* ou *generalidade*”. SILVA, De Plácido e. *Vocabulário jurídico*. 28. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 1.356.

19 SOUZA NETO, Claudio P. de. op. cit., p. 48.

20 ARRUDA, João Rodrigues. *O uso político das Forças Armadas e outras questões militares*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p. 110.

Pan-americanos de 2007 está pronto para ser aprovado pelo Gabinete da Casa Civil. Dez mil homens estarão disponíveis para o evento, se solicitados pelo governador do estado²¹. Quando, em janeiro de 2007, Luiz Inácio Lula da Silva assina o compromisso constitucional pela segunda vez no Congresso, Sérgio Cabral Filho o faz pela primeira, na Assembleia Legislativa do Estado. Na mesma data, o chefe do executivo fluminense solicita informalmente ao Palácio do Planalto o envio imediato da Força Nacional de Segurança Pública ao Rio de Janeiro²².

Chacina do Pan

A ocupação do Complexo do Alemão e da Vila Cruzeiro ocorreu por meio de ações isoladas, em fevereiro, e continuadas, durante dois meses, entre maio e julho de 2007. Na terça-feira, 13 de fevereiro, a Força Nacional deu apoio à Coordenadoria de Recursos Especiais da Polícia Civil (Core) e ao Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (Bope) em ação conjunta que resultou em seis mortos e dois feridos. O comandante da Força Nacional, coronel Aurélio Ferreira, considerou a ação bem sucedida: “dentro do que foi planejado, cumprimos nosso papel. Continuamos à disposição do governo do Rio”.²³ Na quarta-feira, 27 de junho, a operação contou com a participação de 1.350 agentes policiais, utilizou 1.080 fuzis, consumiu 180 mil balas, durou cerca de oito horas e resultou na apreensão de quatorze armas, cinquenta explosivos e 2 mil balas, supostamente em poder de traficantes. A Chacina do Pan ou Massacre do Alemão²⁴ coroou com um saldo oficial de dezenove mortos e sessenta feridos no cerco

21 AGÊNCIA BRASIL. Rio-2007 terá 10 mil homens da Força Nacional. *Terra*, 30 ago. 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/bZiI8v>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

22 REUTERS. Cabral pede envio imediato da Força Nacional de Segurança ao Rio. *GI*, Rio de Janeiro, 1 jan. 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/oKlb2A>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

23 GRUPO ESTADO. Força Nacional faz patrulha no Complexo do Alemão, no Rio. *Estado de S. Paulo*, São Paulo, 14 fev. 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/WtGXqo>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

24 Ver ALVARENGA FILHO, José Rodrigues de. *A “Chacina do Pan” e a Produção de Vidas Descartáveis na Cidade do Rio de Janeiro*. 2010. 316 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/3N2dm7>>. Acesso em: 4 mar. 2014.

iniciado em 2 de maio²⁵. A Associação de Moradores da Grota contabilizou 21 vítimas fatais²⁶.

No sábado, 7 de julho, o jornal *A Nova Democracia* percorreu a Grota e o Morro do Alemão para ouvir os moradores. E mostrou crimes de Estado perpetrados com a cumplicidade, a conivência ou a omissão interessada do presidente da OAB-RJ, Wadih Damous (atual presidente da Comissão Nacional de Direitos Humanos da OAB e da Comissão da Verdade do Rio de Janeiro), do presidente da Comissão de Direitos Humanos da Alerj, deputado Alessandro Molon (futuro pré-candidato do PT à prefeitura municipal), e das ONGs AfroReggae e Cufa. “No mesmo dia, à noite”, completou Marcelo Salles, “os oito postos vagos no tráfico varejista já haviam sido repostos”.²⁷ Para o Centro de Mídia Independente (CMI Brasil), Maurício Campos descreveu “uma clássica operação militar de cerco e aniquilamento com ordens de não fazer prisioneiros, [...] algo condenado até pelas convenções de Genebra”.²⁸ Dias depois Luiz Inácio Lula da Silva discursava no Rio²⁹.

Agora, essa ação de vocês no Complexo do Alemão, tem gente que acha que é possível enfrentar a bandidagem com pétalas de rosas, jogando pétalas de rosas, jogando pó-de-arroz. A gente tem que enfrentar os bandidos, sabendo que estão, muitas vezes, mais preparados do que a polícia, com armas mais sofisticadas do que a polícia.³⁰

-
- 25 BALDEZ, Miguel et al. Manifesto pela apuração das violações de direitos humanos cometidas na operação Complexo do Alemão. Abong: Organização em defesa dos direitos e bens comuns, São Paulo, 18 jul. 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/DQGn95>>. Acesso em: 3 nov. 2013.
 - 26 CANDIDO, Luciana. O Haiti é aqui, no Complexo do Alemão. Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, São Paulo, 29 jun. 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/c7oNyf>>. Acesso em: 2 nov. 2013.
 - 27 SALLES, Marcelo. A chacina do Complexo do Alemão. *A Nova Democracia*, Rio de Janeiro, ano 6, n. 36, ago. 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/ULcp2a>>. Acesso em: 2 nov. 2013.
 - 28 CAMPOS, Maurício. Complexo do Alemão, 27/06/2007 – a primeira chacina assumida pelo Estado no Rio. *Centro de Mídia Independente*, Rio de Janeiro, 29 jun. 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/JtKZxs>>. Acesso em: 3 nov. 2013.
 - 29 REDE GLOBO. Lula manifesta apoio à ação da polícia em favelas do Rio. *Jornal Nacional*, Rio de Janeiro, 2 jul. 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/y8aRuo>>. Acesso em: 2 nov. 2013.
 - 30 SILVA, Luiz Inácio Lula da. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do PAC nas áreas de saneamento e urbanização no estado do Rio de Janeiro. Biblioteca da Presidência da República, Brasília, 2 jul. 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/V5zmcL>>. Acesso em: 2 nov. 2013.

Um ano mais tarde, o relator especial de execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias da ONU, Philip Alston, ratificava as constatações de Marcelo Salles e Maurício Campos. Alston verificou que, “de fato, do ponto de vista do controle do crime, a operação foi um fracasso”.⁵¹ E ressaltou: “o grau em que as mortes de ‘criminosos’ são toleradas e até publicamente encorajadas por representantes do alto escalão do governo ajuda muito a explicar por que o número de mortos por policiais é tão alto, e essas mortes, investigadas de modo tão inadequado”.⁵²

Artigo 142

Em 28 de julho de 1988, às vésperas de ser promulgada a Constituição Federal, Luiz Carlos Prestes denunciou “o preceito mais reacionário, ou ditatorial da nova Constituição, a qual, na prática, pode a qualquer momento ser anulada ou rasgada constitucionalmente!”⁵³ Ele se referia ao artigo 142, que destina as Forças Armadas “à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. Uma vez que o artigo 144 não prevê esse destino⁵⁴, Souza Neto interpreta conjuntamente os artigos 142 e 144 para concluir que seu emprego está reservado a situações excepcionais, quando ocorra a decretação de estado de defesa, estado de sítio ou intervenção federal. Visto haver, nas três hipóteses, restrição a direitos fundamentais e relativização da autonomia estadual, a Constituição submete as medidas aplicáveis a rigoroso controle legislativo e jurisdicional. Além disso, seus executores podem ser responsabilizados pelos ilícitos cometidos (Art. 141), e o presidente da República se arrisca a responder por crime de responsabilidade (Art. 85) por atos que atentem contra “o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais”.

51 ALSTON, Philip. Mission to Brazil (documento ONU A/HRC/11/2/Add.2). Official Documents System of the United Nations, New York, 23 mar. 2009, p. 15. Disponível em: <<http://goo.gl/1Zkdho>>. Acesso em: 2 mar. 2014.

52 Idem, p. 16.

53 PRESTES, Luiz Carlos. Um “poder” acima dos outros. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 28 jul. 1988. Disponível em: <<http://goo.gl/NdWogz>>. Acesso em: 2 nov. 2015.

54 Sobre o uso das Forças Armadas, ver ARRUDA, João R, op. cit.; BARROSO, Luís Roberto. Forças Armadas e ações de segurança pública: possibilidades e limites à luz da Constituição. *Revista de Direito do estado*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 7, p. 45-68, jul./set. 2007. Também como: Parecer n. 2/2007 (datado de 15 jun. e aprovado pela procuradora-geral do estado em 21 ago. 2007). *Revista de Direito da Procuradoria Geral*, Rio de Janeiro, v. 62, p. 360-382, 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/JweoV>>. Acesso em: 5 nov. 2015; SOUZA NETO, Claudio P. de. op. cit.

Afora essas três situações excepcionais, a Constituição Federal permite o emprego das Forças Armadas em outras duas: na realização de investigações criminais no âmbito de inquérito policial militar, e na execução de operações de policiamento ostensivo em contextos nos quais predomine o interesse nacional, especialmente em visitas de chefes de estado. No que concerne ao primeiro caso, Souza Neto faz duas ressalvas:

A primeira é a de que não há espaço, em nossa ordem constitucional, para mandados genéricos, que indiquem, por exemplo, a possibilidade de promover buscas em bairros inteiros. Sob o pretexto de realizar a apreensão de armas de uso exclusivo das Forças Armadas, autoridades militares não podem determinar a ocupação de uma favela, como já se verificou em nossa história recente³⁵. A segunda ressalva diz respeito à necessidade de que a diligência seja autorizada por autoridade judicial. As diligências de busca e apreensão domiciliar são submetidas à chamada “reserva de jurisdição”, não podendo ser determinadas pelas autoridades militares que presidem inquéritos policiais militares, como determinava o Código de Processo Penal Militar em seu artigo 177, que foi revogado quanto a este aspecto.³⁶

O segundo caso está disciplinado pelo artigo 5º do Decreto 3.897/2001, de 24 de agosto. João Rodrigues Arruda condensa: “sob o pretexto de regulamentar a lei complementar, o decreto criou uma nova forma de intervenção federal e atribuiu poder de polícia às Forças Armadas. Um exercício de Poder Constituinte ilegítimo, com o silêncio conivente do Congresso Nacional”.³⁷

Finalmente, a legislação infraconstitucional comporta uma sexta possibilidade de emprego das Forças Armadas em operações de segurança, estabelecida em 9 de junho pela Lei Complementar 97/1999, artigo 15, § 2º:

35 Souza Neto pode ter em mente a “Guerra da Rocinha”, em que a Aeronáutica e o Exército foram atacados e roubados (2004); ou a ocupação militar de diversas comunidades, inclusive a Providência, em função de um furto ocorrido num quartel em São Cristóvão. Sobre a Guerra da Rocinha, ver ARRUDA, João R. op. cit., p. 81-88. Sobre o episódio de 2006, ver FOLHA ONLINE. Exército no Rio. *Folha Online*. São Paulo, 12 mar. - 19 abr. 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/nRrJUH>>. Acesso em: 2 mar. 2014.

36 SOUZA NETO, Claudio P. de. op. cit., p. 36-37.

37 ARRUDA, João R. op. cit., p. 99.

a atuação das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no artigo 144 da Constituição Federal.

No mesmo artigo, § 3º, incluído pela Lei Complementar 117/2004, de 2 de setembro,

consideram-se esgotados os instrumentos relacionados no artigo 144 da Constituição Federal quando, em determinado momento, forem eles formalmente reconhecidos pelo respectivo chefe do Poder Executivo Federal ou Estadual como indisponíveis, inexistentes ou insuficientes ao desempenho regular de sua missão constitucional.

Não seria, portanto, necessária a decretação de estado de defesa, de estado de sítio, ou de intervenção federal para realizar aquilo que, em 1824, o artigo 148 da Constituição Imperial formulava de modo mais conciso: “Ao Poder Executivo compete privativamente empregar a Força Armada de Mar, e Terra, como bem lhe parecer conveniente à Segurança, e defesa do Imperio”. Souza Neto opina:

Pretende-se, com a Lei Complementar 97/1999, artigo 15, que o Executivo Federal possa executar medidas de caráter excepcional, com séria limitação da autonomia estadual, sem se submeter aos controles que a Constituição prevê para os casos de estado de defesa, estado de sítio e intervenção federal. Na verdade, significa permitir que medidas excepcionais sejam decretadas, sem que se observem as restrições constitucionalmente definidas e sem que se adotem os veículos formais adequados.

Há quase duas décadas está em curso na América Latina debate sobre o papel das Forças Armadas. Para uns, devem ser empregadas apenas na defesa do território. Para outros, devem servir ao combate ao narcotráfico. Esta última opção foi adotada, por exemplo, na Colômbia, com forte apoio dos Estados Unidos, que, de fato, são os principais interessados. Trata-se de importante questão de Estado, que deve ser seriamente apreciada. O emprego das Forças Armadas na segurança pública deve ser evitado também para permitir que se concentrem na sua principal

destinação constitucional, que é a defesa da soberania territorial do Brasil. Convertê-las em polícia é o caminho mais curto para que isso deixe de ocorrer.³⁸

Na onda de reações à Chacina do Pan, Souza Neto dedica seu ensaio “aos colegas da OAB-RJ pelos esforços que vêm empreendendo pela democratização da política de segurança no Estado do Rio de Janeiro”. Dois anos depois de sua publicação em 2008, a Subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil estendeu à Marinha do Brasil e à Força Aérea Brasileira, através da Lei Complementar 136/2010, de 25 de agosto, poder de polícia para combater os delitos transfronteiriços e ambientais³⁹. Rodrigues Arruda resume:

Entre 1994 e 2004, além do Distrito Federal, dez estados da federação foram “visitados” por tropas militares. Os motivos foram os mais diversos: greves de policiais militares; destruição de plantações de maconha; proteção da fazenda utilizada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso contra invasão pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; retomada da sede da Companhia Vale do Rio Doce, no sul do Pará, ocupada por garimpeiros. Isso não ocorre por acaso. Aos poucos as Forças Armadas brasileiras estão sendo amoldadas aos interesses das grandes potências, transformando-se em instituição policial. Após anos de resistência, entraram oficialmente na repressão ao tráfico de drogas e ao contrabando.

O que não foi possível no Império, graças à resistência dos oficiais, está sendo conseguido na República, com o beneplácito dos generais: transformar os militares numa versão atualizada dos capitães-do-mato.⁴⁰

38 SOUZA NETO, Claudio P. de. op. cit., p. 39-40.

39 MARINHO, Bruno Costa. Mudanças trazidas ao poder de polícia das Forças Armadas por intermédio da Lei Complementar 136, de 25 de agosto de 2010. *Âmbito jurídico*, Rio Grande, v. 13, n. 81, out. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/tohQNK>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

40 ARRUDA, João R. op. cit., p. 18.

Cimento Social

A Providência foi onde se verificou o maior número de abusos em 2006⁴¹, quando, a pretexto de recuperar armas subtraídas às Forças Armadas, o Exército realizou incursões em várias comunidades⁴². Em dezembro de 2007, a notícia de nova ocupação encontrou-a naturalmente temerosa e revoltada. Tratava-se do projeto Cimento Social, que deveria alavancar, pelo Partido Republicano Brasileiro (do vice-presidente José Alencar), a candidatura do senador Marcelo Crivella (da Igreja Universal do Reino de Deus) à prefeitura do Rio de Janeiro, com o apoio do presidente da República⁴³.

No início de 2007, parlamentares do PRB reuniram-se com Luiz Inácio Lula da Silva em visita de rotina para tratar de coligações e cargos. Na primeira brecha, Crivella apresentou uma fotografia do morro da Providência alterada por Photoshop: casas remodeladas, fachadas refeitas e telhados novos lado a lado com barracos decaídos. O Senador vendia ao governo a pérola de sua campanha: 782 casas recuperadas, tetos e janelas trocados, paredes repintadas, tudo revestido por placas pré-moldadas de um centímetro de espessura, prontas para resistir “ao impacto de balas de até sete milímetros e meio, a uma distância mínima de vinte metros” por “mil anos”. O programa incluía rede de esgotos, centros comunitários, creches, postes de luz e melhorias nos serviços de eletricidade e telefonia, para não falar em reflorestamento.

O prefeito César Maia, do DEM, era uma pedra no meio do caminho. Para removê-la, o Planalto acolheu a ideia através de emenda parlamentar do próprio senador, sem cumprir as etapas previstas em lei. Ao invés de firmar-se o contrato do repasse de 12 milhões de reais entre o Ministério das Cidades e a prefeitura, como seria normal, estabeleceu-se um acordo de cooperação técnica entre os Ministérios das Cidades e da Defesa. Liquidadas de um só golpe a interferência da

41 Encontram-se nas páginas da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência e do CMI denúncias demasiado numerosas para serem listadas. Disponíveis em: <<http://goo.gl/rGT9dI>> e <<http://goo.gl/DKWWPk>>, respectivamente. Acesso em: 10 nov. 2013.

42 Sobre esse episódio, ver ARRUDA, João R. op. cit., p. 81-88.

43 Toda esta seção baseia-se no trabalho de TARDÁGUILA, Cristina. O exército, o político, o morro e a morte – Das manchetes ao esquecimento: o caso Providência faz dois anos. *Revista Piauí*, São Paulo, n. 46, jul. 2010. Disponível em: <<http://goo.gl/cKt7O2>>. Acesso em: 10 nov. 2013. Ver também GARCIA, Tomás Coelho. *Denúncias públicas contra a “violência policial” no Rio de Janeiro*. 2009. 70 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas: Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/HquP7s>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

prefeitura e a fiscalização da Caixa Econômica, órgão competente para controlar recursos públicos destinados à habitação, ocorreu o “Leilão da Providência”.

Na ocasião em que os militares ocuparam a Providência, não existia qualquer decreto ou solicitação formal assinada pelo presidente Lula. Na melhor das hipóteses, havia uma autorização verbal. O Congresso tampouco fora informado. E as polícias do Rio não tinham decretado falência nem tinham sido declaradas incapazes. Mesmo assim, as tropas começaram a agir. O acordo de cooperação interministerial que validaria a operação só seria assinado quase dois meses depois.⁴⁴

Às seis horas da manhã de sábado, 14 de junho de 2008, aos seis meses de ocupação, David Wilson Florêncio da Silva, Wellington Gonzaga da Costa Ferreira e Marcos Paulo Rodrigues Campos desembarcavam de táxi na praça Américo Brum, no alto do morro, vindos do baile funk da Mangueira. Do outro lado da praça um grupo de soldados notou a chegada e aventou a hipótese – infundada – de não terem pagado o taxista. Onze homens armados de pistolas e fuzis dirigiram-se aos rapazes e decidiram levá-los até a base militar ao pé do morro, no Santo Cristo, “para averiguações”. Às sete e trinta, o segundo-tenente de infantaria Vinícius Ghidetti de Moraes Andrade, comandante da operação, embarcou-os num jipe para o Santo Cristo, onde o capitão Laerte Ferrari determinou a liberação do grupo.

Por volta de nove horas o tenente Ghidetti reuniu sua tropa, embarcou-a no caminhão, onde David, Wellington e Marcos Paulo já se encontravam, e levou-os ao morro da Mineira, no Complexo de São Carlos, controlado pela facção Amigos dos Amigos, rival do Comando Vermelho. O tenente Ghidetti inscreveu a sigla “CV” com tinta vermelha na testa dos rapazes e entregou-os a membros da ADA. Os jovens tentaram fugir, mas foram capturados. “De um lado, havia as armas dos criminosos. Do outro, as do Exército Brasileiro. Ficaram com os traficantes”.⁴⁵

Nas primeiras horas de domingo, David Wilson Florêncio da Silva, 24 anos, Wellington Gonzaga da Costa Ferreira, 19 anos, e Marcos Paulo Rodrigues Campos, 17 anos, foram encontrados no Aterro Sanitário de Jardim Gramacho.

44 TARDÁGUILA, C. op. cit.

45 Idem, *ibidem*.

De acordo com o laudo do Instituto Médico Legal, Wellington tinha “19 PAFs”, sigla para perfuração por arma de fogo. Um dos tiros esfaenou seu olho direito. As mãos foram amarradas com fios de náilon que abriram sulcos profundos nos pulsos. Um plástico transparente envolvia o pescoço e a cabeça, de onde escorriam pedaços do cérebro. “Nota-se destruição total da massa encefálica e tronco-cerebral, descolada da dura-máter”, escreveu o legista, referindo-se à membrana mais extensa, espessa e fibrosa do cérebro.

David levou vinte e seis tiros e foi amarrado com fios de telefone e cordas de sisal. As pernas tinham diversas fraturas, e o crânio fora fatalmente atingido. O menor Marcos Paulo morreu com dois disparos à queima-roupa.⁴⁶

Guerra do Rio

As invasões da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão pelas Forças Armadas e as Polícias Federal, Civil e Militar nos dias 25 e 28 de novembro de 2010 culminaram, na tarde de domingo, 28 de novembro, no hasteamento da bandeira nacional no alto do teleférico inacabado do Complexo do Alemão, marcando a retomada pelo Estado de um território que, do Estado, só conheceu o terror. Nem o chefe do varejo de substâncias ilícitas na Vila Cruzeiro, Fabiano Atanzio da Silva, nem o do Complexo, Luciano Martiniano da Silva, foram capturados, mas Frank Batista Ramos, Max Muller da Paixão Pessanha, Fabiano Batista Ramos, Anderson Romualdo Paulino e Wallace Ferreira da Mota – os MCs Frank, Max, Tikão, Dido e Smith – tiveram ordem de prisão decretada e foram presos ou se entregaram em meados de dezembro. Enquanto os cinco continuavam ilegalmente detidos, o presidente da República selava sua aliança com o governador do estado, Sérgio Cabral Filho, a quem se dirigia, diante do prefeito do município, Eduardo Paes, ao “testar” o teleférico do Alemão na terça-feira, 21 de dezembro.

O presidente que, no início do primeiro mandato, propugnara “subir numa cobertura, numa das grandes capitais desse país, e pegar um verdadeiro culpado pelo narcotráfico” vai encontrar “os verdadeiros bandidos do país” no Alemão ao final do segundo, e seu partido implicado numa sucessão de escândalos e investigações. O mais popular dos presidentes do Brasil não enxerga o povo: senta-se diante da televisão e

46 Idem, *ibidem*.

imagina o governador a fazer o mesmo. Foi pela televisão que “o povo viu as Forças Armadas servindo ao brasileiro”. Dado concreto omitido, as operações incluíram, cometidas pelo Estado, violações de domicílio, saques, extorsões, assassinatos, tortura, ocultamento de cadáveres e todo o tipo de infrações à Constituição, à Lei, aos direitos fundamentais, humanos, individuais. O presidente enxerga ali “o pobre sendo tratado com dignidade e com respeito”.⁴⁷ E preconiza: “agora tem que vim cultura”. Mas ele ignora a cultura urbana, desconhece a revolta e a raiva da juventude suburbana⁴⁸. “O meu povo quer casa, emprego, comida, e vocês só me mandam o PAC?” – perguntaram os MCs Mag e Smith⁴⁹. O presidente “manda” no *freestyle*: “o Complexo do Alemão já não é mais bicho-papão, o Complexo do Alemão é na verdade um cenário de estação para que o povo possa viver com mais satisfação”.

Entre os dias 14 e 16 de dezembro, os MCs Frank, Max, Tikão, Dido e Smith são detidos através de uma ordem de prisão temporária decretada pelo Juiz de Direito da Vigésima Oitava Vara Criminal da Comarca do Rio de Janeiro. Ao meio-dia de sábado, 15 de dezembro, Ana Paula Araújo fala dos estúdios da Rede Globo no RJTV⁵⁰: “Começamos o RJ de hoje com uma reportagem *exclusiva*⁵¹ que traz *essas imagens* aqui cedidas pela Polícia”. O baile ocorreu “*lá no conjunto de favelas do Alemão depois da ocupação!*” Frank e Tikão “foram *presos hoje* de manhã dentro de uma *operação da Polícia* de combate a funkeiros que fazem *apologia* ao crime”.⁵² Na externa, o repórter Eduardo Tchau

47 EFE BRASIL, Agência. No Rio, Lula inaugura teleférico e recebe homenagens. Canal EFE Brasil, Rio de Janeiro, 21 dez. 2010. Disponível em: <<http://youtu.be/6y5bAuIjFrc>>. Acesso em: 20 maio 2014.

48 Como Boaventura de Sousa Santos observará sobre o PT dois anos depois. SANTOS, Boaventura de Sousa; ARELLANO ORTIZ, Fernando. El neoliberalismo facilitó se-cuestro del derecho por las transnacionales, hasta el punto que la legalidad va a la par com la ilegalidade. *Cronicón*: El observatorio latino-americano, Bogotá, fev. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/w9qV7c>>. Acesso em: 5 nov. 2015.

49 MAG, MC; SMITH, MC. Manifesto. Canal Edu Noletto, Youtube, 25 dez. 2010. Disponível em: <<http://youtu.be/aU7rlkMoLF4>>. Acesso em: 20 maio 2014. A postagem mais antiga da música, no Youtube, data de 4 de junho de 2010. A vídeo-montagem citada alude ao episódio da prisão dos cinco MCs.

50 A postagem dessa edição do RJTV tornou-se um *hit*, com mais de um milhão de visitas no Youtube. Disponível em: <http://youtu.be/u2gO5l_Hn78>. Acesso em: 20 maio 2014.

51 Os itálicos sublinham os tons da indignação moral de uma emissora cujas técnicas de locução se forjaram na construção da ditadura, sem distinção entre telejornalismo e teledrama.

52 Para o jurista Nilo Batista, o “crime de apologia” é claramente inconstitucional. BATISTA, Nilo; GRANJA, Patrick. Nilo Batista fala sobre as UPPs e a presença do exército no Complexo do Alemão. *A Nova Democracia*, Rio de Janeiro, 16 nov. 2011. Disponível em: <<http://youtu.be/pJBsDkJEHFw>>. Acesso em: 20 maio 2014.

informa, incorretamente: “os MCs Frank e Tikão cantam um funk sobre o chefe da facção criminosa que dominava o Alemão, Fabiano Atanazio, conhecido como o FB”.⁵³

Carabina em punho, a chefe da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática da Polícia Civil intima Frank com voz firme e dicção nítida: “Abre a porta, é a polícia, se não a gente vai arrombar!”. A Globo entra para oferecer um MC de cuecas e atônito – sua primeira filha, Yasmin, nascera no dia anterior – a centenas de milhares de espectadores em horário de almoço. A câmera fixa o torso nu de Frank, desce pelo ventre, passa pela virilha, contorna os quadris, desce pelas nádegas e, na altura da coxa, toma o rumo da esquerda, acelerando em direção à superfície horizontal do balcão para focar em *big close-up* os cordões de ouro meticulosamente dispostos em composição geométrica com o maço de cigarros, o isqueiro, o relógio, o anel, as chaves e a pulseira – evidência tácita de “enriquecimento ilícito”. “Vai lá no morro falar pros bandidos que não pode cantar”, justifica-se Tikão. “A gente canta nossas músicas e nunca foi obrigado por ninguém”, esclarece Frank. O repórter sentencia: “Os dois *tentaram* se defender, *mas* entram em contradição”.

O plantão jurídico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro rejeitou o pedido de *habeas corpus* em 18 de dezembro. No dia 20, os advogados dos MCs recorreram da decisão para o Superior Tribunal de Justiça. De acordo com a “Ordem de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrada em favor de MCs – Liberdade de Expressão”⁵⁴, a ordem de prisão criminaliza uma manifestação musical cujo direito é garantido pelo artigo 5º da Constituição Federal de 1988: “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato” (Inc. IV) e “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” (Inc. IX). Sob a égide da Constituição, a prisão antes do pronunciamento de sentença penal condenatória irreversível é medida de caráter excepcional, somente admitida na forma e nas hipóteses previstas em lei. Entre as espécies de prisão provisória encontra-se a prisão temporária, regulada pela Lei 7.960/1989. Ela cabe quando houver fundadas razões de autoria ou participação do indiciado em algum dos crimes descritos no rol taxativo do artigo 1º, inciso III, da

53 Fabiano Atanazio (ou Atanásio) da Silva nunca foi “o chefe da facção criminosa que dominava o Alemão”, mas sim o líder do varejo de substâncias ilícitas na Vila Cruzeiro, Complexo da Penha.

54 O *habeas corpus* nos foi gentilmente cedido por Fernando Augusto Fernandes. FERNANDES, Fernando Augusto; ANDRADE, Thiago; LOPES, Anderson Bezerra; MACEDO, Renan; MARINHO, Renato Silvestre; PAIVA, Nilson; SIDI, Ricardo. Ordem de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrada em favor de MCs – Liberdade de Expressão. STJ, HC 192.802-RJ (2010/0226895-5), rel. Min. Laurita Vaz. Fernando Fernandes Advogados, Rio de Janeiro, 20 dez. 2010 (acesso restrito).

Lei 7.960. O inquérito policial versa sobre os delitos de incitação ao crime (Art. 286, Código Penal), apologia ao crime ou ao criminoso (Art. 287, CP), indução, instigação ou auxílio ao uso indevido de droga (Art. 33, § 2º, Lei 11.343/2006), e associação para o tráfico de drogas (Art. 35, Lei 11.343/2006). Nenhum deles consta do artigo 1º, inciso III, da Lei 7.960. O decreto de prisão carece portanto de amparo legal. Tanto o artigo 5º, inciso XXXIX, da Constituição quanto o artigo 1º do Código Penal determinam que “não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal”. E nos termos do artigo 5º, inciso LXV, da Constituição, “a prisão ilegal será imediatamente relaxada pela autoridade judiciária”.⁵⁵

No dia 25 de dezembro, o Ministro Ari Pargendler ampara-se na jurisprudência do STJ, para a qual “o delito de associação para o tráfico de entorpecentes é crime autônomo, não sendo equiparado a crime hediondo”, para deferir a liminar, relaxando a prisão temporária dos acusados⁵⁶. Frank, Max, Tikão, Dido e Smith receberam seus alvarás de soltura na véspera do Natal.

Realidade da favela é que o bagulho⁵⁷ é doido

A música funk carioca é uma fala cantada ou um canto falado sobre uma base rítmica. Essa fala é a das camadas mais pobres da juventude das áreas *sub urbanizadas* do estado do Rio de Janeiro⁵⁸. Seu melodismo

55 Para uma análise detalhada, ver PALOMBINI, Carlos. Funk proibido. In: AVRITZER, Leonardo; BIGNOTTO, Newton; FILGUEIRAS, Fernando; GUIMARÃES, Juarez; STARLING, Heloísa (orgs.). *Dimensões políticas da Justiça*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 647-657, 2013.

56 PARGENDLER, Ari. Decisão (relativa ao HC 192.802 – RJ). Superior Tribunal de Justiça, Brasília, 25 dez. 2010. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/processo/revista/documento/mediado/?componente=MON&sequencial=13539513&num_registro=201002268955&data=20110201&tipo=o&formato=PDF>. Acesso em: 22 maio 2014.

57 “O bagulho”, termo de gíria: “a droga”, “o tráfico”, “a vida no tráfico”; por extensão, “a situação”, “o negócio”, “a coisa”. Sinônimos: “o contexto”; ou, genérico, “o problema”, isto é, o crime, a prisão. “Estar envolvido no bagulho”: participar do comércio de substâncias ilícitas, desempenhar um papel na facção. A versão original da frase aparece na voz de um dos meninos do documentário *Falcão, meninos do tráfico*: “A realidade da vida é que o bagulho é doido, a realidade da favela é que o bagulho é doido.” BILL, MV; ATHAYDE, Celso. *Falcão: meninos do tráfico*. Rio de Janeiro: Central Única das Favelas, 2006. (DVD). Disponível em: <<http://youtu.be/d2CysvIQCS4>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

58 Se o qualificativo “carioca” pode ser considerado inadequado é menos pelo fato de essa música existir em outros estados, com características próprias de fala, tradições musicais e economia local, que pelo papel desempenhado no desenvolvimento do gênero por municípios fluminenses, como São Gonçalo e Niterói. Utilizamos o termo “funk carioca” como designação de gênero, e não de origem.

deriva tanto das inflexões da própria fala quanto do espaço sonoro local, recortado e colado. Esse procedimento não se aplica somente à melodia, mas constitui a própria tecnologia de uma inteligência⁵⁹ que encontra expressão no gênero musical. Dela se pode dizer, como Gérard Genette diz do estruturalismo⁶⁰ e da crítica literária:

[...] é característico da bricolagem⁶¹ exercer sua atividade a partir de conjuntos instrumentais que, ao contrário dos do engenheiro por exemplo, não foram constituídos em vista dessa atividade. A regra da bricolagem é “dar sempre um jeito com o que se tem à mão”, e empregar numa estrutura nova resíduos desusados de estruturas antigas, economizando uma fabricação expressa a custo de uma operação dupla de análise (extrair vários elementos de vários conjuntos constituídos) e síntese (constituir, a partir desses elementos heterogêneos, um conjunto novo onde, no limite, nenhum dos elementos reutilizados recuperará sua função original). Essa operação tipicamente “estruturalista” [...] compensa certa carência de produção com extrema engenhosidade na distribuição dos restos [...].⁶²

“Realidade da favela”, repetem DJs e MCs, o funk carioca de fato o é não apenas ao extrair seus elementos do próprio espaço sonoro, mas também ao organizá-los de modo a constituir um discurso *da favela sobre a favela para a favela*. Cabe-lhe “não o papel exclusivo de transmitir imagens e sons, mas fazê-los dizer alguma coisa”.⁶³ Em consequência, “a imagem de um objeto, a modulação de um ruído já não nos chegam como tais, em função tanto da significação que lhes é associada quanto da sugestão da qual são portadores”.⁶⁴ Essa atribuição de sentido coloca em

59 LÉVI, Pierre. *Les Technologies de l'intelligence: l'avenir de la pensée à l'ère informatique*. Paris: La Découverte, 1990.

60 O estruturalismo também serve para nos desvencilhar da antropofagia: “Como a tecnologia ocidental se espalha pelo mundo, as pesquisas sobre sua significação devem ultrapassar as contradições anteriores para chegar às intenções mais fundamentais e universais, independentes de raízes étnicas e culturas nacionais.” HART, John. Préface. In: SIMONDON, Gilbert. *Du Mode d'existence des objets techniques*. 3. ed. Paris: Aubier, 1989, p. i-xii, p. ii.

61 O termo francês *bricolage* se poderia traduzir de modo mais vivo pelo coloquialismo “gambiarra”.

62 GENETTE, Gérard. Structuralisme et critique littéraire. *L'Arc*, Aix-en-Provence, n. 26, p. 30-44, 1964, p. 30.

63 SCHAEFFER, Pierre. *Ensaio sobre o rádio e o cinema: estética e técnica das artes-relé, 1941-1942*. Trad. Carlos Palombini. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 67.

64 Idem, ibidem. Os termos “significação” e “sugestão” remetem ao binômio linguagem-signo/linguagem-sugestão, de Frédéric Paulhan. PAULHAN, Frédéric. *La Double Fonction du langage*. Paris: Félix Alcan, 1929.

jogo a subjetividade daqueles que a operam, marcada pelo cruzamento traumático da fronteira entre “o asfalto” e “o morro” sob uma retórica de guerra – numa guerra de fato, onde as Convenções de Genebra não vigem⁶⁵. O funk carioca é música, e nas palavras do inventor da música concreta:

A música começa onde se exercem estes dois procedimentos.

Distinguir um elemento (escutá-lo em si, por sua textura, sua matéria, sua cor).

Repeti-lo. Repita duas vezes a mesma coisa, é música.⁶⁶

Se a técnica e a linguagem da música funk carioca estão intrinsecamente associadas à reproduzibilidade técnica do som, seu sentido se perfaz na performance em “atos de fala” – dramatizações coletivas de arquétipos do poder e da sexualidade que são outras tantas formas de *elaborá-los*.

65 Em sua etnografia da circulação noturna de Mr. Catra, Mylene Mizrahi faz uma constatação aparentemente oposta: “A perspectiva Funk é a de que no Rio de Janeiro contemporâneo ocorreu uma inversão do fenômeno como descrito por Velho, e a maleabilidade que era privilégio das elites e que teria se democratizado na Modernidade, se localizaria de fato nos extratos sociais mais baixos. Seus membros é que teriam efetivas liberdades e habilidades para circulação pela cidade, conformando mediadores e pontos de vista privilegiados”. O contraste decorre de diferentes objetos de estudo: Mizrahi enfoca um artista que estudou no Colégio Pedro II, trocou o subgênero Proibidão pela Putaria, e “viveu em diferentes áreas do Rio de Janeiro, como Duque de Caxias, Glória, Copacabana e Méier”, antes de ir morar em Vargem Grande; nossa pesquisa está centrada no Proibidão – entendido como aquele segmento da música funk carioca que trata da vida nos diversos escalões do comércio varejista de substâncias ilícitas – durante o período compreendido entre a primeira e a segunda invasões do Complexo do Alemão (2007 e 2010). Ambas as perspectivas são generalizáveis em algum grau, mas se a interpretação de Mizrahi mostra os limites de nossa generalização, a letalidade policial seletiva que acabamos de expor e o fenômeno recente dos rolezinhos restringem o âmbito da generalização contrária. MIZRAHI, Mylene. *A Estética Funk carioca: criação e conectividade em Mr. Catra*. 2010. ix + 268 f. Tese (Doutorado em Antropologia Cultural) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010, p. 38. Disponível em: <<http://goo.gl/U5kmMe>>. Acesso em: 5 mar. 2014. Sobre os rolezinhos, ver PINHO, Osmundo. Black Bodies, Wrong Places: Spatial and Morality Politics of Rolezinho Racialized Youth “Invasions” and Police Repression in Public Spaces of Today’s Brazil. Texto apresentado no Colóquio do Interdisciplinary Humanities Center, University of California, Santa Barbara, mar. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/LejVGM>>. Acesso em: 6 mar. 2004.

66 SCHAEFFER, Pierre. Introduction à la musique concrète. *Polyphonie*. Paris, n. 6, p. 30-52, 1950, p. 39.

Reprodutibilidade técnica e pan-africanismo

A base rítmica pode consistir numa combinação de palmas e sons vocais executados por um grupo em círculo ou semicírculo à volta de um corpo que improvisa e rima como em outras manifestações afro-brasileiras⁶⁷. A história do funk carioca, contudo, depende menos dos cocos e da teoria da música concreta do que da inventividade da diáspora africana e dos fluxos e refluxos de suas culturas – de Memphis para Kingston, de Kingston para o Bronx, do Bronx para Miami e de Miami para o Rio de Janeiro – na partilha daquela “engenhosidade na redistribuição dos restos” que a caracteriza.

A prática de animar festas populares ao ar livre com equipas móveis de som (microfone, caixas de som, amplificador, toca-discos, *selector*, *deejay*⁶⁸ e veículo para transportá-los) desempenha um papel na formação da música nacional jamaicana, que toma impulso com as primeiras gravações em acetato – feitas em 1957 para alimentar as festas ao ar livre dos *sound systems* ou *sounds*⁶⁹ – de versões locais da parte instrumental do *rhythm and blues* afro-americano do qual essas festas se nutriam: executadas por um *selector*; tais *versions* ou *dub plates*⁷⁰ serviam de base para improvisações vocais rimadas de *deejays* cujas referências eram o *jive talkin’* dos DJs de rádio afro-norte-americanos e a tradição verbal do *toasting* cantado da Jamaica. Essas versões instrumentais começaram a ser lançadas comercialmente no lado B de compactos de vinil de sete polegadas em 1971.

Clive Campbell tinha doze anos em 1967, quando sua família trocou Trenchtown, em Kingston, pelas colinas de Morris Heights, no Bronx novaiorquino, num influxo de migração jamaicana para o bairro que, devassado pela Cross-Bronx Expressway, presenciava o nascimento de gangues e logo seria assolado pela heroína e por uma onda de incêndios criminosos. Sob o codinome Kool Herc DJ, ele organizou com sua irmã a festa “volta à escola” na área de lazer do prédio onde residiam, 1520 Sedgwick Avenue, em 11 de agosto de 1973⁷¹. No ano seguinte, passou a executar sequencialmente em toca-discos alternados os *breaks* de gravações de *soul* e *funk* da discoteca paterna, ou a prolongar indefinidamente em *loop* qualquer

67 O fato de o funk carioca não ser executado nesse formato nos espaços que frequentamos indica a que ponto a sociabilidade do grupo que o produz é excluída desses espaços, e a que ponto nos excluímos dos espaços de origem do gênero.

68 Na Jamaica, o *disc jockey* (DJ) chama-se *selector*, e o *master of ceremonies* (MC), *deejay*, assim grafado para diferenciá-lo de nosso “DJ”.

69 Equipas de som jamaicanas.

70 Não confundir *dub plate* ou *dub*, o disco, com *dub*, o gênero musical.

71 Data e local oficiais de fundação da cultura *hip-hop*.

break por meio do uso de duas cópias da mesma gravação, uma em cada toca-discos⁷². A interação entre batidas de *break* (*breakbeats*) e dançarinos (*b-boys* e *b-girls*) em festas de rua ou *block parties* propagadas pelo *grafitti* constituiu a cultura *hip-hop*, na qual se destacaria o *rap* (*rhythm and poetry*), associado a tradições afro-derivadas de contar histórias, como o *boasting* (autoelogio), o *toasting* (longos poemas narrativo-elegíacos) e o *playing the dozens* (troca de insultos competitivo-recreativa)⁷³.

Intercâmbios entre as culturas negras das Américas acontecem no Brasil desde o ano zero da indústria fonográfica⁷⁴. Em resposta a transformações musicais e políticas, das quais o assassinato do reverendo Martin Luther King em 4 de abril de 1968 e a funkificação do *soul* nos anos 1960 são marcadores, o *soul* e o *funk* norte-americanos passam a ser apropriados⁷⁵ como expressões de identidades oprimidas mundo afora. Se o registro de “Tributo a Martin Luther King”⁷⁶ por Wilson Simonal, em fevereiro de 1967, é uma indicação nítida do fenômeno, as liquidações das carreiras de Toni Tornado, Erlon Chaves⁷⁷ e Wilson Simonal⁷⁸ na primeira metade da década de 1970 ilustram aspectos da contrarreação. Ao longo das décadas de 1970 e 1980, apropriações radicais do *soul*, do *funk* e do *rap* afro-norte-americanos desenvolvem-se longe da mídia em bailes animados por equipes de som análogas aos *sound systems* em áreas sub(-)urbanas no Brasil.

-
- 72 BREWSTER, Bill; BROUGHTON, Frank. *Last Night a DJ Saved My Life: the History of the Disc Jockey*. 2ª ed., rev. New York: Grove, 2000. p. 208.
- 73 NORFLEET, Dawn M. Hip-Hop and Rap. In: BURNIM, Mellonee V.; MAULTSBY, Portia K. (orgs.). *African American Music: an Introduction*. New York/London: Routledge, p. 353-389, 2006, p. 353-354.
- 74 Para um caso nas primeiras décadas do século 20, ver PALOMBINI, Carlos. Fonograma 108.077: o lundu de George W. Johnson. *Per musi*, Belo Horizonte, n. 25, p. 58-70, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/Gvt5Fc>>. Acesso em: 11 nov. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/s1517-75992011000100007>
- 75 Sobre as noções de apropriação e ressignificação, ver PALOMBINI, Carlos. Funk Carioca and Música Soul. In: SHEPHERD, John; HORN, David (orgs.). *Bloomsbury Encyclopedia of Popular Music of the World*. London: Bloomsbury Academic, v. 9. *Genres: Caribbean and Latin America*, p. 317-325, 2014, p. 318. Disponível em: <<http://goo.gl/DAjP6D>>. Acesso em: 7 mar. 2014.
- 76 SIMONAL DE CASTRO, Wilson. Tributo a Martin Luther King. Brasil: Odeon, 7BD-1126, jun. 1967 (gravado em fev.).
- 77 Para os casos de Tornado e Chaves, ver HOMEM DE MELLO, Zuza. “BR-5” (V FIC/TV GLOBO, 1970). In: _____. *A era dos Festivais: uma parábola*. São Paulo: Editora 34, 2003, cap. 15, p. 367-390.
- 78 Ver ALONSO, Gustavo. *Quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga: Wilson Simonal e os limites de uma memória tropical*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2011. ALEXANDRE, Ricardo. “Nem vem que não tem”: a vida e o veneno de Wilson Simonal. São Paulo: Globo, 2009. CASSEUS, Greg. The saga of Wilson Simonal. *Wax Poetics*, New York, n. 8, p. 124-132, 2004.

Volt Mix

Na segunda metade dos anos 1980, os bailes começam a ser supridos por vinis de doze polegadas de uma variedade de *rap* popular no sul da Flórida e em Orlando, o *Miami bass*. A música funk carioca começa a tomar corpo nos anos 1990 quando as faixas instrumentais desses discos passam a ser usadas como base para *raps* ou melôs locais nos chamados festivais ou concursos de galera. Boa parte dessas criações, entre elas algumas das mais conhecidas – os Raps “do Silva” (MC Bob Rum), “da felicidade” (MCs Cidinho e Doca), “do Salgueiro” (MCs Claudinho e Buchecha), “das armas” (MCs Cidinho e Doca)–, utiliza como base a faixa “808 Beatapella Mix”, do single *8 Volt Mix*⁷⁹. Esse disco, talvez a gravação mais influente da fase de formação do novo gênero, não vem da Flórida, mas de Los Angeles. Joe González, historiador do *Miami bass*, explica:

O *electro* de Los Angeles e o *Miami bass* eram muito semelhantes até Jerry Heller⁸⁰ assumir controle do N.W.A⁸¹, principalmente devido à Macola Records⁸², uma potência na distribuição. Talvez a principal informação, já que passei vinte anos no norte da Flórida, seja a rodovia interestadual conhecida como I-10. Ela vai da Califórnia à Flórida pelo Texas, a Louisiana etc. Assim, a distribuição da Macola estava sediada principalmente na Califórnia e

79 BATTERY BRAIN, DJ. 808 Beatapella Mix. In: _____. *8 Volt Mix*. Los Angeles: Techno Hop Records, THR-20, 1988. Disponível em: <<http://i.mixcloud.com/CHsqNa>>. Acesso em: 17 maio 2014.

80 Gerald E. Heller, superagente que representou Otis Redding, Ike e Tina Turner, Four Tops, Marvin Gaye, Eric Burdon, Creedence Clearwater Revival, The Who, Black Sabbath e outros, antes de tornar-se o mais bem sucedido produtor da era do *rap*.

81 Niggaz With Attitude, grupo de *gangsta rap* formado em Compton, Califórnia, em 1986, e dissolvido em 1991. González complementa: “A história do N.W.A com Jerry Heller aconteceu um pouco antes do álbum solo de Eazy E. O single *Dopeman* estava estourando quando Eazy conheceu Heller, e este queria que ele se concentrasse em música incendiária. Assim, Dr. Dre encomendou a D.O.C. letras niilistas para Eazy, enquanto Ice Cube estava na escola de arquitetura. Isso foi entre 1988 e 1989. Mas, claro, ainda houve gravações de *electro bass* da Costa Oeste depois, só que em menor escala” (mensagem a Carlos Palombini, 25 set. 2013).

82 Macola Record Co., fábrica de discos e distribuidora de Hollywood, fundada em 1984 por Don Mcmillan, onde artistas novos podiam prensar e distribuir a baixo custo um número reduzido de cópias. Macola teve entre seus clientes The Egyptian Lover, LA Dream Team, The 2 Live Crew, Eazy E, N.W.A, Dr. Dre, Ice Cube, Ice T, Too Short e Mellow Man Ace.

se espalhava pela I-10, como fez o verdadeiro Rick Ross⁸⁵.[...] Esse disco nunca foi sucesso nos Estados Unidos. Para a maioria dos fãs do *Miami bass* trata-se portanto de uma raridade. Aquele Brain [cérebro] ensinou mais brasileiros que norte-americanos!⁸⁴

Em 1980 a Roland colocou no mercado a bateria eletrônica TR-808 Rhythm Composer, anunciada como “uma máquina de ritmo revolucionária controlada por computador que oferece até 768 compassos de programação por vez”. Ela compreendia sequenciador, acentuação (*accent*) e dezesseis sons sintéticos: bumbo (*bass drum*); caixa (*snare drum*); tom-tons grave, médio e agudo (*low/mid/high tom*); congas grave, média e aguda (*low/mid/high conga*); golpe de aro (*rimshot*); claves (*claves*); palmas (*hand clap*); maracas (*maracas*); *cowbell* (*cowbell*); prato (*cymbal*); chimal aberto (*open hi-hat*); e chimal fechado (*closed hi-hat*). Esses sons eram editáveis manualmente por procedimentos analógicos (contínuos e gestuais): o bumbo, em intensidade (*level*), timbre (*tone*) e extinção (*decay*); a caixa, em intensidade, timbre, e proximidade da esteira (*snappy*)⁸⁵; o prato, em intensidade, afinação e extinção; os tom-tons e as congas, em intensidade e afinação (*tuning*); o chimal aberto, em intensidade e extinção; as claves, o golpe de aro, as maracas, as palmas, a *cowbell* e o chimal fechado, em intensidade. A função “acentuação” também dispunha de controle de intensidade. Após fabricar 12 mil unidades, a companhia retirou a 808 de linha em 1983.

Antes de firmar acordo entre instrumento, sonoridade e cultura de rua no *hip-hop*, a TR-808 deu à *house*, ao *electrofunk* e ao *techno* nascentes sons mais reais que a realidade mesma. A anedota de Don Lewis sobre o som do prato é ilustrativa. Um engenheiro tropeça ao apresentar-lhe os circuitos. Sua taça respinga chá verde na placa. Ligada a placa, o chá e os circuitos interagem num chio. A equipe emula esse ruído após meses de pesquisa. Por ter sido lançada simultaneamente à primeira bateria eletrônica com amostras digitais (*samples*), a um quinto do preço, a TR-808 teve a personalidade de seus sons desfavoravelmente comparada à fidelidade da Linn LM-1. Fora de linha, os produtores de

83 Depois que “Freeway” Rick Ross fez fortuna em Los Angeles com a venda de cocaína, o *rapper* William Leonard Roberts II adotou-lhe o nome.

84 Joe González, mensagem a Carlos Palombini, 18 set. 2013.

85 De acordo com o “Manual de operação”, o controle *snappy* simulava “o som da esteira ao aproximar-se ou afastar-se da membrana inferior”. Ver ROLAND Corporation. *TR-808 Operation Manual*. Japan: Roland, [s.d.], p. 4. Disponível em: <<http://goo.gl/LqgyVJ>>. Acesso em: 8 mar. 2014.

hip-hop foram encontrar seus pratos, *cowbells*, caixas e bumbos a preço de ocasião em lojas de produtos usados.

O *Volt Mix* compõe-se (Figura 1) de uma linha de chimbau fechado, dividindo em quatro a unidade do tempo binário (ou em dois a do quaternário); de uma linha de caixa, marcando as segundas metades de ambos os tempos (ou o segundo e o quarto tempos do quaternário); de uma linha de *impulsões*⁸⁶, com quatro cliques na primeira metade do tempo forte (ou no primeiro tempo do quaternário); e de uma linha de bumbo, sincoando três das dezesseis divisões do compasso (binário ou quaternário).



Figura 1: Combinação das linhas rítmicas do bumbo e da caixa (abaixo) com a do chimbau (acima), costuradas pela voltagem (ao centro).

O painel posterior da TR-808 apresentava três saídas *trigger* independentes e programáveis para trocar informações com outras máquinas – sintetizadores ou sequenciadores. Elas correspondiam, cada uma, a ritmos programados na *cowbell* (CB), nas palmas (HC) ou na acentuação (AC). O sinal *trigger* era um pulso positivo de 15 Volts por 20

86 Nas descrições de sonoridade, os termos em itálico remetem a conceitos da tipo-morfologia do objeto sonoro de Pierre Schaeffer. SCHAEFFER, Pierre. *Traité des objets musicaux: essai interdisciplines*. Paris: Seuil, 1966.

milésimos de segundo, adequado para ativar entradas *trigger* ou *gate* de outros instrumentos. Logo descobriu-se que esse pulso de sincronismo gerava um sinal audível. Uma vez que saídas *trigger* e entradas de áudio utilizavam o mesmo tipo de plugue, era possível direcionar o sinal para a mesa facilmente. Foi o que fizeram o Masterdon Committee, de Nova Iorque, em *Funkbox Party*, em 1982⁸⁷; o Egyptian Lover, de Los Angeles, em “Egypt, Egypt”, em 1984⁸⁸; e o DJ Battery Brain, de Los Angeles, em “808 Volt Mix”, em 1988⁸⁹. As *impulsões* da linha intermediária do *Volt Mix* correspondem a pulsos elétricos de fato. Exceto o último de cada grupo, seus ataques são duplos (Figura 2).

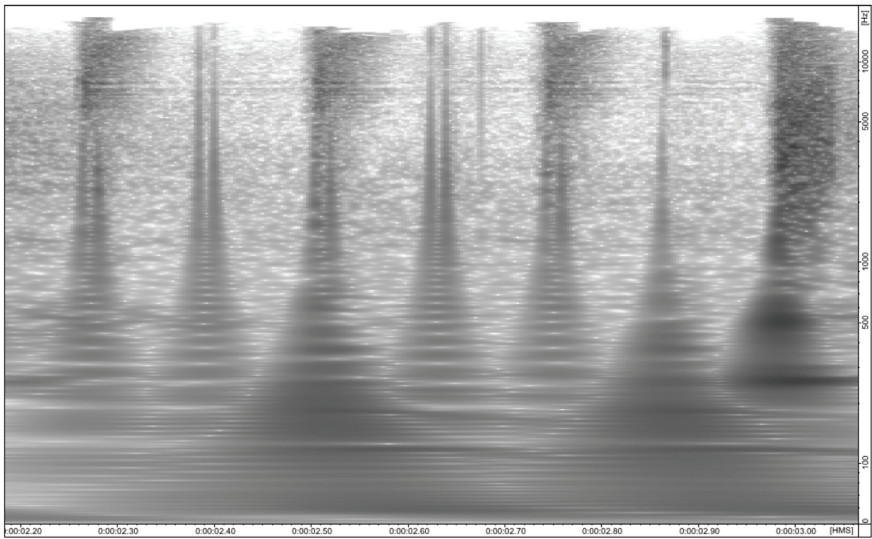


Figura 2: Sonografia das *impulsões* da voltagem: a primeira e a quinta, duplas, em sobreposição ao chimbau; a terceira, dupla, em sobreposição ao chimbau e ao bumbo; e a sexta, simples, em sobreposição ao bumbo.

87 MASTERDON COMMITTEE, The. *Funkbox Party*. New York: Enjoy Records, EN 6032, 1982.

88 EGYPTIAN LOVER, The. *Egypt, Egypt*. Harbor City: Freak Beat Records, DMSR 00661, 1984.

89 As três faixas estão reunidas na mixagem Electro Volt Mix, disponível em: <<http://i.mixcloud.com/CHv4vW>>. Acesso em: 20 maio 2014.

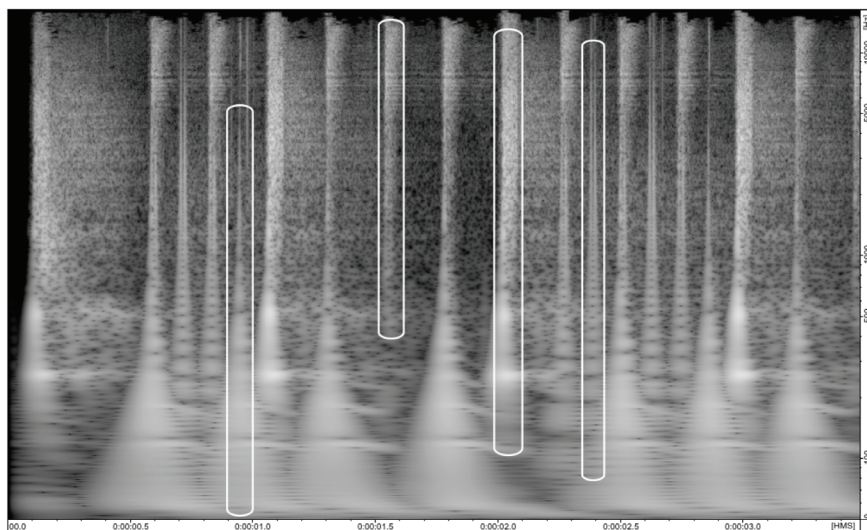


Figura 3: *Calibre aproximado, no campo das alturas, das massas do bumbo, do chimbal, da caixa e da voltagem.*

As divisões em dezesseis, no grave, em quatro, no médio, e em oito, no agudo, somam-se a diferenças de *caráter* entre os sons do bumbo, da caixa e do chimbal fechado para individualizar as linhas de uma *trama* muito aberta e equilibrada, que a voltagem alinhava ao explicitar o máximo divisor comum, e atravessar, com sua *massa*, três zonas do *campo das alturas*, sem tocar os extremos (Figura 3).

Não é difícil justificar a preponderância do *Volt Mix* na fase de formação da música funk carioca: sua textura esparsa oferece amplo espaço à voz; suas divisões múltiplas fornecem ao canto uma rede de apoios; seus *sons complexos* não impõem tonalidade.

Tamborzão⁹⁰

A bateria da Mocidade Independente de Padre Miguel parou quando Mestre André (José Pereira da Silva) caiu. Um ritmista – João Branco – começou a repicar ininterruptamente. O Mestre levantou-se,

90 Para a íntegra das transcrições de entrevistas e depoimentos colhidos para esta seção, com exemplos musicais, vídeos, ilustrações e outros detalhes, ver PALOMBINI, Carlos. DJ Luciano: o Tamborzão. *Proibidão.org*, Belo Horizonte, 4 fev. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/Nkwfzv>>. In: _____. Grandmaster Raphael. *Ibidem*, 2 fev. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/5K1YGc>>. Acessos em: 6 mar. 2014.

o repique deu a entrada, e a bateria subiu⁹¹. A Mocidade Independente inventara a paradinha, que se incorporaria às evoluções de outras escolas nos anos 1960. Herdeiro de Mestre André, Mestre Jorjão (Jorge de Oliveira) conduziu a bateria da Unidos do Viradouro entre 1996 e 1998. Em seu segundo ano na escola de Niterói, ele revigorou o breque com uma variante de uma célula do *Volt Mix* (Figura 4): “É a inovação, não é? Eu acho que a bateria, para se renovar, tem que inovar. Então, vamos meter o funk”⁹².



Figura 4: “Paradinha funk” de Mestre Jorjão na bateria da Viradouro em 1997.

Dois anos depois ele diria:

O samba, funk, como esse ano aquele negócio do Villa-Lobos com a orquestra⁹³, *tudo* é a mesma coisa. É só se ensaiar, se combinar: tudo é a mesma coisa. Isso aqui é Brasil. No ano do funk lá na Viradouro, quando botei o funk na gravação⁹⁴, todo mundo foi contra. Naquele ano o funk estava sendo muito criticado pelas violências que existiam.⁹⁵

Para criar, em 1998, o *loop* que se tornaria conhecido como Tamborzão, o DJ Luciano Oliveira – hoje, MC Sabãozinho – afirma ter se

91 De acordo com o relato por Jorge de Oliveira, no documentário *Jorjão*, de uma lenda urbana cujas diferentes versões fazem parte da história oral do GRES Mocidade Independente de Padre Miguel. TIEFENTHALER, Paulo. *Jorjão*. Rio de Janeiro: Synapse Produções, 2004. Disponível em: <<http://youtu.be/xG1ipmumIPU>>. Acesso em: 15 maio 2014.

92 A um jornalista, na Marquês de Sapucaí, *apud* TIEFENTHALER, Paulo. op. cit. O desfile da Viradouro está disponível em: <<http://youtu.be/VMtWtb3Vdbs>>. Acesso em: 15 maio 2014.

93 Em 1999, de volta à Mocidade (onde estivera como mestre de bateria de 1988 a 1994), no enredo “Villa-Lobos e a apoteose brasileira”.

94 DOMINGUINHOS DO ESTÁCIO; VIRADOURO, Bateria do G.R.E.S. Unidos do. Trevas! Luz! A explosão do universo. In: *Sambas de enredo: Carnaval 97 grupo especial*. Brasil: Gravadora Escola de Samba Ltda., selo RCA, distribuição BMG Brasil Ltda., 7432144033-2, 1996. Disponível em: <<http://youtu.be/tG1t3GZFHEs>>. Acesso em: 24 set. 2013.

95 TIEFENTHALER, Paulo. op. cit.

inspirado no “funk com instrumentos de escola de samba”⁹⁶ do Funk’n Lata, de Ivo Meirelles, da ala de compositores do Grêmio Recreativo Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira.

DJ Luciano: O lance do Tamborzão começou porque na época em que a gente tocava – não é Cabidão? – usava-se muito o Atabaque, uma batida feita de conga, tipo conga, que o pessoal associava muito ao ritmo que era o do funk da época: o *Volt Mix*. Naturalmente, como todo o produtor sabe, a gente sempre tem uma necessidade de melhorar, de expandir, de criar sons novos. A R-8 - Ha! –foi a responsável por isso tudo que está aí, não é Cabide? (*Mostra a bateria*) Foi justamente numa R-8 dessas aí que foi criado o Tamborzão. Acredite se quiser! Na época, quando criei o Tamborzão, foi até engraçado: porque foi de madrugada – devia ser por volta de duas horas da manhã– e bateu uma inspiração louca por causa do Funk’n Lata⁹⁷. Porque o Funk’n Lata sempre teve um som pesadão, e lembro que se começou muito a criar montagens com sons ao vivo, tirados do público, dos bailes: colocava o microfone e gravava os sons. Então falei: “poxa, por que é que a gente não tenta fazer uma batida meio que ao vivão também?” – pra crescer, pra dar uma sustentação ao som. Foi quando a gente começou a buscar elementos da bateria eletrônica. Começamos a juntar aquela imundícia toda ali pra ver se dava certo. Aí, foi até engraçado porque, depois que concluí, que fechei a tampa, olhei pra ela, assim, desliguei, e falei: “isso tá uma porcaria!” Ha! ha! ha! ha! Ficou uma semana encostada, uma semana encostada ali, a bateria, até que um belo dia... Eu tinha uma dupla de MCs que, inclusive, moram lá perto da minha casa até hoje. Aí, eles:

96 A descrição é de Meirelles, em entrevista a Monique Evans no programa *De Noite na Cama*, do canal Shopping Time, da Globosat. Disponível em: <http://youtu.be/BGudH_laCas>. Acesso em: 15 maio 2014.

97 Em 1998, Ivo Meirelles e Funk’n Lata haviam lançado, ou estavam por lançar: o CD *O coro tá comendo*, terceiro álbum de Meirelles (o primeiro com o Funk’n Lata); o EP promocional *O coro tá comendo/Boquete*; a faixa “Voa canarinho”; e “Sobi esse pano, mano”, com o *rapper* luso-moçambicano General D. Tanto “Boquete”, faixa de trabalho do CD brasileiro, como “Sobi esse pano, mano” foram divulgadas em vídeos, disponíveis em: <http://youtu.be/g_tyUyoh63c> e <<http://youtu.be/FSJWgCwtHho>>, respectivamente. Acessos em: 15 maio 2014. MEIRELLES, Ivo; FUNK’N LATA. *O coro tá comendo*. São Paulo: Paradoxx Music, 1508008-1, 1998. *O coro tá comendo/Boquete*. São Paulo: Paradoxx Music, Copox 25/98, 1998. MEIRELLES, Ivo; FUNK’N LATA (part. esp.). Voa canarinho. In: *Agita Brasil*. Brasil: Sony, Epic 981.514/2-490155, 1998. GENERAL D; FUNK’N LATA. Sobi esse pano, mano. In: *Onda sonora*: Red Hot + Lisbon. Portugal: Movieplay Portuguesa, MOV30.375, 1998.

“pô, Luciano, eu tô a fim de produzir um *rap*”. E eu inseri. Foi a primeira aparição do Tamborzão. Foi num *rap* do Tito e Xandão. E está registrado em CD, o *Lugarino apresenta os melhores da Zona Oeste*, gravado em 1998⁹⁸. Inclusive, é bem interessante falar nisso, o lance da data, porque a gente faz até uma aposta, não é, Cabide? Tenta achar um CD que tenha a primeira aparição gravada. Não vai ter. Foi realmente a primeira música gravada. E depois meu parceiro Cabidão bolado, inspirado – ha! ha! ha! –, fez a montagem da Gota, não é?

DJ Cabide: E foi isso mesmo. Apesar de que você fez aquela vinheta lá, “Novos ritmos, novas galeras”. Com certeza, você fez aquele Tamborzão, o patrão Kokota⁹⁹ escutou: “esse tambor... esse tambor que é o tambor do funk, vamos mudar o funk!” Aí, fiz uma montagem da Gota, saiu¹⁰⁰, e as equipes de som já começaram a copiar. Eu falei: “não, o tambor é o tambor da Zona Oeste, o Luciano criou”. Eu usei aquilo. O pessoal começou a me perguntar: “da onde é aquele tamborzão?” “Aquele tamborzão é o tamborzão da Zona Oeste, feito pelo Luciano”. Foi o início do funk. Todo a mundo começou a copiar, a botar nas músicas, e a evolução começou a evoluir, evoluir, evoluir até chegar nesse Tamborzão de hoje.

DJ Luciano: Porque aconteceu foi o seguinte. Quando o Tamborzão foi criado, a gente (no caso, eu), eu passei pra vários DJs, e aí, um vai passando pro outro. Quando o Cabide fez a montagem da Gota, eu lembro bem, teve aquele impacto legal, todo o mundo gostou do som do Tamborzão e, naturalmente, começou a pedir. Foi

98 TITO, MC; XANDÃO, MC. Rap da Vila Comari. In: LUGARINO, DJ. *DJ Lugarino apresenta os melhores da Zona Oeste*. Rio de Janeiro, 100.009, 1998. Disponível em: <<http://goo.gl/SQLhk4>>. Álbum completo em: <<http://i.mixcloud.com/CHIIInM>>. Os MCs Tito e Xandão haviam registrado o *rap* “Amor sincero” no LP *Hollywood discotheque: a ciência do som*, gravado e mixado pelo DJ Grandmaster Raphael em 1995. TITO, MC; XANDÃO, MC. Amor sincero. In: RAPHAEL, Grandmaster. *Hollywood discotheque: a ciência do som*, v. 8. Rio de Janeiro: Vinil Press, LPVP5042, 1995. Disponível em: <<http://goo.gl/c1x8U2>>. Álbum completo em: <<http://i.mixcloud.com/CHrVeq>>. Acessos em: 16 maio 2014.

99 Dono da equipe A Gota.

100 CABIDE, DJ Everton. Montagem A Gota. In: EQUIPE A GOTA. *A Gota Cerol Finitinho Vol. 1: o som das galeras*. Rio de Janeiro: Equipe A Gota, 1999. Disponível em: <<http://goo.gl/kCRFkU>>. Álbum completo em: <<http://i.mixcloud.com/CHrLIb>>. Acessos em: 16 maio 2014. Luciano comenta: “Percebe bem a batida limpinha na intro. Este é o primeiro, o que fiz. ‘Uh! Hu! a Gota!’ Começa com Tamborzão” (mensagem a Carlos Palombini, 7 out. 2013).

passando pra um, pra outro, até que veio o festival de galeras lá do Coroado¹⁰¹, lá da Cidade de Deus. Foi justamente onde batizaram a batida, no caso, de Tamborzão, porque não tinha nome ainda. Esse festival de galeras marcou muito porque foi de onde saíram os maiores nomes do funk hoje: Tati Quebra-Barraco, Bonde do Tigrão, Bonde do Vinho, vários MCs. E batizaram o Tamborzão. Então o nosso amigo Duda¹⁰² começou a produzir as montagens, talvez até a pedido dos próprios MCs. Eu não sei bem porque, na época, estava meio ausente. E começou realmente a mudar. Vinha, ainda assim, associado ao *Volt Mix*. Até que o Tamborzão foi tomando conta, foi tomando conta, foi subindo de volume, vamos colocar assim, e hoje é o ritmo do funk. Quem esperava, não é? Eu não esperava. Esperava, Cabide?

DJ Cabide: Esperava não. Os próprios MCs diziam assim: “Bota aquele Tamborzão, aquele Tamborzão neurótico, bota o Tamborzão!” – que a gente chamava mesmo de Batuque. Era o Batuque, não era o Tamborzão. Os MCs: “Bota aquele Tamborzão neurótico!” Aí pegou. Tá hoje, “Tamborzão”, o Tamborzão do funk. *(Corte)*

DJ Luciano: Não, acho que foi bem diferente do *Volt Mix*, porque antigamente os DJs usavam aquele atabaquezinho, era prática já, usar. Que só o *Volt Mix*, só o Volt Mix... Hoje em dia começaram a ter aquela coisa de agregar sons. Então, usava-se muito aquele atabaque. E o Tamborzão veio mais ou menos naquela linhagem do atabaque. Você vê que a base, tum-papá-pum-pá, não mudou. Só foi agregando, foi só uns agregados. Comecei a baixar, a associar sons de... bastante tumba mesmo. Como é o nome daquele... Não é surdão. Gente, eu esqueço o nome! Ah, vou lembrar depois, que tá ali. Fui modificando alguns *pitches* também. Na hora da programação mudei os *pitches* de alguns instrumentos, de alguns sons de percussão. E foi até engraçado porque, confesso, foi meio chutômetro. Fui, “papapá”, e falei: “tá legal, tá bacana”, “não, tira isso aqui”, “acrescenta isso aqui agora”. E naquela junção ficou um lance bacana porque o som era estéreo. Atualmente o Tamborzão ficou mono por causa do costume de usar *Minidisc* na época. Nós,

101 Grêmio Recreativo Bloco Carnavalesco Coroado de Jacarepaguá, Cidade de Deus (CDD).

102 Eduardo Silva, o DJ Duda, da CDD.

DJs, usávamos MD, aparelhos de MD, porque, como o disquete era uma coisa cara, custava um dinheirinho, os aparelhos que a gente comprava, mais modernos, tinham o recurso de usar em mono, não é Cabide? Então, pra aumentar o tempo do disquete, os DJs começaram a criar aquele hábito de gravar tudo em mono. O Tamborzão foi passado de um pro outro. Como só se passava de MD para MD, não tinha o recurso do computador... Tu pode reparar que o som do Tamborzão hoje é mono, bem mono mesmo. Mas era estéreo. Então, poxa, a grande verdade, a grande verdade é que nem eu nem Cabide nem ninguém sabia que o Tamborzão viria a ser o ritmo do funk carioca pro mundo.

DJ Cabide: É, inclusive, os bailes de comunidade hoje em dia, pô, toca o Tamborzão do início ao final, e é aquela batida o tempo todo.

DJ Luciano: Do início ao fim, é do início ao fim, cara!

DJ Cabide: E quando muda, ninguém dança. Nego quer escutar o Tamborzão do início ao fim do baile. No caso de o baile começar dez horas da noite, vai acabar seis horas!

DJ Luciano: Chegou um estágio – é como o Cabide estava falando – que, pra mudar agora, vai levar um tempinho mesmo. Porque o Tamborzão já está bem inserido, e as gerações antigamente levavam mais tempo pra mudar. Uma geração, hoje, uma criança que está com nove anos, daqui a três anos, com doze, treze anos, já está curtindo o funk há um bom tempo, desde os nove. E com treze já está começando a curtir o baile da sua comunidade. E agora, como é que faz? Aí, é complicado. Pra mudar a história do Tamborzão hoje, pra de repente vir a criar um elemento novo ou talvez um ritmo novo, acredito que vai levar mais uns dez aninhos aí. Ha! ha! ha!

DJ Cabide: Dez aninhos... (*Corte*) Ele explodiu mesmo foi já em 2000. Em 2000 começaram todas as montagens. O pessoal: “enfia batuque!” O pessoal usava o Tamborzão que ele criou e acrescentava mais batidas, mais tambor em cima de Tamborzão. Mas a base, mesmo, é o Tamborzão que tá até hoje.

DJ Luciano: Porque ele deixou de estar ali pelo *backstage* pra ficar realmente de cara pro gol. O Tamborzão passou a ser o

elemento principal mesmo, o ritmo do funk. Foi ali que aconteceu tudo. Acho que foi o ano 2001, por aí, 2000, que aboliu o *Volt Mix* e todo o mundo só queria o Tamborzão, o Tamborzão, o som do Tamborzão... E assim foi embora.¹⁰⁵

O DJ Duda prestou-nos seu depoimento em encontro de DJs no Bangu Atlético Clube¹⁰⁴.

O Luciano Sabãozinho! Ele fez a programação de bateria, o Tamborzão, pois não existia o *loop*, e produziu a primeira música com essa batida. Nem ele nem ninguém *acreditava* na ideia da batida. O DJ Cabide foi o primeiro a pegá-la e misturar com outros elementos, como o *Volt Mix*, e começou a criar algumas montagens da Gota com ela¹⁰⁵. O pessoal não abraçou muito. Os DJs não abraçaram. Como gostei do suingue, que tinha a ver comigo porque sou carioca, filho de baiano, e meu pai é português – a história do Brasil é esta pessoa aqui! –, simpatizei com a ideia da batida *africanizada* junto com os *beats* americanos e tudo o mais. Comecei a envolver, a misturar, e a dar voz à comunidade, à favela. Quando comecei a pegar as ideias, comecei a lapidar, mas sempre usando outros elementos. [...] Em 2000 nós explodimos e nos tornamos o que foi: Bonde do Vinho, Bonde do Tigrão, Tati Quebra-Barraco, Os Carrascos, uma pancada de artistas. Todos esses caras, que são sucesso ainda e deram a volta ao mundo, saíram da minha mão e da minha ideia. A magia total vem do Luciano. Eu peguei esse produto maravilhoso, comecei a envolver em todas as programações de bateria com as músicas que eu criava, dando voz à comunidade. Nasceram os maiores nomes do funk. Lá na minha comunidade, a Cidade de Deus, onde existe um clube carnavalesco chamado Coroados, naquele palco nasceram muitos dos maiores talentos do funk, e deu-se nome ao Tamborzão, hoje reconhecido como a batida eletrônica do Brasil para o mundo. Foi batizado por mim. A ideia começou a se implantar e hoje é o que é – Tamborzão em todo o tipo de música: na MPB, no samba, no axé *music*, até

105 LUCIANO, DJ; CABIDE, DJ; IVANOVICI, Tatiana. *A história do Tamborzão do Funk*. São Gonçalo/estúdio do DJ Cabide, out. 2006. Disponível em: <http://youtu.be/Ic_AwPMu5kk>. Acesso em: 18 maio 2014.

104 Somos gratos a Jones MF Jay, policial civil e funkeiro, pelo convite para participarmos do evento.

105 Por exemplo, o “Grito A Gota”, disponível em: <<http://goo.gl/Uxkum3>>. Acesso em: 18 maio 2014.

no sertanejo, agora. A página que eu virei, minha contribuição ao funk, acho importante: eu *acreditei*. E fiz acontecer. Só não tive maldade. Fui roubado por todo o mundo. Também, não tinha experiência...¹⁰⁶

Após citar o envolvimento de dois dos principais artistas do *Miami bass* e do *Freestyle* com o Tamborzão¹⁰⁷, o DJ Marcelo André sintetiza:

O Tamborzão é uma música dançante, na verdade, um *loop* de três segundos. E aquilo vai embora, só aquele *loop*, sem virada, sem nada. Deu certo porque é dançante. O Tamborzão tem a nossa cara, mas se você for lá atrás, a “Melô da macumba” tem um tambor, a “Melô da explosão”, também¹⁰⁸. Era uma coisa leve, não tão pesada e dançante quanto o nosso, mas já tinha o tambor. O que o Sabãozinho fez foi criar uma batida nossa, e todo o mundo no funk copiou.¹⁰⁹

Decano do funk carioca, o DJ Grandmaster Raphael vê a história sob outro prisma¹¹⁰.

O Tamborzão surge de uma mistura de vários *samples* de percussão. A partir de determinado momento, já na década de 1990 mesmo, começou-se a colocar percussão em cima do *Volt Mix*: atabaque tirado de discos de produção nacional. Tem um disco de bateria de samba, *Alma brasileira*, um disco, se eu não me

106 Eduardo Silva, em depoimento a Carlos Palombini e Lucas Ferrari, no encontro de DJs do Bangu Atlético Clube, 25 nov. 2013. In: PALOMBINI, Carlos. DJ Luciano: o Tamborzão. *Proibidão.org*, Belo Horizonte, 4 fev. 2014. Disponível em: <<http://goo.gl/Nkwfzv>>. Acesso em: 11 maio 2014.

107 O produtor musical Anthony Ray Butler (“Pretty” Tony Butler) e a cantora e compositora Trinere Veronica Farrington (Trinere).

108 O costume de dar o título de “melô” às gravações importadas responde à necessidade de identificá-las e citá-las facilmente, a partir de características musicais, ou de homofonia com o título ou a letra original. A “Melô da macumba” à qual Marcelo André se refere é a versão *dub* de “Light Years Away”, do Warp 9. A “Melô da explosão” é a versão instrumental de “Don’t Stop the Rock”, do Freestyle. WARP 9. *Light Years Away*. New York: Prism Records, PDS 460, 1985. FREESTYLE. *Don’t Stop the Rock*. Miami: Music Specialists, MSI-111, 1985. Disponível em: <<http://goo.gl/z9qRrj>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

109 MARCELO ANDRÉ, DJ; DUARCHA, Claudia. Entrevista: DJ Marcelo André. Rio de Janeiro, Funk de Raiz, 25 maio 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/flcynv>>. Acesso em: 6 mar. 2014.

110 Devemos a Jones MF Jay a realização de mais esta entrevista.

engano, do próprio AfroReggae, com essas percussões. Começou-se a misturar essas percussões com o *Volt Mix*. Com o tempo, o *Volt Mix* foi sendo abolido, e ficamos só com a percussão. E aí, mistura daqui, pega de lá... [...] Eu acho que não tem inventor. Acho que tem uma colaboração de vários DJs fazendo uma coisa: eu faço uma coisa aqui, você pega a minha coisa e faz uma adaptação, aí ele pega, já bota outro tempero, e vai copiando, vai copiando, vai adaptando, vai equalizando diferente, quando vê, de um só, virou mil. Acho que é algo mais ou menos assim. [...] Foi surgindo da intuição dos DJs.¹¹¹

Os discursos concordes de Luciano, Duda e Cabide sugerem concepções amalgamadas de autoria individual e coletiva. Marcelo André toma partido pela concepção individual, Grandmaster Raphael, pela coletiva. A ambivalência relaciona-se ao problema do modo de existência do Tamborzão: *loop* pré-fixado, à maneira do *Volt Mix*, ou conjunto de traços distintivos sujeitos a uma gama de variações, como o *Beatbox*? Neste estudo identificamos o *loop* de Luciano com o “Tamborzão puro” (Figura 5), ao qual conferimos o estatuto provisório de grau zero das variações da base.

Quando o *soul* da Filadélfia¹¹² prefigurava a *disco*, na primeira metade dos anos 1970, o selo Salsoul lançou “o conceito de combinar o som latino com ritmos de *rhythm and blues*, e realçar tudo isso com a opulência de cordas da Filadélfia”.¹¹³ Na era do *rap*, nos anos 1980, o *Miami bass* e o *freestyle* valorizaram elementos “latinos”. Quando esses gêneros escasseavam, nos anos 1990, DJs fluminenses passaram a extrair percussões afro-brasileiras de LPs nacionais para incorporá-las ao *Volt Mix*. Em 1998, um DJ de Campo Grande sequenciou *samples* de bateria para montar um *loop* identificado como “bатуque”. No ano seguinte, um DJ de São Gonçalo utilizou o *loop* “neurótico” e propagou a montagem por rádio FM¹¹⁴. Um DJ da Cidade de Deus empregou o *loop* “africanizado” nas produções musicais de um elenco de MCs em ascensão. Um

111 Angelo Antônio Raphael, em entrevista a Carlos Palombini, no estúdio da Vila Valqueire, 25 jan. 2014. A gravação da entrevista está disponível em: <<http://i.mixcloud.com/CH15ID>>. Acesso em: 17 maio 2014. Para a transcrição, ver PALOMBINI, Carlos. Grandmaster Raphael, op. cit.

112 O *soul* da Filadélfia, ou *Philly soul*, foi valorizado no Rio de Janeiro.

113 SHAPIRO, Peter. *Turn the Beat Around: the secret history of disco*. New York: Faber and Faber, 2005, p. 147.

114 Uma sequência do DJ Cabide na rádio Imprensa FM, provavelmente de 1999, incluindo a “Montagem A Gota”, está disponível em: <<http://i.mixcloud.com/CHvaYq>>. Acesso em: 20 maio 2014.

desses grupos participou de um CD de popularidade nacional no ano 2000¹¹⁵. Porém “só em 2001, com a música ‘Tira a camisa’, do MC Cabo¹¹⁶, em produção de Dennis DJ, o Tamborzão se fixou como a batida padrão do funk”¹¹⁷.

Um “Tamborzão puro”¹¹⁸ cristalizou-se em dado instante (Figura 5), mas nunca deixou de conviver com variantes, misturas, explosões, rajadas, rulos e floreios, como ocorria, de resto, com o *Volt Mix*.

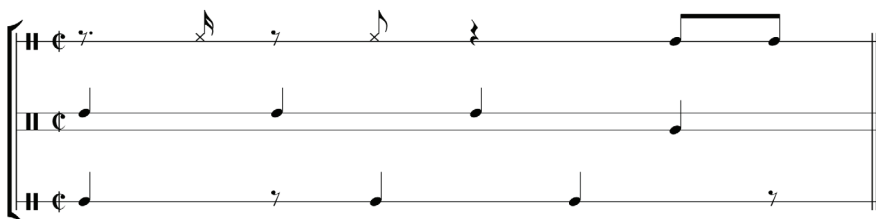


Figura 5: De baixo para cima, o bumbo, os tom-tons e as congas do “Tamborzão puro”.

Nas linhas da Figura 5 estão representados, de baixo para cima, o bumbo, os tom-tons (tom-tom grave e surdo de chão) e as congas. Ou, na nomenclatura da R-8, o *ambo (ambient) kick*, no grave; o *attack tom 2* (tom-tom grave da bateria) e o *attack tom 1* (surdo de chão da bateria), no médio grave; a *slap high conga* e a *open low conga*, no médio agudo. O *ambo kick* é exclusivo da versão MK-II. Os tom-tons estão incluídos no nono cartão de memória. As congas fazem parte da memória interna da R-8.

O DJ Luciano fornece uma espécie de Ursatz rítmica (Figura 6)¹¹⁹: na linha inferior, “tum”, a primeira batida do bumbo, reforçada pela

115 TIGRÃO, Bonde do. Cerol na mão. In *Furacão 2000: Tornado muito nervoso 2*. Rio de Janeiro: House Funk Produções Artísticas, 110204, 2000. De acordo com Rômulo Costa, proprietário da equipe, o CD vendeu entre 200 mil e 400 mil cópias, incluída a pirataria. ESSINGER, Silvio. *Batidão: uma história do funk*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2005, p. 201.

116 CABO, MC; DENNIS, DJ. Tira a camisa. In: *Rio Baile Funk: Favela Booty Beats*. Frankfurt: Essay Recordings, AY CD 03, jun. 2004. Disponível no final da mixagem Afro-Latin Beat Mix. Disponível em: <<http://i.mixcloud.com/CHuAHR>>. Acesso em: 19 maio 2014.

117 Luciano Oliveira, entrevista a Carlos Palombini, 25 jun. 2012.

118 Embora Luciano insista na diferença entre Tamborzão com *Volt Mix* e Tamborzão sem *Volt Mix*, a expressão “Tamborzão puro” não aparece em seu discurso. Ela é característica de coleções de bases para DJs. Disponível em: <<http://goo.gl/KJH5tx>>. Acesso em: 20 maio 2014.

119 LUCIANO, DJ; CABIDE, DJ; IVANOVICI, Tatiana, op. cit.

primeira dos tom-tons, na cabeça do primeiro tempo; na linha superior, “pa-pá”, as duas batidas *slap* da conga aguda, a primeira, sozinha no quarto oitavo do primeiro tempo, a segunda, reforçada pela segunda batida do bumbo, no sétimo oitavo do primeiro tempo; na linha intermediária, “pum”, a terceira batida dos tom-tons, sozinha na cabeça do segundo tempo; na linha superior, “pá”, a primeira batida da conga grave, apoiada pelo surdo de chão da bateria, na metade do segundo tempo.



Figura 6: “Ursatz” rítmica do Tamborzão segundo o DJ Luciano Oliveira: “tum pa-pá pum pá”.

O DJ Sany Pitbull insere uma variante no segundo tempo (Figura 7)¹²⁰: na linha intermediária, “pum”, a terceira batida dos tom-tons, sozinha na cabeça do segundo tempo; na linha inferior, “pum”, a terceira batida do bumbo, sozinha no segundo quarto do segundo tempo; na linha superior, “pá”, a primeira batida da conga grave, apoiada pelo surdo de chão da bateria, na metade do segundo tempo.

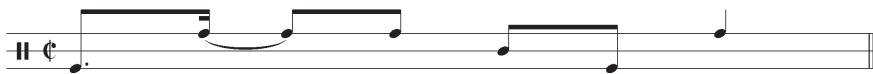


Figura 7: “Ursatz” rítmica do Tamborzão pelo DJ Sany Pitbull: “pum pa-pá pum-pum pá” (preferível: “tum pa-pá pu-tum pá”).

Em lugar do realismo fantástico das sonoridades sintéticas da TR-808, o Tamborzão apresenta o realismo propriamente dito das amostras da R-8 MK-II. Em lugar da pele percutida, com ou sem esteira metálica, em lugar dos metais percutidos, em lugar dos rebotes de voltagem, o Tamborzão deixa ouvir peles de calibres distintos percutidas de modos variados. Em lugar da *trama* de linhas espaçadas e nítidas do *Volt Mix*, a massa compacta de uma *acumulação* fervilhante de *objetos* similares. Sua qualidade propulsiva depende menos das linhas individuais que do enlace dos três ritmos, e do peso do amálgama sonoro, do extremo grave ao médio agudo.

120 DJ Sany Pitbull, *apud* IVANOVICI, Tatiana; CUNHA, Diogo. *Tamborzão por Tatiana Ivanovici e Diogo Cunha*. Youtube, canal Ivanovici, 19 out. 2006. Disponível em: <<http://youtu.be/lxiihQSVtLU>>. Acesso em: 17 maio 2014.

Beatbox

Mímicas vocais, brincadeiras com a linguagem e sílabas “sem sentido”, faladas ou cantadas, constituem a base da exploração criativa e estão na origem da própria música: essas vocalizações de alturas, ritmos e timbres fazem parte do comportamento comunicativo do bebê, manifestas desde as primeiras interações¹²¹. Culturas do norte da Índia, da Coreia e de Cuba utilizam-nas na aprendizagem e partilha de ideias musicais. Elas estão presentes nas percussões vocais do sul da Índia, dos Estados Unidos, da China e de povos celtas¹²².

O *beatboxing* é a percussão vocal do *hip-hop* da Nova Iorque dos anos 1980¹²³, quinto *elemento*¹²⁴, cujo predecessor é o *proto-rap* do grupo The Last Poets¹²⁵. Fórmula de acompanhamento ou forma autônoma de expressão, sua prática coloca em jogo – eletrônicos¹²⁶ ou acústicos – imitações de bumbo, caixa, chimbau, percussões variadas, baixo, melodia, voz e *scratch*¹²⁷. O *beatboxing* começa a rarear nas gravações dos anos 1990, relíquia da *Old School*¹²⁸ abandonada pelo *mainstream*, mas permanece na história do gênero a representar o anseio do artista pela fidelidade às raízes¹²⁹.

-
- 121 ATHERTON, Michael. Rhythm-speak: Mnemonic, Language Play or Song? *Proceedings of the Inaugural International Conference on Music Communication Science*. Sydney: ICoMCS, 5-7 Dec. 2007, p. 15-18, p. 15. Disponível em: <<http://goo.gl/ACP1uT>>. Acesso em: 21 out. 2013.
- 122 PROCTOR, Michael; BRESCH, Erik; BYRD, Dani; NAYAK, Krishna; NARAYANANET, Shrikanth. Paralinguistic Mechanisms of Production in Human “Beatboxing”: a Real-time Magnetic Resonance Imaging Study. *The Journal of the Acoustical Society of America*, Melville, v. 133, n. 2, p. 1043-1054, fev. 2013, p. 1043. Disponível em: <<http://goo.gl/lycTko>>. Acesso em: 11 nov. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1121/1.4773865>
- 123 STOWELL, Dan; PLUMBIEY, Mark D. *Characteristics of the Beatboxing Vocal Style*. Technical Report C4DM-TR-o8-o1. London: Queen Mary, University of London, 19 Feb. 2008. Disponível em: <<http://goo.gl/g2jRdB>>. Acesso em: 22 out. 2013.
- 124 Os quatro elementos canônicos da cultura *hip-hop* são: discotecagem, *break dance*, *grafitti* e *rap*.
- 125 LAST POETS, The. *The Last Poets*. New York: Douglas Records, Douglas 5, 1970.
- 126 Baterias eletrônicas tiveram o aspecto de caixas até o surgimento da Roland TR-808 e da Linn LM-1; daí o nome *beatbox*.
- 127 Som obtido por meio da movimentação do vinil, em sentido horário e anti-horário, sob a agulha do toca-discos. O *scratch* é uma das principais contribuições da cultura *hip-hop* à técnica da discotecagem.
- 128 “*Old School rap*: estilos iniciais de *rap* que evoluíram na cultura *hip-hop*, incluindo DJs, um grupo de *rappers*, dançarinos de *break* e grafiteiros. *New School rap*: *hip-hop* posterior a 1985, que destaca MCs cujos *raps* são estilística e liricamente diversos.” NORFLEET, Dawn M. op. cit., p. 371.
- 129 HESS, Mickey (org.). *Icons of Hip Hop: an Encyclopedia of the Movement, Music, and Culture*. Westport: Greenwood, v. 1, 2007, p. 52. Disponível em: <<http://goo.gl/>

Em seu *Dicionário musical brasileiro*, Mário de Andrade cita os *Tratados da terra e gente do Brasil*:

Já Fernão Cardim indica que os índios eram, homens e mulheres, ótimos repentistas. “Arremedam pássaros, cobras e outros animais, tudo trovado por comparações, para se incitarem a pelear. Estas trovas, fazem de repente, e as mulheres são insignes trovadoras.”¹⁵⁰

A onomatopeia percussiva é comum em gravações de samba¹⁵¹. “Ziriguidum”, de Monsueto, interpretado por Elza Soares e Monsueto no filme *Briga, mulher e samba*, é um exemplo¹⁵².

Uma apresentação do MC Mascote do Vidigal na comunidade Rua do Costinha (Campos dos Goytacazes) mostra o uso do *beatboxing* como recurso improvisado de performance em 2002¹⁵³. Mascote o emprega para apoiar, do palco, um coro na plateia, introduzir e complementar o Tamborzão, pedir a base Atabaque ao DJ Flo, reforçar o *Volt Mix*. Na voz do Charmosinho (atualmente MC Decão), o *beatboxing* aparece numa roda de funk na quadra do Coroadó com Preto de Elite, Yuri dos Hawaianos e Cleber Preto, em registro de Denise Garcia para o filme *Sou feia mas tô na moda*¹⁵⁴, em 2004 ou 2005. Charmosinho o utiliza para finalizar a rima e preparar a entrada de Preto de Elite.

O *beatboxing* passa a exercer o papel de base no funk carioca sob o nome “Beatbox” (inicialmente “Beat Box”). Ele emerge encoberto pelo

PqpyoK>. Acesso em: 22 out. 2015.

150 ANDRADE, Mário de. *Dicionário musical brasileiro*. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Itatiaia, 1999, p. 188. A referência é ao terceiro tratado (1585-1590) na edição de 1925. CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Leite & Cia., 1925, p. 306. Disponível em: <<http://goo.gl/OJGCCb>>. Acesso em: 20 out. 2015.

151 É possível inferir que interações entre culturas musicais afro-brasileiras e afro-norte-americanas tendam a colocar o dispositivo em evidência.

152 SOARES, Elza; MENEZES, Monsueto Campos de. Ziriguidum. In: *Briga, mulher e samba*. Rio de Janeiro: Lupo Filmes, 1961. Disponível em: <<http://youtube.com/watch?v=gefYFIB8ZUI>>. Acesso em: 29 maio 2014. SOARES, Elza. Ziriguidum. In: *O samba é Elza Soares*. Rio de Janeiro: Odeon, MOFB 3235, jun. 1961 (transferência digital EMI, 590051-2, 2003).

153 A data (por volta de 5 de agosto) pode ser inferida a partir da homenagem emocionada ao MC Claudinho: “Três semanas atrás a gente tivemos uma perda muito grande no funk, e um pedacinho do Catra, um pedacinho do Cidinho e Doca, um pedacinho do... foi embora... do Mascote.”

154 GARCIA, Denise. *Sou feia mas tô na moda*. Rio de Janeiro: Toscographics, 2005. Disponível em: <<http://youtu.be/NG8J8VkpFI>>. Acesso em: 29 maio 2014.

Tamborzão por volta de 2008, para tomar a dianteira em 2010 e substituí-lo em 2011. Grandmaster Raphael comenta essa passagem¹⁵⁵.

Acredito que não tenha sido uma passagem, acho que andam junto, estão sempre em sintonia¹⁵⁶. O primeiro *Beatbox* utilizado em larga escala de produção, digamos assim, foi o do Catra, que é o mais tradicional. O pessoal começou a usar no baile do Jacaré e foi proliferando, as outras pessoas foram fazendo, pegando esse mesmo, acrescentando elementos, modificando. [...] Começa uma febre no Jacaré! E como é que espalha pra não sei onde? Espalha e, quando vê, tá todo o mundo usando. E o dele – modifica a afinação, modifica a equalização, modifica uma coisa aqui – vira centenas, porque todo o mundo vai modificando. [...] A origem é sempre a mesma.¹⁵⁷

Em reportagem de 15 de maio de 2012¹⁵⁸, Wagner Domingues da Costa (Mr.Catra) clama seus direitos sobre a batida. A polêmica gira em torno da música “Eu quero tchu, eu quero tcha”, sucesso da dupla sertaneja João Lucas e Marcelo, composto por Shylton Fernandes, do grupo paraibano Forró Safado. “Já consultei um advogado e ele informou que cabe processo porque o trecho ultrapassa vinte segundos de semelhança”, declara Catra¹⁵⁹. O MC Créu esclarece:

Essa batida surgiu há mais de dez anos, quando eu nem era MC. Trabalhava como DJ e estava em um baile com o Catra quando o equipamento travou. Falei para ele improvisar enquanto dava um jeito, e ele começou a fazer a batida do funk com a boca. Isso virou *hit*, foi registrado pela gente, e hoje oitenta por cento dos funks são feitos em cima dessa base.¹⁴⁰

155 Na tarde de sábado, 25 de janeiro de 2014, em seu estúdio na Vila Valqueire. Gravação disponível em: <<http://i.mixcloud.com/CHI5ID>>. Acesso em: 18 maio 2014.

156 A comparação entre o que chamamos “Ursätze” do Tamborzão (Figuras. 6 e 7) e nossas transcrições de uma seleção de *Beatboxes* (Fig. 8–11) fornece evidências em favor do argumento.

157 PALOMBINI, Carlos. Grandmaster Raphael, op. cit.

158 SANTOS, Eliane. Mister Catra acusa sertanejos do “Eu quero tchu, eu quero tcha” de plágio. *Ego*, Rio de Janeiro, 15 maio 2012. Disponível em: <<http://glo.bo/L3uHtR>>. Acesso em: 26 out. 2013.

159 Idem, ibidem.

140 Idem, ibidem.

“Que eu saiba, o ‘tchu-tcha, tchu-tcha’ imita o som da batida funk, e não música nenhuma”, responde o advogado da dupla sertaneja¹⁴¹. O compositor justifica-se: “Tirei o ‘tchu’ e o ‘tcha’ dos gritos de guerra das festas de calouros das faculdades, as calouradas. Juntei isso com a batida funk e fiz a música. Mas essa batida existe desde que o funk é funk. A música é minha”.¹⁴² A matéria inclui um link para uma postagem de “Vem pro cabaré”, gravação ao vivo dos MCs Duduzinho e Mr. Catra, acompanhados pelo DJ Belizoti¹⁴³. Transcrevemos a base (Figura 8).



Figura 8: *Beatbox* 1: “Dum tcha-tcha tz tu-gu tcha tu-”.

Três dias depois, em 18 de maio, Catra e o DJ Pigmeu divulgam um *loop* no Youtube: “Batida produzida por Mr. Catra desde 2003, *Beat Box* (noventa por cento do funk usa)”;¹⁴⁴ “Mr.Catra, ‘Medley 2011: O papai Tchu! Tcha! Tchu! Tchu!’ (*Beat Box* Catra, noventa por cento do funk usa)”.¹⁴⁵ A base consiste de dois compassos (Figura 9).



Figura 9: *Beatbox* 2: “Tu tcha-tcha t-tu tcha tu-tu tcha-tcha tchum tcha” (as ligaduras finais representam reverberações).

Passados três dias, Catra explica-se novamente.

Essa batida, tchum-tcha-tchum, que revolucionou o funk, o *Beatbox*, foi feita por mim há cinco anos. Uma data em que o Créu

141 Idem, *ibidem*.

142 Idem, *ibidem*.

143 DUDUZINHO, MC; CATRA, MR. Vem pro cabaré. Postagens mais antigas, 20 out. 2011. Disponível em: <<http://youtu.be/oibQcEFihqA>> (link indicado pela reportagem). Para o *loop* isolado (embora acrescido de um baixo), ver <<http://goo.gl/8HtMO7>>. Acesso em: 5 jun 2014.

144 Disponível em: <<http://youtu.be/Dh4mPVEh91c>>. Acesso em: 26 out. 2015. Uma gravação mais nítida do *Beatbox* isolado está disponível em: <<http://goo.gl/m8GLgU>>. Acesso em: 20 maio 2014.

145 Anteriormente disponível em: <<http://youtu.be/AvvRBSnMObk>>. Acesso em: 26 out. 2015.

nem era MC, era DJ ainda. A equipe dele deu um pau na hora do show e ele falou: “Negão, segura o baile aí!” Eu comecei a fazer esse bagulho e pegou. Enquanto estava no funk, tudo bem. Mas isso é um lance do funk, um lance que revolucionou o funk nos últimos tempos. É uma questão de direito, mano, de direito! O funk já foi tão discriminado, tão sacaneado nos últimos tempos, que chegou a hora da gente correr atrás dos nossos direitos.¹⁴⁶

As datas de criação variam: “há mais de dez anos” (i.e., antes de maio de 2002), diz Crêu; “desde 2003”, o canal Catra divulga; em 2011, indica Pigmeu; “há cinco anos” (i.e., em maio de 2007), afirma Catra.

Esta base (Figura 10) foi coletada em 13 de novembro de 2006. Ela faz parte das 22 faixas da coleção *Bases inéditas: vol. 1*. Não sabemos precisar a sua origem, a data ou a relação com Catra. A mistura de Tamborzão e *Miami bass* no conjunto das faixas sugere o Rio de Janeiro da primeira metade dos anos 2000¹⁴⁷.



Figura 10: *Beatbox 5*: a duas vozes, com cuíca; na linha inferior, “dum tch-tch tum-tum tch-k-t tu-”.

É o *Beatbox* mais elaborado que encontramos. No tetragrama superior, em segundo plano, uma cuíca de alturas relativamente definidas e portamento descendente; no inferior, proeminente, um *beatboxing* sofisticado, com realce de ataques, vogais abafadas, e percussão de consoantes, articuladas com a cuíca: duas linhas com sonoridades diferentes em planos distintos, à maneira de uma Invenção a Duas Vozes. Embora *equilibrado*, esse *Beatbox* torna-se inadequado ao papel de base por excesso de *originalidade*.

146 LOPES, Marcelo. Mr. Catra confirma que vai entrar na Justiça, por plágio, contra a música “Eu quero tchu, eu quero tcha”. Site do Marcelo Lopes, Cataguases, 22 maio 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/jgyFOL>>. Acesso em: 26 out. 2013.

147 Disponível em: <<http://goo.gl/hEooJI>>. Acesso em: 20 maio 2013.

três linhas. Esses *objetos* obedecem ao modelo *percussão/ressonância* inerente aos sons percussivos, mas a diversidade dos materiais percutidos, que a síntese analógica emula (pele, pele com esteira metálica, metal), se exprime em *massas* distintas no âmbito dos *sons complexos*. Essas diferenças somam-se a diferenças de divisão para imprimir nitidez às linhas. Tais séries de *objetos* formam uma verdadeira *trama* cíclica, costurada na tessitura por uma linha de caráter marcadamente eletrônico, a voltagem, cuja *massa* atravessa o *campo das alturas* sem lhe tocar os extremos. O *Volt Mix* evoca um classicismo.

Segunda base arquetípica do funk carioca, o Tamborzão tem como traço distintivo o deslocamento da textura para os registros inferiores. Os *objetos* constituintes de suas linhas seguem ainda o modelo *percussão/ressonância*, mas a unicidade dos materiais percutidos, emulados por análise e ressíntese digital, é compensada não por diferenças de *massa*, mas por modalidades distintas de ataque e variações de altura, duração e intensidade, tanto no interior das linhas, quanto de uma linha a outra, e também pelos perfis dinâmicos das linhas individuais e de seu conjunto. O efeito é um fervilhar de *objetos sonoros* no qual as linhas se amalgamam em ímpeto propulsivo, mais *acumulação* que *trama*. O Tamborzão tem o caráter de um expressionismo.

Terceira base arquetípica do funk carioca, o *Beatbox* se caracteriza pela concentração da textura no registro médio, em sobreposição ao canto. Ele retém a unicidade de *corpos sonoros* do Tamborzão e a radicaliza em dois tempos: ao substituir uma coleção de *corpos sonoros* semelhantes, de calibres distintos (bumbo, tom-tons e congas), pelo *corpo sonoro* único que é o aparelho fonador; e ao irmanar os *corpos sonoros* da base e do canto. O *Beatbox* recupera, do *Volt Mix*, a diferença entre as *massas* e os ataques dos *objetos* constitutivos de suas linhas, no interior das quais introduz variedade superior à das linhas do Tamborzão. Por outro lado, ao suprimir os graves, o *Beatbox* dá continuidade ao processo de redução do *calibre* da base, mas compensa essa redução ao situá-la na região da fala, onde o ouvido é mais sensível. Seu caráter é o de um modernismo.

Dizer que o *Volt Mix* evoque um classicismo não é dizer que o funk carioca encontre seu período clássico na infância (embora os saudosistas acreditem nisso). A base é um entre outros elementos da música. Ela serve de apoio ao canto e de pretexto à inventividade do DJ, ao vivo, ou do DJ-produtor, em estúdio. Ele (ou, raramente, ela) pode modificá-la por adição ou subtração de elementos, bem como por corte, repetição ou remontagem de segmentos. A base, como a descrevemos, é um ponto de partida para a criação musical e um complemento do canto. Do *Volt Mix*,

dos anos 1990, ao *Beatbox*, dos anos 2010, acumula-se um repertório de modelos, e o DJ passa, da seleção e manipulação de bases importadas, à manufatura. O *Volt Mix*, o “Tamborzão puro” e o “Beatbox Catra” são arquétipos sucessivos nos quais a autoridade do original é gradativamente diluída.

Na infância da música funk carioca há contraste entre uma base madura e um canto que se ensaia. Esse contraste tende a diluir-se quando se leva em conta que os traços distintivos do *Volt Mix* – aqueles que serão retidos – são as sonoridades e células rítmicas da caixa e do bumbo. Na seção final mostramos, em outra perspectiva, o que entendemos por expressionismo.

Sincronismos

O início do primeiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva coincide, aproximadamente, com deslocamentos e transformações dos espaços dos bailes e com o início do domínio do Tamborzão. No final dos anos 1990, os principais bailes de corredor haviam sido interditados. Realizados nos territórios neutros¹⁵⁰ de clubes dos subúrbios, esses bailes de luta recreativa, também chamados “bailes de briga” ou “Lado A, Lado B”, reuniam grupos de moradores de diferentes comunidades que se aliavam entre si, de modo discricionário, contra outras alianças similarmente formadas. O corpo-a-corpo acontecia ao centro do salão, sob o controle de seguranças, no corredor formado pelo espaço entre as linhas de frente de cada Lado.

É no ano de 1998 que Luciano Oliveira inventa “aquele Tamborzão neurótico”. E é ainda – de acordo com o depoimento de um dos informantes de Carla Mattos¹⁵¹ – em 1998 que o termo “neurótico” associa-se à facção: por imposição desta, as alianças nos bailes de briga passam a ser compulsórias, e os moradores de comunidades dominadas pelo Comando Vermelho são instruídos a integrar o lado B, enquanto aqueles de comunidades controladas pelo Terceiro Comando ficam vinculados

150 Em contraposição às comunidades de origem dos funkeiros, controladas por uma ou outra das facções, Comando Vermelho Rogério Lemgruber (CVRL) e Terceiro Comando (TC), ou, nos termos pejorativos que lhes são atribuídos pela facção rival, pelos “Cu Vermelho Recheado de Linguíça” e pelos “Três Cu”.

151 MATTOS, Carla dos Santos. *No ritmo neurótico: cultura funk e performances “proibidas” em contexto de violência no Rio de Janeiro*. 2006. 154 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://goo.gl/Rgc8iO>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

ao lado A¹⁵². Uma vez os clubes interditados, os bailes retornam às comunidades de origem, em guerra com as facções rivais e com a polícia.

A era do Tamborzão tem uma face oculta e uma face visível. A face visível se exprime através da sexualidade sem meias-palavras nas vozes da Cidade de Deus. A face oculta se manifesta em crônicas da “vida do crime”. Ela tem seu fastígio e suas obras-primas nos três anos e meio que se estendem da Chacina do Pan à Guerra do Rio. Seu epicentro são os bailes da Chatuba, no Complexo da Penha. Seus temas, o bandido e o código de ética da facção¹⁵⁵. A Era Lula, a Era do Tamborzão e a Era de Ouro do Funk Proibido se encerram em unísono com a Guerra do Rio. A paz da facção – o baile – é substituída pela *pax romana*.

A palavra “paz” designa mesmo, na correlação que estabelece com “guerra” (porque existe ainda um outro sentido, igualmente não metafórico e político, que é aquele em que Kant fala da “paz perpétua”), *a priori* um tal sancionamento de toda e qualquer vitória, necessário e independente de todas as outras relações jurídicas, e que consiste em reconhecer a nova situação como uma nova forma de “Direito”, antes mesmo de saber se essa situação necessita ou não, *de facto*, de alguma garantia para ter continuidade. Assim sendo, se a violência da guerra, enquanto forma primordial e arquetípica, pode ser tomada como modelo de toda violência para fins naturais, é inerente a todas essas formas de violência e poder um caráter legislador. Voltaremos mais adiante a essa dedução e às suas implicações, pelas quais se explica a tendência do Direito moderno, atrás referida, de retirar, pelo menos às pessoas individuais enquanto sujeitos jurídicos, todo o poder que vise fins naturais. Na figura do “grande” criminoso, o Direito vê-se confrontado com esse poder e a sua ameaça de instituir um novo Direito, uma ameaça que, apesar da sua impotência, nos casos mais significativos faz estremecer o povo hoje em dia como nas épocas arcaicas. O Estado, porém, teme esse poder

152 Idem. Da valentia à neurose: criminalização das galeras funk, “paz” e (auto)regulação das condutas nas favelas. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 4, p. 655-680, out./dez. 2012. Disponível em: <<http://goo.gl/rf6Z40>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

155 De acordo com Ben Penglase, a narcocultura no Rio de Janeiro é uma criação do Comando Vermelho. Penglase sustenta “que o legado mais importante do CV foi um conjunto de símbolos, discursos e as táticas que o grupo produziu”. PENGLASE, Ben. The Bastard Child of the Dictatorship: the Comando Vermelho and the birth of “narco-culture” in Rio de Janeiro. *Luso-Brazilian Review*, Madison, v. 45, n. 1, p. 118-145, 2008, p. 119. Disponível em: <<http://goo.gl/Yutlre>>. Acesso em: 11 mar. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1353/lbr.0.0001>

essencialmente pela sua possibilidade de instituir um Direito, do mesmo modo que tem de reconhecê-lo como tal quando potências estrangeiras ou classes sociais o obrigam a conceder-lhes, respectivamente, o direito de fazer a guerra ou a greve.¹⁵⁴

O duplo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva emerge sob as piores luzes quando se observa sua política de segurança pública. Ela foi responsável pela música mais original. E tratou de proibi-la.

¹⁵⁴ BENJAMIN, Walter. Zur Kritik der Gewalt. *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, v. 47, n. 3, p. 809-832, 1920/1921. Trad. João Barrento. In: BARRENTO, João (org.). Sobre a crítica do poder como violência. *Walter Benjamin: o anjo da história*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 57-82, 2012, p. 65-66.

Sobre os autores:

Guillermo Caceres

Professor de Prática Instrumental e Tecnologia Musical na Universidade Federal do Ceará (UFC, Sobral, CE, Brasil). Bacharel em Piano pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), graduado em Produção Fonográfica pela Universidade Estácio de Sá (UNESA) e Mestre em Musicologia pela UFRJ. E-mail: guillermotin@gmail.com

Lucas Ferrari

Graduando em Piano pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista PIBIC-CNPq 2013-2014. E-mail: lucasferrarirabelo@gmail.com

Carlos Palombini

Bolsista de Produtividade em Pesquisa – Nível 1C – 2007-2017. Auxílio do Edital Universal Fapemig 2012-2014. Graduado em Direção Teatral pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil (UFRGS), especializou-se em Tecnologia da Informação Musical na City University London (Londres, Reino Unido) e obteve Ph.D. em música da Universidade de Durham (Durham, Reino Unido). É professor de Musicologia na UFMG e membro colaborador do PPGM-UNIRIO. E-mail: palombini@ufmg.br

Dedicatória:

Dedicamos este trabalho à memória de Elizabeth Travassos.

Política para a educação superior no governo Lula

expansão e financiamento

Cristina Helena Almeida de Carvalho¹

Resumo

O artigo analisa a política educacional no que tange à expansão e ao financiamento à educação superior nos dois mandatos do governo Lula. Em virtude disso, pretende-se percorrer o caminho da formulação e da implementação de elementos da agenda governamental que propiciam a expansão e o financiamento da oferta, combinados a subsídios e bolsas aos estudantes. É importante destacar que esses elementos estão presentes no Prouni e no Programa Expansão Fase I e na sua continuidade pelo Reuni. A política educacional consubstanciou-se na combinação de crescimento intensivo e extensivo acompanhado do acréscimo de recursos ao segmento federal. Em face à perda de importância do FIES, conclui-se que o governo Lula direcionou a política pública em duas frentes: deu início ao PNAES destinado ao alunado do segmento federal e concedeu bolsas de estudos aos estudantes das IES através do Prouni. Tais inovações, em prol das camadas sociais mais pobres, foram gestadas sob a lógica de não apenas permitir o ingresso, mas também dar condições para os estudantes permanecerem no nível superior. Porém, as desigualdades sociais e regionais permanecem no horizonte da política educacional como obstáculos a serem superados. Estes são os principais desafios a serem enfrentados para que uma sociedade possa dar condições reais a todos, baseadas nos valores democráticos da meritocracia e da igualdade de oportunidades.

Palavras-chave

Prouni, educação superior, financiamento, governo Lula.

Recebido em 28 de novembro de 2013

Aprovado em 4 de abril de 2014

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. Política para a educação superior no governo Lula: expansão e financiamento. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 58, p. 209-244, jun. 2014.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p209-244>

¹ Universidade de Brasília (UnB, Brasília, DF, Brasil).

Higher Education Policy in the Lula Government Expansion and Funding

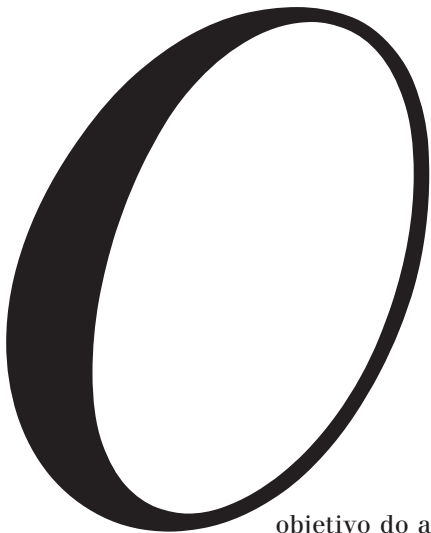
Cristina Helena Almeida de Carvalho

Abstract

The article analyzes the educational policy in regard to expansion and funding to higher education in the two mandates of the Lula government. As a result, we intend to go the way of the formulation and implementation of elements of the government agenda that promote the expansion and funding of supply combined with grants and scholarships to students. Importantly, these elements are present in Prouni and Expansion Phase I program and its continuity at Reuni. The educational policy embodied in the combination of intensive and extensive growth with the addition of resources to the federal sector. Given the loss of importance of the FIES, it is concluded that the Lula government directed public policy on two fronts: initiated the PNAES for the student body to the federal sector and provided scholarships to students of IES through Prouni. Such innovations in favor of the poorest social people were gestated under the logic of not only allow entry, but also provide the conditions for students to stay and conclude the high education. However, social and regional inequalities remain on the horizon of educational policy as obstacles to be overcome. These are the main challenges to be faced so that a society can give to all real conditions, based on the democratic values of meritocracy and equal opportunities.

Keywords

Prouni, higher education, finance, Lula government.



Introdução

objetivo do artigo é compreender a relação complexa da política pública para a educação superior, entre 2003 e 2010, por meio do arcabouço teórico da vertente histórica do neoinstitucionalismo. Por meio da análise tridimensional da política (*polity*, *politics* e *policy*), a pesquisa procurou reconstruir o ambiente multifacetado do processo de gestação da política pública, que se inicia na constituição da agenda pública e perpassa a formulação e a implementação da política educacional durante os governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O fio condutor é a dinâmica da Arena Decisória de Educação Superior, na qual a política pública gestada pelo MEC influenciou e foi influenciada por atores governamentais e sociais.

A política pública destinada é entendida como um conjunto sistêmico interdependente de sete pilares, a saber: autonomia, centralização do poder decisório, avaliação, formação de professores, flexibilização curricular, expansão e financiamento, que contribuíram para intervenção do Poder Público em prol da expansão da educação superior².

O artigo analisa a política educacional no que tange à expansão e ao financiamento à educação superior nos dois mandatos do governo Lula. Em virtude disso, pretende-se percorrer o caminho da formulação e da implementação de elementos de agenda governamental que propiciam a expansão e o financiamento da oferta combinados a subsídios e bolsas aos estudantes. É importante destacar que esses elementos estão

2 Neste trabalho, optou-se pela análise dos dois últimos eixos. Para compreensão sobre os demais eixos, consultar: CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. *A Política Pública para a Educação Superior no Brasil (1995-2008): ruptura e/ou continuidade?*. 2011. 465f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

presentes no Programa Universidade para Todos (Prouni) e no Programa Expansão Fase I, bem como na continuidade deste pelo Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

A pesquisa consiste na análise documental do conteúdo da legislação vigente³, e a investigação quantitativa envolve a estatística descritiva, fazendo uso dos Censos da Educação Superior de 2003 a 2010. Para os dados financeiros, utilizou-se a Execução Orçamentária da União, disponível no Portal do Senado Federal através do programa Siga Brasil, que tem como fonte primária o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI)⁴. A renúncia fiscal do Prouni foi obtida através do “Demonstrativo de Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária” que é divulgado anualmente pela Secretaria da Receita Federal⁵. O número de bolsas do Prouni foi retirado do site do programa⁶. O número de contratos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) também foi colhido no MEC baseado em informações da Caixa Econômica Federal.

Sendo assim, o texto divide-se em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira seção, será abordada a expansão na educação superior focada em benefício da oferta, por meio da diversificação de cursos; diferenciação institucional; combate às desigualdades regionais em termos educacionais; expansão via cursos noturnos. No que concerne à demanda estudantil, os mecanismos usados foram: novas formas de acesso e a política afirmativa. Na segunda seção, o financiamento da educação superior à oferta durante a gestão de Lula teve dois direcionamentos: recursos do fundo público destinados diretamente ao segmento federal combinados aos recursos indiretos da renúncia fiscal às instituições de educação superior (IES) privadas. Quanto à demanda educacional, os mecanismos presentes na agenda governamental foram: a assistência estudantil ao segmento federal e a concessão de bolsas de estudos e de crédito educativo aos alunos matriculados em instituições particulares.

3 Para as referências sobre legislação vigente no governo Lula, remete-se à *idem*, *ibidem*.

4 O banco de dados do SIAFI encontra-se disponível no endereço eletrônico: <<http://www12.senado.gov.br/orcamento/sigabrasil>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

5 Os relatórios estão disponíveis no site: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

6 As informações sobre o Prouni estão disponíveis no endereço eletrônico: <<http://prouniportal.mec.gov.br>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

Expansão da Educação Superior

O ponto de partida da análise consiste na escolha de um certo olhar a respeito da relação entre Estado e Sociedade. Diversas perspectivas teóricas em ciência política debruçam-se sobre tal vínculo, mas, para fins deste trabalho, pretende-se concentrar em alguns pontos centrais da agenda de pesquisa conhecida como neoinstitucionalista histórica⁷. O objetivo é apropriar-se de seu quadro metodológico aplicado à análise de políticas públicas, a fim de construir uma interpretação da política educacional direcionada à educação superior.

O método analítico dos institucionalistas históricos parte da estruturação de hipóteses de forma indutiva, durante a interpretação do material empírico. O objetivo central do neoinstitucionalismo histórico é realizar uma mediação teórica entre as análises centradas no Estado e na sociedade, mas, para a consecução desta empreitada, é necessário incorporar variáveis de nível intermediário que levem em conta a variação histórica e conjuntural dos fenômenos⁸.

As instituições são centrais no estudo da política, não apenas pela importância do Estado como ator e autor de ações específicas, mas, acima de tudo, pela capacidade de interferir na cultura política, na estratégia dos atores e na produção da própria agenda de questões que serão objetos de políticas (*policies*).

A dependência da trajetória percorrida e o peso das políticas herdadas são fatores explicativos poderosos para a compreensão da inércia institucional de uma determinada política pública. Todavia, é na análise do dinamismo que reside a flexibilidade da vertente histórica, na medida que são incorporados dois elementos chave: o conflito e a escolha. Se, por um lado, as instituições são produto do conflito político e das escolhas, por outro, estas modelam e restringem as estratégias políticas. Ainda que o comportamento político seja uma variável independente, em situações de mudanças conjunturais, este é influenciado

7 O neoinstitucionalismo não se desenvolveu como um arcabouço teórico unitário, mas tornou-se um ponto de encontro para estudiosos de diversas correntes nas Ciências Sociais, cujo princípio fundamental baseia-se na constatação de que as instituições são importantes e devem ser centrais para análises dos processos políticos e sociais. Não há grandes postulados e teorias gerais, mas um ferramental analítico baseado em afirmações provisórias a serem testadas e alteradas a partir dos resultados de estudos históricos. Quanto à terceira vertente, neoinstitucionalismo histórico, opção teórica deste artigo, consultar: EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, Theda (orgs.). *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press. 1985.

8 MARQUES, Eduardo C. Notas Críticas à Literatura sobre Estado, Políticas Estatais e Atores Políticos. *BIB*, Rio de Janeiro, n. 43, p. 67-102, 1. set. 1997.

por instituições e por políticas anteriores⁹. Para fins desta pesquisa, selecionam-se apenas os grupos formais ou organizações como atores relevantes na política educacional para educação superior, os quais participaram ou interferiram de forma efetiva na política educacional para o nível superior. Na arena da educação superior¹⁰ aparecem claramente os atores defensores dos interesses polarizados, públicos e privados, vinculados ao acesso ao nível superior e aos mecanismos de financiamento público¹¹.

A pesquisa apropria-se ainda da classificação de Theodoulou para a análise do ciclo político (*polycycle*), na qual existem as seguintes fases do processo político-administrativo: 1) reconhecimento do problema e identificação deste como uma questão que requer atenção governamental; 2) composição da agenda; 3) formulação política; 4) adoção política; 5) implementação política; 6) análise política ou avaliação. Vale salientar que a cada etapa é possível identificar as relações de poder estabelecidas, as redes políticas e sociais, bem como as práticas político-administrativas utilizadas¹². Para fins deste artigo, optou-se pela análise da composição da agenda, a formulação e implementação da política educacional.

Os documentos referentes ao programa de governo do candidato vitorioso à Presidência da República em 2002 serão utilizados como uma *proxy* da agenda governamental para a educação superior¹³. Ainda que

9 MENICUCCI, T. M. G. Ruptura e continuidade: a dinâmica entre processos decisórios, arranjos institucionais e contexto político – o caso da política de saúde. *Texto para discussão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, n.º 21, p. 2-31, nov. 2005.

10 Esta arena pode ser classificada como redistributiva, uma vez que a estrutura política parece ser altamente estabilizada e virtualmente institucionalizada, conformando-se complexo equilíbrio em larga escala. Essa estabilidade decorre da existência de pelo menos “dois lados” imbuídos de interesses compartilhados, estáveis, claros e consistentes baseados em ideologias. A negociação somente é possível com o propósito de fortalecimento ou enfraquecimento do impacto da redistribuição. LOWI, Theodore J. Distribution, Regulation, Redistribution: The Functions of Government. In: THEODOULOU, S. Z., CAHN, M. A. (eds.). *Public Policy: The essential readings*. New Jersey: Prentice Hall, 1995. p. 15-25.

11 Em tese de doutorado (CARVALHO, Cristina Helena Almeida de, op. cit. 2011), os atores governamentais ou estatais estão representados pelas burocracias do MEC e do Ministério da Fazenda e do Planejamento, e os atores sociais compostos por grupos defensores de interesses do segmento privado (ABMES e ABRUC) e federal (UNE, ANDIFES, ANDES-SN) e aquele com interesses híbridos (CRUB), bem como por organismos multilaterais, cujos representantes são o Banco Mundial (BIRD) e a UNESCO.

12 THEODOULOU, S. Z. The Contemporary Language of Public Policy: A Starting Point. In: THEODOULOU, S. Z., CAHN, M. A. (eds.), op. cit., p. 86-96.

13 PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). GT da área de Educação, Ciência e Tecnologia. *Uma Escola do Tamanho do Brasil*. 2002a. Disponível em:

se pondere sobre a validade das propostas aventadas durante campanhas políticas, optou-se por fazer uso desses documentos no que concerne ao sistema educacional superior, uma vez que se mostraram concatenados com a formulação da política pública e são de uso corrente pelos pesquisadores da área.

A etapa subsequente à formação da agenda consiste na formulação da política através da elaboração de programas e da tomada de decisão, em outras palavras, é a transformação de um problema em solução ou em alternativas. A implementação da política dependerá da clareza de seus objetivos (desenho institucional), da relação entre os atores envolvidos, das estratégias utilizadas por eles, do poder de impor as decisões e do tipo de acordos estabelecidos. Tendo em vista a mobilização dos atores, surgem novos embates, resistências ou incentivos para viabilizar a ação proposta, cujos resultados às vezes inesperados podem mudar o curso de ação que havia sido traçado. Este estágio envolve cadeia complexa de eventos, tais como restrições judiciais, abandono pelo poder público, resistências dos atores afetados pela política.

A política pública direcionada à expansão da educação superior no governo Lula teve como ponto de partida a identificação, por meio de diagnóstico no programa de governo, de que a taxa de escolaridade líquida¹⁴ da educação superior brasileira era muito baixa e distante da meta de 30% proposta pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2010). A explicação presente no documento de campanha residia na privatização da educação superior sem planejamento, que se traduziu

<<http://www.construindounovobrasil.com.br/images/downloads/umaescoladotamanhobrasil.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2009; _____. *Um Brasil para Todos*. Crescimento, Emprego e Inclusão Social. Brasília. 2002b. 73p. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/uploads/programagoverno.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2009.

14. A classificação elaborada por Martin Trow estabelece três categorias de sistema de educação superior, a partir da taxa de escolaridade líquida. Este indicador mede a relação entre o número de matrículas na faixa etária teoricamente adequada para frequentar este nível de ensino e a população nesta mesma faixa. Segundo as categorias definidas pelo autor, o sistema é dito de elite quando a taxa de escolaridade líquida é inferior a 15%. Um sistema de massas é aquele cuja escolaridade líquida varia entre 15% e 50%, enquanto, o sistema universal apresenta o indicador acima de 50%. Ver a este respeito dois artigos de: TROW, Martin. *Problems in the Transition from Elite to Mass Higher Education*. Policies for Higher Education, from the General Report on the Conference on Future Structures of Post-Secondary Education, 55-101. Paris: OECD. 1973. Disponível em: <<http://www.eric.ed.gov/PDFS/ED091983.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2013; _____. *Reflections on the Transition from Elite to Mass to Universal Access: Forms and Phases of Higher Education in Modern Societies since WWII*. Berkeley: Institute of Governmental Studies, 2005. Disponível em: <<http://escholarship.org/uc/item/96p3s213>>. Acesso em: 10 fev. 2013.

em crescimento acelerado da rede privada, intensificada pela diferenciação institucional e pela transformação das IES em universidades de ensino. Combinado a isto, as dificuldades das camadas sociais mais pobres em acessarem esse nível educacional, e, ainda que as barreiras à entrada pudessem ser superadas, a percepção do governo de que o principal desafio estava na permanência do aluno socialmente vulnerável diante dos elevados gastos nos estabelecimentos privados, cujo resultado tem sido a elevada inadimplência e evasão. A agenda governamental redirecionou-se a fim de ampliar de modo significativo as vagas nas universidades públicas, em especial no segmento federal.

Sendo assim, a política educacional expressava duplo intuito: manter o crescimento absoluto do sistema educacional de nível superior, cujo predomínio esmagador concentrava-se no segmento particular, e, simultaneamente, redirecionar parcialmente os instrumentos existentes em prol do segmento federal.

Na agenda governamental, o governo Lula fez questão de marcar posição contrária à diversificação na oferta de cursos e programas conduzida pelo segmento particular, uma vez que a democratização do acesso não estava concretizada. Essa constatação foi corroborada pelos dados empíricos, que evidenciaram a permanência da desigualdade na representação dos extratos de renda e do ínfimo resultado da escolaridade líquida. No entanto, as três modalidades de cursos sequencial, tecnológico e não presencial apresentam aspecto inercial em relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso, pois a consolidação dessas iniciativas realimentou a continuidade da ação estatal, por um lado, pelo surgimento de nichos de mercado específicos bastante rentáveis para cada instituição e de novas instituições especializadas, e, por outro lado, pela clientela ávida em ingressar no seletivo grupo de pessoas com nível superior. Qualquer tentativa de interrupção dessa trajetória, certamente, encontraria grande resistência de ambos.

Passou-se a exigir do candidato a cursos sequenciais a conclusão do ensino médio ou equivalente. Essa mudança tardia foi relevante, uma vez que a brecha legal permitia o acesso indiscriminado de estudantes sem escolaridade formal a essa modalidade de ensino. Ainda no âmbito dos cursos de curta duração, os cursos tecnológicos receberam um tratamento especial, delineado a partir de um novo olhar. Na gestão FHC, entendia-se que a educação profissional de nível superior deveria ser ofertada pela iniciativa privada, diante da incapacidade dos estabelecimentos públicos em ampliar vagas, face à alta qualidade do ensino ofertado associado a custos elevados para sua implantação e manutenção. No governo em tela, a ideia central era recuperar o papel de

protagonismo dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) na oferta dessa modalidade de ensino¹⁵.

Por sua vez, a educação a distância foi defendida como alternativa indispensável, justificada no programa de governo em face das dimensões continentais do país e das enormes desigualdades e carências. Além da exigência de um regramento específico e mais detalhado, o sentido da política pública alterou-se à medida que dentre as propostas estava o aumento de vagas desta modalidade em universidades públicas. A legislação pertinente definiu em quais situações a presença do aluno é obrigatória, os níveis e modalidades educacionais que poderiam ofertar o ensino não presencial, e que estes poderiam ser oferecidos pelas IES públicas ou privadas em consórcios, parcerias, celebração de convênios, acordos, contratos.

Em 2005, foi criado o programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), com o intuito de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País. Dentre os objetivos principais, estava o de oferecer, prioritariamente, cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada de professores em serviço da rede pública de educação básica. Esses cursos seriam ofertados, em regime de colaboração da União com os entes federativos (Estados e Municípios), por instituições públicas de educação superior, em articulação com polos de apoio presencial. No âmbito da UAB foi desenvolvido o programa “Pró-Licenciatura”, cujo público alvo é composto por docentes em exercício na educação básica pública há pelo menos um ano e sem habilitação legal exigida para o exercício da função (licenciatura).

Os dados do Gráfico 1 mostram a trajetória dos cursos de nível superior durante os dois mandatos de Lula, cujo crescimento no período foi de 75%. Apesar da diversificação de cursos e programas, é visível a esmagadora maioria de cursos no formato convencional. Os cursos de formação específica presencial não tiveram o poder de atração da demanda pretendido e foram abandonados pelas IES, como se verifica pela redução em termos relativos (de 3,5% para 0,8% dos cursos) como absolutos. Os cursos para tecnólogos apresentaram crescimento expressivo até 2007, sobretudo no segmento privado, porém, em 2008, houve quebra na tendência, pois o Censo da Educação Superior deixou de discriminar os cursos ofertados pelos Centros de Educação Tecnológicos

15 Em 2008, houve a reorganização da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica com a criação de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, constituídos a partir da integração e reorganização dos CEFETs, Escolas Técnicas Federais (ETFs) e Escolas Agrotécnicas Federais (EAFs) vinculados às Universidades Federais.

não federais. Sendo assim, o aumento entre 2008 e 2010 refere-se exclusivamente à rede federal.

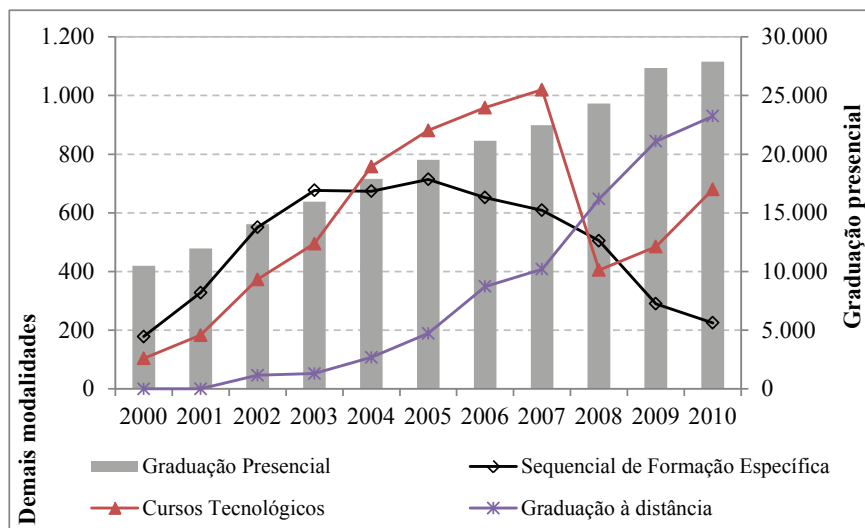


Gráfico 1: Evolução do número de cursos, por modalidade (2000 – 2010). Fonte: Censos da Educação Superior, MEC/INEP. Elaboração própria. (*) A partir de 2008, os dados para Centros de Educação Tecnológicos excluem as instituições não federais. Por isso, não foram reportados no gráfico.

Na direção oposta aos dos sequenciais, os cursos a distância cresceram de forma intensa, pois em 2003 foram registrados 52 cursos e em 2010 eram 950, sendo que a representação passou de 0,3% para 3,1% dos cursos de nível superior. É importante destacar a implementação da UAB, pois em 2010, 32% dos cursos não presenciais eram ofertados pelas instituições federais, enquanto 54% nas IES particulares.

Este movimento pode ser corroborado pela trajetória das matrículas na educação superior por modalidade. A graduação presencial detém a maioria das matrículas, sendo que em 2003 representavam 97,5% do total. Nesse ano, a modalidade sequencial detinha 1,2% das matrículas e a graduação não presencial 1,3%, porém a trajetória de crescimento foi bem divergente. Enquanto o contingente de matrículas na graduação presencial aumentou 40% em oito anos, o sequencial apresentou queda de 43%, e os cursos não presenciais tiveram um acréscimo de 1700%, representando 14,5%, e o presencial 85,5% dos alunos em 2010.

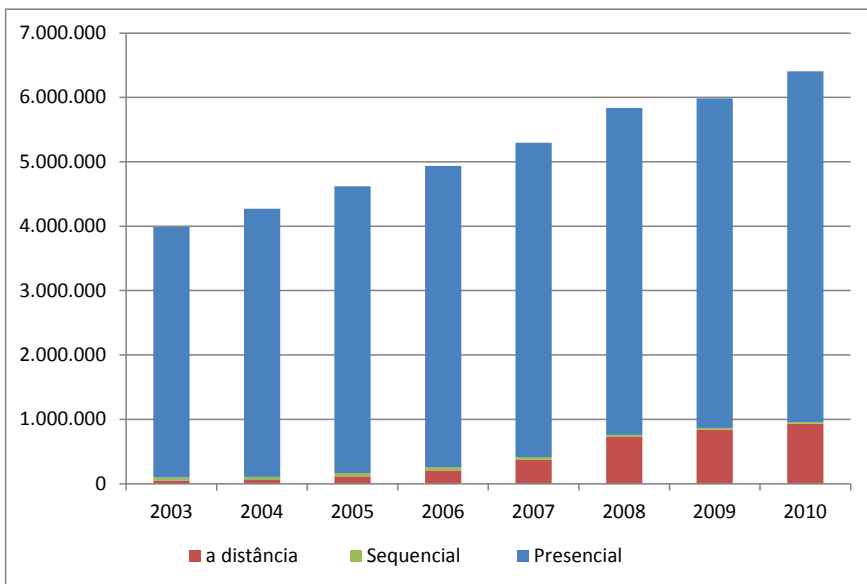


Gráfico 2: Evolução das matrículas, por modalidade (2003-2010). Fonte: Censos da Educação Superior, MEC/INEP. Elaboração própria.

No que tange à organização acadêmica, a diferenciação institucional direcionou-se em duas frentes: estabelecer critérios mais rigorosos para Universidades e Centros Universitários, pretendendo atingir, sobretudo, o segmento particular e, ao mesmo tempo, realçar a importância das universidades públicas, que haviam sido preteridas e desprestigiadas durante o governo FHC.

Entre 2003 e 2006, a legislação proibiu novos centros universitários, exceto aqueles em processo de credenciamento ou que atendessem as necessidades sociais, segundo os critérios definidos pelo MEC. Para os centros em funcionamento, determinou-se obediência aos mesmos requisitos para ter o *status* institucional de uma Universidade¹⁶. Caso a instituição não cumprisse essa resolução, previa-se o imediato descredenciamento do centro universitário. Essa norma jurídica vigorou até o final do primeiro mandato do presidente Lula, quando se restabeleceu a possibilidade do credenciamento desse formato institucional e fixou apenas dois requisitos brandos: um quinto do corpo docente em regime

¹⁶ Para uma instituição ser credenciada como universidade, esta deveria obedecer aos seguintes critérios: existência de produção intelectual institucionalizada; um terço do corpo docente com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado e a mesma parcela em regime de tempo integral.

de tempo integral e um terço com titulação acadêmica de mestrado ou doutorado.

Dentre os principais compromissos de campanha do então candidato Lula estava priorizar o modelo universitário público por contemplar os princípios fundamentais da autonomia universitária e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A ação estatal caminhou neste sentido por meio da criação de novas universidades federais e da construção de novos *campi* nas já existentes. O Programa de Expansão Fase I realizou concursos públicos para provimento de 7.668 vagas para docentes e 4.717 para técnicos administrativos. A política de incremento de vagas tomou novo formato durante a segunda gestão de Lula sob a batuta do Ministro Fernando Haddad, impulsionada pelo crescimento econômico e pela maior disponibilidade de recursos da União direcionada à recuperação das verbas de custeio, pessoal e investimentos¹⁷.

Nesta direção, o governo federal lançou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) para o período de 2008 a 2012. O programa teve como princípios:

criar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, no nível de graduação, para o aumento da qualidade dos cursos e pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais, respeitadas as características particulares de cada instituição e estimulada a diversidade do sistema de ensino superior.¹⁸

O incremento de vagas pactuado com as IFES seria realizado pela melhoria, sobretudo, de dois indicadores específicos: a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%¹⁹ e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito²⁰, ao final de cinco anos. Além disso, previa-se a

17 A respeito da relação entre a política fiscal e o financiamento à educação superior, consultar: CARVALHO, Cristina Helena Almeida de; LOPREATO, F. L. C. Finanças Públicas, Renúncia Fiscal e o Prouni no Governo Lula. *Impulso*, Piracicaba, v. 16, n.40, p. 95-104, maio/ago. 2005; e CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. *op. cit.*, (2011).

18 BRASIL. Ministério da educação. *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni*. Diretrizes Gerais. 2007, p. 10. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2010.

19 Taxa de conclusão dos cursos de graduação é calculada a partir da relação entre o total de diplomados nos cursos de graduação presenciais em um ano e o total de vagas de ingresso oferecidas pela instituição cinco anos antes.

20 A meta de 18 alunos de graduação por professor diz respeito à oferta esperada de vagas nos cursos de graduação presenciais em função das dimensões do corpo docente ajustado.

redução das taxas de evasão, a ocupação de vagas ociosas e o aumento das vagas de ingresso, em especial, no período noturno. A proposta encaminhada pela instituição federal ao MEC deveria contemplar o acréscimo mínimo de 20% nas matrículas de graduação.

O Programa prevê ainda a adesão por parte das IFES à flexibilidade curricular em seus cursos, os quais poderiam ofertar formação inicial de curta duração e diplomas intermediários, cujos objetivos consistem em evitar a especialização precoce e, ao mesmo tempo, atender às diversidades regionais e às particularidades locais. Nos moldes do Processo de Bolonha²¹, a intenção era facilitar a mobilidade estudantil, seja interna, pela circulação estudantil entre cursos, incluindo a mudança de curso na instituição com aproveitamento de créditos, seja externa, pela circulação estudantil entre instituições de educação superior.

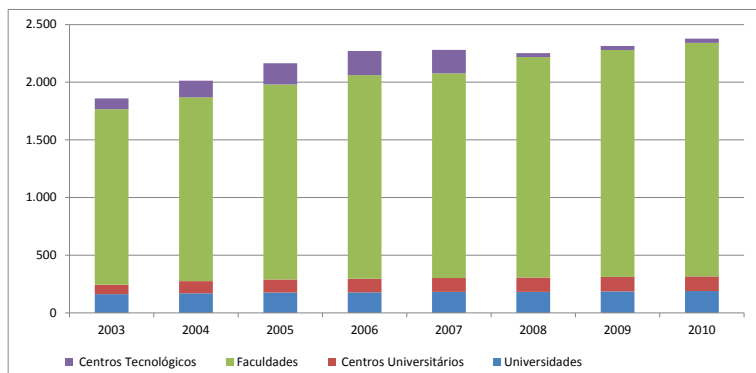


Gráfico 3: Evolução das instituições de educação superior, por organização acadêmica. Fonte: Censos da Educação Superior, MEC/INEP. Elaboração própria. (*) A partir de 2008, os dados para Centros de Educação Tecnológicos excluem aqueles não federais, por esse motivo, não foram reportados no gráfico.

21 O Processo de Bolonha é um documento conjunto assinado pelos Ministros da Educação de 29 países europeus, reunidos na cidade italiana de Bolonha. A declaração marca uma mudança em relação às políticas para a educação superior dos países envolvidos e estabeleceu um Espaço Europeu de Ensino Superior em comum, a partir do comprometimento dos países signatários em promover reformas de seus sistemas de ensino, no sentido de estabelecer um sistema de créditos transferíveis e acumuláveis, comum aos países europeus, para promover a mobilidade estudantil. Prevê-se ainda a adoção de um sistema baseado em três ciclos de estudos. Para melhor compreensão sobre o tema, consultar: LIMA, Licínio C.; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; CATANI, Afrânio Mendes. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a Universidade Nova. *Avaliação*. Campinas/Sorocaba, v. 13, n. 1, mar. 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772008000100002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 28 maio 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-40772008000100002>.

Os dados do Gráfico 3 mostram a trajetória das instituições de nível superior durante os dois mandatos de Lula, cujo crescimento foi de 27% no período. Percebe-se a predominância de estabelecimentos isolados na educação superior brasileira, com mais de 80% do total, deste, 93% são privados. O modelo universitário tem sido adotado em cerca de 8% das instituições, sendo 31% federais e 47% privadas. Os Centros Tecnológicos apresentavam, até 2007, participação um pouco superior, com a ausência da informação, apenas 1,6% deles são IFETs e CEFETs²². A despeito das mudanças legais com o intuito de regular o funcionamento, os Centros Universitários foram aqueles que mais cresceram no período, até mesmo por terem pequena representatividade no conjunto de instituições de educação superior. É importante ressaltar que no modelo institucional isolado, preferido pelo segmento privado, não há qualquer determinação legal quanto à titulação e dedicação exclusiva do corpo docente, bem como ao desenvolvimento da pesquisa e da extensão, o que pode comprometer a qualidade do ensino ofertado.

A política de expansão extensiva e intensiva do segmento federal no governo Lula tinha por objetivo reduzir as distâncias geográficas e as desigualdades da educação superior em termos regionais. Este foi o terceiro aspecto da política de expansão da educação superior. O programa de governo materializou-se em ação concreta, à medida que as universidades federais abriram novos *campi* no interior dos estados no âmbito dos projetos de expansão pactuados com MEC por intermédio do Reuni. Além disso, criaram-se novas universidades federais, todas localizadas em cidades interioranas. A redução das desigualdades regionais foi de responsabilidade do segmento federal, uma vez que as estratégias de mercado da iniciativa privada não passam, necessariamente, por preocupações de ordem social ou de redistribuição espacial. As IES privadas buscaram novos mercados nas regiões Norte e Nordeste e em

22 A redução dos centros de educação tecnológica federais no Censo da Educação Superior de 2008 deveu-se ao processo de reordenamento da rede federal em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs); da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), de Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ) e de Minas Gerais (CEFET-MG), e das Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais. Para análise histórica e crítica da educação tecnológica, consultar: OTRANTO, C.R. *A Política de Educação Profissional do Governo Lula*. Trabalho aprovado para apresentação na 34ª Reunião Anual da ANPEd. Natal, RN, 2011; SILVA JÚNIOR, João dos Reis; CATANI, Afrânio Mendes; CHAVES, Vera Jacob (orgs.). *Consequências da mundialização da universidade pública brasileira: pós-graduação, trabalho docente, profissionalização e avaliação*. São Paulo: Xamã, 2012.

idades do interior do país. Esse duplo efeito promoveu processo de interiorização e ligeira queda nas desigualdades regionais.

No segmento federal, ocorreu a ampliação das matrículas de 34% em 2003 para 43% em 2010, associada também ao crescimento da rede federal tecnológica que se pulverizou pelas cidades interioranas. No segmento privado, a trajetória foi oposta com aumento da participação de matrículas na capital de 46% para 49%.

Anos	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Total
2003	5,9%	16,1%	49,3%	19,2%	9,5%	3.887.022
2004	6,0%	16,3%	49,4%	19,1%	9,2%	4.163.733
2005	5,9%	16,6%	49,6%	19,0%	9,0%	4.453.156
2006	6,0%	17,0%	49,9%	18,3%	8,8%	4.676.646
2007	6,2%	17,5%	49,8%	17,7%	8,8%	4.880.381
2008	6,4%	18,0%	49,5%	17,5%	8,7%	5.080.056
2009	6,1%	18,9%	49,2%	16,9%	8,9%	5.115.896
2010	6,5%	19,3%	48,7%	16,4%	9,1%	5.449.120

Tabela 1: Distribuição de matrículas por região (2003-2010). Fonte: Censos da Educação Superior, MEC/INEP. Elaboração própria.

Nota-se na Tabela 1 que a disposição das matrículas no espaço caminhou para desconcentração quando comparada à dispersão demográfica. As regiões Norte e Nordeste ampliaram suas parcelas nas matrículas nacionais, embora a última tenha se mantido muito aquém dos 28% de representação populacional. O movimento deveu-se essencialmente ao segmento privado, que dobrou suas matrículas na primeira e cresceu 115% na segunda. Apesar da queda na participação, o Sudeste permaneceu sobrerrepresentado, pois este representa 42% da população nacional. Vale salientar que o poder indutor do segmento federal foi limitado diante do diminuto tamanho de sua rede quando comparado ao segmento privado.

A política educacional de expansão da oferta, por sua vez, expressou-se na direção do incremento das matrículas nos cursos noturnos. A iniciativa fez parte do documento de campanha, no qual o governo Lula, embora se preocupasse com a ociosidade existente no segmento federal, entendia que o acréscimo de vagas noturnas nas IFES era a medida mais adequada de acesso e de permanência no nível superior, sobretudo, do aluno trabalhador. Este instrumento compôs uma das dimensões do Reuni, a fim de reduzir a taxa de evasão, ocupar vagas ociosas e aumentar as vagas de ingresso.

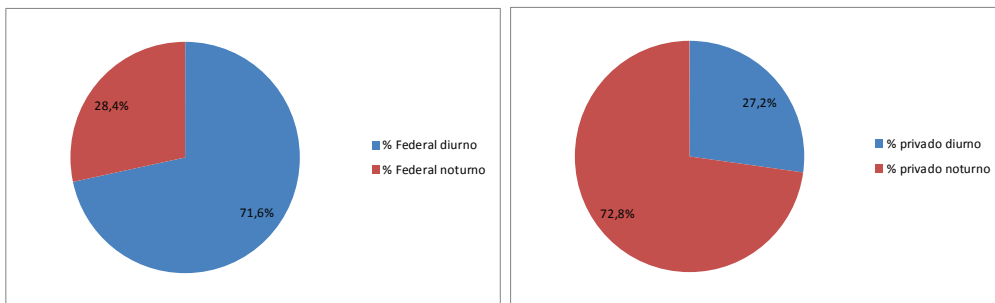


Gráfico 4: Distribuição de matrículas em cursos diurnos e noturnos nos segmentos federal e privado em 2010. Fonte: Censos da Educação Superior, MEC/INEP. Elaboração própria.

No documento do Reuni previa-se ampliar para 30% as matrículas noturnas. Em 2003, 25,5% dos alunos estudavam à noite nas IFES, em 2010, a parcela passou para 28,4%, ainda aquém da meta. No segmento particular, em 2003, existiam 68% das matrículas noturnas, sendo ampliadas para 73% em 2010. Conforme o Gráfico 4 mostra, há inversão entre os dois segmentos na distribuição de matrículas por turno. Segundo o Censo da Educação Básica de 2010, 34,5% dos alunos matriculados no ensino médio estudavam à noite, sendo que 98% deles nas redes estaduais, disso se depreende a necessidade de abertura de vagas e cursos à noite.

A formulação da política pública orientada para a expansão de matrículas, por meio do incremento na oferta, identificou a urgência em dar condições à demanda para pleitear e ter acesso às vagas disponíveis neste nível educacional. A superação desse obstáculo envolvia a continuidade e o aprofundamento da adoção de novas modalidades de entrada alternativas ao vestibular, e a promoção efetiva de políticas afirmativas. Mais do que isso, reconheceu-se que o principal desafio a ser enfrentado era a permanência dos alunos mais vulneráveis, os quais haviam superado as barreiras ao acesso no terceiro grau.

Os novos formatos de ingresso, como alternativa completa ou parcial ao vestibular, foram postos em prática pelas IES, com o aval do MEC durante a gestão de FHC. Neste interim, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) assumiu o protagonismo dentre os mecanismos existentes, sobretudo nos estabelecimentos privados, como instrumento mais democrático e confiável. Apesar do caráter não obrigatório aos concluintes do ensino médio, a prova nacional consolidou-se mediante à crescente adesão das IES. O governo Lula deu continuidade à iniciativa, por um lado, em face do sucesso dessa inovação institucional, tendo em vista que o custo político do seu abandono era demasiado elevado,

por outro lado, diante da crítica de alguns atores sociais ao vestibular tradicional. As críticas e sugestões endereçadas a esse modelo são muito diversas. Na agenda do ANDES-SN, bem como da UNE, constava como uma bandeira histórica a extinção progressiva do vestibular, já que sua existência justificava-se pelo fato de que o direito à educação não é assegurado pelo Estado, enquanto seus critérios de seleção apresentavam forte viés reprodutor das desigualdades sociais. A proposta alternativa das duas entidades consistia na sua substituição por políticas públicas que selecionariam os estudantes junto às escolas oficiais. A ABMES também se mostra favorável à flexibilização no ingresso, na medida em que possibilita liberdade de escolha a suas mantenedoras para combinarem, de forma mais conveniente – menos dispendiosa e/ou mais simplificada – mais de um formato seletivo.

Esse exame adquiriu centralidade como mecanismo de acesso às IES particulares no governo Lula com a implementação do Prouni. A nota obtida no Enem tornou-se o principal critério de seleção de bolsas de estudo para o programa. No segundo mandato, o Enem foi remodelado pelo MEC, a fim de transformá-lo no principal mecanismo de seleção das instituições públicas federais por meio do Sistema de Informações Unificado (Sisu).

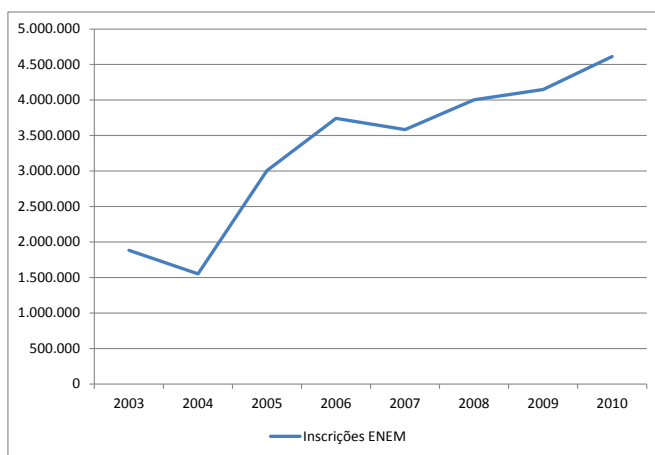


Gráfico 5: Evolução das inscrições no ENEM (2003 – 2010). Fonte: Sampaio²⁵. Elaboração própria.

25 SAMPAIO, E.M.R. *O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) nas Escolas de Campo Grande/MS: A influência na Prática Pedagógica segundo os Professores de Matemática*. 2012. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2012, p. 73.

Os dados constantes do Gráfico 5 mostram a trajetória da demanda por inscrições no Enem. Entre 2003 e 2010, os estudantes interessados em realizar o exame passaram de menos de 2 milhões para mais de 4,5 milhões, com crescimento de 145% em oito anos. Tais informações revelam o interesse em usá-lo como porta de entrada à educação superior.

Em que pese à supremacia do vestibular como porta de entrada na educação superior, o uso de outros processos seletivos²⁴ por instituições federais e privadas ganhou espaço e consolidou-se na educação superior. Nas IFES, aumentou o interesse dos candidatos²⁵ pelo caminho alternativo ao vestibular, sendo que representam 12% das inscrições, 14% de ingressos e, em 2008, 15% das vagas foram sob outros formatos. Quando se agregam os exames vestibulares a outros processos seletivos, percebe-se que no segmento federal a taxa de crescimento de vagas superou a de inscrições e ingressos sendo possível visualizar o impacto dos dois programas do governo Lula – Expansão Fase I e Reuni – bem como do acréscimo de vagas na rede federal tecnológica (Tabela 2). A discrepância entre a evolução de candidatos e vagas promoveu queda progressiva na relação candidato/vaga de 10,5, em 2003, para 8,0, em 2008. No caso das IFES, a preparação prévia exaustiva por parte dos pleiteantes para enfrentar a concorrência acirrada por vagas em cursos reconhecidos pela sociedade e pelo mercado de trabalho leva a uma taxa de ocupação de 96% em 2008²⁶.

24 O INEP classifica como “Outros Processos Seletivos” o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), a Avaliação Seriada no Ensino Médio, Vestibular + Enem, e como “Outras Formas de Ingresso” a mudança de curso, transferências, acordos internacionais, admissão de diplomados em curso superior e reabertura de matrícula. O segundo conjunto foi excluído da análise por não se tratar de seleção aberta e por abranger um conjunto oscilante de ingressantes, que não diz respeito à oferta educacional propriamente dita.

25 O número de inscritos nos processos seletivos não reflete com exatidão os demandantes, pois um estudante pode se inscrever em diversos exames vestibulares, bem como usar os resultados obtidos no Enem e na Avaliação Seriada para mais de um curso. Em face da inexistência de informações mais precisas, essas são utilizadas para mensurar candidatos e a relação candidato/vaga.

26 A taxa de ocupação das vagas é a proporção de vagas disponíveis preenchidas nos exames vestibulares e nos outros processos seletivos, e seu reverso é a taxa de ociosidade.

Ano	FEDERAIS								
	Candidatos			Vagas			Ingressos		
	Total	Vestibular	Outros Processos	Total	Vestibular	Outros Processos	Total	Vestibular	Outros Processos
2003	1.269.432	91,0%	9,0%	121.455	87,4%	12,6%	120.562	87,6%	12,4%
2004	1.287.605	89,6%	10,4%	123.959	87,3%	12,7%	122.899	87,4%	12,6%
2005	1.270.423	90,0%	10,0%	127.334	87,5%	12,5%	125.375	87,5%	12,5%
2006	1.280.503	88,4%	11,6%	144.445	86,8%	13,2%	141.989	87,0%	13,0%
2007	1.290.876	89,3%	10,7%	155.040	84,5%	15,5%	151.640	85,2%	14,8%
2008	1.357.275	88,4%	11,6%	169.502	85,0%	15,0%	162.115	85,9%	14,1%
Δ% 2003 a 2008	6,9%	3,9%	37,1%	39,6%	35,6%	67,0%	34,5%	31,8%	53,4%

Tabela 2: Evolução de candidatos, vagas e ingressos nas IFES (2003-2008). Fonte: Censos da Educação Superior, MEC/INEP. Elaboração própria. Obs. Não existem dados discriminados por vestibular e outros processos a partir de 2009.

Quanto ao segmento privado, a adoção de outros processos seletivos foi proporcionalmente mais comedida do que no segmento federal, representando 7,5% das inscrições e 10% de ingressos e 10,5% das vagas, em 2008. Quando se agregam os exames vestibulares a outros processos seletivos, percebe-se que na rede particular a taxa de crescimento de vagas foi bem superior àquela de inscrições e ingressos (Tabela 3). A relação candidato/vaga, que em 2003 já era bem baixa (1,6), caiu para 1,3, em 2008. No caso das IES, a taxa de ocupação era de 57,8%, em 2003, caindo ainda mais para 45,4% em 2008. O incremento da taxa de ociosidade pode ser entendido por inúmeros fatores. A disponibilidade excessiva de vagas por parte das IES, o desinteresse pelo curso/carreira escolhido, bem como a opção pelas IES públicas, afetaram a decisão de parte significativa dos futuros ingressantes, promovendo a desistência antes do início do curso.

Ano	PRIVADAS								
	Candidatos			Vagas			Ingressos		
	Total	Vestibular	Outros Processos	Total	Vestibular	Outros Processos	Total	Vestibular	Outros Processos
2003	2.532.576	92,5%	7,5%	1.721.520	90,7%	9,3%	995.873	91,9%	8,1%
2004	2.622.604	92,0%	8,0%	2.011.929	89,3%	10,7%	1.015.868	91,1%	8,9%
2005	2.754.326	91,3%	8,7%	2.122.619	89,0%	11,0%	1.108.600	90,9%	9,1%
2006	2.831.515	91,6%	8,4%	2.298.493	88,7%	11,3%	1.151.102	90,4%	9,6%
2007	2.901.270	92,5%	7,5%	2.494.682	88,9%	11,1%	1.183.464	91,3%	8,7%
2008	3.081.028	92,5%	7,5%	2.641.099	89,5%	10,5%	1.198.506	90,4%	9,6%
Δ% 2003 a 2008	21,7%	21,6%	22,3%	53,4%	51,5%	72,1%	20,3%	18,5%	41,3%

Tabela 3: Evolução de candidatos, vagas e ingressos nas IES (2003-2008). Fonte: Censos da Educação Superior, MEC/INEP. Elaboração própria. Obs.: Não existem dados discriminados por vestibular e outros processos a partir de 2009.

O crescimento na taxa de ociosidade motivou reivindicações de associações vinculadas às IES para que o MEC tomasse alguma

providência para resolver o problema. Este foi exacerbado pela dificuldade em manter a maioria do corpo discente até a conclusão dos estudos, diante do aumento da taxa de evasão. O Prouni originou-se, em parte, dessa pressão, uma vez que parcela de vagas não preenchidas transformou-se em bolsas de estudos mediante renúncia fiscal concedida pela União, de maneira a dar condições para que o aluno permanecesse no nível superior. É possível visualizar que no primeiro ano do programa houve ligeiro aumento na taxa de ocupação, todavia, o movimento mostrou-se ineficaz, pois nos anos seguintes o indicador de ociosidade só aumentou.

O segundo mecanismo de acesso à demanda tratava das políticas afirmativas. A temática fazia parte dos principais objetivos do programa de governo, buscando contemplar o ingresso de negros, estudantes pobres e egressos da escola pública.

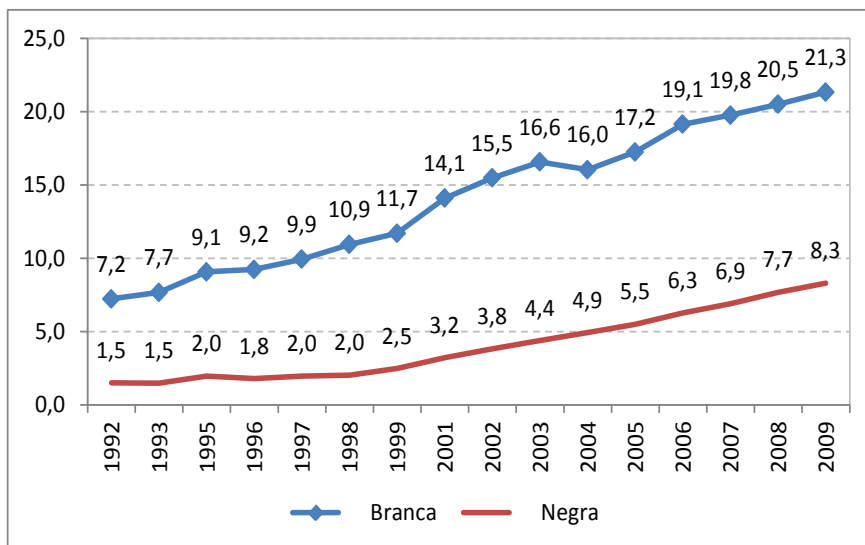


Gráfico 6: Taxa de escolaridade líquida na educação superior (%), por cor/raça (1992-2009). Fonte: Ipea²⁷. Obs.: Não constam os dados de 2000 e 2010 por se tratarem de anos de Censo Populacional.

Não há dúvida da discrepância no acesso à educação superior entre brancos e negros/pardos desde o início dos anos 1990 (Gráfico 6). A despeito do incremento de ambas, em 2005, a taxa de escolaridade líquida dos brancos era de 16,6% e dos negros e pardos de 4,4%. Diante dessa

27 INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). *Boletim de Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise*, Brasília, n. 20, nov. 2012.

constatação e da pressão dos movimentos sociais em defesa do acesso à educação superior de negros e indígenas, o Poder Executivo elaborou um Projeto de Lei (PL) encaminhado ao Congresso Nacional em regime de tramitação de urgência, com o intuito de criar um sistema especial de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições federais de educação superior. Todavia, o trâmite foi demasiado longo, sendo o PL arquivado em 2009. Ainda assim, o tema foi objeto de constante polêmica no Congresso Nacional e no meio acadêmico, sendo transformado em Lei apenas em 2012.

A ausência de regulamentação sobre políticas afirmativas levou as instituições federais a adotarem iniciativas diversificadas de inserção de alunos sob os critérios de renda ou étnico-raciais. No âmbito do Reuni, previa-se que as IFES adotassem ações afirmativas sem definir qualquer parâmetro ou meta específicos.

As políticas afirmativas nas instituições federais não se concretizaram como política pública durante a gestão de Lula, a despeito de diversas iniciativas das instituições federais e estaduais nessa direção. A título de exemplificação, cabe lembrar as iniciativas pioneiras, em 2003, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade de Brasília (UnB). No entanto, estas se tornaram realidade nos estabelecimentos particulares por meio do Prouni. É importante lembrar que o público alvo do programa é delimitado pelos critérios de renda: concessão de bolsa integral para estudantes cuja renda familiar *per capita* não ultrapasse um salário mínimo e meio, e de bolsa parcial de 50% para aqueles na faixa de renda de 1,5 s.m. até 3 s.m. Além disso, destina-se àqueles que cursaram o ensino médio completo em escola da rede pública ou como bolsistas integrais de escolas privadas, aos portadores de deficiência e aos auto declarados negros e indígenas.

As ações afirmativas adotadas nas IFES a partir de 2003²⁸, a adoção do Prouni a partir de 2005, associada à modificação introduzida no FIES a partir de 2004²⁹, podem ter impactado no aumento desses estudantes

28 Para a consulta da relação das IFES que adotaram ações afirmativas: PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz M. *Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil: 2007-2008*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. Disponível em: <http://www.laeser.ie.ufrj.br/PT/relatorios%20pdf/RDR_2007-2008_pt.pdf> Acesso em: 29. set. 2010.

29 Em 2004, a legislação sobre o FIES foi alterada para incluir o critério raça/cor entre as variáveis que compõem o cálculo do índice de classificação. Segundo o Ipea, a modificação resultou no acesso de 36 mil negros ao financiamento estudantil. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). *Boletim de Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise, Brasília*, n. 13, 2007. (Edição especial)

na educação superior. Do acumulado de bolsas do Prouni, entre 2005 e 2010, 48% foram destinadas a estudantes negros e pardos³⁰. Verifica-se no Gráfico 6 que a desigualdade foi reduzida em termos relativos, pois, em 2005, a taxa de escolaridade líquida para os brancos era 4 vezes maior que aquela calculada para os negros, em 2009, essa relação caiu para 2,6 vezes. É importante frisar que apesar das iniciativas em prol da redução da desigualdade em termos étnico-raciais, que se configuraram em políticas públicas por meio do segmento privado, o obstáculo ao acesso ao nível superior ainda permaneceu no horizonte como desafio a ser superado.

A expansão da oferta combinada ao incremento do acesso na educação superior constituem pilares essenciais da política pública direcionada à educação superior e devem ser acompanhados do equacionamento do financiamento à atividade educacional, levando-se em conta o quadro crônico de restrição fiscal do governo central brasileiro. Na próxima seção, procura-se explicitar a formulação e a ação estatal quanto ao financiamento destinado à oferta e à demanda educacional federal e privada.

Financiamento da Educação Superior

Na plataforma política do candidato Lula à Presidência, em 2002, o documento denunciou um quadro de redução do financiamento à educação superior federal traduzido na queda drástica dos gastos da União com suas instituições. Dentre os compromissos assumidos estava assegurar fluxo de investimentos estatais para o segmento federal, visando a melhoria da qualidade do ensino ofertado.

A racionalização administrativa foi eleita como medida necessária, se bem que sempre acompanhada de acréscimo no aporte de recursos. A transposição dos saldos financeiros de um ano para o próximo e a transferência de fundos entre categorias orçamentárias faziam parte do rol de providências a serem tomadas no intuito de promover economia de verbas federais.

A iniciativa que expressou a combinação de racionalização de gastos e o aumento de verbas públicas foi consubstanciada nos programas Expansão Fase I e Reuni. No âmbito deste último, os planos de reestruturação estabeleceram meta de redução de gastos por aluno e previam acréscimo de recursos para construção e readequação de infraestrutura

³⁰ Dados retirados do site: <http://prouniportal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

e equipamentos; compra de bens e serviços essenciais e despesas de custeio e pessoal, associadas à expansão das atividades de cada universidade no período de cinco anos, até atingir o montante de 20% do previsto para 2007.

No que diz respeito aos recursos do fundo público direcionados ao segmento federal, observa-se o comportamento das despesas com pessoal, manutenção e investimento das IFES ao longo da gestão de Lula (2003 -2010) comparando-se com a gestão de seu antecessor (1995-2002)³¹. Os gastos com pessoal e encargos sociais são destinados ao pagamento do pessoal ativo³², o custeio da máquina pública envolve a aquisição de material de consumo, pagamento de serviços de terceiros (pessoa física e jurídica), pagamento de água, luz, telefone, fotocópias, conserto de equipamentos e reparos em prédios, enquanto os investimentos referem-se à realização de obras, aquisição de equipamentos, material permanente, livros, etc.

Os gastos do MEC com as IFES entre 1995 e 2005 foram oscilantes, sendo que o aporte de recursos exclusivos de Tesouro Nacional teve seu ápice em 1995, como reflexo do aumento concedido ao funcionalismo público no ano anterior, que repercutiu na folha salarial no primeiro ano da gestão de FHC. A partir de 2006, a recuperação significativa pode ser compreendida em virtude não só da implementação dos programas de expansão, mas também da inflexão na política fiscal que permitiu maior grau de liberdade por parte do Poder Público com os gastos, associada a um novo contexto político dado pela mudança na composição partidária da Câmara dos Deputados, eleita em 2006, e na base de coalização do governo refletida nos Ministérios³³. Em termos gerais, os oito anos de governo Lula representaram um acréscimo médio anual de 6,6% nas despesas com as IFES³⁴, enquanto no período FHC houve queda de 0,5% (Gráfico 7a). Vale ponderar que uma parcela é proveniente de recursos

31 As transferências orçamentárias aos estabelecimentos federais foram colhidas da Lei Orçamentária Anual (LOA), sendo que foram retirados os valores liquidados atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), indicador usado para cálculo em termos reais. Das informações constantes da Execução Orçamentária da União, foram filtradas as despesas oriundas do MEC sob a rubrica “ensino superior”. Os valores foram discriminados por Grupos de Natureza de Despesa (GND), em gastos com pessoal e encargos sociais; outras despesas correntes; investimentos e inversões financeiras. Este último componente não será tratado, pois são valores ínfimos sem representatividade estatística.

32 Foram excluídos os gastos com aposentados, pensionistas e precatórios.

33 AMITRANO, Claudio Roberto. *Crescimento e Democracia no Brasil*. Brasília: Ipea, 2010. (Mimeo)

34 As taxas de crescimento foram anualizadas de modo a permitir a comparação entre dois governos, uma vez que não existem informações para o ano de 1994, o que im-

próprios das IFES para cobrir outras despesas correntes e de investimentos. De todo modo, o aporte crescente de recursos do Tesouro Nacional associado às receitas de outras fontes criou um movimento de sinergia a favor da recuperação da infraestrutura das IFES já existentes e da criação de novas universidades, as quais também passaram a receber recursos próprios pelos serviços prestados³⁵.

Tendo em vista que a maioria dos gastos provenientes do Tesouro Nacional com as IFES destinam-se ao pagamento de pessoal e encargos, esta categoria dá o tom no movimento das despesas do MEC com o ensino superior³⁶. Entre 2003 e 2005, tais gastos foram relativamente estáveis, enquanto nos anos seguintes a massa salarial apresentou crescimento real, devido a reposições salariais, a contratação de um contingente expressivo de docentes e funcionários para as instituições recém-criadas, bem como para a reposição do quadro funcional. Em termos gerais, a taxa de crescimento anual dessas despesas foi de 3,7%, movimento divergente com relação ao governo FHC, quando houve decréscimo de 0,7% a.a., no pagamento de pessoal e encargos (Gráfico 7b).

No que tange às outras despesas correntes, a categoria apresentou decréscimo apenas no primeiro ano do mandato de Lula. Nos anos seguintes, a taxa de crescimento dos gastos com bens e serviços superou o incremento com a folha salarial, o que ampliou sua participação no cômputo dos gastos com as IFES. Isto decorreu do acréscimo nas compras de suprimento de material permanente e de serviços essenciais em virtude do processo de expansão em andamento nas IFES. A taxa de crescimento anual dessas despesas foi de 13%, novamente, muito superior ao ínfimo 1,5% verificado no governo anterior (Gráfico 7c). Vale salientar que o financiamento desta categoria de despesa é feito tanto

pede a apuração da taxa de crescimento ocorrida no primeiro ano do governo FHC.

35 Na execução orçamentária do MEC, na rubrica ensino superior, estão contidos os orçamentos de todas as IFES, isto é, estão incluídos os recursos próprios provenientes de receitas extraorçamentárias, tais como prestação de serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS) pelos hospitais universitários, taxas, aluguéis, doações, receitas derivadas de aplicações financeiras, empréstimos, e outros. A opção metodológica foi apresentar as despesas provenientes de todas as fontes e aquelas originadas de receitas orçamentárias do Tesouro Nacional, que envolvem, na maioria, os recursos ordinários e recursos de manutenção e desenvolvimento da educação (MDE). Desta forma, é possível examinar a exata dimensão das decisões de política pública atinentes a este nível educacional, à medida que permite, quando desejado, excluir o aporte dos demais recursos recebidos pelas IFES, que não decorrem do poder discricionário de estímulo à educação superior federal.

36 O pagamento de pessoal e encargos representava 86,5% em 2003 e passou para 70% em 2010 do total das despesas das IFES.

pelo Tesouro Nacional como por recursos próprios e passou a representar, em 2010, cerca de 20% das despesas das IFES.

O discurso governamental a respeito da necessidade de recuperação da capacidade de investimento das IFES materializou-se através da política pública de criação de novas instituições e de novos *campi* nas universidades já existentes. Esse foi o componente de gasto que sofreu a maior inflexão em virtude da realização de obras, aquisição de equipamentos para os novos laboratórios e livros para as novas bibliotecas. A queda vertiginosa de 20% a.a. durante a gestão de FHC deu lugar a taxa de incremento médio de 42,7% a.a (Gráfico 7d). Com isso, o investimento, que representava em 2002 apenas 1% dos gastos com as IFES, teve sua participação ampliada para 11% em 2010. Cabe ponderar que esses dados se referem ao gasto com investimento financiado por todas as fontes de receita.

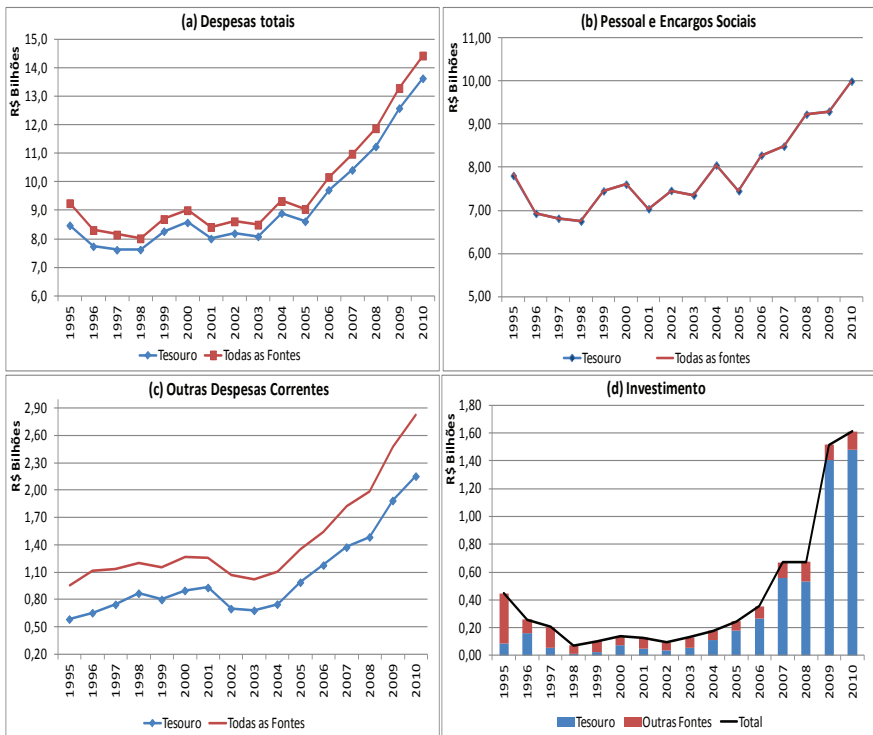


Gráfico 7: Despesas das IFES (1995-2010) a preços de 2010 - IPCA. Fonte: SIAFI. Elaboração própria.

O Gráfico 7d evidencia a ruptura no perfil de financiamento das IFES entre as duas gestões. Nele é possível visualizar a inflexão

na trajetória dos gastos com investimento, bem como a mudança na composição das fontes de recursos. Em outras palavras, a queda sistemática de recursos na gestão de FHC poderia ter sido agravada se os recursos próprios não desempenhassem papel fundamental de suprir o mínimo necessário para funcionamento do aparato institucional das IFES. Por sua vez, o governo Lula não apenas recuperou a capacidade de investimento do segmento federal, mas também restabeleceu o protagonismo do Tesouro Nacional como indutor da política pública.

Por sua vez, o direcionamento de recursos às IES privadas permaneceu no horizonte da política pública. Apesar da crítica severa ao crescimento exacerbado do segmento particular, a agenda governamental não descartou a continuidade da renúncia fiscal, vigente desde a Reforma Universitária de 1968, como estímulo ao crescimento intensivo e extensivo das IES³⁷.

Desde o início do governo Lula, instituições representativas das IES privadas vinham se queixando nos meios de comunicação de massas sobre o alto grau de inadimplência, desistência e evasão, situação que já havia sido identificada no programa de governo do então candidato à Presidência. A fim de resolver tais problemas, a política pública contemplou os interesses das IES particulares através do Prouni que previa, entre seus objetivos, reduzir taxa de evasão escolar e, ao mesmo tempo, dar condições para a sustentação financeira dos estabelecimentos particulares já existentes. Além disso, pretendia-se fazer cumprir a legislação que determina que entidades filantrópicas destinem 20% da receita em gratuidade. Em troca da oferta de bolsas de estudos, as IES teriam direito à isenção fiscal do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e de três contribuições: Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS)³⁸.

37 Para análise mais aprofundada sobre a renúncia fiscal e sua influência no processo expansivo das IES privadas durante o regime militar, remete-se à CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. *Reforma Universitária e os Mecanismos de Incentivo à Expansão do Ensino Superior Privado no Brasil (1964-1984)*. 2002. 174 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2002. Desde 1946, a Constituição Federal determina que os estabelecimentos educacionais sem fins lucrativos sejam imunes ao pagamento de impostos sobre a renda, o patrimônio e os serviços.

38 Sobre o efeito diferenciado por tipo de instituição privada, consultar: CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. O Prouni no Governo Lula e o Jogo Político em torno do acesso ao Ensino Superior. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 27, n. 96, p. 979-1000, out. 2006. (Especial). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=Soi01-73302006000300016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 28 maio 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/Soi01-73302006000300016>

Conforme mostram os dados da Tabela 4, é possível visualizar crescimento expressivo da renúncia fiscal de 447% em 5 anos de vigência do Prouni. As desonerações do IRPJ e da CSLL correspondem, exclusivamente, às IES lucrativas, enquanto a COFINS reduz os custos tributários das empresas educacionais e das entidades sem fins lucrativos. Já o PIS que atinge indistintamente os três modelos institucionais e foi o de menor importância em termos relativos³⁹.

Ano	MATRÍCULAS PRESENCIAIS EM IES PRIVADAS	BOLSAS PROUNI OFERTADAS	BOLSAS PROUNI OCUPADAS	BOLSAS PROUNI OCUPADAS/ OFERTADAS	BOLSAS PROUNI OFERTADAS/ MATRÍCULAS	BOLSAS PROUNI OCUPADAS/ MATRÍCULAS	Gasto Tributário a preços de 2010 (IPCA)	Custo por bolsa ofertada	Custo por bolsa ocupada
2005	3.260.967	112.275	95.611	85%	3,4%	2,9%	134.545.546	1.198,36	1.407,22
2006	3.467.342	138.668	109.018	79%	4,0%	3,1%	263.844.908	1.902,71	2.420,20
2007	3.639.413	163.854	105.573	64%	4,5%	2,9%	408.047.858	2.490,31	3.865,08
2008	3.806.091	225.005	124.617	55%	5,9%	3,3%	479.661.461	2.131,78	3.849,09
2009	3.764.728	247.643	161.361	65%	6,6%	4,3%	561.957.485	2.269,22	3.482,61
2010	3.987.424	241.273	152.720	63%	6,1%	3,8%	601.272.945	2.492,09	3.937,09
Δ% 2005 a 2010	122,3%	214,9%	159,7%				446,9%	208,0%	279,8%

Tabela 4: Matrículas, bolsas, renúncia fiscal do Prouni e custo por aluno (2005-2010).
Fontes: Censos da Educação Superior (INEP), SISPROUNI/MEC e Secretaria da Receita Federal (2011 e 2012). Elaboração própria.

No que tange ao direcionamento de verbas estatais à demanda estudantil, o diagnóstico era claro: a melhoria no acesso à educação superior está diretamente atrelada ao financiamento da demanda, mas isso não é suficiente. Torna-se necessário dar condições de permanência à população estudantil, sobretudo, aquela proveniente das camadas sociais mais pobres. Os instrumentos para viabilizar essa empreitada são: a assistência estudantil ao segmento federal e a concessão de bolsas de estudos e de crédito educativo aos alunos matriculados em instituições particulares.

39 A Secretaria da Receita Federal passou a divulgar, a partir de 2004, o relatório intitulado “Demonstrativo dos Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária” que contém os valores não arrecadados de tributos federais em decorrência da renúncia fiscal. O gasto tributário destinado exclusivamente à educação superior passou a constar desse relatório, e, a partir de 2006, a desoneração fiscal relativa ao Prouni. Para acesso a tais informações, consultar: SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL (SRF). *Demonstrativo de Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária* (Gastos Tributários) 2008. março 2011. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/EstudoTributario/BensTributarios/2008/DGT2008.pdf>> Acesso em: 25 mar. 2015; e SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL (SRF). *Demonstrativo de Gastos Governamentais Indiretos de Natureza Tributária* (Gastos Tributários). março 2012. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/publico/EstudoTributario/BensTributarios/2004/DGT2004.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2015.

De acordo com o programa de governo, a gestão de Lula entendia que a assistência estudantil ao segmento federal era importante instrumento de estímulo à expansão pública e, ao mesmo tempo, tinha papel de não só de promover o acesso, mas a permanência à população proveniente das camadas sociais mais pobres, em especial, aquelas que chegaram ao nível superior através de ações afirmativas das IFES.

No âmbito do Reuni, foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) para minimizar as dificuldades desses estudantes. As IFES participantes poderiam usar as verbas orçamentárias para alimentação, transporte, moradia, apoio pedagógico, inclusão digital, assistência à saúde, cultura, esportes e creche.

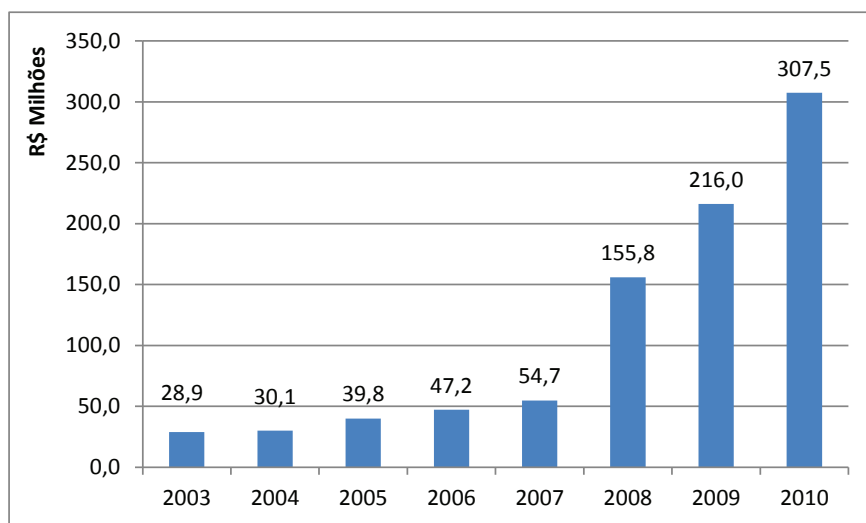


Gráfico 8: Assistência ao estudante do ensino de graduação (2003-2010) a preços de 2010 (IPCA). Fonte: SIAFI. Elaboração própria.

As transferências orçamentárias cresceram mais de 960% nos oito anos. No entanto, o grande salto ocorreu em 2008 com a implementação do PNAES com acréscimo de 185% nos recursos entre 2007 e 2008⁴⁰. Em suas nove dimensões o programa beneficiou 408.500 estudantes das IFES em 2009⁴¹. Isto representa 54% do total de matriculados no segmento federal, superando os 43% de estudantes com renda familiar média mensal correspondente às classes socioeconômicas C, D e E, sendo que

⁴⁰ Os valores estão contabilizados na ação 4002 sob a designação de “Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação” da Execução Orçamentária da União.

⁴¹ BRASIL, Ministério da Educação. *Sinopse das Ações do Ministério da Educação*. MEC. nov. 2010. Disponível em: www.mec.gov.br. Acesso em: 17 ago. 2013.

46% estudaram em escolas públicas de ensino médio⁴². Pode-se inferir considerável avanço na assistência estudantil, na medida que o auxílio aos alunos mais vulneráveis deixou de ser responsabilidade exclusiva das IFES e passou a ser política pública regular a partir de 2008.

Outro caminho escolhido pelo governo Lula para o financiamento à demanda estudantil foi por meio do sistema de bolsas de estudos como maneira de combater a inadimplência e a evasão no ensino particular, uma vez que no programa de governo identificava que o sistema de crédito educativo vigente era insuficiente e inadequado.

Em linhas gerais, o Prouni discorria sobre a oferta de bolsas de estudos para um público específico nas IES privadas em troca de renúncia fiscal, concedida pelo governo federal a essas instituições. Em outras palavras, a permuta permitiria estimular a demanda estudantil oferecendo a gratuidade parcial ou integral, com o intuito de reduzir a evasão e a desistência e ocupar as vagas ociosas.

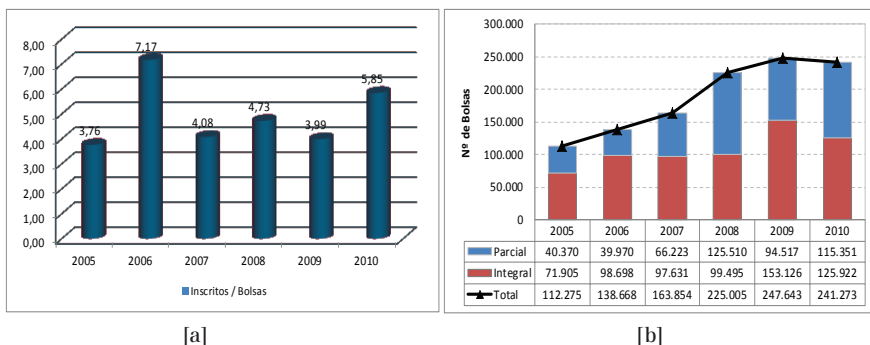


Gráfico 9: Evolução da relação entre inscritos e bolsas ofertadas (a) e de bolsas do Prouni, por tipo de bolsa (b) (2005-2010). Fonte: MEC. Elaboração própria.

As informações contidas no site do MEC ilustram a abrangência e a evolução do Prouni entre 2005 e 2010. No Gráfico 9a, nota-se que a concorrência da demanda potencial por bolsas foi acirrada nos quatro anos, sendo 2006 o ano de maior procura com mais de sete estudantes em disputa por uma bolsa de estudos. É importante ressaltar que essa relação candidato/vaga é bem superior àquela observada no segmento particular de cerca de um candidato por vaga. A taxa de crescimento na

42 BRASIL, Ministério da Educação. *II Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior*. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. Brasília: FONAPRACE, 2004. Esse documento deu subsídios para a constituição do PNAES.

quantidade de bolsas ofertadas foi de 115%, menos intensa que o incremento da procura de 234%.

Quanto à distribuição dos beneficiários por tipo de bolsas, observa-se no Gráfico 9b, que nos três primeiros anos prevaleceu a maior proporcionalidade de bolsas integrais, porém em 2008 houve uma situação atípica, com acréscimo de 89,5% nas bolsas parciais, o que resultou no predomínio das segundas sobre as primeiras. Este resultado está atrelado às decisões estratégicas das IES que escolhem a composição de bolsas mais conveniente, uma vez que as instituições lucrativas e as sem fins lucrativos podem optar apenas entre os critérios de concessão de bolsas integrais ou da combinação de ambas. Entre 2008 e 2010, o total de bolsas ofertadas superou a meta do programa de governo ao beneficiar 180 mil estudantes⁴⁵.

Quando se relaciona o total de bolsas ofertadas à desoneração fiscal do programa, na Tabela 4, percebe-se que as bolsas vinculadas ao Programa apresentaram um custo oscilante entre 2005 e 2010. Ainda assim, em 2010, quando o valor foi o mais elevado – em torno de R\$ 4.000,00 por bolsa ocupada – corresponderia a uma mensalidade média de R\$ 330,00, bastante aquém dos preços de mercado das mensalidades escolares.

Os dados da Tabela 4 revelam que a parcela de estudantes que ingressa na educação superior particular por intermédio do programa, apesar de crescente a cada ano, ainda é demasiado diminuta, visto que chegou-se a 7% dos matriculados como beneficiários potenciais em 2009. Ademais, salienta-se a queda na relação bolsas ocupadas e ofertadas até 2008, sendo que neste ano, a taxa de ociosidade foi de 45%. Em 2010, houve queda na proporção de bolsas ofertadas e ocupadas, sendo que menos de 4% dos estudantes matriculados no segmento particular usufruíram da gratuidade parcial ou integral.

O preenchimento de vagas ociosas nas IES concretiza-se a baixo custo unitário, de modo a cumprir os ditames da política fiscal. Ainda assim, vale frisar que o gasto tributário cresceu em ritmo bem mais acelerado do que a oferta de bolsas, o que caracteriza perda do poder indutor da política pública.

43 Diante das críticas pertinentes sobre as dificuldades financeiras que vivem os alunos pobres, que não se resolvem na ausência de pagamento de mensalidades, a partir de 2006, o MEC passou a conceder bolsa de permanência no valor de R\$ 500,00 para as despesas de transporte, alimentação e material didático aos beneficiários que estudam em tempo integral. Esse programa complementar de bolsas de estudos foi concebido com recursos orçamentários do Ministério da Educação.

É importante frisar que há transferência de recursos do segmento público ao privado, à medida que a arrecadação do IRPJ faz parte da composição das receitas vinculadas, o que, todavia, não é verdadeiro para as contribuições, cujo impacto não interfere nas verbas vinculadas, mas afeta, por suposto, a arrecadação previdenciária. A isenção do imposto sobre a renda concedida a um número elevado de IES pode levar a queda substantiva no valor do fundo constitucional dedicado à manutenção e ao desenvolvimento do ensino público federal e também estadual e municipal, por meio do Fundo de Participações de Estados (FPE) e do Fundo de Participações de Municípios (FPM), já reduzido pela incidência da Desvinculação das Receitas da União (DRU)⁴⁴.

No entanto, esse mecanismo que beneficiou a oferta, repercutiu na inclusão de estudantes oriundos das camadas mais pobres, ao desempenhar o duplo papel de contemplar a demanda e a oferta. Estudos de caso realizados na PUC de São Paulo⁴⁵ e, ao que tudo indica, na PUC do Rio de Janeiro⁴⁶, com o intuito de captar a percepção dos beneficiários sobre o programa chegam à mesma conclusão. Em que pese as dificuldades enfrentadas, a “fala” dos bolsistas foi no sentido de enaltecer o papel do Prouni “como porta de entrada a um universo acadêmico até então distante”.⁴⁷

Por fim, o governo Lula retomou o crédito educativo na sua plataforma política, quando propôs substituir o modelo vigente do FIES por um novo Programa Social de Apoio ao Estudante, que levaria em conta critérios de carência dos candidatos e de qualidade das IES e dos cursos. Esse posicionamento também foi defendido pelo Ministério da Fazenda, por entender que os empréstimos a estudantes de baixa renda com taxas

44 A Emenda Constitucional nº 59/09 dispõe sobre a extinção gradual da Desvinculação de Receitas da União (DRU) para a educação a partir de 2009 até sua completa extinção em 2011. Com o fim da DRU, segundo informações do MEC, haveria cerca de R\$ 9 bilhões a mais por ano em seu orçamento.

45 COSTA, Fabiana. *PROUNI. O olhar dos estudantes beneficiados*. São Paulo: Michelotto, 2010. Nessa pesquisa, os entrevistados destacam, dentre outros desafios, a necessidade de ampliar o número de bolsas permanência.

46 Ver a pesquisa desenvolvida por CARVALHO, J.C. *O Prouni como Política de Inclusão: Estudo de Campo sobre as Dimensões Institucionais e Intersubjetivas da Inclusão Universitária, junto a 400 Bolsistas no Biênio 2005-2006*. 30ª Reunião da ANPED, 2007, Caxambu-MG. *Anais eletrônicos...* Caxambu: ANPED, 2009. Disponível em: <<http://www.anped11.uerj.br/>>. Acesso em 17 ago. 2009. Embora o pesquisador não tenha feito referência ao nome da IES objeto do estudo de caso, presume-se que se trata da PUC do Rio de Janeiro pela descrição das características institucionais e pelo vínculo profissional que ele estabelece junto à Universidade.

47 COSTA, Fabiana. op. cit., p. 116.

subsidiadas permitiria ampliar o acesso e a permanência a custos mais reduzidos para o governo federal⁴⁸.

O número de contratos foi reduzido nos dois primeiros anos do governo Lula e, com crescimento de 85% em 2005, alcançou o ápice da série histórica com cerca de 81 mil contratos (Gráfico 10a). O desempenho pode ser explicado devido ao Prouni priorizar a distribuição de recursos dos empréstimos estudantis às IES participantes do FIES e, reciprocamente, este priorizou os bolsistas parciais na obtenção de crédito para cobrir 50% dos encargos educacionais restantes.

Em 2006, a mudança na sistemática de cobrança reduziu, de forma significativa, a taxa de juros e diferenciou os cursos prioritários dos demais. Em 2008, houve nova alteração nas regras para permitir o financiamento integral dos bolsistas do Prouni e a diferenciação na parcela a ser financiada, de acordo com o tipo de curso escolhido, entre 75% e 50%. Apesar dessas inovações em prol da indução do acesso da demanda privada ao crédito educativo, o número de contratos decresceu anualmente e chegou, em 2008, a pouco mais da metade dos contratos firmados no primeiro ano da série (Gráfico 10a). Diferente da meta quantitativa pretendida de atingir 396 mil alunos, a quantidade de contratos mostrou-se ainda mais insignificante, uma vez que no ano de 2005, com cerca de 80 mil contratos, estes representaram apenas 2,5% das matrículas privadas.

No Gráfico 10b é possível notar que os recursos para o FIES tiveram um pequeno acréscimo no primeiro ano, somados ao resíduo proveniente dos contratos em vigência do extinto Programa Crédito Educativo. No ano seguinte houve decréscimo e em 2005 os valores foram recuperados e mantiveram a trajetória de taxa de crescimento oscilante até 2009.

Constata-se que o FIES ficou bastante aquém do esperado e perdeu protagonismo quanto ao papel de estímulo à demanda. Este fenômeno pode ser compreendido no governo Lula pelo maior interesse dos estudantes provenientes das camadas mais pobres pelo Prouni, uma vez que a maioria beneficiou-se de bolsa de estudo integral a qual não envolve qualquer contrapartida financeira do alunado. No caso dos alunos pleiteantes à bolsa parcial, há opção entre o pagamento dos encargos educacionais ou recorrer ao financiamento estudantil. De todo modo, apesar da flexibilidade nas regras e a redução da taxa de juros subsidiada em 2010,

48 Ver a este respeito: BRASIL, Ministério da fazenda (MF). Secretaria de Política Econômica. *Gasto Social do Governo Central: 2001 e 2002*. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.fedepsp.org.br/superior/gasto_social_01_02.pdf. Acesso em: 17 ago. 2013.

que dobraram o número de contratos, estes representam somente 2% das matrículas privadas.

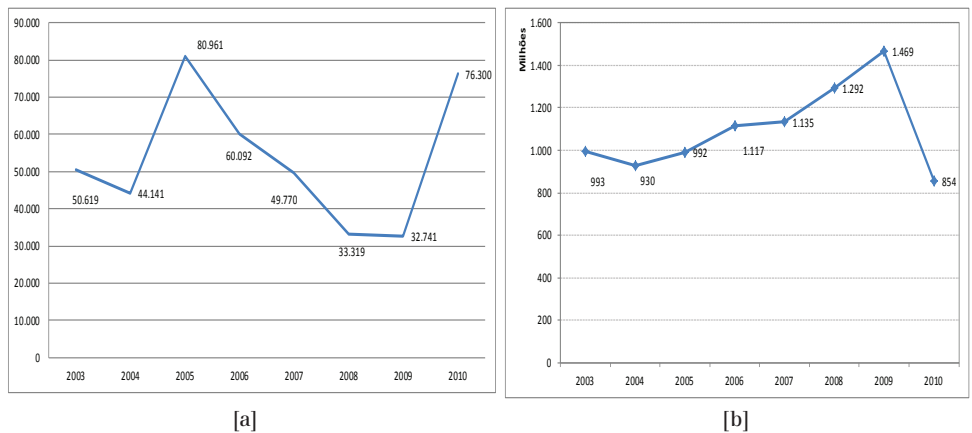


Gráfico 10: Evolução do n. de Contratos (a) e das Despesas (b) com Crédito Educativo/FIES, a preços de 2010 (IPCA) - (2005-2010). Fonte: CEF; SIAFI. Elaboração própria.

Ao que tudo indica, ainda restam obstáculos oriundos das condições socioeconômicas do público alvo do programa. Os elementos limitantes residem na insegurança do aluno frente ao compromisso a ser assumido a título oneroso de longo prazo em face da instabilidade profissional após a formatura, bem como a exigência de fiador que comprove renda igual para bolsistas do Prouni ou o dobro do valor das mensalidades para demais, uma vez que os prováveis fiadores são familiares que vivem sob as mesmas condições precárias que o estudante.

O financiamento da demanda no governo Lula caracterizou-se pela articulação e complementariedade entre o Prouni e o FIES, sendo que o primeiro assumiu centralidade na política pública, restando ao financiamento estudantil o papel de coadjuvante.

Considerações Finais

A agenda governamental destinada à expansão da educação superior do governo Lula não foi implementada em sua totalidade. Houve inúmeras resistências dos atores governamentais, sobretudo do Ministério da Fazenda na direção de contenção de gastos públicos, e dos atores sociais. A despeito da prioridade anunciada ao segmento federal, e em que pese o fato de que as taxas de crescimento de matrículas tenham

sido reduzidas e as taxas de ociosidade em sentido oposto, os resultados não demonstram a existência de inversão na tendência de predomínio do crescimento privado. Em face da dimensão adquirida pelo segmento desde a década de 1970, a marcha de expansão em curso nas universidades e institutos técnicos federais tem sido significativa, porém não o bastante para reverter esse cenário. A novidade foi o fenômeno de expansão das instituições mercantis, sendo que a iniciativa privada empresarial soube aproveitar-se das inovações e da redução dos requisitos do governo FHC para buscar soluções de mercado mais lucrativas. No governo Lula, essas IES passaram a ser beneficiadas pela retomada da desoneração tributária pelo Prouni, de modo que a lógica empresarial combinou-se à renúncia fiscal, até então restrita ao modelo sem fins lucrativos.

O arrefecimento do processo de expansão da educação superior pelo segmento privado foi acompanhado da continuidade dos mecanismos que deram suporte a ele, sendo reforçados com o Prouni. Por sua vez, a política pública consubstanciou-se na combinação de crescimento intensivo e extensivo acompanhado do acréscimo de recursos ao segmento federal. Em face da perda de importância do FIES, conclui-se que o governo Lula direcionou a política pública em duas frentes: deu início ao PNAES, destinado ao alunado do segmento federal, e concedeu bolsas de estudos aos estudantes das IES por meio do Prouni. Tais inovações em prol das camadas sociais mais pobres foram gestadas sob a lógica de não apenas permitir o ingresso, mas também dar condições para os estudantes permanecerem no nível superior.

A partir da análise dos dados orçamentários destinados ao segmento federal no governo Lula foi possível depreender que a continuidade do padrão de financiamento, vigente nos primeiros anos, deu lugar à retomada do papel de agente indutor do Estado brasileiro no financiamento do segmento federal. A recuperação dos gastos com as IFES em suas três categorias principais, mas, sobretudo, a inflexão dos gastos com investimento é emblemática do rompimento do modelo arquitetado na gestão de FHC, devolvendo a centralidade ao segmento federal na agenda pública. Quanto ao segmento particular, os instrumentos existentes permaneceram no horizonte da política pública com o reforço da desoneração tributária às IES que aderiram ao Prouni. Depreende-se que a principal característica do financiamento à oferta foi ampliar o escopo, de modo a contemplar as duas faces do sistema de educação superior.

O aporte de recursos deve ter aumentado devido à continuidade do Reuni até 2012, o surgimento de novos estabelecimentos e *campi* nas instituições já existentes e a reorganização dos IFETs. Da mesma

forma, a tendência é ampliar as verbas orçamentárias para a assistência estudantil. A despeito disso, é importante lembrar que o montante de financiamento ao segmento federal é demasiado insuficiente, em face do esforço de expansão intensiva e extensiva em curso, cujas evidências concretas estão na precariedade da infraestrutura das novas instituições e nas necessidades de contratação de pessoal docente e técnico-administrativo, e de investimento nas existentes, diante do processo acelerado de interiorização e de constituição de múltiplos *campi*.

O financiamento da demanda também foi ampliado em duas frentes: deu início ao Programa de Assistência Estudantil destinado ao alunado do segmento federal e concedeu bolsas de estudos aos estudantes das IES através do Prouni. Portanto, a marca do governo Lula foi ampliar a abrangência e a diversidade dos instrumentos financeiros, de modo a contemplar os interesses do segmento federal e particular, tanto da comunidade acadêmica das IFES como dos donos dos estabelecimentos particulares, e da mesma forma o alunado que estuda nas IES e nas IFES.

Nesse padrão de crescimento em desaceleração, acompanhado da concessão de gratuidade integral ou parcial – bolsas do Prouni e FIES – que extrapola os muros das IFES, persistem no governo Lula os dilemas oriundos da singularidade brasileira na qual a desigualdade social é uma marca indelével. Os elementos mais evidentes estão na crescente ociosidade, que ultrapassou o patamar de 50% de vagas não preenchidas no segmento particular, combinada à persistência das baixas taxas de escolaridade líquida e bruta. A despeito dos avanços na expansão e na melhoria no acesso, o desafio central consiste em interromper um processo enraizado e naturalizado na cultura e na sociedade brasileira de que as diferenças abissais de escolaridade existentes no Brasil são inerentes ao mundo capitalista. Por certo não são, mas a superação desse desafio será realidade somente quando houver uma transformação significativa no sentido de equacionar as desigualdades sociais, espaciais e étnico/raciais.

Sobre a autora:

Cristina Helena Almeida de Carvalho

Professora Adjunta do Departamento de Planejamento e Administração da Educação (PAD) da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS), mestre e doutora em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisadora em política educacional, sobretudo, em expansão e financiamento da educação superior. E-mail: cristinahelena@fe.unb.br

Cidades na era Lula o lento abandono dos processos participativos

Fernando Luiz Lara¹

Resumo

Os protestos que varreram o país em junho de 2013 nos deixaram a certeza de que apesar de todos os avanços da Era Lula (crescimento econômico com distribuição de renda e estabilidade política), as cidades brasileiras não estão melhores do que há 10 anos. Enquanto, por um lado, avançamos em áreas como acessibilidade e saneamento de vilas e favelas, por outro lado, gastamos bilhões para subsidiar o automóvel quando deveríamos pensar no transporte de 2050, não no de 1950. Este artigo analisa os principais modelos de intervenção urbana das últimas cinco décadas, suas convergências e divergências com os processos que definem a gestão do espaço urbano na Era Lula.

Palavras-chave

Democracia participativa, urbanismo, Minha Casa Minha Vida, favelas, Habitação Social.

Recebido em 15 de outubro de 2013

Aprovado em 22 de março de 2014

LARA, Fernando. Cidades na era Lula: o lento abandono dos processos participativos. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 58, p. 245-262, jun. 2014.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p245-262>

¹ Universidade do Texas (UT, Austin, Texas, EUA).

Cities in Lula's Era

The Slow Death of Participatory Processes

Fernando Luiz Lara

Abstract

The protests that took over Brazil in June 2013 left us assured that despite all the advances of the Lula's Era (economic growth with income distribution and political stability), Brazilian cities are not better than 10 years ago. While on one hand we improved in areas such as accessibility and sanitation of informal settlements, on the other hand we spent billion to subsidize the car when we should be thinking about the transportation for 2050, not 1950. This article examines the main models of urban intervention of the last five decades, their convergences and divergences with the processes that define the urban policies of the Lula Era.

Keywords

Participatory democracy, urbanism, favelas, social housing.



recente guinada à esquerda na política latino-americana criou várias oportunidades de melhorias para o setor informal que compreende uma parte significativa de todas as grandes cidades do continente. No Brasil, o governo Lula investiu bilhões de reais em infraestrutura nas favelas, principalmente com obras de acessibilidade (abertura de ruas) e esgotamento sanitário. No entanto, à medida que avançamos no século XXI, fica claro que o paradigma desenvolvimentista ainda vigente precisa ser reavaliado com base na constante mudança das condições sociais e econômicas². Falta projeto, tanto político quanto técnico, para guiar as urgentes e necessárias melhorias no espaço das cidades. Enquanto é evidente que o modelo de planejamento tecnocrático dos anos 1960 e 1970 já foi há muito superado, um segundo modelo baseado na participação popular foi testado nos anos 1990 e gradualmente passou a ser marginalizado desde então.

Este artigo analisa as transformações nos modelos de intervenção para tentar entender um pouco melhor as oportunidades e os desafios que cada modelo comporta e o que se passou nos últimos 10 anos – a chamada Era Lula. No momento em que as ruas gritam por uma cidade melhor, torna-se fundamental olhar para as origens do urbanismo brasileiro na esperança de que os seus sucessos serão combinados e seus fracassos expurgados no futuro próximo.

2 LARA, Fernando. O paradigma do Asfalto. *Revista Forum: um outro mundo em debate*, São Paulo, n. 106, p. 42-44, jan. 2012.

Breve história da informalidade brasileira

O Grupo Habitat das Nações Unidas define uma favela como assentamentos onde estão presentes uma combinação de cinco vulnerabilidades, a saber: falta de água potável; ausência de saneamento; insegurança relativa à posse ou propriedade; precariedade estrutural; e alta densidade/pouca privacidade⁵.

Embora atualmente a maioria das favelas no Brasil tenha acesso à água potável e à energia elétrica (90% de toda a população urbana, em 2000, de acordo com Nabil Bonduki⁴), apenas a metade tem saneamento adequado. Além disto, a maior parte das famílias nas favelas não tem título de propriedade⁵ e as habitações são bastante precárias⁶. Afora todas essas vulnerabilidades físicas, as favelas enfrentam o estigma social que associa os seus habitantes com a marginalidade, embora a maioria seja de trabalhadores não qualificados com baixa remuneração, quase sempre as maiores vítimas da violência urbana⁷.

Para compreender a dimensão do problema precisamos lembrar que, em 1950, o número de pessoas vivendo nas cidades brasileiras era de 21 milhões (37% da população total), enquanto que em 2010 esse número ficou acima dos 170 milhões (85% dos 195 milhões de habitantes). Isto significa que no curso de sessenta anos as cidades brasileiras foram obrigadas a expandir-se para receber 150 milhões de pessoas. O que vemos hoje é resultado desta expansão sem precedentes, as respostas formais e informais para a falta de habitação a preços acessíveis.

5 UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME (UN-Habitat). *The Challenge of Slums: Global Report on Human Settlements*. New York: United Nations, 2003.

4 BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula. *ARQ URB*. Revista Eletrônica de Arquitetura, São Paulo, n. 1, 2008, p 70-104. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_01.html>. Acesso em: 30 abr. 2014.

5 ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?. *Novos estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 89, mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=Soi01-33002011000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 maio 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/Soi01-33002011000100006>.

6 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Aglomerados subnormais: primeiros resultados*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/aglomerados_subnormais/default_aglomerados_subnormais.shtm>. Acesso em: 10 jan. 2013.

7 PERLMAN, Janice. *Favela: Four Decades of Living on the Edge in Rio de Janeiro*. New York: Oxford University Press, 2010.

Olhando para o século XX, percebemos o Estado brasileiro muitas vezes trabalhando com as políticas que ficaram aquém, muito aquém da dimensão do desafio⁸. O governo Vargas, por exemplo, construiu 242 mil unidades habitacionais entre 1937 e 1954, o suficiente para 800 mil pessoas, ou cerca de 10% da população urbana do país em 1950⁹. Esses conjuntos habitacionais, no entanto, foram financiados pelos sindicatos (Instituto de Aposentadoria e Pensões – IAPs) e beneficiaram apenas os empregados de cada setor. Com uma parcela significativa da população ativa trabalhando na economia informal, as favelas continuaram crescendo.

Em seguida, conforme nos lembra Ana Paula Koury, o investimento em habitação popular foi praticamente zerado no final dos anos 1950.

No início do governo de Jânio Quadros, já havia a percepção de que estava em marcha uma crise social em larga escala, e que o problema habitacional e urbano agravava-se, expondo a estabilidade política e a própria democracia. Embora as inversões federais no setor habitacional tenham sido sempre pouco significativas, nos anos 1960 os órgãos federais que tradicionalmente responderam pela produção de unidades, como os institutos de previdência e a Fundação da Casa Popular, tiveram um desempenho ainda mais insignificante. Justamente próximo ao ponto de inversão da curva demográfica de população rural e urbana no país, os institutos de previdência foram mobilizados para a construção de Brasília, enquanto a Fundação da Casa Popular, que esbarrou sempre na falta de recursos, o que a tornava pouco operante desde a sua criação em 1946, não produziu unidades na década de 1960.¹⁰

Em resposta a essa situação, o governo militar criou, em 1967, o Banco Nacional da Habitação. Com recursos do FGTS e das contas de poupança, o BNH financiou mais de 6 milhões de unidades entre 1967 e 1986, o suficiente para abrigar 20% da população urbana do país

8 FISCHER, Brodwyn. *A Poverty of Rights: Citizenship and Inequality in Twentieth-Century Rio de Janeiro*. Stanford: Stanford University Press, 2008.

9 BONDUKI, Nabil. Habitação Social na vanguarda do movimento moderno no Brasil. In: GUERRA, Abílio. *Textos fundamentais sobre história da arquitetura moderna brasileira*. v. 2, São Paulo: Romano Guerra, 2010.

10 KOURY, Ana Paula. A política urbana e a questão social: Quitandinha, o que restou? *Arquitextos*, São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://vitruvius.es/revistas/read/arquitextos/14.159/4846>>. Acesso em: 30 abr. 2014

em 1980¹¹. Dentro do BNH foi montada uma estrutura de avaliação de projetos que serviu para formar dezenas de técnicos e aos poucos foi replanejando o país inteiro. O principal problema do BNH foi o fato de que só eram financiadas unidades novas que estavam fora do alcance dos 20% mais pobres e, além disso, contribuíram para uma expansão descontrolada do tecido da cidade na busca de terra barata disponível.

Vicente Del Rio lembra que “o planejamento nos anos 1960 buscou demolir os assentamentos informais e realocar as famílias de baixa renda em conjuntos habitacionais na periferia longínqua das cidades, [...] causando mais problemas do que soluções”.¹² Apesar dos problemas desta abordagem já serem conhecidos, o BNH acelerou a “erradicação de favelas e a remoção dos moradores para conjuntos habitacionais que, devido ao alto custo da terra no centro da cidade, foram construídos longe da infraestrutura e das oportunidades de emprego existentes”.¹³ Qualquer paralelo com o atual programa “Minha Casa Minha Vida” não é mera coincidência, ambos compartilham a mesma lógica desenvolvimentista com pouca ou nenhuma sensibilidade para questões sociais¹⁴.

A matemática financeira também não ajudava, nem um pouco, na melhoria da qualidade dos espaços urbanos. As empresas de construção buscavam no BNH os recursos para construir de acordo com o potencial econômico dos públicos-alvo. Sendo o público alvo uma determinada faixa salarial de classe média, o BNH financiaria um máximo de X por unidade, requerendo um mínimo de Y metros quadrados.

Basicamente, o BNH ditava o quanto pagaria por metro quadrado de construção para cada faixa de renda. Esse processo deu às empresas de construção um incentivo para construir o mais barato possível. Trabalhando com o dinheiro alheio, uma vez que a hipoteca seria automaticamente transferida para os compradores, o lucro era a diferença entre o montante recebido do BNH e o custo real. Em um contexto de déficit habitacional agudo esta lógica funcionou como capitalismo sem risco, ou pior ainda, como capitalismo sem risco com forte incentivo para se construir habitações da forma mais barata (e pior) possível.

11 BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula, op. cit.; DEL RIO, Vicente. Introduction. In: _____.; SIEMBIEDA, William (eds.). *Contemporary Urbanism in Brazil: Beyond Brasilia*. Gainesville: University of Florida Press, 2009.

12 DEL RIO, op. cit., p.12.

13 Idem, ibidem, p.16.

14 ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen, op. cit.; LARA, Fernando. Arquitetura Quae Sera Tamem. *Cadernos PROARQ*, Rio de Janeiro, n. 17, p. 9-21, 2011.

O “milagre econômico” da década de 1970 deu aos militares e tecnocratas no poder a confiança na ideia de que o crescimento econômico acabaria por atingir os mais pobres. O sucesso do planejamento de Curitiba onde um plano inteligente de Jorge Wilhelm, escolhido por concurso em 1965, foi devidamente amparado pelos governos locais e implementado com mão de ferro pelo grupo de Jaime Lerner, passando a servir de modelo para todo o país. Vale lembrar aqui as críticas de autores nacionais e internacionais ao planejamento tecnocrático de Curitiba, com pouquíssima ou nenhuma forma de participação¹⁵. Enquanto isso, a desigualdade continuou aumentando, explodindo na “década perdida” dos anos 1980. Com o retorno do governo civil, em 1985, o BNH foi extinto, com grave perda de memória institucional e capacidade gerencial¹⁶. O planejamento centralizado tinha seus dias contados, mas se percebe agora que, na ânsia por mudar um sistema fortemente identificado com a ditadura militar, jogamos o bebê fora junto com a água do banho.

O vazio criado pela extinção do BNH em 1986 seria exacerbado pela Constituição de 1988 que dava aos municípios a responsabilidade pelos projetos de habitação e urbanização sem que estes tivessem preparo ou recursos para tanto. Com todos os seus erros e distorções, o BNH era melhor do que a total ausência de política urbana. Mas nem tudo estava perdido. A mesma Constituição de 1988 também instituiu o conceito de que a terra urbana deve ter uma função social. “A função social da propriedade determina que o bem-estar da comunidade é mais importante do que os direitos de propriedade privada, e que o uso do espaço urbano deve ser socialmente justo”.¹⁷

Embora a “função social” ditada pela Constituição não tenha um impacto direto sobre o planejamento da cidade, seu princípio orientou a redação da Lei Federal nº 10257/2001, conhecida como Estatuto das Cidades. Debatida no Congresso, na academia e em seminários públicos

15 IRAZABAL, Clara. *City Making and Urban Governance in the Americas: Curitiba and Portland*. London: Ashgate, 2005.; LARA, Fernando. Beyond Curitiba: The Rise of a Participatory Model for Urban Intervention in Brazil. *Urban Design International*, v. 2/15, p. 119-128, Summer 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1057/udi.2010.9>; MOORE, Steven. *Alternative Routes to the Sustainable City: Austin, Curitiba, and Frankfurt*. Lanham: Lexington Books, 2007.

16 BONDUKI, Nabil. Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula, op. cit.

17 MACEDO, Joseli. Urban Land Policy and New Tenure Paradigms: Legitimacy vs. Legality in Brazilian Cities. *Land Use Policy*, v. 25, p. 259-270, 2008. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.landusepol.2007.08.001>.

durante toda a década de 1990, o Estatuto das Cidades serve como marco legal para intervenção nos assentamentos informais¹⁸.

Entre as muitas ferramentas de planejamento descritas pela lei está a criação de uma categoria de zoneamento especial para as favelas. As ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) permitem que posturas municipais sejam flexibilizadas nessas áreas (desde que aprovadas pela Câmara Municipal e pela prefeitura como qualquer mudança no zoneamento), o que por sua vez supera os obstáculos legais para a legalização e oferta de infraestrutura. Por exemplo, mesmo quando os “lotes” ou as “ruas” não atendem às dimensões mínimas exigidas por lei (e eles raramente o fazem nas favelas), a cidade pode oferecer serviços como coleta de água, luz, esgoto e lixo se (e somente se) essa área for delimitada como ZEIS. Mais do que a prestação de serviços, a ZEIS também garante alguma segurança jurídica para os habitantes da região, funcionando como um reconhecimento oficial das comunidades e tornando a reintegração de posse e a conseqüente expulsão impossível sem a aprovação da mudança de zoneamento pela Câmara Municipal e pela prefeitura.

Depois de 1988 muitas cidades (principalmente as capitais administradas por gestões de esquerda) iniciaram programas visando melhorar a infraestrutura das áreas mais pobres, mas, com exceção de Curitiba, nenhuma cidade brasileira possuía planos eficientes para gerenciar o crescimento¹⁹.

Concomitantemente, todas as instâncias de gestão metropolitanas foram desmontadas. Qualquer tentativa de conter a expansão periférica (usando as leis de zoneamento, cinturões verdes e incentivos para densificar áreas já bem servidas de infraestrutura) se torna inútil por regulamentos diferentes em um município vizinho, com relações incestuosas entre líderes políticos e empreendedores gananciosos.

No entanto, duas experiências a partir dos meados dos anos 1990, o Favela-Bairro no Rio de Janeiro e o Orçamento Participativo em Belo Horizonte e Porto Alegre (este último já bastante discutido na literatura²⁰), foram importantes referências de novas políticas urbanas.

18 FERNANDES, Edesio. Constructing The “Right To The City” In Brazil. *Social & Legal Studies*, v. 16(2), p. 201–219, 2007. DOI:<http://dx.doi.org/10.1177/0964663907076529>.

19 LARA, Fernando. op. cit. 2010.; MOORE, Steven. op. cit.

20 WOOD, Terence; MURRAY, Warwick. Participatory Democracy in Brazil and Local Geographies: Porto Alegre and Belo Horizonte Compared. *European Review of Latin American and Caribbean Studies*, Amsterdam, n. 83, p. 19–41, out. 2007.

Rio de Janeiro – Favela-Bairro

Em 1994, o Rio de Janeiro largava na frente das outras cidades brasileiras com o programa Favela-Bairro. A ideia era reconhecer “a importância social, cultural e política das favelas na cidade, considerando estas aglomerações como parte da estrutura urbana e buscando a sua integração com a cidade oficial”.²¹ A ideia de que os moradores das favelas têm “direito à cidade” (como articulou Lefebvre em 1968) se tornaria língua franca em quase todas as intervenções posteriores. Mais interessante ainda é perceber que o concurso não pedia soluções, mas, sim, metodologias. A prefeitura assumia que não havia muitos precedentes, que esta era uma experiência pioneira, e que era preciso criar literatura a respeito das experiências em intervenções em áreas informais.

Em 1948, os assentamentos informais alojavam 7% da população do Rio de Janeiro ou 139 mil pessoas. Este número subiria para 10% em 1960 e 13% em 1970. Nesse ponto, as favelas tinham se tornado uma questão importante e os governos conservadores nomeados pela ditadura militar desalojaram 175 mil pessoas das áreas do sul do Rio de Janeiro, deslocando-os para a periferia oeste da metrópole²². A infame Cidade de Deus, cuja história virou filme em 2002, é resultado de um desses despejos. No entanto, durante a “década perdida” dos anos 1980 as favelas do Rio de Janeiro cresceram ainda mais rápido, atingindo 16% da população da cidade em 1990 e 19% em 2000, quebrando a barreira de um milhão de habitantes em 600 assentamentos diferentes²³.

Foi neste cenário de pobreza e vulnerabilidade social que a cidade sediou a Rio-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Dentro da conferência as conversas giraram em torno da sustentabilidade ambiental, mas nas ruas a questão da sustentabilidade social pairava sobre todos, visitantes e anfitriões. O Exército Brasileiro foi acionado para controlar as favelas e os soldados eram vistos patrulhando as fronteiras entre o morro e o asfalto.

21 DUARTE, Cristiane; MAGALHÃES, Fernanda. Upgrading Squatter Settlements into City Neighborhoods: The Favela-Bairro Program in Rio de Janeiro. In: DEL RIO, Vicente; SIEMBIEDA, William (Eds.). op. cit., p. 266-290; FIORI, Jorge; BRANDÃO, Zeca. Spatial Strategies and Urban Social Policy: Urbanism and Poverty Reduction in the Favelas of Rio de Janeiro. In: HERNANDEZ, Felipe; KELLET, Peter (Eds.). *Rethinking the Informal City*. London: Bergham Books, 2010.

22 VALLADARES, Licia. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

23 Idem, ibidem.

Coincidência ou não, no ano seguinte a cidade iria anunciar uma nova política de habitação, com base na integração, na acessibilidade e na melhoria do espaço público: o programa Favela-Bairro. O concurso lançado em 1994 solicitava ideias para intervenção em assentamentos informais de médio porte, comunidades entre 500 e 2.500 famílias que abrigam 600.000 pessoas, ou 60% de informalidade do Rio de Janeiro²⁴. A ideia era que as maiores favelas, como a Rocinha e o Complexo do Alemão, exigiriam planos mais complexos, enquanto pequenos assentamentos não dariam tanto resultado.

Trinta e dois escritórios locais apresentaram propostas e quinze foram selecionados (um para cada uma das quinze áreas prioritárias). A primeira fase do Favela-Bairro (1994-1997) teve uma abordagem integrada e multissetorial, em que a acessibilidade e conectividade seriam abordados pela construção de ruas e de espaço público, o que por sua vez possibilitariam a passagem da rede de esgoto, a realocização do menor número possível de famílias e a construção de novas moradias para estas dentro de cada comunidade. Em alguns casos, os projetos contemplavam centros comunitários e espaços comerciais. A legalização fundiária deveria vir em seguida, mas vinte anos depois continuamos com números pífios neste quesito²⁵.

A implementação do Favela-Bairro foi inicialmente financiada pela prefeitura do Rio de Janeiro e mais tarde por um empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Outras fontes de financiamento foram a Caixa Econômica Federal e a União Europeia em 1997, e o Governo Federal em 1998.

Em sua primeira versão, o Favela-Bairro teve investimento total no valor de 300 milhões de dólares que beneficiaram de meio milhão de pessoas em 146 assentamentos, com a melhoria de 500 quilômetros de estradas e calçadas, a construção de 160 quilômetros de novas ligações de esgoto e 500 mil metros quadrados de instalações desportivas.

Mas, como tantos outros projetos de infraestrutura urbana, o Favela-Bairro sofreria reveses políticos. O sucesso de sua primeira fase (1994-1997) catapultou Luiz Paulo Conde de Secretário de Planejamento para a cadeira de prefeito. Quatro anos mais tarde, quando César Maia foi eleito prefeito novamente, o Favela-Bairro foi reduzido de forma significativa, apesar de ter sido Maia o prefeito que lançou o programa em 1993. Vários dos projetos lançados por Maia entre 1994 e 1996 foram

24 CONDE, Luis Paulo; MAGALHÃES, Sergio. *Favela-Bairro: Rewriting the History of Rio*. Rio de Janeiro: Viver Cidades, 2004.

25 FIORI, Jorge; BRANDÃO, Zeca. op.cit.; FERNANDES, Edesio, op. cit.

inaugurados por Conde em 1997 e 2001 e uma identificação muito forte foi formada entre o prefeito arquiteto e o Favela-Bairro.

Melhorias em larga escala dos assentamentos informais teriam que esperar até o segundo mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva para serem ressuscitados. Entre 2005 e 2009, o Governo Federal investiu em todo o país 200 bilhões de dólares em infraestrutura, metade em saneamento e melhoria do espaço público. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) levou 2 bilhões de dólares para a cidade do Rio de Janeiro, seis vezes mais do que o orçamento original do Favela-Bairro²⁶.

Enquanto a primeira versão não tratava de unidades habitacionais, intervenções muito maiores como o PAC do Complexo do Alemão incluem moradia para centenas de famílias reassentadas dentro da mesma comunidade. A nova versão do Favela-Bairro, rebatizado Morar Carioca, incorporou melhorias importantes como obrigar as empresas de construção a contratar 40% da força de trabalho no local, uma estratégia que tem dois grandes impactos: injeta dinheiro na economia local e facilita o diálogo (muitas vezes tenso) entre as equipes de construção e os moradores.

No entanto, processos institucionais de participação nunca foram implementados no Rio de Janeiro²⁷. Apesar dos concursos de arquitetura serem certamente o melhor processo para alcançar a qualidade do projeto, a implementação de tais projetos é insuficiente se a comunidade não está envolvida. A maioria dos estudos realizados sobre o Favela-Bairro até o momento²⁸ corrobora essas deficiências. A decisão de trabalhar com maior ou menor participação da comunidade ficou a critério dos arquitetos contratados. No caso dos planos diretores elaborados por Jorge Jauregui no Complexo do Alemão e Luiz Carlos Toledo na Rocinha houve significativa participação, o que fez dos projetos muito mais fortes.

26 CAMARA, Andreza A. Franco. Políticas Públicas e o Programa de Aceleração do Crescimento: análise das intervenções no estado do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Brasília, v.1, n.3, p. 147-178, dez. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v1i3.1487>.

27 CARDOSO, Isabel C. da Costa. O Orçamento Participativo do Rio de Janeiro e as Políticas de Planejamento Urbano Estratégico. *Revista Em Pauta*, Rio de Janeiro, v.6, n. 24, p. 113-138, dez. 2009.

28 DUARTE, Cristiane; MAGALHÃES, Fernanda. Upgrading Squatter Settlements into City Neighborhoods: The Favela-Bairro Program in Rio de Janeiro, op. cit.; FIORI, Jorge; BRANDÃO, Zeca. op. cit.; SOARES, Fabio; SOARES, Yuri. The Socio-Economic Impact of Favela-Bairro: What do the Data Say? *Working Papers*, Office of Evaluation and Oversight (OVE), Inter-American Development Bank, Washington, D.C., Aug. 2005.

Recentemente, em setembro de 2013, acompanhamos o debate sobre a implementação de um teleférico na favela da Rocinha. Utilizado em Medellín, na Colômbia, para áreas onde o controle de gangues rivais dificultava a mobilidade, o teleférico tem a desvantagem de isolar o morador da rua. Toledo discutiu isto com os moradores e os comerciantes da Rocinha, propondo planos inclinados e escadas rolantes como uma solução mais adequada. A comunidade, empoderada pelas discussões e pelas propostas alternativas, tem conseguido adiar a construção do teleférico que é defendida pelo governo estadual.

Belo Horizonte e o Orçamento Participativo

Entre 1993 e 2008, Belo Horizonte foi governada por uma parceria entre o prefeito do PT (Partido dos Trabalhadores) e do PSB (Partido Socialista Brasileiro), com alternância de prefeito e vice-prefeito de cada legenda. Tal continuidade, inédita na história recente do Brasil, foi bem sucedida em diversas frentes, mas principalmente no modelo de governança e implementação de obras de infraestrutura urbana. O modelo tem as suas raízes no processo do Orçamento Participativo (OP), em que a cada dois anos a cidade dedica uma parte de seu orçamento de obras públicas para ser votado pela população em uma série de assembleias²⁹. A implementação do OP coincide com o fortalecimento da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL), uma agência municipal que trata especificamente de infraestrutura nas favelas. Foi criada em 1961 para gerenciar propriedades do município e por isso está envolvida com as favelas de uma forma ou outra há meio século, promovendo principalmente relocações nos primeiros 30 anos de existência. Em 1993, a prefeitura de Belo Horizonte determinou que a URBEL seria responsável pela execução da política municipal de habitação e pela gestão de todas as intervenções nas favelas. Naquele momento a URBEL também herdou uma série de bons planos elaborados pela Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PLAMBEL), uma autarquia estadual de 1975 a 1996, mas nunca totalmente implementados por conta da falta de vontade política.

29 NYLEN, William. Testing the Empowerment Thesis: The Participatory Budget in Belo Horizonte and Betim, Brazil. *Comparative Politics*, New York, v. 34, n. 2, p. 127-145, jan. 2002. DOI: <http://dx.doi.org/10.2307/4146954>; AVRITZKER, Leonardo. *Participatory Institutions in Democratic Brazil*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2009; LARA, Fernando. op. cit., 2010.

Em 1994, Belo Horizonte começou a executar pequenas intervenções baseadas na ideia de “direito à cidade”, financiadas pelo seu próprio orçamento. Por começar pequeno e com um modelo participativo, a cidade de Belo Horizonte teve tempo para planejar, ajustar e testar os processos antes que o PAC de 2005 mudasse completamente a escala e a natureza das intervenções.

Entre 1994 e 2004, a URBEL elaborou 55 Planos Globais Específicos (PGE), que beneficiaram 77 favelas e 283.000 habitantes. Uma vez que o PGE é um pré-requisito para qualquer projeto a ser financiado pelo orçamento participativo, é do interesse de todas as comunidades solicitar e apoiar a elaboração de um plano para a sua favela.

O PGE inclui um levantamento detalhado da situação existente por meio da elaboração de uma série de mapas temáticos de base SIG (Sistemas de Informação Geográfica) que detalham a infraestrutura, a estrutura domiciliar, os dados sócio-econômicos e todo tipo de problemas, desde esgoto a céu aberto e acúmulo de lixo até áreas controladas por traficantes. A elaboração de um PGE é o trabalho de uma equipe interdisciplinar de nada menos do que uma dúzia de profissionais entre engenheiros, arquitetos, sociólogos, profissionais de saúde, economistas e assistentes sociais. O processo envolve inúmeras reuniões com líderes comunitários e várias assembleias em que toda a população é convidada, a fim de se certificar de que todos os problemas são anotados e as prioridades definidas corretamente. Não é necessário dizer que o processo geralmente leva alguns anos até sua conclusão.

Após a conclusão e a aprovação do PGE (com avaliações da URBEL e de outros órgãos municipais afins) este torna-se o plano oficial para aquela área. Qualquer intervenção proposta pelo Orçamento Participativo deve cumprir o que foi ali determinado, bem como projetos apoiados por outras fontes.

De 1994 a 2008, foram alocados 174 milhões de reais do Orçamento Participativo para favelas de Belo Horizonte, gerando 326 projetos, 219 deles concluídos na primeira década do século XXI. A execução desses projetos exige um outro grau de envolvimento da comunidade, pois qualquer construção implica em mudanças na rotina das pessoas e, às vezes, até mesmo alterações em suas residências. A continuidade administrativa é, portanto, um elemento chave no processo, permitindo que a URBEL tivesse tempo para gerenciar cada um desses 300 projetos que muitas vezes se estendem ao longo de vários anos, muito além dos mandatos dos governantes eleitos.

No entanto, os 174 milhões de reais alocados pela via do Orçamento Participativo empalidecem quando comparados com os valores

dos projetos em curso financiados pelo PAC. A cidade de Belo Horizonte sozinha captou 580 milhões de reais para um conjunto de melhorias em áreas informais rotulado de Vila Viva. Não há dúvida de que a proximidade do prefeito Fernando Pimentel com a então ministra Dilma Rousseff foi decisiva na captação desses fundos. Mas também foi significativo o fato de que Belo Horizonte tinha dezenas de projetos bem desenvolvidos a partir do Orçamento Participativo, prontos para serem licitados e executados.

Entre 2006 e 2010, o Vila Viva construiu grandes intervenções nas maiores favelas da cidade. No aglomerado da Serra, uma comunidade de 48 mil habitantes, o projeto Vila Viva abriu quilômetros de ruas, relocando 1.100 famílias que viviam em áreas propensas a inundações ou deslizamentos de terra. Dessas famílias, 900 decidiram continuar na comunidade, morando em prédios de apartamentos também construídos pelo projeto. A construção destes blocos de apartamentos são o ponto fraco da intervenção. Como a literatura em projeto e planejamento urbano já demonstrou, as áreas comuns dos edifícios para populações de baixa renda tendem a ser foco de conflito, colocando em risco o bem-estar de todo o conjunto. Entrevistas com autoridades municipais realizadas em 2008 e 2009 indicam que as empresas de construção eram resistentes à ideia de casas geminadas ou tipologias mais elaboradas, e o município cedeu a esses argumentos. Estava aí já localizado um problema que agora se mostra muito mais grave: a força da indústria da construção para passar por cima de planos, licenciamentos e negociações elaboradas, impondo o que for mais conveniente para ela. O ponto alto da intervenção no aglomerado da Serra é a gestão dos cursos de água que agora correm livres, permitindo a criação de um parque tripartido, oferecendo instalações de lazer e áreas verdes extremamente necessárias em uma região da cidade cuja densidade é superior a 300 habitantes por hectare.

Por mais que o planejamento tenha sido bem pensado e os canais de participação bem implementados, o processo de licitação sempre foi o “calcanhar de Aquiles” dos projetos de obras públicas em Belo Horizonte. Uma vez que a URBEL termina as planilhas de quantitativos baseadas em um estudo preliminar, o projeto e a construção são contratados a partir do menor lance. Se a construtora vencedora traz um bom arquiteto (como foi o caso de Fernando Maculan no Beco São Vicente; Carlos Teixeira e Flavio Agostini no Parque das Três Águas; ou grupo Horizontes na Pedreira Prado Lopes, três projetos premiados), a qualidade do projeto é alta e os resultados são melhores. Mas se a construtora traz consigo um arquiteto medíocre (que infelizmente é o caso na maioria

das intervenções do Vila Viva), os resultados são decepcionantes. Mais preocupante é perceber, tanto pelos números quanto pelos relatos de associações comunitárias e de ativistas locais, que os processos participativos foram postos de lado assim que a escala das intervenções foi multiplicada por 10 com o financiamento do PAC⁵⁰. Entre 2002 e 2012, o número de participantes caiu de 44 mil para 35 mil pessoas nas assembleias e o montante destinado ao Orçamento Participativo em Belo Horizonte ficou estacionado: 85 milhões de reais em 2002 e 87 milhões em 2012. Para efeito de comparação, no mesmo período o orçamento geral da prefeitura aumentou 275!

Cidades na Era Lula: por que não melhoraram?

É muito difícil neste momento determinar com algum grau de certeza quais foram as decisões que levaram ao abandono dos processos participativos justamente quando Luiz Inácio Lula da Silva governava o país e alcançava um sucesso inquestionável em outros estratos de desigualdade. Fica claro que o ano de 2005 foi um divisor de águas com as mudanças no Ministério da Cidade, em consequência do escândalo do “mensalão”. Desde então a ênfase desenvolvimentista, que parece ser tão eficiente em questões como distribuição de renda e pleno emprego, tem deixado sequelas graves nas cidades brasileiras.

O que a literatura atual já trata com desenvoltura é a relação entre o escândalo do “mensalão” e as mudanças no Ministério das Cidades⁵¹. Em resposta à crise política que se seguiu às denúncias do deputado Roberto Jefferson em 2005, o governo Lula promoveu uma mudança drástica no Ministério das Cidades. A saída do ministro Olívio Dutra e sua equipe marca o abandono dos processos participativos, que eram a bandeira deste que foi prefeito de Porto Alegre entre 1989 e 1993. No

50 ENTRE SEM BATER. Disponível em: <<http://entresembater.org.br/remocoes>>. Acesso em: 3 out. 2013; BRASIL 247. Em BH Orçamento Participativo vira só papel. Editorial de 23 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/minas247/55659/Em-BH-Or%C3%A7amento-Participativo-vira-s%C3%B3-papel.htm>>. Acesso em: 30 abr. 2014; Entrevista com o vereador Arnaldo Godoy, 25 de fevereiro de 2014.

51 FLYNN, Peter. Brazil and Lula, 2005: Crisis, Corruption and Change in Political Perspective. *Third World Quarterly*, London, p. 1221-1267, v. 26, n. 8, 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1080/01436590500400025>; VALENÇA, M. M.; BONATES, M. F. The Trajectory of Social Housing Policy in Brazil: From the National Housing Bank to the Ministry of the Cities. *Habitat International*. Vancouver, v.34, n. 2, p. 165-173, 2010. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.habitatint.2009.08.006>.

sentido diametralmente oposto, o Ministério das Cidades passou a ser conduzido por líderes do Partido Republicano e do Partido Progressista, tradicionalmente ligados à indústria da construção.

O modelo atual privilegia o automóvel e o espriamento das cidades em busca de terra barata. Chegamos a um ponto em que a construção quase não interessa, vale apenas comprar e vender terra. O programa “Minha Casa Minha Vida”, por exemplo, transforma terra barata nas franjas mais longínquas de qualquer região metropolitana em terra cara, as casas por cima pouco contribuindo para lucro do empreendimento.

Este modelo vem carregado de problemas: submete os moradores a horas e horas em ônibus lotados e engarrafamentos homéricos, isola os mais pobres da infraestrutura que ainda é concentrada nas áreas centrais e confunde qualidade de vida urbana com o título de propriedade. Façam o teste do mercado: comparem o valor do aluguel das casas do “Minha Casa Minha Vida” com o valor do aluguel em favelas de áreas centrais de qualquer cidade brasileira e verão onde se vive melhor.

Uma das questões mais perversas do programa é justamente o abandono dos processos participativos em direta oposição ao Plano Nacional de Habitação (PlanHab). Enquanto o PlanHab incentiva a participação local e a diversidade de soluções (em resposta a enorme diversidade de problemas urbanos pelo país afora), o MCMV uniformiza em uma única solução habitacional de inspiração fordista⁵². Mais grave ainda é a transferência de recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) para o programa MCMV, restringindo significativamente o montante de recursos disponíveis para quaisquer outra solução que não seja a construção de casinhas idênticas na periferia longínqua das grandes cidades. Isto gera outro impacto perverso: apenas as cidades menores e de economia menos dinâmica dispõem de terra barata que justifique a construção do MCMV⁵³. As maiores cidades, nas quais as soluções para Habitação de Interesse Social deveriam se inserir em áreas consolidadas ou de densidade decrescente (como os hipercentros esvaziados), estão completamente desatendidas pela política atual que coloca um programa específico, o MCMV, acima de uma política de

52 KRAUSE, C. et al. *Minha Casa Minha Vida, Nosso Crescimento: Onde Fica A Política Habitacional?* Texto para discussão 1855, Brasília/Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

53 CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. L. (Org.). *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

estado, o PlanHab. A conclusão de Krause³⁴ e Nascimento Neto³⁵ é de que o MCMV é um programa para gerar emprego e crescimento econômico, não necessariamente para gerar uma cidade melhor.

A longo prazo o processo é ainda mais perverso. Vicente Fox prometeu construir 5 milhões de moradias ao assumir o governo do México, no ano 2000, com um programa chamado INFONAVIT que se parece muito com o MCMV. Tal meta foi cumprida durante o mandato de seu sucessor Felipe Calderon. Depois de doze anos de loteamentos nas mais distantes periferias de Monterrey, Chihuahua, Ciudad Juarez, Guadalajara e Tijuana, quase 40% destas casas estão abandonadas e qualquer relação com o alarmante índice de violência não é mera coincidência. No caso brasileiro temos a Cidade de Deus como exemplo, e o filme de Fernando Meirelles mostrou para o mundo inteiro o que pode acontecer quando uma comunidade é removida para áreas completamente isoladas do resto da cidade³⁶.

Os protestos de junho de 2013 tiveram o mérito de trazer o problema para o debate nacional. Uma real melhoria no transporte público, seja na redução significativa dos custos ou na melhoria do serviço, teria um efeito transformador na estrutura urbana, porque afetaria o valor da terra. Com transporte público bom e barato, a periferia se valoriza instantaneamente. Isso equivale a uma transferência de renda revolucionária e um impacto ainda maior na qualidade de vida de milhões de brasileiros. Vale notar que a única forma de aumentar a velocidade média das nossas congestionadas vias é com investimento em transporte público. Como alguém disse recentemente, alargar as ruas para resolver o problema do trânsito equivale a afrouxar o cinto para resolver o problema da obesidade.

Mas infelizmente a obsessão desenvolvimentista, que tomou conta do PT no governo federal e se acentua como marca do governo Dilma, continua derramando mais asfalto e mais concreto como solução para

34 KRAUSE, C. Etal. *Minha Casa Minha Vida*, Nosso Crescimento: Onde Fica A Política Habitacional?, op. cit.

35 NASCIMENTO NETO et al. Conceitos divergentes para políticas convergentes: descompassos entre a Política Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*, Rio de Janeiro, v.14, n.1, maio 2012.

36 CENTRO DE INVESTIGACIÓN Y DOCUMENTACIÓN DE LA CASA (CIDOC). *Estado actual de la vivienda 2008*. México: Sedesol, Infonavit, Conavi, 2009; MAYCOTTE, E. Ocupación del suelo habitacional y participación del sector público y privado em La producción de vivienda social en Ciudad Juárez, Chihuahua. *Rizoma: revista de cultura urbana de La Agencia para la Planeación del Desarrollo Urbano del Estado de Nuevo León*, Nuevo León, n. 8, p.3 6-39, 2008.

todos os problemas³⁷. Enquanto por um lado melhoramos em áreas como acessibilidade e saneamento de vilas e favelas³⁸, por outro lado gastamos bilhões para subsidiar o automóvel quando deveríamos estar pensando no transporte de 2050, não no de 1950. A pressão popular está nas ruas e só ela, nesta escala, tem força suficiente para se contrapor aos *lobbies* das montadoras, do asfalto, da construção pesada e outros.

Sobre o autor:

Fernando Luiz Lara

Formado em arquitetura na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e PhD pela Universidade de Michigan (UM). Atualmente, é Professor Associado da Escola de Arquitetura da Universidade do Texas (UT) em Austin, onde também atua como diretor do Centro de Estudos Brasileiros do Lozano Long Institute of Latin American Studies.

E-mail: fernandolara@utexas.edu

³⁷ LARA, Fernando, op. cit. (2011), p. 9-21.

³⁸ PAES de BARROS, Ricardo et al. Texto para Discussão 1255. In: *Determinantes Imediatos da Queda da Desigualdade de Renda Brasileira*. Rio de Janeiro: Ipea, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4816&catid=170&Itemid=2>. Acesso em: 30 abr. 2014.

A Era Lula e sua questão econômica principal

crescimento, mercado interno e distribuição de renda

André M. Biancarelli¹

Resumo

O presente texto procura jogar luz sobre o que se julga ser a característica distintiva da Era Lula em termos econômicos: uma maior sintonia entre objetivos econômicos e sociais. A hipótese com a qual se trabalha é a de que o conteúdo social do desenvolvimento brasileiro, ensaiado na Era Lula, é não apenas defensável do ponto de vista moral, como também se mostra a melhor alternativa econômica diante das dificuldades e limitações enfrentadas pelo Brasil atualmente. As seções do texto tratam, na sequência, do contexto histórico a envolver essas questões; dos bons resultados do governo Lula (2003-2010); das dificuldades e reações no mandato de Dilma (pós-2011) e, por fim, de algumas ideias e prioridades para renovar e aprofundar este “social-desenvolvimentismo”.

Palavras-chave

Era Lula, estratégia de desenvolvimento, crescimento, justiça social.

Recebido em 12 de novembro de 2013

Aprovado em 4 de fevereiro de 2014

BIANCARELLI, André M. A Era Lula e sua questão econômica principal: crescimento, mercado interno e distribuição de renda. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 58, p. 263-288, 2014.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i58p263-288>

¹ Universidade Estadual de Campinas (Unicamp, Campinas, SP, Brasil).

Lula's Era and its Main Economic Question

Growth, Domestic Market and Income Distribution

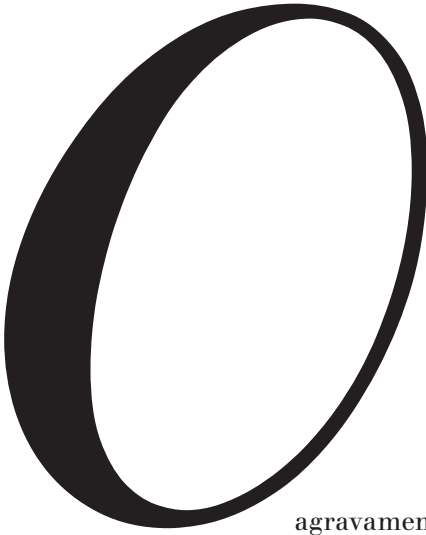
André M. Biancarelli

Abstract

The goal of this paper is to discuss the distinctive aspect of Lula's Era in economic issues: the positive interactions between social and economic dimensions. The central hypothesis is that the social side of recent development strategy is defensible not only in moral grounds, but also is the best option in the difficult current context. The sections of the text are dedicated to discuss: the historical background; the transformations and the positive numbers during Lula's mandate (2003-2010); the worse performance and major challenges faced by Dilma's government (since 2011) and, finally, some ideas and priorities to renew and deepen this "social-developmentalism".

Keywords

Lula's Era, development strategy, economic growth, social justice.



Introdução

agravamento nas condições econômicas no Brasil nos anos de 2012 e 2013 – em termos de taxas de crescimento, inflação, contas externas e contas públicas – ainda que longe de justificar o alarmismo reinante, revela um acentuado contraste com o otimismo do final do governo Lula (2003-2010). Também impulsionado pela onda de protestos que tomou conta das grandes cidades brasileiras em junho de 2013, e inevitavelmente sofrendo as influências da eleição presidencial marcada para outubro de 2014, o debate tem sido marcado por uma série de balanços críticos sobre a “Era Lula” e sua estratégia econômica, não faltando diagnósticos categóricos e previsões pessimistas.

Considerando o governo Dilma Rousseff uma continuação dos dois mandatos anteriores – o que aqui se julga correto e útil –, as apreciações apontam desde uma “insustentabilidade do crescimento baseado no consumo” até a vinculação exclusiva dos bons resultados passados ao cenário internacional favorável. Chamam a atenção as críticas a um excesso de intervencionismo estatal e ao “populismo”, que trocaria alguma melhora nas condições atuais de vida da população pelo comprometimento futuro das condições de crescimento e desenvolvimento. O governo Dilma, em suma, estaria recebendo “a conta” da irresponsabilidade dos dois mandatos iniciais da Era Lula, e ao insistir nas opções equivocadas estaria colhendo sucessivos fracassos².

2 Esta visão, com variados graus de sofisticação e público-alvo, está presente em várias manifestações (artigos, entrevistas etc.) de economistas renomados como Edmar Bacha, Samuel Pessoa, Marcos Lisboa, entre outros, em coletâneas de trabalhos como GIAMBIAGI, F.; PORTO, C. (orgs.). *Propostas para o governo 2015-2018*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. Ou em obras como a de VILLA, M. A. *Década perdida: dez anos de PT no poder*. São Paulo: Record. Infelizmente não há espaço para uma discussão

O presente texto, que não comunga desta percepção geral, procura jogar luz sobre o que se julga ser a característica distintiva da Era Lula em termos econômicos: uma maior sintonia entre objetivos econômicos e sociais, ou a associação entre crescimento (e outros aspectos puramente econômicos do desenvolvimento) e a busca de maior justiça social. Tal busca, adiante-se desde já, é vista aqui como limitada e insuficiente. Do mesmo modo, não é difícil identificar uma série de inconsistências e problemas na condução da economia, com diferentes graus de consequências negativas. Porém, esta que se entende como a questão econômica principal da Era Lula é tomada aqui como o eixo incontornável para a reflexão sobre a experiência recente e para o debate sobre caminhos futuros.

A hipótese com a qual se trabalha é a de que o conteúdo social do desenvolvimento brasileiro que se ensaiou na Era Lula é não apenas defensável do ponto de vista moral, como também se mostra a melhor alternativa econômica diante das dificuldades e limitações enfrentadas pelo Brasil atualmente. Indo além, defende-se que os avanços sociais experimentados, para seguirem sendo instrumento de avanço civilizatório e motor do dinamismo econômico, carecem de renovação e aprofundamento, com foco nos direitos e serviços sociais e na progressividade da carga tributária.

Com este norte, o texto está organizado em mais quatro seções além desta Introdução. Na primeira, retoma-se de maneira muito sucinta a evolução das relações entre o dinamismo econômico, o mercado doméstico e a situação social ao longo da história do Brasil. Na segunda, são discutidos os mecanismos e os bons resultados obtidos durante os dois mandatos de Lula (2003-2010). Na terceira, as dificuldades e os desafios explicitados durante o mandato de Dilma (desde 2011) são apresentados, bem como comentadas algumas das propostas de rumos alternativos em debate no Brasil. Por fim, a quarta seção sintetiza uma agenda de temas e prioridades para manter em curso, renovando-o, o “social-desenvolvimentismo” esboçado até aqui na Era Lula.

mais alongada destes pontos de vista, que se pode considerar dominantes no atual debate público brasileiro. Na penúltima seção, alguns argumentos e propostas são resumidos e criticados.

Breve volta a uma velha questão

O Brasil, como é sabido, surge enquanto nação independente em 1822 carregando a herança de mais de três séculos de colonização. Entre os mais importantes legados deste período, a escravidão, a orientação primário-exportadora da economia (com sucessivas “ondas” das exportações de *commodities*: açúcar, borracha, ouro e café) e a consequente concentração da propriedade da terra e da riqueza. Mesmo após a independência, por mais de um século, a organização geral da economia brasileira conservou a mesma mecânica de funcionamento: uma ou duas *commodities* primárias como a principal fonte de receitas estrangeiras, vulnerabilidade externa (frente às oscilações periódicas nos seus preços e nas condições dos empréstimos internacionais) e nenhum papel significativo para o mercado interno enquanto alavanca do dinamismo econômico. Quanto à questão social, a melhor caracterização é a contida na citação atribuída a Washington Luís, o último dos presidentes da República Velha: era uma “questão de polícia”.

Com o *crash* da Bolsa de Nova Iorque, em 1929, e a subsequente Grande Depressão, a economia brasileira foi severamente impactada, principalmente pela queda dos preços internacionais do café e pelo colapso do crédito comercial. Graças a medidas de autoproteção (que foram capazes de evitar a falência completa dos cafeicultores) e um incipiente processo de diversificação industrial, durante a década de 1930, o Brasil experimentou aquilo que Celso Furtado havia chamado de “deslocamento do eixo dinâmico” da economia – ou seja, as atividades domésticas foram gradualmente assumindo o papel central na atividade econômica. Durante a Era Vargas (1930-1954), cuja origem está ligada à inadequação e aos vícios do regime anterior, este processo foi intensificado, definindo o início do período “nacional-desenvolvimentista” na história brasileira – que perduraria, com importantes reconfigurações, até a década de 1980.

Juntamente com o lançamento da indústria de base no país e a criação de toda a institucionalidade do Estado brasileiro, a Era Vargas também foi marcada pela criação de algumas medidas de proteção social, notadamente, a consolidação da legislação trabalhista e a criação do salário mínimo. Longe de representar uma estratégia de desenvolvimento inclusivo (até mesmo porque os incipientes direitos sociais eram prerrogativas apenas dos trabalhadores urbanos e nada foi tentado em termos de reforma agrária), tais iniciativas foram de grande importância para o aprofundamento do mercado interno e para o aumento do multiplicador da economia. Após o esforço de industrialização, concentrado

no governo de Kubitschek (1956-1961) e seu Plano de Metas – pelo qual a integração do território, o setor de energia e a indústria de bens de consumo duráveis deram um “salto à frente” sem grandes alterações no campo social –, o início da década de 1960 foi marcado por uma disputa decisiva entre diferentes projetos sociais e econômicos na sociedade brasileira.

O aprofundamento dos direitos sociais, defendidos sob a bandeira das “reformas de base” pelos movimentos sociais e pelo governo Goulart, acabou derrotado pelo Golpe de 1964, e no que se refere aos temas tratados no presente artigo este é seu principal significado: durante a ditadura, que durou as duas décadas seguintes, teve lugar um aprofundamento da estratégia de diversificação estrutural por meio do planejamento e intervenção estatais, tipicamente “desenvolvimentistas”; em termos sociais, o período foi de regressão e conservadorismo. Como ilustrado na Figura 1, uma relação direta entre crescimento e concentração é o grande “fato estilizado” da economia brasileira durante os anos 1960 e 1970.

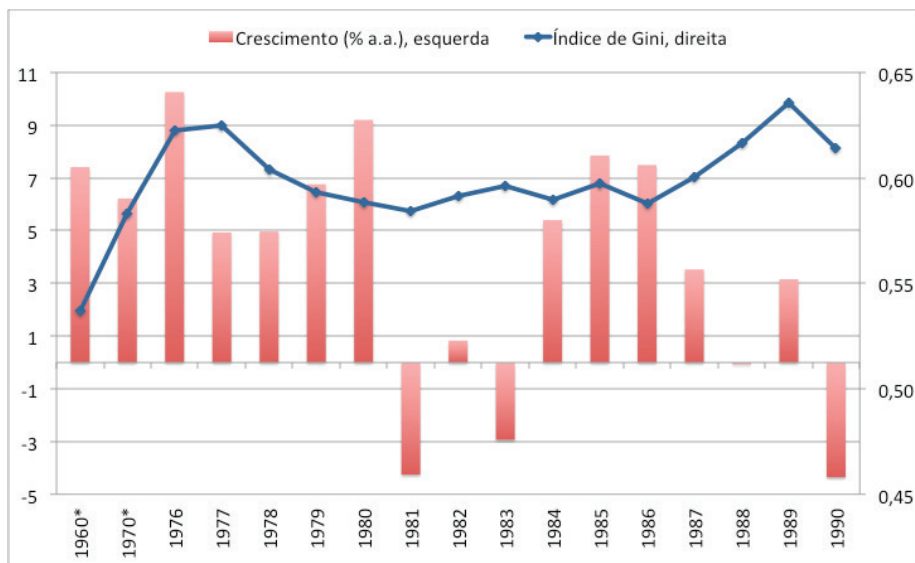


Figura 1: Crescimento econômico e distribuição de renda no Brasil (1960-1990). Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Ipeadata, IBGE e Neri³.

*As taxas de crescimento são médias dos 10 anos anteriores.

3 NERI, M. (org.). *De volta ao país do futuro: projeções, crise europeia e a nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2012.

Esta relação foi objeto de intensos debates acadêmicos entre intelectuais na época, com destaque para a controvérsia entre os dois maiores economistas heterodoxos brasileiros: Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares. Ao incorporarem a questão da distribuição na análise sobre o estilo de desenvolvimento (e as possibilidades de crescimento), tais autores jogam luz sobre a questão econômica, que aqui se quer privilegiar, na Era Lula.

Para Furtado⁴, a industrialização brasileira era, em si, um processo intimamente relacionado à histórica concentração de renda: movida pela modernização dos padrões de consumo da parcela mais abastada da população e incorporando progresso técnico gerado no exterior, ao mesmo tempo era produto e perpetuava a desigualdade. Mais importante, a estreiteza do mercado consumidor (e bens de capital) e a redução progressiva na relação produto-capital (decorrente desta concentração de investimento investimentos no setor duráveis), levariam à tendência de estagnação da economia brasileira – o que era plausível no início dos anos 1960. Tavares e Serra⁵, com o benefício do tempo transcorrido (e da aceleração do crescimento ao invés da estagnação prevista), desenvolvem explicação contrária: a concentração de renda não só não era um obstáculo ao crescimento, mas poderia ser usada para promovê-lo. Segundo eles, havia sido a falta de financiamento para o investimento e a falta de demanda para torná-lo rentável a causa da perda de fôlego do crescimento após o Plano de Metas. A alteração regressiva na distribuição da renda, privilegiando as camadas médias e altas da renda – aumentando assim a demanda por bens duráveis – e uma compressão dos salários de trabalhadores de baixa qualificação – elevando os lucros – acabou sendo o caminho aberto a partir das reformas e políticas do Programa de Ação Econômica do Governo (1964-1966) para enfrentar o problema da estagnação. De fato, e sem deixar de reconhecer os méritos e o pioneirismo na análise de Furtado, o Brasil conseguiu conciliar alto crescimento (especialmente durante o “milagre” de 1968 a 1973) com concentração de renda.

O “milagre”, como costuma acontecer, não durou para sempre. O que era uma economia muito dinâmica, embora desigual (ou

4 FURTADO, C. Desarrollo y estancamiento en América Latina: un enfoque estructuralista. In: A. Bianchi (org.). *América Latina: Ensayos de Interpretación Económica*. Santiago: Ed. Universitária, 1966.

5 TAVARES, M. C.; SERRA, J. Más allá del estancamiento: una discusión sobre el estilo de desarrollo reciente de Brasil. *Revista Latino-Americana de Ciencias Sociales*, Manizales, n. 1-2, p. 2-38, 1971.

dinâmica porque desigual, como explicado por Tavares e seus seguidores), transformou-se em estagnação e instabilidade na década de 1980, com prejuízos sociais adicionais. A última grande tentativa organizada do regime militar de planejar o desenvolvimento brasileiro e vencer a distância que separa o país das grandes potências – o II PND, lançado em 1974, em meio a um ambiente internacional já em deterioração – foi capaz de promover mudanças importantes na estrutura produtiva, ainda que com ritmo e alcance muito aquém do planejado diante das dificuldades externas. No que se refere às desigualdades sociais e às políticas para atacá-las, não se avançou além dos diagnósticos e propostas.

O fardo da dívida externa excessiva, crescente desde o início dos anos 1970 e em muito ampliada com os projetos do II PND, e a falta de mecanismos internos para financiá-los, combinado com a escassez de financiamento externo após o aumento nas taxas de juros dos EUA em 1979, impôs muitas dificuldades e uma organização perversa para a economia brasileira durante a chamada “década perdida”.⁶

Era o fim do “nacional-desenvolvimentismo”, sem qualquer substituto consistente. De particular importância, foi a crise fiscal e financeira do estado, uma consequência da “nacionalização” da dívida externa, que impediu qualquer possibilidade de políticas ativas, orientada para objetivos sociais. Taxas de crescimento baixas e voláteis, inflação alta e aceleracionista (com efeitos piores sobre os mais pobres, incapazes de preservar a sua renda e riqueza), e um estado geral de instabilidade macroeconômica foram as principais consequências da restrição externa e da necessidade de produzir vastos *superavit* comerciais para servir à dívida externa. Nessa década “perdida”, a obrigatoriedade do ajuste externo era assim incompatível com o crescimento baseado no mercado doméstico e com a distribuição de renda.⁷

A crise final do “nacional-desenvolvimentismo”, em termos econômicos, também teve grande relevância política, já que foi decisiva para a erosão do apoio ao governo militar. Mesmo sem eleições

6 Sobre o II PND, ver o posicionamento crítico de LESSA, C. *Visão Crítica do II PND. Revista Tibiriçá*, São Paulo, n.6, jan./mar. 1977; e o capítulo I de CARNEIRO, R. de M. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora Unesp, 2002. Para o endividamento externo e suas motivações, a referência é CRUZ, P. D. *Dívida externa e política econômica: a experiência brasileira dos anos setenta*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

7 Capítulo 4 de CARNEIRO, R. de M. op. cit.; BATISTA JR., P. N. Formação de capital e transferência de recursos ao exterior. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 10-27, jan./mar. 1987.

diretas (retomadas apenas em 1989), a nova Constituição, promulgada em 1988 foi um símbolo importante da redemocratização. Em seus capítulos sociais, criaram-se importantes mecanismos de proteção social, principalmente no que tange à Previdência Social (estendida aos trabalhadores rurais, mesmo sem contribuições anteriores), à saúde pública (tornada universal e gratuita, com a criação do SUS) e aos direitos trabalhistas (férias remuneradas, seguro-desemprego, direito de greve etc.). Mesmo considerando os graves problemas de financiamento (que se explicitariam nos anos posteriores), as conquistas constitucionais foram as sementes do que mais próximo se chegou de um “Estado de Bem Estar Social” no Brasil – justificando não apenas o apelido de “Constituição Cidadã” para a Carta de 1988, mas também a feroz oposição a ela em círculos liberais.

Graças à renegociação das dívidas externas sob o “Plano Brady” (no caso brasileiro, concluído apenas em 1994), às mudanças nas relações financeiras internacionais que caracterizam a globalização financeira e às taxas de juros baixas nas economias centrais no início da década de 1990, uma nova fase de abundância de financiamento externo se apresenta para a América Latina naquele momento, encerrando a “década perdida” e abrindo caminho para uma nova estratégia de desenvolvimento. Consolidada sob o chamado “Consenso de Washington”, a agenda das reformas liberalizantes era, nesta parte do mundo, uma resposta à crise do modelo anterior e esteve centrada na redução do papel do estado no processo de desenvolvimento.

No Brasil, tal agenda – lançada pelo abreviado governo Collor – foi consolidada no período FHC (1995-2002), e em muito facilitada pelo apoio político conquistado com o sucesso no combate à alta inflação por meio do Plano Real. A diminuição do índice de preços oficial (que, após um pico de quase 2500% em 1993, caiu para 22,4% em 1995, 9,6% em 1996 e 5,2% em 1997) resulta imediatamente em uma sensível melhoria no rendimento real dos mais pobres.

Na realidade, os ganhos distributivos da tentativa anterior (e rapidamente fracassada) para controlar a inflação, o Plano Collor (1990), foram maiores (ver Figura 1). Isso se deu principalmente porque o plano foi capaz de interromper uma série de mecanismos, desenvolvidos durante a década de 1980, para proteger a renda real da inflação acelerada. Essas ferramentas de defesa eram distribuídas de forma desigual (dependendo do acesso a contas bancárias e do próprio patamar de rendimentos), de modo que não só a inflação em si era perversa, mas também seus efeitos sociais. Esta dinâmica foi responsável pela elevação na concentração de renda durante a

segunda metade da década de 1980, e pela a estabilidade (com uma ligeira diminuição) do Índice de Gini em torno de 0,6 a partir de 1995, apenas recuperando a situação extremamente injusta de uma década antes (Figura 2). Seja como for, após a estabilização, em 1994, durante algum tempo a expansão do mercado interno (também alimentado pela expansão do crédito) parecia assumir o papel principal.

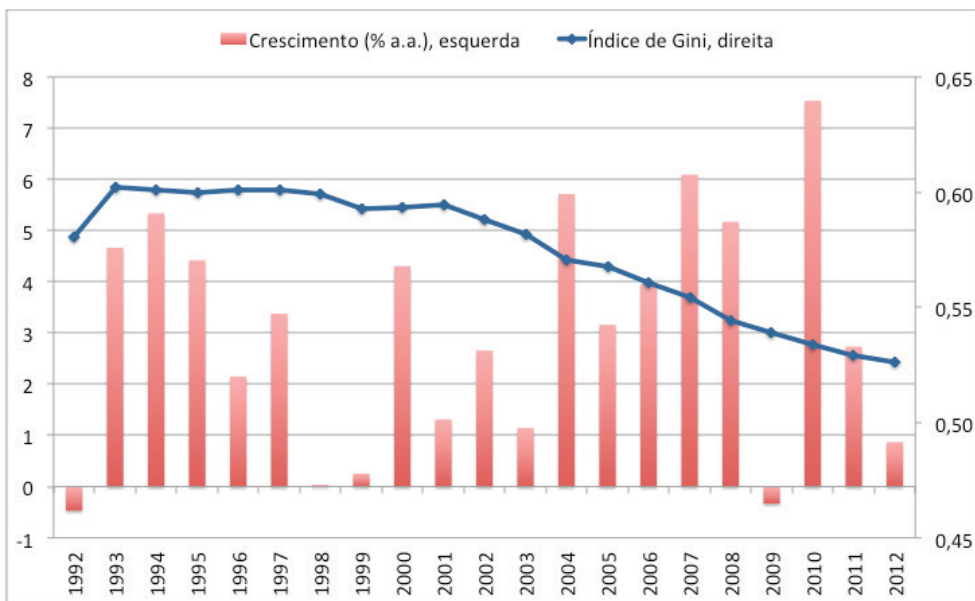


Figura 2: Crescimento econômico e distribuição de renda no Brasil (1990-2000).

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Ipeadata e IBGE.

Entretanto, a dinâmica da economia “modernizada” não foi particularmente favorável ao crescimento durante os anos que se seguiram, nem esteve particularmente orientada para o mercado interno ou para o desenvolvimento social. Devido à abertura comercial e financeira às privatizações e a própria atração de investimentos estrangeiros diretos, o nível de concorrência internacional foi elevado no espaço econômico doméstico. Com a contribuição da forte apreciação da taxa de câmbio, esse processo foi longe demais e tornou-se improdutivo em termos de ganhos de eficiência, resultando em falências, desemprego e desnacionalização. A regressão da estrutura produtiva também foi acompanhada pela deterioração das finanças públicas (prejudicada pela estratégia macroeconômica de valorização cambial e acumulação de reservas internacionais) e

pela inadequação de um sistema tributário complexo e regressivo, que assistiu a um forte aumento da carga tributária total. Para piorar, a economia esteve durante todo o período sujeita à volatilidade dos fluxos internacionais de capital e testemunhou três episódios de crise cambial – 1998-1999, 2001 e 2002 – que foram enfrentadas seguindo o receituário ortodoxo tradicional: assistência de liquidez do FMI, cortes de gastos públicos e elevação nas taxas de juros.

O ambiente resultante de todos estes processos era estável em termos de inflação (para os padrões brasileiros), mas muito instáveis em um sentido macroeconômico mais amplo: crescimento baixo e volátil (a média anual foi de apenas 2,5% entre 1995 e 2002), altas taxas de juros (com picos de quase 50%, mesmo após o controle da inflação o nível nominal da taxa de política nunca caiu a menos de 15% ao ano), taxa de câmbio oscilante e, particularmente prejudicial do ponto de vista social, alto desemprego (que aumentou continuamente durante a década de 1990 e atingiu 20% da força de trabalho em 2002 e 2003). Neste contexto, o ritmo muito modesto da queda no Índice de Gini, após os ganhos iniciais com a estabilização de preços (Figura 2), não surpreende.

Em suma, esta breve retrospectiva sugere que, ao longo da história brasileira, a relação entre as dimensões sociais e econômicas de desenvolvimento nunca foi o elemento central da estratégia de crescimento. Partindo da herança colonial, passando pelo desenvolvimentismo com forte presença estatal e chegando à agenda liberal dos anos 1990, o atendimento das necessidades (mesmo as mais básicas) da maioria da população sempre foi um objetivo secundário. Obviamente, nessa trajetória, há alguns momentos muito importantes em termos de avanços institucionais (os direitos trabalhistas e o salário mínimo durante a Era Vargas; o capítulo social da Constituição de 1988) e ganhos concretos (especialmente a redução da desigualdade na sequência da queda da taxa de inflação entre 1990 e 1994). Mas inegável é o fato de que o Brasil iniciou o século XXI como uma das sociedades mais desiguais do mundo, apesar dos avanços democráticos e econômicos nas décadas anteriores.

É neste campo que vai se localizar a principal questão econômica (e social) da Era Lula.

Mudanças e otimismo: distribuição de renda e retomada do crescimento no governo Lula (2003-2010)

Em termos teóricos, a proposição de uma associação virtuosa entre crescimento econômico e progresso social não é novidade – mesmo levando-se em conta a natureza intrinsecamente excludente do capitalismo. As experiências social-democratas da Europa Ocidental durante a “Era de Ouro” de Bretton Woods são o melhor exemplo histórico de uma estratégia em que a melhoria das condições de vida (emprego, salários, direitos sociais, sistemas previdenciários e serviços públicos) não se opõe à acumulação privada de capital e ao crescimento econômico. Pelo contrário, ambas as dimensões se autorreforçavam naquele arranjo extraordinário em termos históricos.

Nada de semelhante ocorreu no Brasil nos anos 1950 e 1960: nem o contexto histórico da Guerra Fria e a ameaça comunista, nem a construção de qualquer coisa próxima a um Estado de Bem Estar Social. Como já comentado, uma versão mais fraca de um sistema de proteção social no Brasil foi produto dos esforços de redemocratização somente no final dos anos 1980, e mesmo assim enfrentou (na verdade ainda enfrenta) uma série de dificuldades operacionais e de financiamento, quando colocado em prática. Mas certamente as lições do mundo avançado iluminavam as propostas dos legisladores e *policymakers* brasileiros no período, e também serviam de inspiração para alguns intelectuais e políticos progressistas. Entre essas ideias, se encontra uma simples lição macroeconômica, relacionada com as fontes e o tamanho da demanda agregada: o aumento do mercado – em uma sociedade na qual grande parte da população que tinha sido, historicamente, excluída do consumo de uma vasta gama de produtos, poderia ser um poderoso motor econômico.

Mesmo que tal exclusão não tenha sido determinante para uma tendência de estagnação durante as décadas de 1960 e 1970, sua superação não deixou de ser vista como uma grande fonte potencial de crescimento, pelo menos por alguns economistas heterodoxos. De acordo com Bielschowsky⁸, a ideia de um mercado de consumo de massa, a ser explorada por uma estrutura de oferta específica, foi tratada academicamente pela primeira vez por Castro⁹, mas era

8 BIELSCHOWSKY, R. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. especial, p. 729-747, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182012000400002>

9 CASTRO, A. B. O Brasil a caminho do mercado de consumo de massa. In: REIS VELLOSO, J. P. (coord.). *As perspectivas do Brasil e o Novo Governo*. São Paulo: Nobel, 1990.

parte importante do ideário econômico do Partido dos Trabalhadores desde a sua fundação em 1980.

A eleição de Lula em 2002, no contexto econômico difícil, descrito no final da seção anterior, foi embalada por um discurso econômico em que tal proposição já era “moderada” por sinalizações ao mercado e promessas de ortodoxia. Durante os primeiros anos do governo, estes últimos aspectos prevaleceram.

A política econômica foi claramente orientada para o controle da inflação e a redução da dívida pública, por meio de uma política monetária muito restritiva, grandes *superavit* fiscais, apreciação da taxa de câmbio e uma agenda de reformas estruturais em linha com as diretrizes predominantes no governo anterior. Certamente, a urgência das condições objetivas – a inflação acumulada chegou a quase 10% no início de 2003, a dívida pública líquida ultrapassou 60% do PIB no final de 2002 e a taxa de câmbio chegou a se aproximar de R\$ 4,00 por dólar – foi importante para esta opção inicial, o que não diminui o seu caráter conservador nem seus efeitos negativos. A baixa taxa de crescimento em 2003 acabou sendo compensada por um controle gradual das outras variáveis macroeconômicas importantes. Além disso, a melhoria da situação econômica mundial nos anos seguintes (particularmente as baixas taxas de juros nas economias centrais, a retomada dos fluxos de capital para países em desenvolvimento e a fase ascendente de preços de *commodities* primárias) também desempenhou papel crucial na recuperação da economia brasileira.

O crescimento do PIB em 2004 (5,7%, depois de apenas 1,1% no ano anterior) iniciou uma sequência de cinco anos positivos. Neste período, o dinamismo da economia, ainda que longe dos patamares observados nos anos 1960 e 1970, teve a maior média em mais de duas décadas, atingindo 4,8%. Considerando-se todo o governo Lula, já incluídos o ano de crise de 2009 (queda de 0,3% do PIB) e a recuperação em 2010 (7,5%), essa média fica em torno de 4,1%.

A característica mais importante desta recuperação, no entanto, não foram os valores, mas, sim, seus motores e consequências. Se a forte demanda externa puxou a economia em 2002 e 2003, a contribuição da demanda doméstica para o crescimento do PIB tornou-se predominante de 2004 em diante. Considerados os baixos níveis de investimento que ainda persistem (no auge dos últimos anos, chegou a apenas 19,5% do PIB em 2010), o principal componente deste dinamismo é o consumo. É aqui que reside a grande novidade na história brasileira: a ampliação consistente do mercado

de consumo como estimulador da atividade econômica – uma relação que, como comentado acima, já frequentava as formulações teóricas de economistas progressistas algum tempo antes, e que neste período se tornou realidade de maneira diametralmente oposta à verificada nos anos de 1960 e 1970, quando a concentração era funcional para promover o crescimento.

O Índice de Gini, em suave redução ao longo dos anos 1990, acelera seu ritmo de queda: de 0,588 em 2002, chega a 0,539 mesmo no difícil ano de 2009 (Figura 2). Mais do que isso, a parcela de famílias que vivem abaixo da linha de pobreza (estabelecida em R\$ 705,00 mensal, a preços de 2009) diminuiu de 28,1% em 2003 para 15,3% em 2009. Considerando a extrema pobreza (o valor para uma família consumir o mínimo de calorias necessárias para o seu membro), a queda é igualmente impressionante: 11,3% em 2003 e 5,8% em 2009. Ainda de acordo com dados oficiais, o crescimento da renda dos pobres entre 2001 e 2009 foi significativamente maior do que o dos ricos: os primeiros 10% do espectro de distribuição experimentaram, em média, um aumento de 7,2% ao ano, enquanto que para os 10% mais ricos esta taxa foi de 1,4%¹⁰. Em termos de capacidade de consumo, esta transformação significa a ascensão de 25 milhões de pessoas da classe “D” para “C” – que no final do governo Lula representava 50% da população, ou cerca de 100 milhões de brasileiros¹¹.

Essas transformações não são resultantes de um único fator ou política. É justo considerar que o inicial conservadorismo econômico do governo Lula foi sendo gradualmente substituído, especialmente em uma dimensão estrutural, por uma concepção diferente sobre o papel do Estado, o tamanho e a importância dos bancos públicos e outras empresas estatais, por mecanismos de planejamento central, revalorização do investimento público etc. Mesmo mantendo-se muito ortodoxa na gestão macroeconômica, a condução geral da economia foi transitando em direção a uma nova versão do “desenvolvimentismo”, no qual os novos elementos foram o foco na estabilidade macroeconômica e, especialmente, a crescente importância dada aos aspectos sociais do desenvolvimento (ou,

10 Todos estes e os próximos números citados ao longo do texto, quando não explicitamente mencionado, têm como fonte o IBGE.

11 Esta foi a base para o *slogan* oficial considerando o Brasil um “país de classe média”. Para as ideias a respeito da emergência de uma “nova classe média”, ver, por exemplo, NERI, M. op. cit. Em termos sociológicos, estatísticos e mesmo econômicos, não parece se tratar de um conceito muito rigoroso – mas certamente este não é o espaço adequado para tal discussão.

especificamente, à ampliação do mercado consumidor)¹². Devido a esta última característica, alguns autores têm denominado a estratégia de “social-desenvolvimentista”.¹⁵

Para além destas tendências gerais, do cenário internacional favorável e das boas condições macroeconômicas, foram quatro os principais determinantes específicos da “criação” de um mercado de consumo de massas no Brasil – nem todos devidamente reconhecidos no debate público brasileiro: políticas de transferência de renda; o sistema de proteção social; a política de valorização do salário mínimo; algumas transformações; e o bom comportamento do mercado de trabalho durante o período. Interagindo com esses processos, mas também respondendo a outros fatores, a expansão do crédito interno também desempenhou papel importante.

O primeiro instrumento foram as políticas de transferência de renda voltadas para as camadas mais pobres da população. O carro chefe foi o programa Bolsa Família – um pagamento mensal a famílias cuja renda não atinge patamares mínimos pré-determinados e que se comprometem com algumas contrapartidas relacionadas ao futuro das crianças (frequência à escola, campanhas de vacinação etc.). A ideia de um “imposto de renda negativo” não foi uma criação da equipe de Lula: versões anteriores já haviam sido implementadas anteriormente em algumas cidades do Brasil e mesmo na esfera federal. Mas o tamanho e o impacto do programa, seu alcance e toda a tecnologia envolvida são claramente uma das marcas distintivas deste governo. É sem dúvida a experiência mais avançada de política social focada no mundo, não apenas por sua extensão, mas também pela eficiência.

12 Para uma visão geral desta transição durante o governo Lula, com atenção especial ao papel do Estado, ver LOPREATO, F. L. *Caminhos da Política Fiscal do Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2015. Para um balanço da política econômica sob Lula, ver BARBOSA FILHO, N.; SOUZA J. A. P. A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda. In: SADER, E; GARCIA, M. A. (orgs.) *Brasil: entre o Passado e o Futuro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 2010.

15 CARNEIRO, R. de M. Novos e velhos desenvolvimentismos. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. especial, p. 749-778, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182012000400003>; BASTOS, P. P. Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social-desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. especial, p. 779-810, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182012000400004>; COSTA, F. N. Desenvolvimento do desenvolvimentismo: do socialismo utópico ao social-desenvolvimentismo. *Texto para Discussão IE-Unicamp*, n. 205, maio 2012. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3185&tp=a>>. Acesso em: out. 2015.

A partir de 2004 (quando outras iniciativas na mesma direção foram unificadas no Bolsa Família) até 2011, o número de beneficiados mais do que duplicou (atingindo 13,4 milhões de famílias). Durante este período, a despesa total aumentou de 0,20% para 0,41% do PIB (cerca de R\$ 17 bilhões), cifras modestas quando comparadas a quase 6% do PIB utilizados no pagamento de juros da dívida pública nesse mesmo ano. Há valores diferentes para o benefício, dependendo da renda originária da família, mas todos se situam abaixo do salário mínimo.

Mas o Bolsa Família não é a única política de transferência de renda a se destacar. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), consolidado pela Constituição de 1988, é uma espécie de pensão paga aos trabalhadores rurais que não contribuíram durante sua vida ativa. Em 2011, 3,9 milhões de pessoas receberam esse benefício, mas o valor total pago é muito maior que o custo do Bolsa Família em mais de R\$ 30 bilhões. A razão para a diferença é sua indexação ao salário mínimo. O BPC é, de fato, uma das faces mais visíveis do amplo sistema de proteção social brasileiro, o segundo grupo de determinantes dos avanços sociais recentes. De acordo com Castro¹⁴, o total dos gastos sociais do sistema de previdência alcançavam 11,8% do PIB em 2010, divididos em 7,4% direcionados a trabalhadores aposentados do setor privado (28 milhões de benefícios, dos quais 19 milhões são equivalentes ao salário mínimo) e 4,4% para os beneficiários do setor público (4,3 milhões de pessoas, todas acima do mínimo).

Como fica claro por estes números, a própria política de salário mínimo é, em si, um poderoso instrumento para o desenvolvimento social no Brasil. Se somados aos anteriores os quase 9 milhões de trabalhadores do setor privado, cujos pagamentos são iguais a este piso, seu impacto direto é de mais de 30 milhões de pessoas. Indiretamente, o salário mínimo é também um parâmetro importante para as negociações salariais privadas. Criado na década de 1930, este instrumento de regulação sofreu um processo de erosão do seu valor real ao longo do tempo, especialmente durante o período do regime militar (em que foi uma das ferramentas para a concentração de renda). Desde 1990, em termos reais, a tendência foi de estagnação ou de aumentos tímidos, que claramente se aceleraram

14 Castro, J. A. Política social e desenvolvimento no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. especial, 2012, p. 1011-1042. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182012000400012>

durante o governo Lula. O ganho real, entre 2003 e 2010, foi de 56%, quase o dobro do aumento verificado nos oito anos anteriores. Mais importante ainda, desde 2006 vigora uma regra estável para a definição deste preço (válida até 2015, quando deve ser rediscutida pelo Congresso): o aumento em cada ano deve ser igual à taxa de inflação do anterior, somando-se o crescimento do PIB verificado dois anos antes – em uma tentativa de transferir os ganhos de produtividade para os salários-base da economia.

Conectado aos outros três, o quarto determinante consiste no comportamento favorável do mercado de trabalho ao longo da última década. Ele foi marcado, em primeiro lugar, por um intenso processo de formalização: a criação de empregos formais nos oito anos, encerrados em 2010, foi de mais de 15 milhões, a participação dos empregadores com carteira assinada subiu de 45% para 52% da força de trabalho, e os contribuintes para o sistema de seguridade social representavam, em 2011, 72% da população ocupada (em 2002, essa relação era de 63%). As taxas de desemprego, uma das características negativas da macroeconomia brasileira durante a década de 1990, inverteu a tendência e caiu ano após ano: de uma média anual de quase 12% da força de trabalho em 2002, para 6,6 % em 2010.

Por fim, outro ingrediente fundamental na receita de crescimento e expansão do mercado doméstico foi o crescimento das operações de crédito. Estimulados por algumas medidas regulatórias (com destaque para garantias relacionadas ao crédito habitacional), uma importante inovação financeira (o crédito consignado) e, especialmente, as melhorias no mercado de trabalho e na renda, os bancos expandiram o a concessão de crédito para pessoas físicas e empresas. A relação entre crédito total e PIB, que havia iniciado 2003 em apenas 25%, terminou 2010 acima de 45% (um valor ainda baixo para padrões internacionais).

Movida por todos esses processos, a economia brasileira registrou, em 2010, uma taxa de crescimento anual de 7,5%, em forte recuperação depois dos impactos da crise internacional em 2009. O otimismo justificado seria uma ferramenta importante na campanha eleitoral daquele ano.

Exaustão e frustrações? Desaceleração e desafios ao governo Dilma (2011-2013)

Dilma Rousseff foi escolhida para ser a candidata oficial à sucessão de Lula com base em seu trabalho como Chefe da Casa Civil desde 2005, apesar de sua completa inexperiência em disputas eleitorais. Apoiada por uma ampla coalizão política e depois de uma campanha eleitoral difícil (na qual nenhum dos candidatos da oposição atacou diretamente as bandeiras sociais de Lula), ela assume o cargo no início de 2011 com expectativa de continuidade da estratégia geral e melhorias na capacidade de gestão.

Após o crescimento exuberante durante o ano eleitoral, alguma desaceleração era prevista pelo governo em 2011 – na verdade, era até desejada, dada a aceleração da inflação e o ritmo muito forte de expansão do crédito. Os primeiros movimentos macroeconômicos do novo governo foram nessa direção: cortes de gastos (que no Brasil sempre afetam o investimento público mais do que os gastos correntes) e aumento das taxas básicas de juros e “medidas macro prudenciais” para controlar o crédito. Algum tempo depois, é possível dizer que não apenas o leque de instrumentos e a dose foram exagerados, mas que também houve uma leitura errada do contexto internacional (em que a crise se desdobraria em novas pressões deflacionárias) e uma prudência excessiva com a inflação (que não se movia principalmente por excesso de demanda). Algumas outras causas específicas – escândalos de corrupção que impediram a evolução dos projetos de infraestrutura, dificuldades burocráticas etc.– também podem ser consideradas, mas o fato é que a desaceleração foi fortemente influenciada pela mudança de direção na política econômica no início do mandato, especialmente na frente fiscal¹⁵. Os efeitos contracionistas foram acentuados e perduraram: o PIB cresceu 2,7% em 2011, apenas 0,9% em 2012 e 2,3% em 2013.

No primeiro trimestre de 2012, o excesso de conservadorismo ficou claro até para os condutores das políticas, e o *mix* macroeconômico começou a mudar. Uma redução importante nas taxas de juros básicas (até o piso histórico de 7,25 % ao ano em termos nominais) e um maior controle sobre a taxa de câmbio (neutralizando, em parte, as pressões pela apreciação) foram movimentos importantes, mas no *front* fiscal novos problemas surgiram. Incapaz ou pouco disposto a

15 SERRANO, F.; SUMMA, R. A desaceleração rudimentar da economia brasileira desde 2011. *Oikos*, Rio de Janeiro, v. 11, n.2, p. 166-202. 2011.

retomar a curva ascendente do investimento público, o governo optou pela promoção do investimento privado por meio de uma série de isenções fiscais descoordenadas para setores produtivos específicos. A falta de contrapartidas (em termos de investimentos, exportações etc.) parece importante para entender por que, apesar de prejudicarem as receitas públicas, tais medidas não foram suficientes para reacelerar a economia e a produção industrial como um todo (apesar de contribuírem para sustentar o emprego). Aparentemente, o efeito foi mais positivo sobre a rentabilidade das empresas beneficiadas do que sobre suas decisões de produzir e investir no país.

Na dimensão social, os resultados do período Dilma permanecem positivos. Com um aprimoramento da estratégia focalizada no combate à pobreza extrema – o programa Brasil Sem Miséria e a continuidade dos aumentos do salário mínimo (que atualmente somam alta de 75% em termos reais, desde 2003), a distribuição de renda pessoal continuou melhorando e, em 2012, o Índice de Gini reduziu-se para menos de 0,50 – patamar em que se encontrava no início da década de 1960. Também muito importante, o mercado de trabalho vem mostrando surpreendente resiliência: mesmo com o crescimento em declínio, as taxas de desemprego seguiram em queda e se encontram em seus mínimos históricos, com média anual de apenas 5,5% em 2012¹⁶.

Mas, em termos das (más) notícias econômicas, o problema vai além do baixo dinamismo. A deterioração das contas externas (com o déficit em conta corrente girando em torno de 3,5% do PIB), a taxa de inflação rondando os limites superiores da meta oficial (6,5% em 2011, 5,8% em 2012 e 5,91% em 2013) e a piora nas contas fiscais, em grande parte explicada pela queda na receita, também ajudaram a espalhar uma convenção pessimista sobre macroeconomia brasileira. A estrutura produtiva mostra claros sinais de regressão, com os coeficientes de importação na indústria e os *déficit* comerciais em manufaturados aumentando acentuadamente. Pelo lado estrutural, os problemas notórios de infraestrutura logística e energia têm sido enfrentados de forma lenta. A esperança neste campo está concentrada no amplo pacote em curso de concessões (estradas, ferrovias,

16 As causas deste comportamento são complexas e estão sujeitas a intenso debate. Mas a situação não deveria ser tomada como “pleno emprego”, como fazem analistas ortodoxos (defensores de medidas recessivas). Para um panorama das transformações recentes no mercado de trabalho brasileiro, ver BALTAR, P. *Crescimento da Economia e Mercado de Trabalho no Brasil*. Campinas, Ipea/IE - Unicamp, 2013. (mimeo)

aeroportos e projetos de energia, incluindo as reservas de petróleo da camada pré-sal) para o setor privado.

Teria, enfim, chegado a um limite no governo Dilma a combinação virtuosa entre produção e consumo de massas? O modelo bem-sucedido da Era Lula estaria se provando insustentável ou de fôlego curto? Diferentes e importantes atores do debate público brasileiro têm respondido afirmativamente a estas perguntas. Em grande parte dos casos, a lógica econômica por trás do raciocínio é duvidosa, especialmente a proposição de reduzir o consumo a fim de ampliar os investimentos. Mas o ponto a destacar é que as alternativas propostas, em geral, representam um risco para a associação virtuosa entre as melhorias econômicas e sociais, a característica principal da Era Lula enfatizada neste trabalho.

De um lado, assiste-se a uma nova versão da agenda liberal para o Brasil sendo formulada e propagada por alguns setores intelectuais e financeiros com grande exposição midiática¹⁷. As principais propostas em pauta são: uma nova rodada de abertura comercial (de maneira unilateral), a redução do tamanho e a reversão nos papéis assumidos pelo Estado recentemente, uma gestão macroeconômica mais ortodoxa (especialmente, um ajuste fiscal importante), a redução dos custos do trabalho e uma ênfase genérica em educação e qualificação profissional. Como seria de esperar de uma formulação liberal, nenhum papel virtuoso está reservado para a dimensão social na estratégia econômica, mas o caráter universal de alguns aspectos do sistema de proteção social brasileiro é claramente criticado, e políticas mais focadas são recomendadas.

Tal visão parece baseada em uma concepção muito primária de vantagens competitivas, às vezes defendendo explicitamente a reespecialização da economia brasileira, sem qualquer atenção às consequências em termos de emprego, salários, sustentabilidade intertemporal das contas externas etc. Mais importante para o tema de fundo aqui tratado, sem os ganhos distributivos como os causados pela redução da inflação em 1994 (quando ideias similares se tornaram hegemônicas no Brasil), uma mudança de estratégia nesta direção provavelmente significaria uma reversão no caráter social do desenvolvimento insinuado na última década.

17 Ver, entre outros exemplos, BACHA, E.; BOLLE, M. (orgs.). *O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; e GIAMBIAGI, F.; PORTO, C. (orgs.) op. cit.

Por outro lado, ganhou espaço no debate público e no interior do governo uma visão heterodoxa sobre questões macroeconômicas, apresentada como uma estratégia de desenvolvimento, o chamado “novo desenvolvimentismo”¹⁸. Criticando o crescimento com poupança externa e a apreciação da taxa de câmbio, e especialmente preocupados com o processo de “desindustrialização”, a receita destes analistas é concentrada em medidas de política macroeconômica. Uma importante desvalorização da moeda nacional (com vistas a emular a estratégia asiática de crescimento *export-led*), cortes nas taxas de juros e políticas de ajuste fiscal (ou corte de gastos) são as principais propostas objetivas.

Apesar de antiliberal e voltado para a questão fundamental da regressão produtiva em curso, este conjunto de ideias também se mostra “neutro” a respeito do progresso social como motor econômico. Além disso, a ambição de um crescimento liderado pelas exportações no Brasil parece ignorar todas as outras vantagens dos países industrializados da Ásia (liderança tecnológica, as decisões estratégicas das empresas multinacionais a respeito de sua localização, barreiras à entrada etc.) e pode ser entendida como uma defesa de salários mais baixos como complemento ao menor valor da moeda nacional em busca da competitividade. Em alguns casos, a “neutralidade” sobre a relação entre os objetivos sociais e econômicos se transforma em oposição explícita: Oreiro¹⁹, um dos principais expoentes da agenda, elenca a “moderação salarial” e a “estabilidade da distribuição funcional da renda” como ingredientes necessários de uma política macroeconômica “novo-desenvolvimentista”. Os riscos sociais aqui, portanto, também estão claros.

Mas o debate, a busca por alternativas e uma insatisfação difusa não se restringem à área econômica. Graças a um estilo presidencial menos disposto a negociações políticas constantes e a alguns vícios do sistema brasileiro, o governo vem enfrentando dificuldades parlamentares – que crescem em linha com os resultados econômicos ruins. A popularidade do presidente, no entanto, sustentada

18 O principal expoente desta visão é o ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira, mas há um importante grupo de seguidores de várias universidades brasileiras. Uma compilação completa dos documentos e artigos acadêmicos sobre o novo-desenvolvimentismo e o debate sobre ele está disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/novodesenvolvimentismo.asp>>. Acesso em out. 2013.

19 OREIRO, J. L. Novo-desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 29-40, maio/ago. 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000200003>

em máximos históricos, parecia inabalável até meados de 2013, sustentada em patamares históricos explicados pelos resultados em termos de emprego e renda. Deste ponto de vista, o modelo parecia longe de estar esgotado.

Em junho de 2013, uma surpreendente onda de manifestações em massa mudou completamente o panorama político. Iniciado por um pequeno grupo em São Paulo protestando contra o aumento das tarifas de transporte público, o movimento se espalhou em poucos dias para todas as grandes cidades do país e o número total de participantes passou a ser contado em milhões. É difícil encarar todos os protestos como um fenômeno único, dada a grande variedade de reivindicações: da melhoria dos sistemas de educação e saúde pública ao cancelamento da Copa do Mundo de 2014, de um transporte público melhor a um desejo genérico de menor corrupção. Apesar de ameaças de desestabilização política, o movimento perdeu força em julho e nos meses seguintes (salvo alguns focos localizados com pautas específicas e grupos com táticas mais radicais), e um de seus legados principais foi uma queda brusca na popularidade presidencial. Na verdade, a opinião sobre todos os poderes estabelecidos caiu acentuadamente, mas a maior parte da insatisfação foi dirigida contra o governo central.

Ainda há muita controvérsia sobre o significado das revoltas e as suas consequências políticas são ainda incertas. Para os limitados objetivos deste texto, a pergunta chave seria: trata-se de mais um sinal de esgotamento do exitoso modelo da Era Lula, desta vez emanando da sua suposta grande virtude, os avanços sociais da última década?

Políticos de oposição, atores econômicos relevantes e a opinião publicada predominante (mesmo na imprensa internacional²⁰) não têm dúvidas a respeito disso. No entanto, não parece claro se se trata mais do desejo de um grupo de interesses ou de um sentimento real da população. Se, em termos econômicos a ideia de exaustão, é baseada em uma piora objetiva dos indicadores, no campo social a realidade pode ser lida no sentido oposto: as pessoas querem mais. Não exatamente mais do mesmo, mas certamente na mesma direção: um ritmo mais rápido de inclusão e de melhorias em outros aspectos da desigualdade brasileira, não tocados pelas transformações dos últimos anos.

20 Ver a reportagem especial, alinhada com a nova versão da agenda liberal para o Brasil resumida algumas páginas acima, publicada em 28 de setembro de 2013 pela revista britânica *The Economist*, “Has Brazil blown it?”.

De acordo com alguns pronunciamentos recentes, esta é a leitura oficial das manifestações. No presente texto, é a base para a proposição de uma renovação e aprofundamento do conteúdo social do modelo de desenvolvimento brasileiro. Esta é a tarefa da última seção.

Uma agenda “social-desenvolvimentista” renovada e mais profunda

Na apertada síntese nesta última seção, dois conjuntos de propostas para “corrigir” o rumo do desenvolvimento no Brasil – o liberal e o “novo-desenvolvimentista” – foram considerados inadequados (apesar das claras vantagens do segundo em relação ao primeiro) por causa de seu tratamento insuficiente ou regressivo da questão social. A justificativa para isso é a concepção de que qualquer estratégia desconectada da missão de reduzir as enormes desigualdades sociais que marcam a sociedade brasileira não parece adequada – nem muito promissora em termos práticos – no contexto atual. Em uma palavra, a dimensão social deve estar no centro da agenda²¹.

Tal ênfase não tem como objetivo principal explicar ou elogiar a trajetória recente, e muito menos de transmitir a ideia de que as mudanças ocorridas são suficientes ou garantidas. Pelo contrário, o caráter social é muito mais justificado pelos desafios (e, no sentido virtuoso aqui proposto, as oportunidades) à frente do que pelos avanços obtidos. E há várias razões para isso.

A primeira delas refere-se ao alto nível de concentração de renda que ainda existe no Brasil. Embora importante, a redução do Índice de Gini para cerca de 0,5 simplesmente coloca o Brasil entre os 10 ou 20 países mais desiguais do mundo. No caso da concentração de renda, assim como em outras variáveis econômicas e sociais, quando se parte de um nível muito desfavorável, as melhoras são mais fáceis no início do processo e tendem a exigir novos instrumentos, criatividade e alguns enfrentamentos para se manter em curso.

Nesta linha, a segunda razão é o fato de que os resultados positivos se concentraram principalmente em uma das dimensões da

21 Para uma exposição mais detalhada das ideias apresentadas nesta seção (incluindo considerações sobre a política macroeconômica, o papel do Estado e a estrutura produtiva), ver BIANCARELLI, A. M.. Por uma agenda social-desenvolvimentista para o Brasil. *FPA Discute: Desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 49-66, jul. 2013. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/fpa-discute-desenvolvimento-v2-1.pdf>>. Acesso em: out. 2013.

desigualdade: a concentração de renda pessoal (complementada pela redução não menos importante nos índices de miséria e pobreza). Muito mais difícil de medir, a concentração de riqueza no Brasil é provavelmente pior do que a concentração de renda, e há razões para imaginar que tenha piorado nos últimos anos. Índices de desigualdade com outras abordagens, como as condições de vida e de consumo, indicadores de acesso ao saneamento, educação e saúde, mostram melhorias muito mais tímidas nos últimos anos, quando não uma elevação nas diferenças²².

A terceira motivação é a natureza individual, muito associada ao poder de compra, que marca os avanços sociais recentes. Eles tiveram impacto econômico importante – e deveriam ser preservados, inclusive com a consolidação legal das políticas de transferência de renda e a rejeição da estratégia de aumento da competitividade às custas dos salários. Mas outro caminho para a promoção econômica e a redução da desigualdade foi pouco explorado: a infraestrutura social, os chamados bens de consumo coletivo ou público, como educação, saúde, transporte público e as condições de vida urbana, como o saneamento. Em várias dessas dimensões, a mercantilização progressiva foi a marca dos últimos anos. Permitiu-se uma ampliação do acesso a vários destes serviços, mas esta tendência descuidou dos aspectos de qualidade e conteúdo dos direitos sociais.

Ir além da ampliação do mercado de consumo de massas, avançando na dimensão dos direitos sociais (como, aliás, previsto na Constituição de 1988), é portanto a diretriz principal. Esta orientação também pode ser justificada pelo seu conteúdo moral e civilizatório, e seus impactos claros sobre a vida em sociedade e o bem-estar coletivo, mas o ponto a enfatizar aqui é seu potencial propriamente econômico.

Maiores investimentos nesta direção teriam efeitos multiplicadores importantes em termos de emprego, renda e atividades econômicas locais²³. Além disso, a ampliação da renda disponível (resultante de uma ampliação no alcance e na qualidade dos serviços públicos) também seria um efeito econômico importante – não

22 Para um panorama ampliado dos indicadores de desigualdade no Brasil, ver DE-DECCA, C. A redução da desigualdade e seus desafios. Ipea/IE-Unicamp, 2015. (mimeo)

23 Cálculos de Castro (2012) mostram que o efeito multiplicador em termos de renda e redução no Índice de Gini são muito maiores para gastos com saúde pública e educação, do que para pagamento de juros, construção civil ou de exportação de *commodities*.

alcançado com a concessão de subsídios às empresas privadas prestadoras de serviços sociais, quase sempre com baixa qualidade.

Em outra frente, alterações na estrutura tributária na direção de uma maior progressividade também combinariam progressos econômicos e sociais. Complexo e concentrado em tributos indiretos (com baixa incidência sobre altos rendimentos e estoques de riqueza), a estrutura tributária é um mecanismo de concentração de renda e de riqueza no Brasil²⁴. As dificuldades práticas e políticas envolvidas nesta tarefa não reduzem a sua importância para a construção de uma sociedade mais justa e com maior potencial de crescimento.

Em suma, pela leitura proposta, a grande questão econômica da Era Lula se relaciona com o potencial dinamizador de uma estratégia socialmente orientada, em uma versão adaptada (e muito atenuada) do sucesso europeu na era social-democrata. Mas esta lição não diz respeito apenas ao sucesso ou ao que foi conquistado. As dificuldades econômicas e políticas dos últimos dois ou três anos sinalizam que uma verdadeira sociedade civilizada (ou social-democrata) não pode ser construída apenas com base no consumo de massas, sem os outros elementos típicos e virtuosos dos arranjos sociais mais avançados. A prioridade para a melhoria dos serviços públicos e uma reforma tributária progressiva surgem, portanto, como as diretrizes mais adequadas para aprofundar e renovar o “social-desenvolvimentismo” esboçado, evitar o retorno a uma agenda liberal (ou uma busca a qualquer custo da competitividade) e retomar a o crescimento econômico.

24 Ver, novamente, os exercícios realizados por Castro (2012) para a quantificação dos efeitos da tributação sobre o Índice de Gini.

Sobre o autor:

André M. Biancarelli

Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (IE-Unicamp). Pesquisador do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (Ceccon/IE-Unicamp). Coordenador da Rede Desenvolvimentista.

E-mail: andremb@eco.unicamp.br

RESENHAS

Pemedebismo renitente

Roberto Pereira Silva¹

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento*. Da abertura democrática ao governo Dilma. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, 208 p.

À primeira vista, o título do livro, *Imobilismo em movimento*, e mesmo seu subtítulo, *Da abertura democrática ao governo Dilma*, podem enganar o leitor que busca uma história recente do Brasil, desde o final da ditadura militar até os dias de hoje. Embora o livro percorra esse período, ele o faz sob o crivo da cultura política que nasceu nos anos da abertura política e da redemocratização, a qual o autor chama de pemedebismo, algo muito mais amplo do que o Partido Movimento Democrático Brasileiro, mas cuja história está imbricada, justificando a metonímia. O livro narra a formação, a expansão e as modificações que essa cultura sofreu. Nesse sentido, é sensível à dinâmica das alianças partidárias, de suas relações entre legislativo e executivo, mas sem deter-se unicamente neste aspecto da nossa história contemporânea. Embora este seja o pano de fundo, a economia é um tema recorrente no livro, enquanto um local de confronto pela implantação de pactos político-econômicos, de redistribuição de recursos entre entes federativos, setores sociais e de disputas por projetos nacionais. Entretanto, os argumentos mobilizados para dar conta do sistema político e da economia por vezes englobam a segunda nas determinações do primeiro, num movimento que iremos descrever mais adiante. Esse movimento, aliás, decorre do corte e do foco do autor, avesso às compartimentações disciplinares, à especialização míope e circunscrita.

1 Professor assistente do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas, *campus* Varginha (Unifal, Varginha, MG, Brasil). Doutorando em História Econômica na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
E-mail: robertopereirasilva@outlook.com

De início, entendamos o que é esse pemedebismo, já nos prevenindo de que não iremos encontrar uma definição conceitual do termo², opção metodológica usada por Marcos Nobre para ressaltar o caráter aberto da discussão, sensível aos influxos do presente.

O pemedebismo é caracterizado como a cultura política que emergiu após a redemocratização, decorrente da forma de arranjo político forjado na transição democrática, na Constituinte, nas primeiras eleições diretas estaduais e que se consolidou mediante mecanismos de blindagem do sistema político frente às demandas da sociedade.

O final dos anos de 1970 e inícios de 1980, com sua confluência de “altas taxas de inflação, redemocratização e crise do modelo de desenvolvimento nacional-desenvolvimentista, moldou um sistema político caracterizado pela fragmentação política” (p. 38). Reforçando, o problema decorre não apenas de um sistema político fragmentado, mas fragmentário também, impondo “pesadas travas a transformações de vulto”. O surgimento do pemedebismo deriva do sistema bipartidário da Ditadura Militar, sedimentado em dois polos políticos: de apoio ou de oposição ao governo. A oposição reunia diversos matizes e grupos políticos, fazendo conviver tendências políticas antagônicas, amalgamadas pela ampla bandeira de oposição à ditadura, sem excluir a permissividade à fisiologia, ou seja, à barganha de apoio político por benesses governamentais.

Dentro desse quadro, o retorno do pluripartidarismo colocou o problema de manter diversas tendências sob uma mesma legenda. A passagem do MDB para PMDB foi marcada pelo empenho do partido em manter elementos heterogêneos na sigla, consolidando “um sistema interno de regras de disputa” (p. 42). Assim, e esta é uma consideração fundamental no livro, a cultura política da redemocratização se deu institucionalizando práticas de apoio, adesão e fisiologia no sistema político; bloqueando, ao mesmo tempo, os anseios e as reivindicações das classes populares e da sociedade de forma abrangente. Eis o pemedebismo: uma cultura política, originada no PMDB, mas que o ultrapassa e dá o tom da dinâmica política no período pós-redemocratização. Suas características são: “estar no governo, seja qual o for o governo e seja qual for o partido a que pertença, como parte de um condomínio de

2 Podemos compreender esta opção do autor pelo elogio que tece a outro livro, com o qual polemiza: *Os sentidos do lulismo*, de André Singer. Segundo Marcos Nobre, “um dos méritos do livro está em que não procura ‘definir’ as noções de que se utiliza...”. Em seguida, “estamos diante de algo novo, em processo e com múltiplas possibilidades de desenvolvimento, a depender do rumo que tomem os conflitos e as lutas sociais” (p. 176-177). Veja-se: SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

poder, organizado sob a forma de superbloco parlamentar”, com regras manifestas num “sistema de vetos hierarquizados” (p. 42). Um sistema aberto a quem desejar entrar, desde que passe pelo crivo dos vetos do condomínio e, a partir do capital político conquistado, possa também impor vetos e participar com sua cota no condomínio de poder.

Para além dessas características gerais, Marcos Nobre também consegue captar transformações na forma de administrar o condomínio e na própria dinâmica do sistema político democrático. Uma virada importante se deu com a eleição e o *Impeachment* de Fernando Collor. Nos termos do autor, Collor apresentava-se como antipemedebista, o político que iria destravar o país e alterar o sistema e a cultura política “de um só golpe, em um voluntarismo alucinado e salvacionista” (p. 52). Diante dessa ameaça, o travamento do pemedebismo operou e, no final de 1992, Collor renunciou. Essa experiência de tensionamento e distensão do pemedebismo trouxe um resultado importante e duradouro, um segundo elemento da cultura política que a partir da eleição de Fernando Henrique Cardoso se apresenta como incontornável: a necessidade de supermaiorias no congresso: “uma supermaioria que estivesse no governo, qualquer que fosse ele. Essa ideologia faz parecer impensável a formação de um governo dotado de escassa maioria no Congresso, ou mesmo de um governo minoritário, mas com apoio popular” (p. 55).

Estava, com isso, consolidado na cultura política o que o autor chama de pemedebismo, caracterizado pelo travamento a mudanças profundas na sociedade e expresso, no plano político, pela necessidade de grandes coalizões partidárias. É sob essa lógica que atuou o PSDB que, a partir da aliança com o PL e o cabedal político acumulado pelo ex-ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, procurou administrar e conduzir o pemedebismo. Posteriormente, a mesma lógica foi seguida pelo PT, que num primeiro momento tentou dirigir sozinho o sistema político e, uma vez fracassada essa tentativa em 2005, efetuou uma tomada à esquerda do pemedebismo.

No entanto, na análise de Marcos Nobre, a compreensão da dinâmica dessa cultura política nas últimas décadas não é feita unicamente a partir da política, tendo destaque também as políticas econômicas elaboradas dentro dos diversos arranjos do poder. Embora, neste ponto, um dos méritos do livro seja precisamente a correlação que estabelece entre política e economia, optamos por separar (incorrendo na especialização e segmentação que o filósofo procura evitar) esses elementos, porque a relação entre ambos é uma das chaves de sua interpretação do Brasil contemporâneo.

Com efeito, a redemocratização e a Constituinte aconteceram num período de grande conturbação: desde a desaceleração do PIB, entre 1979 e 1982, até a grave crise econômica que se estendeu até 1992. Para compreender a relação entre essa reversão econômica e suas formas de superação, Marcos Nobre chama a atenção para a crise de um modelo de sociedade, denominado nacional-desenvolvimentismo, e a formação de outro, o social-desenvolvimentismo.

Tendo origem nos anos 1930, o nacional-desenvolvimentismo ocasionou um processo de “modernização acelerada”, dirigida pelo Estado, que busca “a produção de um mercado interno de importância”, uma economia “autônoma” capaz de ensejar a emergência de uma “nação autêntica”, pautada pela “integração social”. Esse modelo de sociedade, entretanto, “não incluía a democracia como um de seus componentes fundamentais”, uma vez que coincidiu “na maior parte do tempo” com “ditaduras e/ou coronelismo e clientelismo” (p. 30). Para Marcos Nobre, entretanto, esse projeto havia chegado ao limite em finais de 1970: seja pela desigualdade social que produziu ao obrigar a população a conviver com a inflação sem mecanismos de proteção de seu poder de compra, seja pelas condições internacionais que impunham o fim do endividamento do Estado, ou mesmo pelas transformações tecnológicas, a partir do surgimento da microeletrônica. Nessa conjuntura de crise econômica e transição política, a Constituição de 1988, embora trazendo em seu texto as bases do modelo social-desenvolvimentista, à época, “não se apresentou primeiramente como uma saída para os impasses de um nacional-desenvolvimentismo já caduco, mas antes como sua cristalização” (p. 50). Nesse sentido, o sistema político pemedebista atuou na política econômica, primeiramente (governo Sarney e, parcialmente, Collor), tentando uma continuidade do modelo. A crise política, econômica e social que emerge no governo Collor abriu as condições para o surgimento de um projeto de desmantelamento do nacional-desenvolvimentismo e, ao mesmo tempo, de direção do pemedebismo, representado pelo PSDB.

O partido, saído de um racha com o PMDB, propôs um choque de capitalismo no Brasil. Assim, o Plano Real surgiu como uma alteração radical no funcionamento da economia ao mesmo tempo que representou um novo pacto político-social, seja pela direção do pemedebismo no âmbito da política, seja por uma repactuação da distribuição dos recursos e fundos públicos. O governo Fernando Henrique Cardoso operou a federalização da política econômica, tornando estados e municípios dependentes dos recursos da União, redefiniu a economia ao eliminar a inflação, trazendo, assim, a questão das desigualdades sociais

para o centro do debate político. Nesse sentido, embora operando dentro e mesmo renovando o pemedebismo, o PSDB retomou a bipolaridade do sistema político, com a outra ponta representada pelo PT.

O Partido dos Trabalhadores, historicamente, teve o papel de oposição ao pemedebismo. Não participou das eleições indiretas de 1985, colocou-se como força atuante de representação popular durante a Constituinte, construiu as diversas candidaturas de Luiz Inácio Lula da Silva como uma alternativa ao sistema político em 1989, 1994, 1998 e, eleito em 2002, procurou efetivamente governar contornando o sistema de vetos do pemedebismo. Neste ponto, a análise compreende - como fez com o PMDB e com PSDB - o PT operando dentro dessa cultura política construída, operacionalizada e consolidada desde os anos de 1980. Enfatizando as alterações internas do partido - que levaram à *Carta ao Povo Brasileiro*, em 2002, bem como à maior inflexão política do partido no poder, o Mensalão, em 2005 -, Marcos Nobre destaca que o projeto político do primeiro mandato foi a construção das condições “para alcançar uma dominância parlamentar do PT no segundo mandato” (p. 102). O fracasso dessa estratégia deu início a uma nova forma de dirigir o pemedebismo a partir da esquerda.

Dentro do quadro maior do sistema político, a reeleição de Lula em 2006 não representou apenas a conquista de uma parcela do eleitorado, até então, avessa ao projeto de governo do PT, mas indica também que

a efetividade dessa conjunção de fatores dependeu de um pacto com esse mesmo sistema político marginalizador, de um novo modo de funcionamento do governo, instaurado a partir de 2005. Não por último, esse pacto permitiu a utilização de máquinas partidárias altamente capilarizadas, capazes de chegar com eficácia também nos chamados rincões. (p. 103)

Assim, essa conquista, essa ocupação pela esquerda do pemedebismo é caracterizada como uma transação: “a consolidação da primeira imagem do social-desenvolvimentismo, um modelo de sociedade internamente vinculado à democracia e marcado pelo combate às diferentes formas de desigualdade. Ao mesmo tempo, essa importante conquista foi realizada ao custo de uma normalização do pemedebismo” (p. 103). Assim, a história do PT após o Mensalão é compreendida como uma nova aliança, não só com o PMDB, mas com o pemedebismo. Aqui, portanto, uma tese fundamental de Marcos Nobre: a tomada pela esquerda significou a implantação do social-desenvolvimentismo e, ao mesmo tempo, a institucionalização do pemedebismo e o fim da polarização política,

pois o funcionamento dentro do sistema político e os instrumentos de política econômica herdados do governo FHC restringem as mudanças profundas. Ao acomodar o social-desenvolvimentismo na cultura política, consolida-se o movimento do imobilismo, dos travamentos estruturais para a constituição de uma sociedade democrática. Em suma, ao trocar a inclusão democrática pela inclusão econômica, o sistema alcançou seu limite de funcionamento. Daí, também, a interpretação das Revoltas de Junho como uma proposta de alteração efetiva da cultura política, de fim do pemedebismo como condição para obter a efetiva democratização política: o elemento deixado para trás na conquista pela esquerda do sistema político.

Assim, em 2006, o PT havia consolidado definitivamente sua liderança no condomínio pemedebista, com uma aliança com o PMDB e a filiação de diversos deputados e senadores a partidos da base aliada do governo. Consolidação, também, que pôs fim ao bipartidarismo que o próprio partido havia se esforçado para manter até 2002. Apesar disso, o governo Lula obteve a adesão dos setores industriais, mineradoras, empreiteiras e mesmo ruralistas.

Os avanços na política econômica prosseguiram durante e após a crise de 2008, com uma política de diminuição da taxa de juros e estímulo ao crédito de consumo, indicando uma mudança importante a partir de 2008. Para Marcos Nobre, a eleição de Dilma Rousseff marca a consolidação da redemocratização, mas não a implantação plena da democracia. Com efeito, a barganha do projeto econômico pela consolidação do sistema político do pemedebismo, agora esvaziado de oposição, colocou os limites tanto do social-desenvolvimentismo, quanto do pemedebismo, criando uma zona de tensão que as Revoltas de Junho vieram expor.

As revoltas irromperam contra a reprodução do pemedebismo e contra o pacto socioeconômico no qual a diminuição da desigualdade, o crescimento dos salários e do poder de compra; em suma, a continuidade do crescimento econômico (ainda que em patamar modesto) não garantiria a blindagem do sistema político. Nesse sentido, as revoltas contestaram a própria noção de representação política. Paralelo ao pemedebismo, que se formou desde os anos 1980, surgiu uma nova cultura política gestada junto de um novo modelo de sociedade, social-desenvolvimentista, que se contrapõe radicalmente ao sistema político vigente. Em sua manifestação em junho de 2013, estão colocadas as possibilidades de transformação para “superar o travamento do jogo político”, garantindo a existência de uma oposição nas diversas esferas federativas. Para tanto, avalia Marcos Nobre, seria necessário modificar a grande concentração de recursos no governo

federal, dando maior autonomia fiscal para estados e municípios, e diminuir a dependência ao poder central. Por outro lado, a criação de grupos de poder que recusem o jogo do pemedebismo, que se apoiem na opinião pública e procurem, ao mesmo tempo, avançar e ampliar os “aspectos distributivos do novo modelo social-desenvolvimentista” (p. 155). Desafios como esse exigiriam alterações na própria forma de governo, de governar, liberando novas formas de democracia, mais utópicas, fomentadas no bojo do modelo social-desenvolvimentista e desejando uma nova e mais profunda democracia.

Feito esse percurso, temos um livro com uma mensagem contundente de esgotamento da cultura política pemedebista, uma abertura para a compreensão das Revoltas de Junho que foge dos estereótipos das organizações político-partidárias tradicionais, uma aposta de que a cultura política de esquerda deve ultrapassar o distributivismo e a inclusão social e implantar, simultaneamente, uma democracia efetiva, cravejada numa nova cultura política avessa aos formalismos da representação clássica.

Essa mensagem, entretanto, formulada a partir de uma interpretação original sobre a história política brasileira dos últimos trinta anos, tem também algumas consequências que derivam dessa leitura mais processual da história brasileira. Chamamos atenção, de forma indicativa apenas, que, na interpretação dos diversos arranjos políticos, a dimensão econômica fica subordinada, ou mesmo compreendida como resultado de soluções dadas dentro do pemedebismo. Nesse sentido, a continuidade do governo Dilma dentro do pemedebismo é analisada, em termos econômicos, como promovendo um “ajuste para baixo” da política econômica do governo Lula. Nesses momentos a interpretação perde fôlego, acreditamos, por não captar as especificidades da esfera econômica em transformação. Com efeito, as maiores inovações da política econômica do governo Lula, antes da crise de 2008, apenas teriam sido possíveis pela conjuntura internacional favorável, sem considerar que a forma de condução da política econômica, após a crise internacional, alterou o peso relativo dos instrumentos de política econômica a favor do crescimento econômico por meio do consumo interno⁵. Por sua vez,

5 As características e especificidades da política econômica dos últimos anos têm sido analisadas como o surgimento de um novo-desenvolvimentismo. Uma síntese desse debate, com uma compreensão aguda da política econômica atual, pode ser encontrada em: FONSECA, P. C. D. O Brasil na Era Lula: retorno ao desenvolvimentismo? *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, maio/ago. 2013, p. 403-427. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/50103-63512013000200006>. Quanto à continuidade automática dos instrumentos macroeconômicos de estabilidade criados no governo Fernando Henrique Cardoso e sua utilização durante o governo

esses mecanismos foram novamente alterados no atual governo, procurando intensificar programas sociais, ampliar o consumo de massas e garantir o aumento da taxa de investimento da economia. Claro está que esses elementos não invalidam a interpretação do pemedebismo, mas destacam o foco numa cultura política que determina, talvez demasiadamente, a condução da economia.

Lula, temos que: “se a instabilidade macroeconômica apresenta correlação negativa com crescimento [...], daí não se segue que *per si* consiga explicar o desempenho mais recente e o cenário positivo delineado por vários analistas para o Brasil para os próximos anos, principalmente sua posição relativa no contexto internacional a partir da crise de setembro de 2008, bastante confortável em comparação com outros países”. *Idem*, p. 421. Ademais, lembra Fonseca, a implantação do Plano Real também contou com uma conjuntura favorável, o que poderia levar a repensar as condições para o desmonte do nacional-desenvolvimentismo.

Borracha, gás e tiro: impressões sobre *Cidades rebeldes*

Christian Gilioti¹

HARVEY, David; MARICATO, Ermínia; ŽIŽEK, Slavoj; DAVIS, Mike et al. *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013, 112 p.

A penosa construção de nós mesmos se desenvolve
na dialética rarefeita entre o não ser e o ser outro.

Paulo Emílio Salles Gomes

O terremoto calca em cinzas a cidade,
Tremem cem outras, cambaleando estão,
E a barulheira berra sob o chão.

Percy Shelley²

Em junho de 2013, o país parecia pegar fogo. Ônibus queimavam nas metrópoles, pedágios no interior; no campo, e mais ainda na cidade, o lixo acumulado nas esquinas era posto em chamas improvisando barricadas (incapazes de conter, mas, ao menos, prejudicavam o avanço das forças policiais). Servindo de escudo, também entulhos e tapumes eram erguidos por moças e rapazes que apostavam na força dos paus, pedras e

1 Graduado e mestrando em Filosofia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil). Pesquisa as formas artísticas de parte do cinema nacional da última década e suas imbricações com a cultura e a política contemporâneas. E-mail: christiangilioti@yahoo.com.br

2 Em gesto de camaradagem intelectual – livre, comum e fraterna – o poema foi apresentado a mim pelo amigo Daniel Lago Monteiro que, muito embora sempre em busca de erudição, não perde de vista o mundano.

gritos diante da saraivada de balas e bombas de efeito “moral” disparadas pelas tropas de choque. A truculência, que fazia suas vítimas (na favela, fatais) e produzia comoção nacional, era seletivamente explorada – e ideologicamente retorcida – pela grande mídia, por meio de imagens espetaculares, sobretudo na TV. Entretanto, na contramão das expectativas recorrentes, a indignação dava indícios de crescimento acelerado... Até que, depois de duas semanas, devido à adesão massiva de diferentes parcelas da população, principalmente dos jovens, a revolta contra o aumento das tarifas do transporte “público” conquistou voltagem histórica, não obstante, forçando o recuo dos mais diversos representantes do poder estatal, terminando vitoriosa em mais de cem cidades.

Em síntese, era mais ou menos esse o clima quando a editora Boitempo, em parceria com a Carta Maior, lançou o livro *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil* (publicado em julho de 2013). Trata-se de uma coletânea de textos acerca da onda insurgente que, de modo inesperado e até mesmo inimaginável, veio à tona³. O conjunto figura como uma composição de ensaios elaborados no calor momento – ou, se preferirmos, em meio ao gás lacrimogênio – que, em certa medida, contribui para o debate político contemporâneo independentemente da sequência de protestos que culminou com a redução do valor das tarifas de ônibus. Com isso, não se pretende afirmar, evidentemente, que a insurreição de junho apresenta valor secundário ou marginal em relação às questões desenvolvidas em cada um deles. Na verdade, o próprio fenômeno, em função de seu caráter imprevisível e também da intensidade e da dimensão atingidos, por certo obrigou os autores, de um lado, a explorarem as possíveis causas da eclosão e, de outro, a delimitarem recortes para suas abordagens. No limite, de um inspirador exercício de análise de conjuntura, composto

3 Inaugurando a coleção *Tinta Vermelha*, além da apresentação “As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações” de Raquel Rolnik e dos comentários na quarta capa de Paulo Arantes e Roberto Schwarz, encontram-se no livro os textos: “Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo”, do Movimento Passe Livre de São Paulo; “É a questão urbana, estúpido!”, de Ermínia Maricato; “A liberdade da cidade”, de David Harvey; “Quando a cidade vai às ruas”, de Carlos Vainer; “A rebelião, a cidade e a consciência”, de Mauro Luis Iasi; “Estrada de metal pesado”, de Mike Davis; “Será que formulamos mal a pergunta?”, de Silvia Viana; “O transporte público gratuito, uma utopia real”, de João Alexandre Peschanski; “Territórios transversais”, de Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira; “As Jornadas de Junho”, de Lincoln Secco; “Sob a sombra do precariado”, de Ruy Braga; “A vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais”, de Jorge Luiz Souto Maior; “Mídia, rebeldia urbana e crise de representação”, de Venício A. de Lima; “Em São Paulo, o Facebook e o Twitter foram às ruas”, de Leonardo Sakamoto e “Problemas no Paraíso”, de Slavoj Žižek.

por dezoito perspectivas que, por vezes apresentando diferentes graus de antagonismo entre si, resgatam as tensões motivadas pelo ímpeto de superação da intervenção política conformada, exclusivamente, à atividade intelectual.

No entanto, há problemas ou, se preferirmos, algumas lacunas no que se refere ao alcance das reflexões que integram o livro. Três perguntas clássicas, bastante comuns entre os estudiosos de teoria da ação coletiva, por exemplo, ainda permanecem em parte sem resposta, a saber: Quem exatamente foi às ruas durante os protestos? Por que foram às ruas, isto é, quais os motivos que os levaram às manifestações? Que tipo de experiência cultural criou o repertório tanto de indignação como também de ação dos participantes dos protestos? Além disso, é notável como a coletânea, em geral, prioriza intelectuais e análises circunscritos ao eixo Rio-São Paulo, evidenciando certa limitação na compreensão dos acontecimentos de junho em sua escala nacional e em sua multiplicidade regional, por vezes marcada por questões locais.

Evidentemente que, de maneira variada, boa parte dos textos buscou dar conta de tais lacunas. Seria exagero afirmar que os autores de *Cidades rebeldes* primam pelo empenho de objetividade? Objetividade que não significa, precisamente, reflexão neutra e, tampouco, garantia de lucidez. Negar ao fenômeno o que lhe é próprio pode ser menos uma questão de honestidade ou de talento intelectual e mais dificuldade concreta. Como sugeria Brecht, a imparcialidade política é ilusória, enquanto a consciência crítica é trabalho pesado. Mesmo aquele que escolhe não tomar partido inexoravelmente já conformou para si – e, por certo, também à sua visão de mundo – uma posição parcial. Em contrapartida, se há épocas em que a adesão partidária do pensamento, ao confrontar o plano das ideias com o terreno prático, torna possível renovar o fôlego da reflexão teórica e da ação política, o inverso também é verdade. A vinculação intelectual aos ideais de um grupo politicamente organizado e hegemônico, ou ao menos representativo de setores da sociedade, por vezes produz obscurantismo. Situações – às vezes irremediáveis – em que a chamada *intelligentsia* articulada aos Partidos da Ordem acaba por padecer de certo arrefecimento analítico, balizado pelo consentimento de incontáveis concessões e capitulações que se justificariam em nome da manutenção do poder, nem sempre está orientada conscientemente por motivos escusos, antes, sim, pela expectativa de implantação de um programa partidário supostamente emancipatório e consistente – ainda que em ritmo paulatino ou, se preferirmos, de modo lento, gradual e seguro.

No caso de *Cidades rebeldes*, podemos dizer que o atual “imbróglia” da esquerda brasileira se manifesta – ainda que de modo discreto. Deixando os intelectuais estrangeiros provisoriamente de lado, mas utilizando-os como parâmetro, ao leitor é possível (não sem algum esforço) identificar no livro dois grandes campos que divisam o embate ideológico do esquerdismo nacional. Muito embora genericamente críticos ao capitalismo enquanto sistema, cada lado reserva para si mesmo posturas distintas diante da conjuntura política, sobretudo porque ambos a compreendem igualmente de forma distinta. Ao longo da resenha tentaremos sugerir, apresentando alguns dos pontos de vista dos autores, parte das contradições e dilemas (não apenas ideológicos, mas também práticos) que colocam em choque os dois campos. Em síntese, pode-se dizer que no centro da querela se encontra a própria definição do que nossas esquerdas atualmente entendem por “velho” e “novo” – em termos políticos e econômicos, de maneira geral, mas especialmente no que se refere às formas coletivas de organização e luta, assim como às técnicas de contenção e controle da população. Todavia, outra dimensão das posições em conflito recai inevitavelmente sobre o significado do lulismo que, consolidado por mais de uma década, permite ser observado em perspectiva. O problema reside menos na desilusão gerada pela frustração das expectativas em torno da chegada de um partido de massas ao poder e sim na profunda afinidade entre ele e a reatualização mais do que eficiente dos dispositivos de gestão do capitalismo no país, a qual combina desenvolvimentismo e autoritarismo, não mais à moda antiga. Assim, o leitor desconfiado da ordem estabelecida e amigo do contraditório poderá apreciar no livro uma sequência de hipóteses que às vezes ultrapassam os limites dos discursos defasados pelo jogo de cena que encerra as disputas partidárias, especialmente em torno das eleições, favorecendo assim à montagem de um novo quebra-cabeça com o qual a história parece nos desafiar. Textos que ampliam os sentidos atualmente convencionais da política e da crítica, superando análises de tipo “institucionalista” que, mesmo quando se mostram independentes das tramas rígidas e comprometedoras da *realpolitik*, normalmente inflacionam a esfera político-institucional em detrimento das imbricações econômicas e sociais que também atuam, interferem, reconfiguram e até pervertem o próprio funcionamento do estado, enquanto instituição gestora – sobretudo de riquezas, mas também de pessoas.

Isto posto, partamos agora para algumas das análises, em termos específicos. Quando a procura dos nexos que estruturam o processo histórico é abandonada, ou posta em segundo plano, os efeitos não são triviais. Um deles, bastante nocivo ao pensamento crítico, é a idealização

da democracia. Transformado em abstração, o regime aparentemente garantidor das “liberdades individuais” ao mesmo tempo passa a ser invocado como valor em si. Neste sentido, quanto há de naturalização da violência do poder público e banalização do sofrimento social na perspectiva de quem delira legitimação do “Estado Democrático de Direito” no Brasil? Em resposta a isso, após a apresentação de Raquel Rolnik (notável pela capacidade de articulação da miríade de temas em debate) o texto que inaugura a coletânea é assinado pelo Movimento Passe Livre de São Paulo (MPL-SP). Em função do reconhecimento do Estado brasileiro como uma instituição autoritária que privilegia a classe proprietária, o grupo de inspiração autonomista é favorável à reinvenção e experimentação de novas formas e instâncias de decisão política e entende que os protestos deflagraram um ativismo espontâneo e popular precisamente disruptivo: a rua, via de regra mais um entre outros tantos espaços nos quais impera a heteronomia, consolidou-se provisoriamente como um “caldeirão de experiências sociais autônomas”. Todavia, o mais impressionante e, em alguma medida, gerador de certo desconforto acaba sendo a convicção da linha argumentativa. Fundamentada ao rés do chão das lutas travadas em torno da “tarifa zero” (contraditoriamente uma “utopia” *viável* do ponto de vista econômico, para usarmos a língua dos capitalistas), ela aponta na direção de um curso histórico ascendente; a certeza de que “Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo” decorre do inventário de revoltas populares instantâneas, crescentes nos últimos anos, embora invisíveis aos olhos embotados pelo afastamento crítico e concreto de parte considerável da intelectualidade (incluindo a de esquerda) do país. Uma categoria, em larga medida, distanciada das práticas de militância e insensível às situações de rotina desgraçada e inenarrável que encontra nas condições humilhantes do transporte popular urbano uma de suas imagens mais viscerais (vale dizer, humilhação e violência urbanas não somente pouco estudadas como também pouco dimensionadas, se pensarmos que se trata de um cotidiano de vivências de sofrimento que geralmente precedem e sucedem o próprio *trabalho*, este sim, em muitos casos não *uma*, mas sobretudo *a* vivência massacrante dos indivíduos – aliás, não seria justamente a dificuldade em conseguir atuar dentro dos outros ambientes de exposição e humilhação o calcanhar de Aquiles do MPL, o qual encontra força apenas enquanto a pauta da “tarifa zero” não é viabilizada pela reorganização dispendiosa das planilhas de custos e das negociações orçamentárias do poder público?).

A bem da verdade, depois de junho de 2013, o tema da mobilidade urbana passou a frequentar variados matizes do articulismo de opinião.

Faz toda diferença, entretanto, quando os problemas infernais da cidade não são resumidos a ineficiências técnico-administrativas. Encarados nos termos da luta de classes, a exemplo do MPL, Ermínia Maricato, Carlos Vainer e David Harvey desenvolvem reflexões argutas sobre as articulações que entrelaçam o desenvolvimento das metrópoles aos imperativos da acumulação capitalista. A regra metropolitana quase sempre revela a vigência absoluta de estruturas verticalizadas e impiedosas que, segundo a ex-ministra do governo Lula, fazem da metrópole um campo de batalha “entre aqueles que querem dela melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos”. Que a cidade, após a consolidação do capitalismo industrial, torna-se o principal palco dos conflitos sociais, não resta dúvida. Mas a transformação extremada do urbano em ativo financeiro, especialmente no Brasil, resulta do coroamento de um projeto desenhado e orquestrado pelo poder público em aliança com a burguesia (local e estrangeira) da construção civil, da especulação imobiliária, da indústria automotiva e do capital financeiro, sobretudo a partir de 2008, quando a crise mundial passa a exigir medidas de emergência por parte do governo brasileiro que, por sua vez, responde com a intensificação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que havia sido lançado no ano anterior. No entanto, como recorda Carlos Vainer, o terreno da expropriação já havia sido juridicamente preparado em 2001, quando brechas foram criadas no interior do próprio Estatuto da Cidade, produzindo uma nova tecnologia política – a “democracia direta do capital” – pela qual os grandes investidores decidem sozinhos os destinos da cidade que, do ponto de vista civil, jurídico, político e econômico, vive uma espécie de regime de exceção. Não por acaso, a última década consolida o Brasil no plano internacional como espaço privilegiado para megaeventos e meganegócios, mas o que muitos não imaginavam é que a gentrificação urbana, a ampliação das zonas periféricas e a crise da mobilidade desencadeariam megaprotestos.

É possível identificar pontos de inflexão que unem e ao mesmo tempo permitem a transposição das especificidades locais ao contexto estrangeiro. O caráter interdependente entre o modelo irracional de urbanização e o próprio modo de produção capitalista ganha concretude e visibilidade nas novas conformações metropolitanas, enquanto processo global. Deste ângulo, o ensaio de Harvey apresenta as maiores (e melhores) mediações. Em franco gesto de heterodoxia intelectual, a definição tomada de empréstimo de Robert Park (um dos fundadores da Escola de Chicago), que via a cidade como um “mundo onde se vive de acordo com o desejo de seu coração”, é contraposta à tensão civil semeada pela fratura social e urbana, de um lado confinando as

elites financeiras e as camadas mais favorecidas em “fragmentos fortificados” e, de outro, empilhando os trabalhadores rebaixados em favelas monumentais. Indiscutivelmente, uma desintegração da vida coletiva que impede a cidade de ser expressão máxima e realização efetiva dos anseios humanos.

Em rota distinta, Mike Davis se dedica ao mesmo dilema. Na forma de crônica (repleta de perspicácia, ao combinar etnografia urbana e visada sociológica com pitadas de ironia e humor), descrevendo um caso bastante peculiar, ele nos fornece pistas a respeito de um fenômeno que poderia ser definido como a generalização do autoritarismo nos grandes centros urbanos. Não se trata, no entanto, da brutalidade promovida estritamente pelo braço institucional, mas antes das variações incivis que adquirem força em meio à degradação do cotidiano e se manifestam, por exemplo, no comportamento bélico dos motoristas enquanto trafegam pelas estradas e avenidas da Califórnia dentro de suas máquinas mortíferas, cada vez maiores e mais potentes. Para ele, “a hegemonia dos utilitários no trânsito dita a postura do rearmamento defensivo e a lógica do desencorajamento mútuo”. Assim, a atual incipiência teórica e prática do Estado Democrático de Direito ganha nitidez através do contraste flagrante entre os ideais civilizatórios do liberalismo e o caráter excepcional das leis e dos direitos, espécie de estado de sítio permanente infiltrado não apenas no cotidiano da vida urbana, mas, também, nos recônditos mais ínfimos da subjetividade. A farsa do modelo societário burguês está tanto na estupidez do comportamento paranoico, violentador e profundamente narcisista dos chamados “cidadãos comuns” encasulados no interior de seus utilitários, quanto na convivência do poder público em relação aos imperativos de acumulação ilimitada da indústria automobilística (e também das companhias de seguro), produtores de acidentes, adoecimento e morte em número elevadíssimo, exatamente como as guerras, contudo, dentro dos limites dos próprios territórios nacionais. Em suma, a proliferação de um massacre civil, explicitamente antirrepublicano, perpetrado por todos contra todos nas situações mais rotineiras e convencionais.

Mas as afinidades entre o civil e o bárbaro não param por aí. O ensaio de Slavoj Žižek explora o prenúncio do divórcio entre capitalismo e democracia, agora em escala global. Traçando paralelos a partir da coincidência imprevista da insurreição popular que explodiu concomitantemente aqui e na Turquia, além de enfatizar o caráter ilusório da integração social promovida pela intensificação paradisíaca do capitalismo nos dois países, o filósofo também rebate a tese de que os problemas domésticos das nações, que nos últimos anos convivem com turbulências nas ruas, estejam inteiramente desatrelados da globalização

capitalista crescente nas últimas décadas. Trata-se, para ele, de um processo mundializado, no qual

a tendência geral do capitalismo global é direcionada à expansão do reino do mercado, combinada ao enclausuramento do espaço público, à diminuição dos serviços públicos (saúde, educação, cultura) e ao aumento do funcionamento autoritário do poder político. (p.104)

O pano de fundo da análise, portanto, é a perspectiva de que não temos pela frente necessariamente um colapso sistêmico e estrutural do capitalismo, mas, sim, a aniquilação dos direitos sociais e o agravamento das condições materiais das populações, gerando desilusão política e focos de insurgência.

À luz da falência do *welfarestate*, como fica aquele Brasil anterior aos protestos, supostamente carregado de virtudes sociais, o qual “diziam que havia dado certo” (na boa lembrança de Roberto Schwarz)? Por vias imprevistas e quase inteiramente ocultas, pode-se dizer que *Cidades rebeldes* também contribui para reorientar o antigo debate acerca da formação nacional. Afinal, em algum sentido, estaria o país acertando os ponteiros com o chamado mundo desenvolvido? Uma das maneiras de se pensar a questão encontra ressonância na própria perspectiva da trinca de intelectuais estrangeiros que sugerem – cada um a seu modo – a condição regressiva do relógio da história. Por um lado, a sensação de progresso na periferia seria, no fundo, o efeito da decadência do centro, condenado a encontrar no rebaixamento de seu próprio patamar civilizatório a face mais crua do capitalismo contemporâneo; por outro, o ingresso brasileiro (ainda que levemente tardio) no circuito global da indignação generalizada indica ao menos uma aclimatação, com sinal trocado. Outras tentativas de resposta, porém, passam pela interpretação do processo histórico local em termos específicos, sobretudo nas últimas duas décadas, no qual a hegemonia lulista serve de parâmetro maior. A vantagem crítica é que, depois de junho de 2013, qualquer balanço sobre o novo capitalismo brasileiro dispõe de uma demonstração de insatisfação popular impossível de ser escamoteada – e, desde que se abandone a antiga lógica “centro-periferia” que pautou o debate esquerdista brasileiro nos últimos cinquenta anos, quem sabe uma nova interpretação da dinâmica nacional (e também internacional), especialmente no que se refere à amplitude achatada da imaginação política, não poderia desvelar seus primeiros contornos? Como já foi dito, de uma forma ou de outra, todos os autores de *Cidades rebeldes* parecem levar em conta

as contradições do “velho” e do “novo”, em diferentes dimensões, muito embora, no caso de alguns a filiação afetiva – mal resolvida? – ao Partido da Ordem talvez tenha atolado o pensamento crítico no limbo das expectativas imobilizadas dentro das raias do “possível” ou, em outros termos, redimensionado a reflexão sobre a conjuntura política em torno da velha crença de que a pressão popular organizada poderia corrigir a atual rota do governo, até então pragmaticamente comprometido com a “governabilidade” enquanto fazia “ouvidos moucos” às demandas dos movimentos sociais – em geral adestrados ou praticamente impotentes.

O sociólogo Ruy Braga, um dos poucos a ressaltar os indícios de inquietação de parte da classe trabalhadora antes mesmo da sublevação, sustenta a hipótese de que a desconcentração de renda promovida pelo lulismo vem se mostrando cada vez mais frágil diante do desastre social que a reestruturação pós-fordista produziu no mundo do trabalho. Por isso, o “precarizado” que foi às ruas – fração jovem e precarizada do proletariado nacional – estaria, sim, colocando em cheque a suposta integração que, há mais de uma década, garante o PT no poder (Partido que se pensa internamente como o verdadeiro protagonista da tão esperada formação nacional que, antes mesmo da República Velha, romanticamente já se projetava como nossa grande missão – ou miserável destino, dependendo do ponto de vista). Em todo caso, a reunião de diferentes interpretações do processo histórico brasileiro recente, com certeza, figura entre as contribuições do livro.

Sem mudar completamente de assunto, desperta-se ainda outros interesses quando se tem *Cidades rebeldes* em mãos. Ganham destaque, entretanto, os trabalhos de crítica da ideologia que examinam não apenas o travejamento imaginário variado dos manifestantes, por vezes reacionário, como também o papel desempenhado pelas redes sociais e pela mídia corporativa, além dos próprios limites da rebelião. No que se refere ao *modus operandi* das grandes empresas de comunicação, Silvia Viana transpõe as barreiras do consenso ao notar que a tentativa exasperada de transformação do pacifismo em dever funcionava como cristalização de exigências da classe proprietária: dividindo espaço com as cenas de violência, as “manifestações pacíficas eram exibidas e celebradas porque deixavam São Paulo trabalhar”. Portanto, não é de se estranhar que, desde junho de 2013, a defesa aberta da repressão paradoxalmente seja disparada do *tópos* pacifista, sem complacência, encontrando no “protesto sem protesto” uma fórmula terapêutica conservadora da ordem, que precisa seguir imune a qualquer tipo de risco. Por outro lado, é inegável que a consciência reificada dos “indivíduos serializados”, aos quais Mauro Luis Iasi se refere em linguagem sartreana, parece ter dado mostras de

que, de fato, não é totalmente administrável. Reforçando a capacidade de controle e cooptação concentrada nas mãos dos donos do poder, Lincoln Secco por sua vez aponta para urgência de superação da “forma partidária sem vida interior”.

Aqui, nos encontramos diante de um enquadramento sombrio, complexo na medida em que combina crise do modelo de integração, insurgência *sui generis* e novas tecnologias e dispositivos públicos e privados de contrainsurgência e dominação. Fica então a pergunta: Que fazer para que o momento se transforme em brecha política, isto é, como proceder coletivamente para que se instaure a hora e a “vez do direito social e da descriminalização dos movimentos sociais”?

Pensada conscientemente em termos prospectivos (o que agrava ainda mais a situação), a tarefa política delineada por Jorge Luiz Souto Maior é emblemática de uma regressão histórica peculiar que se revolve, forma ressacas cada vez mais violentas, mas, no entanto, teima em continuar desabando sobre si mesma. Como se sabe, a pauta dos direitos e da descriminalização do ativismo político existe no Brasil há pelo menos 35 anos, desde a derrota da luta armada durante o Regime Militar, no fim da década de 1970. Então, surge uma nova pergunta: O que significa, a partir do estrondo junino, a repetição das demandas republicanas (algo como um pedido de licença para simplesmente existir) quando uma ex-guerrilheira, atualmente reconhecida por suas virtudes empresariais, ocupa a cadeira da Presidência da República graças ao voto dos mais de 55 milhões de eleitores que, nas urnas eletrônicas, optaram pela continuidade do Partido dos Trabalhadores no poder? Por esse prisma, a ponderação mais determinante para se pensar o ponto de fuga da revolta talvez tenha partido de Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira. A dupla carioca coloca a luta política em termos radicalmente inspiradores, muito embora reveladores do buraco negro que talvez tenha se consolidado como fundação de uma estrutura social cada vez mais pressionada pelos imperativos de capitalização perpétua – que precisam ser mantidos custe o que custar. Inventariando o esfarelamento das velhas formas de organização sindical e trabalhista no decorrer das duas últimas décadas, junto ao novo arsenal tecnológico e beligerante de gestão social dos conflitos disponível às classes dominantes, os dois pesquisadores apontam para a direção de uma igualmente nova guerra particular e cotidiana já em curso, sobretudo nas favelas e periferias, travada ainda com extrema debilidade por parte dos movimentos sociais oriundos desses territórios de pobreza, uma vez que, no limite, se mostram totalmente incapazes de romper com “o distanciamento perante os meios de produção”. Buraco sem fundo, portanto, pelo qual será tragado todo e qualquer projeto de

mudança dentro da ordem (sic), tal como a reforma política destacada por Venício A. de Lima, que também identifica a “crise de representação” como fenômeno social e político, muito embora parcialmente desarticulado da racionalidade econômica menos evidente?

Enfim, são apenas impressões sobre o conjunto de perspectivas em torno dos acontecimentos de junho de 2013. Terminada a leitura, por certo, permanecem muito mais dúvidas do que propriamente respostas. Entre elas, a sensação de que o Brasil atravessado pelo lulismo continua não sendo aquilo que se esperava, e, mais do que isso, parece de fato ter se tornado outro. Todavia, se a “tremenda fábrica de consentimento” (na expressão precisa de Paulo Arantes) começa a apresentar dificuldades, significa que a máscara caiu para parte considerável da população, e os velhos paladinos do progresso, mais do que nunca, agora podem ser reconhecidos como verdadeiros coveiros da esperança. Entretanto, ao menos por ora, especialmente em vista dos desdobramentos lancinantes produzidos direta ou indiretamente pela grande revolta (desde greves organizadas à revelia das direções sindicais pelegas, passando por surtos de rituais de linchamento espalhados pelo país e culminando com um incremento técnico, material e informacional até então inaudito das forças públicas de repressão, incluindo alterações no ordenamento jurídico) o entusiasmo deve permanecer de braços dados com a reticência – aliás, *Cidades rebeldes* cumpre em parte este papel. Como nos alerta Ermínia Maricato, há um sentido que orienta o pensamento crítico, o qual, uma vez derrotado, provavelmente assistiria à execução da inteligência – afinal, é sempre “da vida, do tempo perdido, mas também da morte que estamos tratando”.

DOCUMENTAÇÃO

David Vygódski: modernismo e política no Brasil e na União Soviética

Bruno Barretto Gomide¹

Uma rápida menção a um nome russo na correspondência de Mário de Andrade revela um dos momentos mais fascinantes das relações culturais entre o Brasil e a União Soviética, e também pode ajudar a iluminar alguns dos meandros das conexões, ainda pouco estudadas, entre o modernismo brasileiro e seus correlatos russos. David Vygódski figura em uma carta de Tarsila do Amaral a Mário, de 9 de julho de 1931. É um pedido de Tarsila, feito enquanto ainda estava em Leníngrado, para que ele enviasse livros a Vygódski, que estava incumbido de preparar coletâneas e estudos sobre a literatura brasileira, inclusive para a *Grande enciclopédia soviética* (dado que parece ter impressionado a missivista e seu marido, que também sublinha o fato em uma passagem de *Onde o proletariado dirige*). Vygódski fora cicerone da pintora e de Osório Cesar durante a famosa viagem que empreenderam à União Soviética. Ao retornar ao Brasil, o casal fez solicitações similares a outros intelectuais, como Jorge Amado e Brasil Gerson. Todos prometem enviar livros, embora Mário, em sua resposta de 28 de agosto, não pareça muito entusiasmado com a idéia:

[...] mandei os meus livros pro tal de escritor russo, os do Alcântara, mandei recado pro Manuel Bandeira, que também se incumbiu de mandar de outros do Rio. O Gui também manda.²

Mário e os outros modernistas citados na carta aparentemente não encetaram correspondência com Vygódski. Se o fizeram, não foi

1 Professor de Literatura Russa no Departamento de Letras Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil). E-mail: bgomide@usp.br

2 AMARAL, Aracy. *Correspondência. Mario de Andrade & Tarsila do Amaral*. São Paulo: Edusp/IEB, 2001, p. 116.

preservada no extraordinário arquivo do intelectual russo, que contém cerca de uma centena de cartas com diversos escritores ibero-americanos, inclusive com Tarsila, Osório, Amado e Brasil Gerson³.

Pela brevidade da aparição de Vygódski (e pelo tom meio condescendente de Mário), o leitor pode ser levado a imaginar que o personagem em questão é um mero funcionário da burocracia cultural soviética. Nada, porém, estaria mais longe da verdade. David Isaákovitch Vygódski (1895-1943), embora ainda pouco estudado pela russística internacional, é um dos intelectuais mais luminosos da cultura russa. Foi poeta, crítico, tradutor (de vinte idiomas) e um dos primeiros estudiosos da cultura latino-americana na Rússia. Teve conexões epistolares com vanguardas de diversos países e, do lado russo, foi um participante consistente dos principais movimentos e grupos artísticos, entre as décadas de 1910 e 1930, dentre os quais o formalismo, os Irmãos Serapião e os Oberiuti⁴.

Os quatro documentos a seguir são uma pequena mostra desse encontro “transoceânico” (segundo a definição de Jorge Amado), situado no cruzamento de propostas políticas, sociais e culturais modernistas.

O primeiro é a carta de David Vygódski a Mário de Andrade, datada de 22 de outubro de 1931 (ou seja, cerca de três meses depois do pedido de Tarsila e dois depois da confirmação de envio por Mário), em agradecimento pelos livros remetidos. É um documento inédito, disponível no acervo de Mário no IEB. Bom leitor de português, Vygódski não sabia escrever no idioma. Sua correspondência com intelectuais brasileiros é feita em espanhol e, ocasionalmente, francês. Nota-se a felicidade do hispanista russo ao obter os preciosos materiais, cuja obtenção era tão difícil naquelas circunstâncias. Trocas culturais com o exterior eram monitoradas cuidadosamente na URSS. Na ponta latino-americana do intercâmbio, qualquer correspondência com a Rússia era, desde 1917, vista com extrema suspeita. A correspondência vygodskiana está cheia de lamentos de escritores venezuelanos, colombianos, uruguaios, equatorianos, argentinos e brasileiros quanto ao sumiço de livros e documentos, eliminados pelas vicissitudes da longa viagem e pela ação dos agentes de censura. Para conseguir materiais, Vygódski

3 A correspondência foi reunida pelo autor deste texto e constará em um livro intitulado: *David Vygódski: a correspondência ibero-americana* (no prelo). O arquivo de Vygódski está depositado na Biblioteca Nacional Russa, em São Petersburgo.

4 Sobre a vida e a obra de Vygódski, cf. GOMIDE, Bruno. David Vygódski: a voz solitária de uma biblioteca. *Kinoruss*, São Paulo, ano 2, n. 3, 2012; _____. David Vygódski e um “conto cinematográfico”. *Kinoruss*, São Paulo, ano 3, n. 4, 2013; _____. David Vygódski e o “Tartarin de Lisboa”. *RUS*, São Paulo, n. 2, 2013. Disponível em: <http://www.usp.br/rus/images/edicoes/Rus_no2/14_GOMIDE-B-Vygodski-rev.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2014.

montou, a custo, uma extensa rede de correspondentes. Valeu-se também dos contatos com os visitantes à URSS e da sua atuação em instituições soviéticas como a VOKS (Sociedade para as relações culturais com o exterior). Na década de 1920, publicou anúncios em revistas e jornais de grande circulação, pedindo o envio de materiais (muitos dos livros que recebeu foram fruto de uma nota veiculada no *Le monde*). E, desde seus primeiros contatos com o exterior, utilizou os canais de comunicação esperantistas, corrente à que pertencia desde a juventude e da qual era entusiasta.

O segundo documento é a relação de poemas brasileiros traduzidos por Vygódski com vistas a uma antologia de poesia latino-americana. As traduções foram feitas entre 1927 e 1932. Uma delas, a “Moda dos quatro rapazes”, é o terceiro documento.

O último texto é a tradução do esboço de artigo de Vygódski intitulado “Literatura brasileira”. São quatro folhas datilografadas e sem data, mas certamente posteriores a 1954 (pelo tom ideológico mais acirrado, devem pertencer ao período de 1955 a 1957, antes da prisão do autor). Apesar da veia partidária e do caráter fragmentário, é um texto fascinante por indicar, nas entrelinhas das duas peças resenhadas (*Deus lhe pague*, de Joracy Camargo, e *Carne para canhão*, de Afonso Schmidt), que Vygódski estava a par da situação do teatro brasileiro. Mostra também que o autor russo conhecia, para criticá-la, a poesia inicial de Schmidt. E vale por apresentar, ainda que brevemente, a mão de tradutor de Vygódski, eficiente, por exemplo, na versão russa nem um pouco literal dos idiomáticos títulos das peças.

Como em toda e qualquer análise de trajetória intelectual do período soviético, a questão premente é equacionar, no tempo e no espaço, o aspecto artístico e o ideológico, a passagem do finíssimo poliglota Vygódski para o propagandeador da ultradidática peça de Schmidt (ressaltando, contudo, a maior qualidade da peça de Camargo). O segundo aspecto se impõe sobre o primeiro, chegando a apagá-lo, ou eles se fundem em uma nova identidade? Em que medida um já estava prefigurado no outro? E, fundamentalmente, qual o grau de coerção estatal e social nesse processo? Sem dúvida, ela não explica integralmente o fenômeno, como propunham as leituras “totalitárias” da experiência soviética. São problemas evidentemente complexos, nos quais a presente documentação pode apenas resvalar. No primeiro documento, por meio da suave e despolitizada carta de agradecimento a Mário de Andrade, escrita à maneira de um professor erudito. Em seguida, com a lista de poemas traduzidos, uma interessante mescla de textos de orientações políticas e estéticas distintas – no geral, uma lista razoavelmente

representativa e nem um pouco dogmática, contendo Mário de Andrade, Murilo Mendes, Jorge de Lima, Afrânio Peixoto, Álvaro Moreira, Manuel Bandeira, Ronald de Carvalho, Machado de Assis e Tasso da Silveira. Por fim, à medida que a repressão política na União Soviética recrudesce e desponta o tom altissonante trazido pela Guerra Civil Espanhola, evento central para o percurso final de Vygódski, temos o fragmento teatral, cujo parágrafo final sobre o destino de Schmidt – o intelectual etéreo que depois entra nos eixos – reverbera o do próprio Vygódski.

Carta de David Vygódski a Mário de Andrade

Leningrad 22/X/31
Señor Don Mario Andrade [sic]
S. Paulo

Muy Señor mio y amigo:

Recebi sus libros de poesia y de prosa y le agradezco muchísimo. Para un latinoamericanista ruso lo que le impide mucho está la falta de los libros y periodicos que no llegan em Rusia que por ocasion raro. Los señores Tarsila e César Ossorio [sic] ficando en Leningrad me han prometido ayudarme en mis labores enviandome libros de Brasil, incitando a los autores de este país.

Lei con mucho gusto y con gran provecho los libros, especialmente de poesias pues estoy preparando una antologia de los poetas latinoamericanos y me agrada mucho de hacer conocer algunas de sus poesias a los lectores rusos. Espero hacerlo mas que una vez em mis ensayos y conferencias y siento mucho que me faltaba la obra hacia esos días.

Le agradezco una vez mas su amabilidad e su ayuda desinteresada y le ruego mucho de incitar los otros escritores de Brasil me manden sus libros. Eso facilitaria mis labores en favor de divulgación de las letras brasileñas en Rusia, donde no se sabe casi nada sobre las letras de Brasil.

Quedo su amigo que a. s. m.

David Vigodsky

[carimbo]
DAVID VIGODSKY
MOKHOVAIA N. 9, I
LENINGRAD 28

Poesia brasileira. Poemas. 1927-1932⁵

- “Manhã” – Guilherme de Almeida (13-7-1931).
“Ode ao burguês” – Mário de Andrade (2-11-1932).
“Moda dos quatro rapazes” – Mário de Andrade (30-5-1932).
“O rebanho” – Mário de Andrade (2-11-1932).
[Sem título] – Machado de Assis (4-8-1929).
“Irene no céu” – Manuel Bandeira (13-9-1932).
[Sem título] – Manuel Bandeira (13-9-1932).
“O Europeu” – Ronald de Carvalho (8-10-1932).
“Interior” – Ronald de Carvalho (14-?-1931).
“Poética” – Ronald de Carvalho (28-?-1927).
“Cinema de arrabalde” – Ribeiro Couto (14-9-1932).
[Sem título] – Ribeiro Couto (25-?-1931).
[Sem título] – Ribeiro Couto (14-9-1932).
“Lenin no futuro” – Correia Lima (21-3-1931).
“Diálogo sobre a felicidade” – Ribeiro Couto (15-9-1932).
“Os ciganos” – Jorge de Lima (28-2-1931).
“[Súplica?]” – Alvaro Moreira (5-2-1930).
[Sem título] – Murilo Mendes (8-?-1931).
“História do Brasil” – Afrânio Peixoto (março ou maio de 1932).
[Sem título] – Afrânio Peixoto (sem data).
[Sem título] – Afrânio Peixoto (sem data).
[Sem título] – Afrânio Peixoto (março ou maio de 1932).
[Sem título] – Afrânio Peixoto (março ou maio de 1932).
[Sem título] – Afrânio Peixoto (março ou maio de 1932).
[Sem título] – Afrânio Peixoto (março ou maio de 1932).
“Compaixão” – Tasso da Silveira (25-10-1931).
“A professora” – Julio [?] (1-11-1932).
[Sem título] – Julio [?] (1-11-1932).

5 Arquivo de David Isaákovitch Vygódski. Biblioteca Nacional Russa. Setor de Manuscritos. Fundo 1169, *diéto* 233. A pasta apresenta, além da relação acima transcrita, as traduções dos poemas para o russo. As lacunas nas informações se devem à caligrafia, por vezes indecifrável, de Vygódski. As datas são do próprio Vygódski. Os poemas estão listados na ordem em que aparecem na pasta. Em alguns casos, traduzi o título diretamente do russo, sem localizar o título original em português. Além dos versos brasileiros, há, por engano, um poema (“A Rosevelt”) de Ruben Darío.

A “Moda dos quatro rapazes” (na tradução russa de
D. Vygódski)

Песня четырех парней

Мы четыре парня

В этом домике пустом

Мы четыре друга

В этомдом ике пустом

Мы четыре брата

В этомд омике живем

Зашуршала б юбка

Вот бы полон стал наш дом!

Только где четыре друга!

Artigo sobre literatura brasileira (sem data)⁶

[...] e quando eu me recuperar, tentarei convencer o pai a respeito das minhas novas idéias”.

O autor coloca a questão com mais clareza e obriga Cristo a convencer seus interlocutores de que é necessário fazer a revolução que colocará um fim à propriedade privada e socializará os meios de produção.

Todas as ideias e palavras de ordem revolucionárias soam, contudo, pouco convincentes precisamente em função de quem as pronuncia. Embora dotado de “retidão leninista”, Cristo é um ser alheio ao que ocorre no mundo. Todas as palavras resultam ocas e as ideias, inconvincentes (mas isso o autor não percebe), porque não afloram do grupo social que deveria compreendê-las, nem da classe que as contém. Elas emanam de uma personalidade subsocial, que embora seja coerente e argumente de modo saudável, não pode suportá-las.

Para a comprovação enfática de suas aspirações elevadas, Brasil Gerson se vale de uma abordagem pequeno-burguesa dos ideais e fatos, uma abordagem que, em tese, ele recusa. E suas peças ficam encalacradas a meio caminho entre o burguês crente, que terá uma relação blasfema com a religião e uma evidente empatia com Marx, e o proletariado, para o qual semelhante contraposição Cristo-Marx é incabível e para o qual a resolução das questões colocadas pelos autores se encaminha de modos diversos e por outras vias.

Não sabemos qual a acolhida que foi reservada às peças de Gerson, sequer sabemos se elas já apareceram na imprensa ou nos palcos. Mas sem dúvida a peça *Deus lhe pague*, de outro autor, Joracy Camargo, granjeou uma recepção calorosa e suscitou uma grande quantidade de artigos e resenhas.

Do ponto de vista literário, é compreensível. A peça de Camargo, por sua construção dramática, é superior à obra de Gerson. Se este último cria um diálogo vivo e consideravelmente aguçado, situações inteligentes, surpresas que volta e meia causam espécie, então tudo isso se encontra [...]

[...] pela vida. De dia, ele recolhe esmolas. Ademais, aprendeu tão bem o assunto que acaba por reunir uma enorme quantia:

6 Arquivo de David Isaákovitch Vygódski. Biblioteca Nacional Russa. Setor de Manuscritos. Fundo 1169, *diéto* 63. Tradução de Bruno Gomide.

trata-se de um ricaço. De noite, ele retorna para seu apartamento fartamente mobiliado e expõe para a esposa suas opiniões sobre a vida, sem revelar-lhe a sua profissão. Esse sábio e tranquilo mendigo se vinga, através de sua pobreza, do mundo dos exploradores e dos parasitas por aquelas humilhações que ele lhe trouxe (o dono da fábrica na qual ele quando jovem trabalhou afanou-lhe a invenção que devia dar-lhe riqueza e glória). Ele não quer trabalhar nesse mundo, não quer participar de sua construção, prefere apenas sugar, recolher-lhe o tributo, como se fosse alguém superior e independente em relação às leis e fora do seu sistema.

Não é difícil ver que esse protesto contra o mundo burguês é um protesto solipsista que não leva a lugar nenhum e se dissolve no pó da fuga individualista do mundo. Assim, sem negarmos o mérito de Camargo na criação de um teatro social brasileiro, no amplo sentido da palavra (mérito de modo algum pequeno, se tivermos em mente a mediocridade do teatro brasileiro, na sua deplorável condição presente), somos obrigados a recusar qualquer significado revolucionário – no nosso entendimento da palavra – para as suas peças. Para o nosso tempo, em anos de luta de classe acirrada em todo o mundo, as palavras de ordem revolucionárias não se podem construir apenas pela negativa. Ser **contra** em nossos dias já não é suficiente, é preciso ser **a favor**⁷.

Esse **a favor**, que não existe em Camargo, também não existe no poeta a que já nos referimos, em seu drama “Carne para canhão”. “Essa peça, relata o autor, não foi encenada, e dificilmente o será tão cedo. Talvez nunca seja, porque no dia em que se puder dizer livremente tais coisas em voz alta, elas, por isso mesmo, perderão o seu significado”. E fica evidente o motivo de a peça de Camargo ter ressoado centenas de vezes nos palcos, causando furores no espectador pequeno-burguês, numa época em que Schmidt não conseguia montar a sua peça e que dificilmente o consiga na situação atual.

Para começo de conversa, não o permitirão os representantes do capital estrangeiro, possuidores de uma influência decisiva na política brasileira. Não admitirão tamanho insulto, não tolerarão a exposição pública de suas tarefas predatórias, o alvo do autor. A burguesia local também não admitirá, a burguesia inquinada pelo autor de lacaia do capital estrangeiro, vivendo em completa incompreensão das tarefas nacionais do país, se entendermos por essa

7 Grifos de David Vygódski.

palavra não um pequenino grupelho de manda-chuvas, mas, sim, uma população de 40 milhões. Também não o permitirá “uma das mais úteis e disponíveis forças da burguesia capitalista: o proletariado intelectual”, acusado pelo autor de empregar suas mãos de obra na corrupção, na falta de princípios, na macaqueação do discurso sobre a “velha hostilidade do Paraguai” e o ódio histórico da Argentina. Um proletariado que, contra os próprios interesses, propagandeia a guerra imperialista, ora em relação aos seus vizinhos, ora ao horrendo espectro da União Soviética.

A peça de Schmidt, talvez demasiado esquemática, às vezes com personagens excessivamente simplificados na retidão de sua conduta, é decidida e ousada na questão da guerra imperialista e a resolve de modo exato no plano revolucionário da classe.

Quem são os principais instigadores e fomentadores da guerra? O capitalista estrangeiro, fornecedor de equipamentos de guerra; o rei local do petróleo; o arcebispo. São precisamente eles, pois o presidente, representante do governo, não possui papel nenhum, não passa de um brinquedo das forças de classe que podem substituí-lo, engendrar um golpe a qualquer minuto e trocá-lo por outro mais obediente. Nesse entendimento da essência de classe, da subordinação de classe do governo, reside um dos grandes méritos de Schmidt.

Na mesma situação submissa encontra-se Felício, intelectual cujo perfil traçamos acima. O autor o elabora mais do que os restantes, talvez vendo nele o seu passado, já reavaliado e descartado.

Quem é contra a guerra? O menino garçom que serve aos senhores, o proletário que se sente uno com a massa proletária, que conhece sua conexão de classe e o caráter comum entre os objetivos e os dos trabalhadores do porto, e a estenógrafa da fábrica, um autêntico e honesto “proletário intelectual” que compreende o seu devido lugar na disposição das lutas de classe e não o vende a preço de bananas em troca de um posto tranquilo e bem pago.

Ela vai se tornando mais decidida, mais ousada, mais resoluta. Quando já troveja o incêndio da guerra atizado pelos fascistas, ei-la indo para a morte certa, e utilizando o seu último minuto para gritar à carne de canhão enviada para a batalha:

Eu conheço a verdade. Passei muitas noites com os livros de Marx, Engels e Lênin. E não apenas isso! Convivi com os caixeiros viajantes do imperialismo. Presenciei como se

deslanchou a intriga do golpe militar fascista há um mês no hotel Washington. Vi como compraram o Felício e como ele se vendeu. Vocês, trabalhadores, camponeses, soldados e marujos, são mandados para a morte de maneira calculada, seu sangue se converterá em moedas de ouro. São eles, ela se apressa a dizer, ao mostrar o grupo de senhores da guerra que agora a mandam para a execução. Eis aí os agentes do capitalismo, os mesmos que organizam a guerra como se fosse uma partida de futebol, a guerra na qual todos morreremos e cujos gastos serão todos pagos pelo proletariado.⁸

Se cotejarmos tudo isso com os poemas anteriores de Schmidt (a sua primeira coletânea saiu há mais de vinte anos) com aqueles poemas onde o lugar predominante cabia aos beijos, rosas, frascos de perfumes, Evas e paraísos, então diante de nós claramente se delinea a figura, típica dos nossos dias, de um intelectual que muda de trilhos.

8 [N.E.] Na versão enviada pelo autor (Bruno Gomide), o destaque a esse trecho da transcrição é dado apenas por uma linha colocada antes e outra depois do mesmo. Optou-se por utilizar o recuo por uma questão de paronização da revista.

Vanguardas documentadas: o concretismo de Theon Spanudis

Bárbara Sesso Carneiro¹

Uma das finalidades do Instituto de Estudos Brasileiros é manter e disponibilizar acervos. O trabalho técnico de organização de fundos pessoais, presentes no Arquivo do IEB, e o contato com as fontes primárias como materiais fundamentais à investigação científica é uma articulação favorecida pela modalidade de estágio financiada pela Pró-reitoria de Graduação da Universidade de São Paulo. Sob orientação da Profa. Dra. Ana Paula Cavalcanti Simioni e supervisão da coordenadora do Arquivo, Elisabete Marin Ribas, foi possível, durante o período de quatorze meses, constituir um trabalho de descrição documental do Fundo Theon Spanudis aliado a pesquisas concernentes aos assuntos encontrados na documentação. Essa dupla atividade – pesquisa e descrição documental – proporcionou o favorecimento de ambas, uma vez que há uma dependência evidente entre a disponibilização de material de consulta e a investigação histórica inerente a todos os conjuntos documentais salvaguardados no IEB.

Breve biografia de Theon Spanudis

Theon Spanudis nasceu em 1915 em Esmirna, na Turquia. Filho de gregos, mudou-se para Atenas com os pais e o irmão mais novo, em 1923², por causa da disputa entre Grécia e a recém-criada República da

-
- 1 Bacharela em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP, São Paulo, SP, Brasil).
E-mail: babietchka@gmail.com
 - 2 Em relato autobiográfico no documento intitulado “Apontamentos sobre a minha obra literária para eventuais pesquisadores do futuro” (Arquivo IEB-USP. Fundo Theon Spanudis, código de referência: TS-CAD 151-001), Theon Spanudis relata que a expulsão ocorreu em 1922, mesmo ano de nascimento de seu irmão. Ambos os governos, no entanto, assinam a convenção referente à troca de populações, em janeiro de 1925, na Suíça, conhecido como o Tratado Paz de Lausanne. “[...] Retirada de las tropas de ocupación - las transferencias de población (intercambio de minorías) afectan a 1.350.000 gregos y a 450 mil turcos”. KINDER, Hermann; HILGEMANN, Werner. *Atlas histórico mundial*. Madri: Istmo, 1971. p. 185.

Turquia pela região da Anatólia, que culminara em uma guerra entre os dois países. Dez anos depois dessa primeira migração, Spanudis foi para a Áustria estudar Medicina, curso em que também se formaram seu pai, Georg, e seu irmão, Sólon. Alegando uma aproximação frequente com as artes, incentivada desde a sua infância pela mãe, Clio, a psicanálise aparece-lhe no horizonte como uma maneira, dentro da formação obtida na academia, de não se distanciar do seu principal interesse.

Em 1950, Theon Spanudis desloca-se novamente. É indicado pela Associação Internacional de Psicanálise para trabalhar em São Paulo, na Sociedade Brasileira de Psicanálise, num contexto de ampliação de estudos relacionados à atividade na capital paulista. Uma vez estabelecido, inicia atendimento clínico e incursões na prática docente. No entanto, não demora muito para o seu distanciamento da psicanálise acontecer. Ainda na década de 1950, passa a se dedicar à poesia e à crítica de arte, abandonando as atividades clínicas e docentes relacionadas à psicanálise. Em 1959, é um dos signatários do Manifesto Neoconcreto³, publicado em março no Suplemento Dominical do *Jornal do Brasil*, em virtude da abertura da I Exposição de Arte Neoconcreta no Rio de Janeiro.

No final da década de 1970, Theon Spanudis doou 453 obras de arte de sua coleção particular para o Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo (MAC-USP). O Fundo Theon Spanudis, que concentra parte de sua documentação⁴, encontra-se hoje no IEB e também foi doado ainda em vida pelo titular. O acervo foi incorporado em 1987, após a morte de Theon Spanudis em 12 de setembro de 1986, e dividido entre o Arquivo e a Biblioteca do Instituto.

Ao longo do processo de descrição documental, paralelamente desenvolveu-se uma pesquisa acerca do titular e do contexto em que estavam inseridos os documentos (quando foram produzidos ou a quais momentos se referiam). E, desse contato, por meio da aproximação cotidiana com a documentação, foi possível fazer algumas inferências acerca do pensamento propagado por Spanudis sobre a História da Arte. Ele elogia e valoriza a arte moderna (muitas vezes chamando-a de “arte contemporânea”, por entender que esta era a arte produzida em seu tempo) como meio primordial de transcendência e satisfação. Apresenta, porém, no âmbito das vanguardas e das diferentes tendências da arte

3 Manifesto Neoconcreto apud BRITO, Ronaldo. *Neoconcretismo: vértice e ruptura do projeto construtivo brasileiro*. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

4 É importante destacar que a parte referente à sua atuação clínica e docente encontra-se sob a guarda da Sociedade Brasileira de Psicanálise.

produzida no século XX, discordâncias com algumas premissas de determinados movimentos. Dessa forma, a análise sobre seu discurso indica que Spanudis elegia na arte moderna suas preferências e buscava, por meio de seus escritos, legitimar as que mais lhe agradavam, enquanto, ao mesmo tempo, criticava abertamente tendências que considerava mal realizadas, ou cujo assunto pouco lhe interessava. Fica latente, portanto, no contato com a documentação, a primazia de elogios às tendências concretas da arte moderna em oposição às críticas que desferia a movimentos como o dadaísta e surrealista. É de se destacar que, para Spanudis, a pluralidade da arte moderna é democrática e, ao contrário do que pensavam os críticos soviéticos, não prova a decadência da burguesia. Sua análise é realizada a partir de parâmetros utópicos, como por exemplo, na ideia de que a arte moderna é por si (e tão somente assim) comunista⁵.

Fundo Theon Spanudis

O Fundo Theon Spanudis encontra-se entre os fundos pessoais salvaguardados pelo Arquivo IEB-USP e é composto, principalmente, pela temática relacionada às artes visuais. Ocupa uma posição peculiar, como um fundo pessoal legado ao IEB ainda em vida por seu titular, fato importante de ser destacado quanto à proveniência documental e à seleção prévia de acordo com as intenções de Theon Spanudis na perpetuação do conjunto de seus documentos doados.

No entanto, na prática da inclusão de informações de documentos no banco de dados do IEB, pode-se dizer que os níveis de dificuldade variaram consideravelmente. Isso se deu, sobretudo, devido à peculiaridade e aos diferentes idiomas da documentação. Sobre a peculiaridade, pode-se destacar a natureza do acervo, composto por fragmentos selecionados pelo titular em vida. O conjunto formado é, simultaneamente, heterogêneo e heterodoxo, na medida que essa documentação privada, mantida em instituição pública, é composta de recortes feitos por Theon Spanudis e referem-se, principalmente, a temáticas relacionadas às artes visuais. Já a respeito da variação dos idiomas, foram cadastrados documentos escritos em português, inglês, francês, italiano, alemão e grego. No entanto, a dificuldade de leitura dos documentos

5 Documento *Rumos e conquistas da pintura moderna – uma teoria fenomenológica e interpretativa das diversas manifestações da mesma*. Arquivo IEB-USP, Fundo Theon Spanudis, código de referência: TS-CAD010-001, p. 21.

em grego impossibilitou que todos os documentos nesse idioma fossem cadastrados, devido, sobretudo, à diferença de alfabeto. No caso da documentação escrita em alemão, por exemplo, buscou-se a compreensão de suas informações mais elementares: data, título, localidade e, em caso de correspondência, o remetente. Ao final do trabalho teórico e técnico, somam-se, no banco de dados, 2.078 documentos cadastrados e, do conjunto geral da documentação, aqueles em língua grega constituem minoria (considerável na medida que se trata, sobretudo, de correspondência entre familiares, o que deixa, por ora, esse campo sem muitos elementos de busca e análise).

A documentação foi classificada em grupos a partir das espécies encontradas, devido às peculiaridades anteriormente dispostas. Por se tratar de um conjunto parcialmente manipulado, princípios como o da proveniência e organicidade dos documentos não poderiam ser considerados de forma estática, como se pressupõe no trabalho com fundos pessoais⁶.

Posto isso, apresentamos a seguir as séries documentais adotadas e os respectivos números de documentos dentro de cada divisão:

Séries	Número de documentos
Cadernos	613
Cartões-postais	59
Catálogos	44
Correspondência	572
Documentação pessoal	110
Fotografias	149
Iconografias	65
Marginália apensa	8
Negativos	4
<i>Slides</i>	15
Textos	439
Total	2078

6 Atualmente, a área da Arquivística considera apresentar o reflexo das atividades realizadas em vida por seus titulares no quadro de arranjo dos Fundos Pessoais.

Considerações finais

Diante do que foi exposto e perante o estudo da documentação, é possível traçar algumas das preferências artísticas do crítico e colecionador de arte. A preponderância das tendências concretistas, visível na coleção doada ao MAC-USP, está expressa também em parte de seu material monográfico presente no Arquivo IEB-USP. Em meio à documentação, a parte referente às suas relações sociais traz elementos importantes que associam Theon Spanudis a outros expoentes dos campos artísticos e intelectuais, como Lygia Pape, Eleonore Koch, Vilém Flusser e Eugen Gomringer. Assim, pode-se notar o diálogo entre seus estudos acerca da História da Arte e a composição de sua coleção de obras de importantes artistas brasileiros do século XX.

Após a finalização das referidas ações de descrição e pesquisa documentais, hoje o Fundo Theon Spanudis consta no Catálogo Eletrônico do IEB-USP como mais um dos que estão disponíveis como fonte primária de pesquisa. Com essa etapa concluída, surgem possibilidades para que outros pesquisadores abordem a documentação em novas investigações e que se proponham a refletir sobre aspectos desse mesmo conjunto.

NOTÍCIAS

IEB produz série “Galáxias”, sobre como Pensar o Brasil Hoje, em parceria com o SESC TV

Por ocasião do seu cinquentenário (2012), no Instituto de Estudos Brasileiros concebeu-se o projeto *Como Pensar o Brasil Hoje* para ser colocado em andamento a partir desse ano. O projeto foi estruturado na Câmara Científica sob a coordenação do professor Jaime Oliva e desde o seu início contou com a nossa participação, na função de produtora executiva. Consiste na busca do registro interdisciplinar e intercultural do pensamento sobre nosso país por meio de entrevistas com figuras relevantes do Brasil, tanto do mundo acadêmico quanto da ordem cultural e social em geral. Desde então o projeto deu alguns frutos, como a parceria estabelecida com o CTR (Departamento de Cinema, Rádio e Televisão) da ECA-USP. Essa parceria já gerou alguns episódios disponíveis no canal online IPTV da USP. Outra parceria importante (e inédita na Universidade de São Paulo) estabelecida no âmbito desse projeto foi com o SESC TV.

Com o SESC TV, o IEB produziu a série “Galáxias”. A parceria com uma entidade como o SESC permitiu que o projeto fosse elevado a um patamar superior em termos técnicos, no que diz respeito, especialmente, à qualidade visual do produto final. Quinze entrevistados compõem o conjunto da série, entre ativistas, acadêmicos, artistas e lideranças relevantes em temas e áreas como Cultura, Política, Educação, Economia, Ciência, Mundo Urbano e Meio Ambiente, por exemplo.

Cada entrevista busca extrapolar os temas de especialidade do convidado, conduzindo-o para outras abordagens (interdisciplinares e interculturais). No programa “Galáxias”, essa mesma diversidade de temas e perspectivas se apresenta em um único mosaico, já que seu formato final não será dividido por entrevistado e sim por assunto. O título da série pretende representar justamente essa pluralidade de pontos de vista em diferentes órbitas, que poderão coincidir, contrapor-se ou se complementarem. Essa “galáxia de percepções” apresenta ao espectador uma diversidade de posicionamentos que vai permitir ao espectador uma oportunidade importante de reflexão que é a de pensar, além dos conteúdos propriamente, sobre o próprio pensamento dos personagens importantes entrevistados pelo programa.

A mesma diversidade presente nos temas também guiou a escolha dos entrevistados. Esses apresentam trajetórias e concepções bastante variadas sobre o Brasil e a realidade social em geral. Participam dessa reflexão o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, o antropólogo e

ensaísta Antônio Risério, o filósofo e ensaísta Francisco Bosco e o sociólogo Jessé de Souza; nas artes o conjunto reúne o professor, ensaísta e músico José Miguel Wisnik, o *rapper* Emicida, o artista urbano Daniel Melim, o cineasta Kléber Mendonça e o crítico e curador de arte Moacir dos Anjos. Figuras proeminentes na história recente do Brasil como o economista Luís Carlos Bresser Pereira e o premiado arquiteto Paulo Mendes da Rocha também compõem o grupo, assim como personalidades e ativistas como o líder indígena Ailton Krenak e o ativista do Movimento Sem Terra, Jaime Amorim. “Galáxias” conta ainda com dois ícones das ciências da natureza, o médico e cientista Miguel Nicolelis e a geneticista e bióloga molecular Mayana Zatz.

Seguindo essa abordagem pluridisciplinar e multicultural, os convidados apresentam um universo de visões muito instigante, sob direção da cineasta Isa Grinspum Ferraz. As pautas das entrevistas são de responsabilidade dos professores do Instituto, sob nossa coordenação, enquanto consultora do IEB para o projeto Galáxias. O SESC TV disponibilizará o “Galáxias” em sua programação e todo o material original do programa passará a compor o acervo geral do IEB.

Aline Khoury,
Socióloga, é consultora do Projeto Galáxias e produtora da série audiovisual “Como Pensar o Brasil Hoje” do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB-USP).

Notícias do Serviço Educativo do IEB-USP

Atuando desde 2006¹, o Serviço Educativo do IEB passa a ser, em 2010, incorporado como Serviço de Apoio tendo como objetivo o desenvolvimento de atividades educativas para a extroversão de seu acervo.

Nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, o Serviço Educativo desenvolveu, nesses oito anos, todas as propostas elaboradas em sua implantação que, na medida em que se definia pela demanda atendida, também pode propor novos caminhos para essas ações, muitas delas inéditas em acervos de mesma natureza.

Assim, apresentamos as atividades desenvolvidas e, junto a isso, o agradecimento a todos aqueles que, de alguma forma, colaboraram na construção desta enorme jornada.

Programa oficinas

1. Temáticas

São oficinas cujo conteúdo trata das linguagens existentes nos acervos, bem como a vida dos titulares pertencentes ao Instituto. Abrangem grandes áreas do conhecimento e da produção artística e cultural. Há também, as de temática específica tratando de um movimento ou de uma obra.

1.1. *Aspectos de uma biografia: a fotografia como documento*

1.2. *Memória e acervos pessoais*

1.3. *Paisagens urbanas*

1.4. *Macunaíma para crianças*

1.5. *Macunaíma para todos*

1 Para maiores detalhes ver: FERRARI, Elly Roza. Implantação do setor de educação do IEB. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 47, p. 225-228, set. 2008. ISSN 2516-901X. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/34626/37564>>. Acesso em: 29 mai. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2516-901X.voi47p225-228>.

2. Expositivas

São desenvolvidas para as exposições elaboradas pelo IEB, tanto em sua sede no *campus* como em outros espaços da Universidade e em programa de itinerância na comunidade externa à USP.

- 2.1. *Os suportes da escrita*
- 2.2. *Blaise Cendrars - Escrevendo com Forma*
- 2.3. *Paisagem em transformação – o olhar modernista nas artes plásticas*
- 2.4. *Paisagem pelo olhar do geógrafo e do escritor*
- 2.5. *Paisagem na parede: como pode algo tão parado mudar?*
- 2.6. *A Baleia e o criador*
- 2.7. *Leituras de Alexandre*
- 2.8. *A Turma do Barão*
- 2.9. *Anita gravadora: os múltiplos aspectos de uma coleção*

Programa de ação educativa avançada

São oficinas feitas especialmente para os profissionais da educação: professores de educação infantil (1ª infância inclusive), ensino fundamental, ensino médio, funcionários de todos os níveis que atuam no ambiente escolar.

Tratam de assuntos escolhidos por esses profissionais e desenvolvidos com os acervos do Instituto, sempre contextualizado a partir da vivência e histórico de vida do participante. Visa à produção de sentido da prática, trabalhando questões recorrentes sobre exigência curricular em detrimento da realidade.

1. *Arte na educação infantil – módulos I, II e III* – ministrada no espaço de formação do DOT Jaçanã/Tremembé.
2. *Mediação na Leitura* – ministrado no espaço de formação do DOT Jaçanã/Tremembé.

3. *Memória, acervos pessoais e educação* – Estágios pedagógicos para licenciaturas:

3.1. *Disciplina 4800704 – Atividades em cultura e extensão: práticas formativas I e II* - Faculdade de Educação da USP – Ccex;

3.2. *Disciplina FLH0421 – Ensino de história: teoria e prática*
Departamento de História – FFLCH-USP. Prof.^a Dr.^a Antônia Terra Calazans Fernandes.

4. *Orientação pedagógica aos profissionais da educação em seu espaço escolar.*

5. *Oficinas temáticas no espaço escolar.*

6. *Orientação pedagógica aos profissionais da educação no espaço do IEB.*

7. *A arte em diálogo com os(as) educadores(as) das infâncias* – no espaço de formação do DOT Jaçanã/Tremembé.

Projetos interdisciplinares

Educação do olhar: cinema e vídeo como formadores

Projeto inter disciplinar e inter unidades: ECA, FE-USP, IEB, CinUSP – aprovado e publicado pela *web* em 28 de setembro de 2010 – no edital CAPES/DEB n° 033/2010.²

Seminários e Palestras ministradas pelo SE-IEB

1. Organização do *Seminário Mário, educador: infância e arte* – em parceria com a Prof.^a Dr.^a Márcia Gobbi da Faculdade de Educação da USP - 2010.

2. *Educação e exposição: propostas de curadorias educativas* – 1.º Encontro de ações educativas e culturais nos espaços expositivos do Grande ABC – Fundação Pró-Memória de São Caetano do Sul – 2008.

3. *Implantação do Serviço de Educação no Instituto de Estudos*

2 Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/educacao-basica/novos-talentos>>. Acesso em: 6 jun. 2014.

Brasileiros da USP – Semana de Educação: Identidade e Diversidade - FEUSP - 2008.

4. *A Baleia e o criador: relato de experiência educatorial na exposição ‘O círculo e as linhas tortas: Vidas Secas de Graciliano Ramos’* – VIII SMELP – FEUSP - 2009.

5. *Cultura e infância: os desafios da educação infantil* - Seminário de Educação Infantil – Encontro de pais e educadores de infância: compartilhando olhares e sonhos – CEU Jaçanã - 2010.

6. *A criança pequena nos arquivos de escritores: desafios e práticas da criação* – IX SMELP – FEUSP - em parceria com a equipe de coordenadores do CEU Jaçanã - 2010.

7. *O colecionismo como construção do desejo* – Mesa Redonda: Origem e transferência de acervos pessoais: o papel das bibliotecas na administração dessas coleções – IF-USP - 2011.

8. *Exposição de coleção: a relação entre curadoria, pesquisa e extroversão no IEB-USP* – 1.º Seminário Acervos de Arquitetura: administração, conservação e difusão – FAU-USP - 2012.

9. *Ressignificação da memória: a exposição como construção de sentido de uma coleção* – VI Simpósio Nacional de História Cultural - 2012.

10. *A importância da exposição de acervos pessoais em instituições de pesquisa*. Mesa Arquivos pessoais e Memória – FFLCH - 2012.

11. *O reinventar-se da estrela*: XVII ANPUH - 2015.

12. *As possibilidades de se pensar curadoria hoje* - Pinacoteca de São Caetano - 2014.

13. *Exposição como conteúdo: a experimentação em espaços expositivos, curadoria e extroversão de acervos pessoais* - 2014.

Itinerância de exposições

A itinerância é oferecida diretamente pelo Serviço Educativo do IEB. É uma modalidade educativa em que a curadoria e as atividades educativas não são complementares, fazem parte de uma mesma ação.

1. *Caio Prado Jr.*
2. *Mário, educador*
3. *Anita gravadora*

Curadoria

Tratam-se das atividades curatoriais desenvolvidas nas áreas de conceito, expografia e educação para os acervos do IEB.

1. *Série Mários:*
 - 1.1. *As licocós do Mário* - 2008
 - 1.2. *Mário, [diálogos]* - 2010
 - 1.3. *Mário, educador* - 2010 - 2011
2. *As manhas do Barão* - 2011.
3. *O avesso do avesso: o processo de criação de escritores, artistas plásticos e músicos* – Módulo Coleção Lamego, módulo Yan de Almeida Prado, módulo Ernani Silva Bruno e módulo A Exposição na Exposição – Semana de 22 - 2012.

Programas de Cultura e Extensão

Workshops para o público em geral e/ou grupos representativos ou organizados da comunidade.

1. USP e as Profissões.

2. USP iTec.

3. Universidade aberta à terceira idade.

Imagens



Figura 1: Oficina temática no espaço escolar



Figura 2: Oficina temática no espaço



Figura 3: Oficina Blaise Cendrars – Escrevendo com Formas



Imagem 4: Seminário Mário, educador: infância e arte

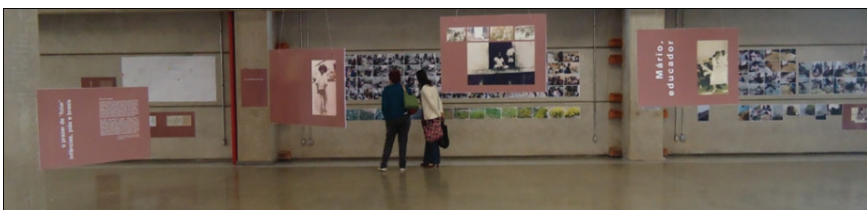


Figura 5: *Mário, educador* - itinerância



Figura 6: As licocós do Mário

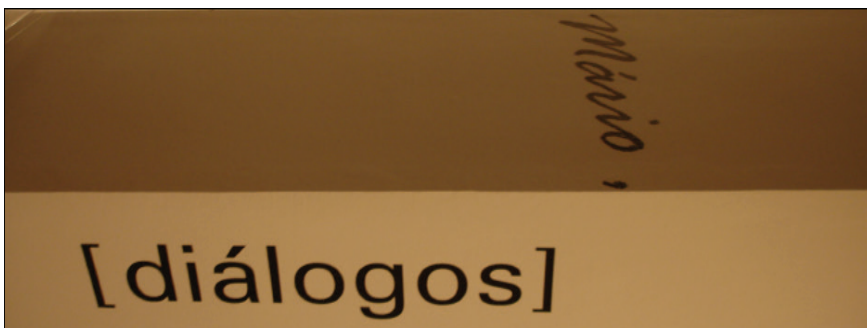


Figura 7: *Mário, diálogos.*

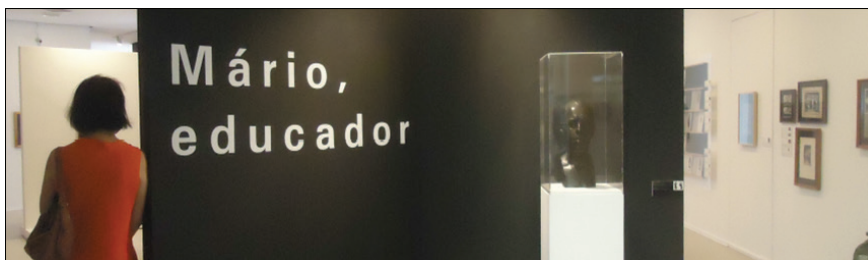


Figura 8: Mário, educador.



Figura 9: A Exposição na Exposição – *O Averso do Averso*.



Figura 10: *As manhas do Barão*.

Elly Roza Ferrari,
*Educadora responsável pela implantação e desenvolvimento das
atividades do Serviço Educativo do IE*

ERRATA

Errata - Número 57

No artigo “Mário de Andrade fotógrafo-viajante e a linguagem modernista” publicado no número 57 de Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, na página 78, **onde se lê:**

“**Figura 26:** (Esq.) *Olinda Igreja de São Bento II-29* (Código MA-F-1154).

Figura 27: (Dir.) *Veneza em Santarém junho 1927 É o hotel 31 de Maio To be or not to be Veneza Eis aqui estão ogivas de Santarém* (Código MA-F-0206).”

Leia-se:

“**Figura 26:** (Esq.) *Rio Madeira Retrato de minha sombra trepada no toldo do Vitória julho 1927 Que dê o poeta?* (Código MA-F- 0417).

Figura 27: (Dir.) *Sombra minha/ Sta. Teresa do Alto I-I-28* (Código MA-F-0752).”

Missão

A Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (RIEB) tem por missão refletir sobre a sociedade brasileira articulando múltiplas áreas do saber. Nesse sentido, empenha-se na publicação de artigos originais e inéditos, resenhas e documentos relacionados aos estudos brasileiros.

Critérios para apresentação e publicação de artigos

1. Condições Gerais:

- A Revista do Instituto de Estudos Brasileiros publica artigos em português, espanhol, francês, italiano e inglês.
- Os artigos a serem apresentados para apreciação e eventual publicação pela Revista do Instituto de Estudos Brasileiros deverão ser encaminhados em formato digital para o endereço eletrônico <revistaieb@usp.br>.
- Os artigos serão submetidos à avaliação de dois pareceristas, sendo considerada a autenticidade e a originalidade do trabalho.
- Em caso de divergência, será ouvido um terceiro parecerista.
- Os pareceristas têm 30 dias para emitirem seus pareceres.
- O prazo médio de resposta para os autores é de quatro meses.
- A revista reserva-se o direito de adequar o material enviado ao seu projeto editorial.
- Os autores comprometem-se a autorizar a revista a divulgar os textos sob os termos da licença Creative Commons BY-NC (<http://creativecommons.org/>).

2. Padronização do trabalho enviado

2.1. Formatação

- Programa: Word; dimensão da página: A4; margens: 2,5 cm; fonte: Times New Roman; corpo: 12; entrelinha: 1,5.

2.2. Quantidade de caracteres

- Artigos: entre 30 mil e 52 mil caracteres (incluindo espaços)
- Resenhas: entre 5 mil e 20 mil caracteres (incluindo espaços)
- Notícias e documentação: até 20 mil caracteres (incluindo espaços)

2.3. Complementos

- O artigo deve obedecer as normas ABNT NBR 6022/ 2003.
- Em página inicial, separados do corpo do texto, devem constar: título do artigo, em português e em inglês; nome(s) do(s) autor(es); filiação institucional (instituição, cidade, estado, país); breve registro da qualificação profissional.
- Caso o trabalho tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deverá ser mencionada no início do texto, abaixo do(s) nome(s) do(s) autor(es).
- Resumo, com no máximo 10 linhas, em português e em inglês.
- Palavras-chave, entre três e cinco, em português e em inglês.
- Ilustrações, gráficos e tabelas devem trazer suas respectivas legendas.

2.4. Notas e bibliografia

- As notas explicativas e bibliográficas devem constar no rodapé devidamente numeradas e obedecidas as disposições da ABNT. Exemplos:
- 1 REIS FILHO, Nestor Goulart. *A urbanização e o urbanismo na região das Minas*. São Paulo: FAU/USP, 1999. (Cadernos do LAP, 30).
 - 2 HOLANDA, Sérgio Buarque de. O semeador e o ladrilhador. In: _____. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. cap. 4, p. 93-138.
 - 3 TORRÃO FILHO, Amílcar. *Paradigma do caos ou cidade da conversão?: a cidade colonial na América portuguesa e o caso da São Paulo na administração do Morgado de Mateus (1765-1775)*. 2004. 338. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2004.
 - 4 BASTOS, Rodrigo Almeida. A arte do urbanismo conveniente: o decoro na implantação de novas povoações em Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. In: PEREIRA, Sônia Gomes (Org.). *Anais do VI Colóquio luso-brasileiro de história da arte*. Rio de Janeiro: CBHA/UFRJ/UERJ/PUC-Rio, 2004. v. 2, p. 667-677.
 - 5 CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 8, p. 67-89, 1970.
 - 6 MAUAD, Ana Maria. Entre retratos e paisagens: modos de ver e representar no Brasil oitocentista. *Studium*, Campinas, v. 15, 2004. Disponível em: <http://www.studium.iar.unicamp.br/15/01.html>. Acesso em: 27 fev. 2007.

3. Responsabilidades

- Os autores se comprometem a informar a futuros interessados em adquirir quaisquer direitos autorais sobre seus textos acerca do teor do Termo de Autorização assinado para a publicação das obras na Revista do Instituto de Estudos Brasileiros.
- As traduções deverão ser autorizadas pelo(s) autor(es) do texto original.
- Fica estritamente restrita aos autores dos artigos a responsabilidade pela reprodução das imagens.
- A Revista não se responsabiliza pela redação nem pelos conceitos emitidos pelos colaboradores/autores dos artigos.

